

22.2

Teoria & Sociedade

ISSN: 1518-4471

Dossiê - Metodologias

Revista dos Departamentos de
Antropologia e Arqueologia,
Ciência Política e
Sociologia

U F M G

Teoria & Sociedade, Revista dos Departamentos de Antropologia e Arqueologia, Ciência Política e Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, é uma publicação periódica semestral destinada a veicular trabalhos teóricos e empíricos sobre temas de interesse das áreas das ciências sociais

EDITORAS

Natália Guimarães Duarte Sátyro
Maria Jacqueline Rodet

COMISSÃO EDITORIAL

Bruno Pinheiro Wanderley Reis
Carlos Ranulfo Félix de Melo
Daniel Schroeter Simão
Eduardo Viana Vargas
Renarde Ferreira Nobre
Vera Alice Cardoso Silva

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Pereira Prates- UFMG
Antonio Fernando Mitre- UFMG
Archibald Haller- UW–Madison
Benício Viero Schmidt- PUC-RS
Bernardo Sorj- UFRJ
Bila Sorj-UFRJ
Bill Smith- Stanford University e Miami University
Carlos Aurélio P. de Faria- PUC MINAS
Celina Souza- UFBA
Daniel Pecaui- EHESS, Paris
Elisa Reis- UFRJ
Fábio Wanderley Reis- UFMG
Fátima Anastasia- UFMG
Gustavo Lins Ribeiro- UnB
Jean-Michel Blanquer- DGESCO- Paris
José Eisenberg- UFRJ
Juarez Rocha Guimarães- UFMG
Leonardo Avritzer- UFMG
Leonardo Fígoli- UFMG
Maroli Pompermayer- UFMG

em suas múltiplas vertentes intelectuais. Tendo uma abrangência ampla e plural, Teoria & Sociedade publica artigos inéditos e ensaios bibliográficos que tenham passado pelo crivo de pareceristas anônimos designados pela Comissão Editorial, assim como resenhas e traduções inéditas no Brasil.

EQUIPE TÉCNICA

Secretária Editorial:
Ana Paula Santos Rodrigues

Editoração Eletrônica:
Thomás Mota Coelho Nascimento

Marco Cepik- UFRGS
Maria D'Alva Gil Kinzo- USP
Maria das Mercês G. Somarriba- FJP
Maria Lígia Oliveira Barbosa- UFRJ
Marta Araújo- CES- Coimbra
Martin Bauer- LSE- Londres
Mirian Goldenberg- Museu Nacional/ UFRJ
Mônica Mata Machado de Castro- UFMG
Nelson do Valle Silva- IUPERJ
Neuma Aguiar- UFMG
Otávio Dulci- UFMG
Peter Fry- UFRJ
Pierre Sanchis- UFMG
Renan Springer de Freitas- UFMG
Renato Bosghi- IUPERJ
Roberto Grün- UFSCar
Rodrigo Duarte- UFMG
Sérgio Azevedo- UENF
Sílvia Maezo- CES- Coimbra
Tânia Quintaneiro- UFMG

Teoria & Sociedade

REDAÇÃO

Teoria & Sociedade

Departamento de Antropologia e Arqueologia

Departamento de Ciência Política

Departamento de Sociologia

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Federal de Minas Gerais

Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha

31270-901 - Belo Horizonte, MG - Brasil

<http://www.teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/>

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

© 2015 , DAA-DCP-DSO/UFMG

Número publicado com recursos do Departamento de Ciência Política e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

ATENDIMENTO

teoriaesociedade@gmail.com

Teoria & Sociedade

Revista dos Departamentos de Antropologia e Arqueologia, Ciência Política e Sociologia - UFMG

Belo Horizonte, 22.2, julho-dezembro de 2014. Circulação Janeiro de 2016. Semestral.

ISSN: 1518-4471

1) Teoria Social - Periódicos. 2) Política - Periódicos. 3) Sociologia - Periódicos.

4) Antropologia e Arqueologia - Periódicos. 4) Universidade Federal de Minas Gerais

22.2

Teoria \mathcal{E} Sociedade

ISSN: 1518-4471

Dossiê - Metodologias

Revista dos Departamentos de
Antropologia e Arqueologia,
Ciência Política e
Sociologia

U F M G

SUMÁRIO *Summary*

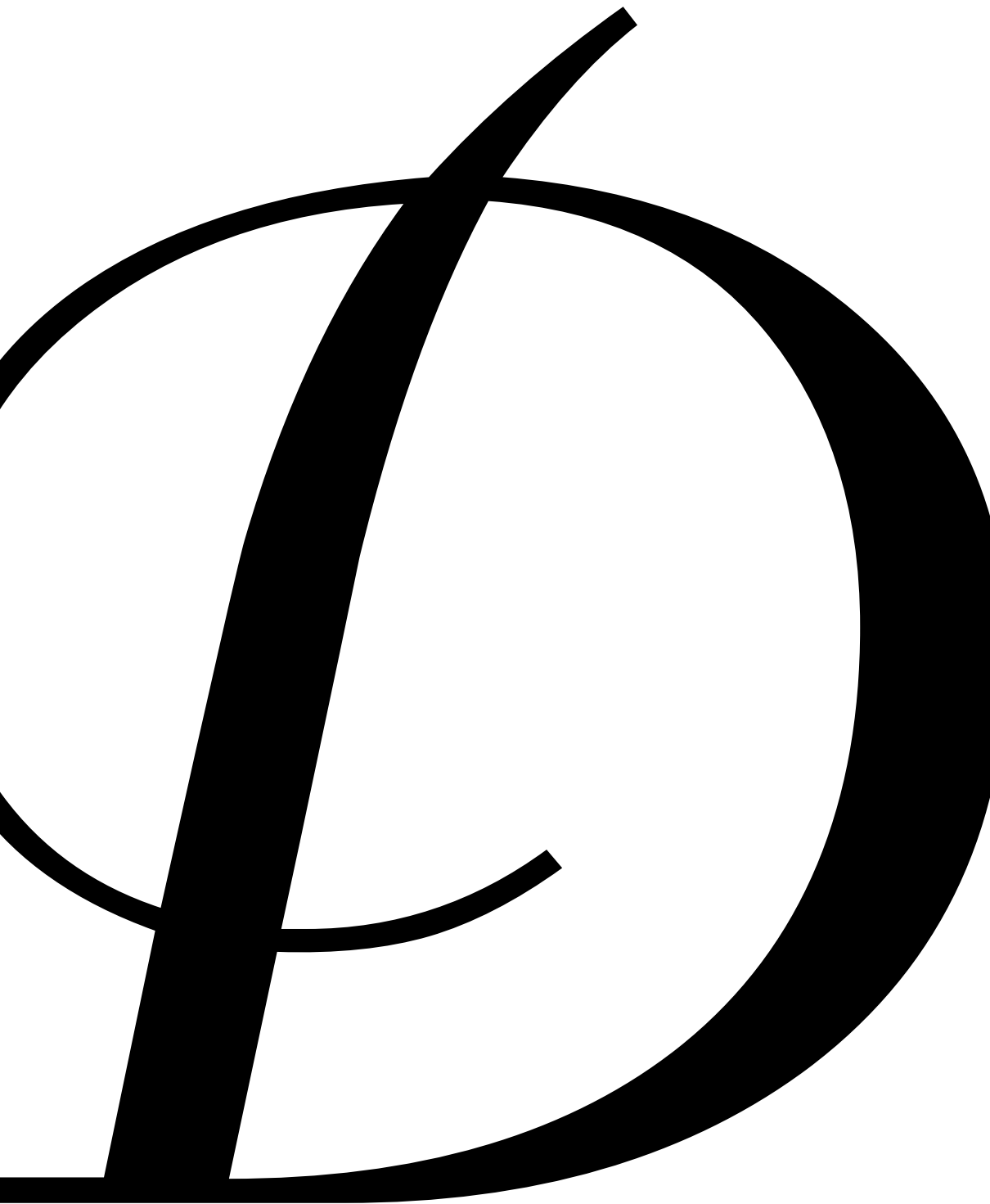
Dossiê Metodologias

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ METODOLOGIAS	10
REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE INFERÊNCIAS INDUTIVAS VÁLIDAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS <i>Reflections on valid inductive inferences in social sciences</i> NATÁLIA GUIMARÃES DUARTE SÁTYRO BRUNO PINHEIRO WANDERLEY REIS	13
FRONTEIRAS DE INTEGRAÇÃO ENTRE MÉTODOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS NA CIÊNCIA POLÍTICA COMPARADA <i>Frontiers of integration between quantitative and qualitative methods in comparative political science</i> FLÁVIO DA CUNHA REZENDE	40
ENTRE A ESPECIFICIDADE E A TEORIZAÇÃO: A METODOLOGIA DO ESTUDO DE CASO <i>Between specificity and theory-building: the case study methodology</i> LEONARDO DA SILVEIRA EV ALINE BURNI PEREIRA GOMES	75
<i>PROCESS-TRACING</i> E A PRODUÇÃO DE INFERÊNCIA CAUSAL <i>PROCESS-TRACING AND PRODUCTION OF CAUSAL INFERENCE</i> FÁBIO MARIANO ESPÍNDOLA SILVA ELEONORA SCHETTINI MARTINS CUNHA	104
<i>HAPPY TOGETHER: COMO UTILIZAR ANÁLISE FATORIAL E ANÁLISE DE CLUSTER PARAS MENSURAR A QUALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS</i> <i>Happy together: using factor analysis and cluster analysis to measure the quality of public policies</i> DALSON BRITTO FIGUEIREDO FILHO JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA JÚNIOR RANULFO PARANHOS DOS SANTOS FILHO ENIVALDO CARVALHO DA ROCHA WILLBER DA SILVA NASCIMENTO MARIANA BATISTA DA SILVA LUCAS EMANUEL DE OLIVEIRA SILVA	126

- NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE O 'CALCANHAR METODOLÓGICO':
O ENSINO DE MÉTODOS DE PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA
NO BRASIL 156
*New perspectives on the 'Achilles' heel' of ethods:
the teaching of research methods in political science
in Brazil*
LORENA GUADALUPE BARBERIA
SAMUEL RALIZE DE GODOY
DANILO PRAXEDES BARBOZA

ARTIGOS *Articles*

- INSTITUIÇÕES SOCIAIS E A POSSÍVEL RESOLUÇÃO DO PROBLEMA DA
AÇÃO COLETIVA: UM ESTUDO DAS ASSOCIAÇÕES TRABALHISTAS DE
BELO HORIZONTE NO INÍCIO DO SÉCULO XX 187
*Social institutions and the possible resolution of
the problem of collective action: a study of labor
associations of Belo Horizonte in the early 20th
century*
DANIELA OLIVEIRA RAMOS DOS PASSOS
- A CONSTRUÇÃO DAS AMEAÇAS E DO INIMIGO NOS DISCURSOS
PRESIDENCIAIS NORTE-AMERICANOS (1993-2013) 218
*Threat and enemy construction in US presidential
discourses (1993-2013)*
ERICA SIMONE ALMEIDA RESENDE
LUCAS AMARAL BATISTA LEITE
- PANORAMA DA ATENÇÃO DOMICILIAR DO SISTEMA ÚNICO DE
SAÚDE (SUS): CORRELATIVIDADE COM OS SERVIÇOS DE ATENÇÃO
PRIMÁRI 254
*Overview of home care ot the unified health system (sus):
relationship to the primary attention health care services*
GRAZIELE CAROLINA DE ALMEIDA MARCOLIN
JAMILI VARGAS CONTE MONTENÁRIO
CAROLINA MARQUES BORGES
ALAN RODRIGUES DE SOUZA
AMANDA CONRADO SILVA BARBOSA



Dossiê Metodologias

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ METODOLOGIAS

A publicação de *Designing Social Inquiry*, em 1994, por Gary King, Robert Keohane e Sidney Verba foi uma revolução na Ciência Política uma vez que o debate acerca de produção de inferências válidas nunca mais foi o mesmo. Os autores retiraram todos da zona de conforto. Depois disso, observamos uma produção densa tanto por partes dos pesquisadores que concordaram com a abordagem do livro quanto por aqueles que discordaram dela. A partir dali houve um aumento substantivo na produção de artigos focados na discussão de métodos e desenhos de pesquisa, principalmente por parte daqueles que utilizam mais regularmente uma abordagem qualitativa em suas pesquisas.

Célebre ideia de Maquiavel, muito atual nos dias de hoje, sugere que a política pode não levar ao céu, mas sua ausência nos levará ao inferno. Não é difícil parafrasear o nosso autor maldito, defendendo que a consciência metodológica e o conhecimento acerca de desenhos de pesquisa podem não garantir um bom trabalho acadêmico, mas a sua ausência, necessariamente, leva a resultados medíocres.

É com base nesse pressuposto que o Departamento de Ciência Política (DCP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) juntamente com o seu Programa de Pós-Graduação criou uma Equipe Docência de Metodologia formada por professores de diversas linhas que entendem a centralidade da metodologia e dos métodos para a formação do cientista político. Esse grupo tem feito um movimento claro de promover uma formação mais densa de nossos discentes, e seus esforços culminaram com a formação do Grupo de Pesquisa de Metodologia em Ciências Sociais no âmbito do CNPq.

Por compartilhar desse princípio, e mesmo pela afinidade na formação dos seus docentes em metodologia, essa equipe da UFMG tem mantido um diálogo estreito e continuado com o Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Essa relação independe da área de pesquisa às quais estão filiados individualmente seus pesquisadores, pois na UFPE há também um corpo docente preocupado em desenvolver um ambiente propício para consciência metodológica por meio de uma formação técnica em seu Programa de Pós-Graduação.

Esse Dossiê é fruto desse diálogo e desse esforço comum de proporcionar uma formação acadêmica nesta perspectiva, diálogo esse que tem se expandido a outras instituições e pesquisadores. E, mesmo que a responsabilidade dos conteúdos sejam dos autores, o dossiê traz como ponto em comum o compartilhamento da necessidade,

reconhecida pelos autores, de produção de material formativo em língua portuguesa que seja acessível para a comunidade.

No primeiro texto, Sátyro e Reis tratam sobre a produção de inferências válidas. Eles apresentam conceitos, regras básicas de desenho de pesquisa e pressupostos metodológicos que são centrais na produção de inferências indutivas válidas. Os autores tratam, portanto, do entendimento do que é uma pesquisa social e de como produzir resultados consistentes nesse processo. Se eles, de um lado, não descartam a importância da teoria como guia dessa pesquisa, de outro, ressaltam a necessidade do conhecimento dos problemas que devem ser evitados defendendo que a consciência sobre tais problemas aumenta a validade dos resultados encontrados.

Rezende, no segundo artigo, traz contribuição para esse debate na medida em que também trata da produção de inferências válidas mas, nesse caso, mais enfaticamente as inferências causais. Entretanto ele o faz a partir de um debate sobre o problema da integração na pesquisa qualitativa comparada ancorado na Teoria das Diferenças Essenciais. Rezende foca sua discussão no que chama de domínio da Ciência Política e mostra que há múltiplas formas de abordar causalidade em pesquisas *small-n* e a diversidade de caminhos para integração das lógicas possíveis de produção de conhecimento. Ou seja, ele contribui com o vazio de produção voltada para métodos e técnicas qualitativas no Brasil.

Silveira Ev e Burni Gomes também fizeram um esforço nesse sentido uma vez que apresentam de forma sistemática o que é um estudo de caso, suas características, limitações e possibilidades. Os autores defendem o potencial de teorização dos estudos de caso como sua principal contribuição na produção de conhecimento. Eles enfatizam a particularidade dos estudos de caso na problematização do fenômeno estudado quando focado nas especificidades dos casos e na compreensão das relações causais que podem ser melhor especificadas com essa abordagem densa.

Nessa mesma linha de tentar preencher a lacuna de textos sobre técnicas e métodos qualitativos, Silva e Cunha tratam do método denominado *process-tracing*, na tradução, processo de rastreamento. Para os autores, na análise de fenômenos sociais complexos e historicamente delimitados essa é uma ferramenta que permite articular diferentes fatores causais aumentando a capacidade de alavancagem das inferências obtidas. Assim, eles o definem apresentando conceitos centrais, características que lhe são peculiares bem como os procedimentos que devem guiar pesquisadores em seus desenhos de pesquisa. Aqui também há uma ênfase no potencial do método em produzir inferência causal a partir de estudos qualitativos em Ciências Sociais e não somente descritivas.

Já o texto de Figueiredo Filho e seus co-autores vem com uma perspectiva distinta pois têm o objetivo de mostrar o uso de técnicas de pesquisa empírica na Ciência Política. Eles explicam e usam a análise fatorial e a análise de cluster mostrando a combinação

das duas técnicas na análise de políticas públicas, mais especificamente de sua qualidade. Os autores estimam um Índice de Qualidade de Políticas Públicas com dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento utilizando análise fatorial e depois classificam os países por esse indicador utilizando análise de cluster.

Um breve apanhado desses artigos mostra que quando aprendemos diferentes técnicas abrem-se possibilidades de responder diferentes questões de pesquisa, de estudar fenômenos de naturezas distintas e de abordá-los por caminhos e estratégias metodológicas múltiplas. Em comum entre eles, a centralidade da preocupação com a validade na produção de inferências.

O artigo que fecha o Dossiê é um balanço do que tem sido ensinado na Ciência Política brasileira sob a perspectiva dos métodos e técnicas utilizadas. Barberia, Godoy e Barboza examinam a evolução do ensino de métodos e técnicas de pesquisa nos cursos de pós-graduação a partir de um banco de dados sobre o ensino nos programas de pós-graduação em Ciência Política de 1998 a 2012. Os autores mostram, por um lado, o avanço na oferta de disciplinas de metodologia, mas, por outro, observam que há uma concentração da oferta de disciplinas em algumas instituições. Concluem que esse tendência é dada tanto pela formação dos quadros docentes, quanto pelos projetos pedagógicos das instituições.

Espera-se que esses textos sejam a porta para uma trajetória mais densa de leitores interessados em melhorar a qualidade da produção na pesquisa social em geral, e com especial interesse, da Ciência Política.

Boa leitura.

NATÁLIA GUIMARÃES DUARTE SÁTYRO
Professora Adjunta do DCP – UFMG
Editora da Teoria & Sociedade

MANOEL LEONARDO SANTOS
Professor Adjunto do DCP – UFMG

Ambos são professores da cadeira de Metodologia no PPGCP - UFMG

REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE INFERÊNCIAS INDUTIVAS VÁLIDAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS

NATÁLIA GUIMARÃES DUARTE SÁTYRO
BRUNO PINHEIRO WANDERLEY REIS

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir e apresentar algumas regras básicas de desenho de pesquisa para a produção de inferências válidas. A intensidade e a extensão do debate no meio acadêmico são justificadas tanto pela preocupação com desenhos de pesquisa que propiciem inferências válidas dentro das ciências sociais quanto pelas dificuldades inerentes à produção dessas inferências. Sem a pretensão de ser exaustivo, este trabalho visa a trazer uma reflexão sobre um conjunto mínimo de conceitos, de pressupostos metodológicos e de regras de inferência que se aplicam a todos os pesquisadores que desejam produzir trabalhos sobre os processos políticos e sociais e encontrar resultados consistentes ou generalizáveis.

PALAVRAS-CHAVE

Metodologia; desenho de pesquisa; inferências; validade; confiabilidade.

REFLECTIONS ON VALID INDUCTIVE INFERENCE IN SOCIAL SCIENCES

ABSTRACT

This article aims to present and discuss some basic rules of research design in order to achieve valid inferences. The intensity and extent of academic debate on this topic are justified both by concerns over research designs that provide valid inferences in social sciences and by the difficulties inherent in producing these inferences. Without intention to be exhaustive, this work aims a reflection on a minimum set of concepts, methodological assumptions and inference rules that apply to all researchers who work on political and social processes and wish to find results that are consistent or generally valid.

KEYWORDS

Methodology; research design; inferences; validity; reliability.

SOBRE OS AUTORES

NATÁLIA GUIMARÃES DUARTE SÁTYRO

Professora adjunta do Departamento de Ciência Política da UFMG. Doutora em Ciência Política pelo IUPERJ (2008).

BRUNO PINHEIRO WANDERLEY REIS

Professor associado do Departamento de Ciência Política da UFMG, pesquisador do CNPq. Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ (1997).

SUBMETIDO EM

Outubro de 2015.

APROVADO EM

Novembro de 2015.

Em *Constructing Social Research*, Ragin (1994) faz uma introdução à definição das características da pesquisa social partindo do pressuposto da existência de uma unidade dentro da diversidade das investigações com pretensão científica encontradas na pesquisa social que a dotaria de uma característica comum - a produção de inferência válida -, que a diferenciaria das demais formas de “representações da vida social”. Dessa forma, a pesquisa social se distingue das demais formas de abordagem do mundo social, onde podemos tomar como exemplo o jornalismo, a arte, entre outras. Ao mesmo tempo, ela é dotada de uma diversidade interna que a capacita para lidar com uma ampla variedade de fenômenos sociais. Para Ragin, a pesquisa social pode adotar distintas estratégias, diferentes *modi operandi*, ou seja, nós podemos falar de pesquisa qualitativa, pesquisa quantitativa, pesquisa comparativa etc., mas há uma unidade que é a produção de inferência válida, objetivo maior da pesquisa social.

Essa discussão sobre validade inferencial também foi feita, com enorme repercussão desde a sua publicação, por King, Keohane e Verba (1994) que também trabalham a partir da perspectiva da unidade da lógica inferencial da pesquisa social, seja quantitativa ou qualitativa. Frequentemente acusados de forçarem qualquer aproximação metodológica dentro de um “*template* quantitativo” (Brady e Collier 2004), para King, Keohane e Verba a ideia central é de que há regras lógicas que favorecem a produção de inferências válidas sobre processos políticos e sociais e que elas valem para qualquer abordagem metodológica. Seus resultados sustentam um debate metodológico que até hoje produz frutos. KKV, como os chamaremos aqui, vão além das proposições de Ragin. Eles defendem que as “diferenças entre as abordagens são apenas estilísticas e, portanto, metodologicamente não são relevantes” (King, Keohane e Verba 1994: 4). Já há muito, outros autores sustentavam que a abordagem qualitativa estava usando uma linguagem inconsistente e que seria interessante pensar um “vocabulário comum” que ajudasse na consolidação de conceitos e teorias e, por consequência, na produção de inferências válidas (Collier 1995; Laitin 1995).

Este é o foco deste artigo: a discussão de algumas regras básicas de desenho de pesquisa para a produção de inferências válidas, a partir de uma recepção crítica de literatura relevante sobre o tema, especialmente a contribuição de King, Keohane e Verba (1994). A intensidade e a extensão do debate são justificadas tanto pela preocupação com a fundamentação de desenhos de pesquisa que propiciem inferências válidas dentro das ciências sociais quanto pelas dificuldades inerentes à produção dessas inferências. Este artigo tem o objetivo de contribuir para este debate fazendo um apanhado de algumas das principais regras de desenho de

pesquisa que um cientista social deve ter em mente no esforço de produzir bons trabalhos. Assim, sem a pretensão de ser exaustivo, este trabalho visa a trazer uma reflexão sobre um conjunto mínimo de conceitos, de pressupostos metodológicos e de regras de inferência que pretendem se aplicar a todos os pesquisadores que desejam produzir trabalhos sobre os processos políticos e sociais e encontrar resultados que sejam generalizáveis (King, Keohane e Verba 1994; Ragin 1994).

Para isso, dividiremos este artigo em quatro partes, além desta introdução. Na segunda seção caracterizaremos a pesquisa social, depois falamos um pouco sobre o fenômeno que se quer analisar e entender e, depois, tratamos de como evitar vieses e problemas maiores na produção de inferências válidas, por fim, tecemos breves considerações.

2 - INFERÊNCIA E CAUSALIDADE EM PESQUISA SOCIAL

Quando desejamos fazer uma pesquisa, um artigo ou um trabalho de final de curso, com conteúdo empírico, basicamente estamos interessados em analisar um determinado fenômeno. Para se ter certeza de que falamos da mesma coisa, começemos pela maneira como o verbete “fenômeno” aparece num bom dicionário, por exemplo o Houaiss (2001): “1. tudo o que se observa na natureza; 2. fato ou evento de interesse científico, que pode ser descrito e explicado cientificamente”. Assim, os fenômenos podem ser adjetivados de várias maneiras, eles podem ser naturais, climáticos, sociais, políticos, antropológicos, sociológicos, enfim, há uma infinidade de possibilidades. Nossos recortes disciplinares são tão arraigados em nossa consciência que tendem a ser “naturalizados” por nós, reificados como atributos intrínsecos às coisas mesmas (aos próprios fenômenos) que observamos ou analisamos. Contudo, provavelmente não será inútil advertir desde já que essa adjetivação não se refere às coisas em si, mas antes aos recortes disciplinares, conceituais, que orientam inevitavelmente toda apreensão mental, cognitiva, que tentemos fazer dos fenômenos que nos cercam. Isso vale não apenas para os objetos da pesquisa social, mas de fato para qualquer objeto. Cabe ressaltar que, no caso das ciências sociais de um modo geral (e da ciência política em particular) haverá o interesse de entender ou explicar um determinado fenômeno, podendo ele estar consubstanciado em um regime, um sistema, uma política pública, um processo político, enfim, um evento observável, relacionado à vida social ou política. Nesta seção expomos o que entendemos por inferência e sua relação com a pesquisa social. Para isso começamos pelo tema da causalidade, para em seguida discutirmos brevemente diferentes estratégias de pesquisa.

2.1 - O QUE É INFERÊNCIA E O QUE É CAUSALIDADE

Quando estamos estudando e pesquisando algum fenômeno, ou seja, um evento ou fato, ator social, ou processo político ou social, por exemplo, a intenção é analisar a relação entre pelo menos dois fenômenos. Há o fenômeno que se quer explicar (representado pelo y , ou seja, nossa variável dependente) e o(s) fenômeno(s) que explica(m) o primeiro - representado(s) pelo x , isto é, nossas variáveis independentes ou explicativas. Por exemplo, digamos que eu queira entender o desempenho escolar de alunos de ensino fundamental: portanto, vejo na literatura especializada quais são as características da família, dos professores, da escola e dos próprios alunos que influenciam seu desempenho. Alternativamente, uma pessoa quer identificar fatores que favoreçam a operação do estado de bem-estar social: buscará isolar fatores como a industrialização e a urbanização em diferentes países, ou político-institucionais como a estrutura do sistema partidário, da burocracia, das regras eleitorais, da organização dos trabalhadores para explicar o tipo do regime analisado e suas características. Ou então uma pessoa que queira entender as variações na taxa de mortalidade infantil: buscará informações sobre as políticas de saúde ligadas à saúde materna, ao pré-natal, à vacinação, ao saneamento básico, entre outras. Em todos os casos, buscamos isolar fenômenos que podem influenciar plausivelmente o nosso objeto de interesse primário ou trabalhar com conjunções causais de fatores que agem em conjunto dadas determinadas condições contextuais. De maneira mais abstrata, o que todo estudioso deve se perguntar ao propor tais relações entre fenômenos é: a mudança no valor, na forma, ou na configuração de um determinado fenômeno realmente produz uma mudança no fenômeno analisado?

Na vida cotidiana, tanto quanto no mundo acadêmico, o tempo todo fazemos inferências. Essas são entendidas como o “processo de usar os fatos que conhecemos para aprender sobre os fatos que nós não sabemos” (King, Keohane e Verba 1994: 46). Se falamos de estatística estaremos nos referindo à operação que permite generalizar indutivamente um conhecimento para o todo com base no conhecimento sobre amostras específicas. Também fazemos isso todo o tempo: a partir do conhecimento que temos (nossa amostra) sobre qualquer assunto, efetuamos generalizações sobre parte do mundo que não conhecemos diretamente. Essas inferências indutivas podem ser causais ou descritivas. Entretanto, essa inferência poderá ser válida em sua fundamentação ou não. Para produzir inferências causais válidas é preciso ter clareza quanto à noção de *causalidade*. De novo, a definição de causalidade aqui utilizada pode ser encontrada no dicionário (Houaiss 2001): “condição ou qualidade do que é causal, do que produz efeito (...) relação entre dois acontecimentos ou estado de coisas, fatos ou objetos, observada quando o

surgimento do primeiro induz, origina ou condiciona a ocorrência do segundo.”

A noção de “causa” é um dos temas favoritos do pensamento filosófico ocidental e encontra sistematizações canônicas na tradição clássica pelo menos desde Aristóteles (*Metafísica* 1954). Em seu sentido mais fundamental, porém, uma definição bastante parcimoniosa (e, até por isso, bastante generalizável) de causalidade pode ser encontrada em KKV (1994: 79). Ali, o “efeito causal realizado” da variável independente I sobre a variável dependente y para a unidade i é a diferença entre o estado (ou “valor”) de y_i na presença de I e o estado de y_i na ausência (N) de I :

$$(\text{Efeito Causal Realizado de } I \text{ sobre } y \text{ para a unidade } i) = y_i^I - y_i^N$$

Embora essa definição confira sentido teórico claro e unívoco à ideia de “causa”, ela também explicita sua natureza incontornavelmente conjectural: pois, em termos empíricos, para cada unidade i da variável dependente y , ou I esteve presente, ou I esteve ausente – mas nunca ambos. Assim, é impossível comparar y^I com y^N para um caso empírico específico de y , e por isso toda proposição causal traduz uma conjectura apoiada em raciocínio contrafactual. A exigência desse raciocínio contrafactual constitui o assim chamado “*problema fundamental da inferência causal*” (Holland 1986, *apud* King, Keohane e Verba 1994), e como dizem os próprios KKV,

“é de fato um problema *fundamental* uma vez que, independentemente da perfeição do desenho de pesquisa, da quantidade de dados coletados, da perspicácia dos observadores, da diligência dos assistentes de pesquisa e dos controles experimentais disponíveis, nós nunca temos certeza sobre uma inferência causal” (King, Keohane e Verba 1994: 79, tradução nossa).

É importante tê-lo em mente para compreender adequadamente o fato de que toda inferência causal é, no limite, incerta: a mera definição de causalidade implica o fato de que nós nunca poderemos ter *certeza* sobre um efeito causal. Não se trata de estimular ceticismo ou desânimo, mas apenas consciência sóbria da complexidade da tarefa, e humildade em sua execução.

Num plano mais aplicado a sua manifestação teórica nas ciências sociais, Hall (2003) identifica cinco estruturas causais possíveis:

1) Muitas causas para um só resultado – algumas teorias, por sua complexidade (ou, mais propriamente, sua falta de parcimônia), admitem múltiplas variáveis independentes (fatores) para um único efeito, mas um determinado fator pode estar agindo em uma situação e não em outra, ou em um contexto e não em outro.

2) Dependência causal no tempo – devido sobretudo a efeitos de retroalimentação, determinados fatores podem influenciar fenômenos em uma dada época e não em outra, quando tratamos de objeto de natureza histórica, como

se dá muito caracteristicamente na pesquisa social. Pierson (2001), por exemplo, ao analisar o desmantelamento do estado de bem-estar social, argumenta que as políticas prévias produzem efeitos diferentes no momento da expansão e no momento da retração ou crise dessas políticas. De qualquer forma, a causa terá sempre que preceder o fenômeno, necessariamente, independente do respaldo teórico utilizado ou do desenho de pesquisa em voga.

3) Mesma causa para diferentes resultados – o exemplo citado por Hall são os protestos sociais que podem gerar em alguns lugares a queda do governante do poder e em outros o aumento da repressão e a diminuição de liberdades civis. Nesse caso, de um ponto de vista nomológico o que se passa é que variáveis não consideradas em nossa hipótese – ditas exógenas – adotariam valores diferentes nos vários casos contemplados, constituindo-se nas efetivas explicações dos diferentes resultados observados: em outras palavras, teríamos nas mãos uma hipótese fraca, refutada pelo experimento.

4) Resultados como efeitos de causas variadas que dependem dos demais fatores, ou de interação entre diferentes fatores. Por exemplo, a conformação do estado de bem-estar social em diferentes países é consequência de uma série de fatores já citados anteriormente, entretanto, níveis similares de organização da classe trabalhadora em diferentes países podem não influenciar o regime de bem-estar da mesma forma em função da existência de distintas matrizes de poder político nesses países (Esping-Andersen 1985): nesse caso teríamos uma teoria com múltiplas variáveis independentes, onde a produção ou não do efeito postulado dependerá de combinações específicas possíveis entre essas variáveis explicativas.

Por fim, (5) Hall trata de causalidades que são circulares, e seu exemplo fala do aumento no apoio à democracia que tende a favorecer a estabilidade da democracia, o que por sua vez aumenta o apoio ao regime: é como se os fenômenos se retroalimentassem em círculos virtuosos ou viciosos, o que em tese pode também se representar por uma estrutura explicativa de tipo funcionalista (Stinchcombe 1968: 80-100).

O erro a ser destacado aqui, por ser um dos mais comuns, é a indistinção entre correlação e causalidade. Há fenômenos cuja relação mútua é de causa e efeito, e há outros que são correlacionados, mas um não causa o outro. O bom e simples exemplo usado para isso pela Statistical Assessment Service: causação haveria entre tabagismo e câncer de pulmão; correlação, entre tabagismo e alcoolismo. De acordo com SAS,

“a nossa intuição pode nos desviar do caminho quando se trata de distinguir entre causalidade e correlação. Por exemplo, o fato de se comer o lanche ou o almoço tem sido correlacionado com o sucesso na escola para crianças do ensino

fundamental. Seria fácil concluir que a ingestão de café da manhã faz com que os alunos sejam melhores aprendizes. Acontece, porém, que aqueles que não tomam café da manhã ou não almoçam em casa também são mais propensos a faltar ou chegar mais tarde - e é o absenteísmo que desempenha um papel significativo no desempenho ruim. Quando os pesquisadores testaram novamente a teoria café da manhã, eles descobriram que, independente de outros fatores, café da manhã só favorece um melhor desempenho para aquelas crianças desnutridas.”

2.2 - O QUE CARACTERIZA UMA PESQUISA SOCIAL

Ao diferenciar o que é e o que não é pesquisa social, Ragin (1994: 7) distancia-se de algumas visões convencionais da pesquisa social, entre elas as que definem a pesquisa social por um uso especial da linguagem, caracterizando-a como usuária de uma linguagem que expressa relações entre variáveis, bem como aquelas que procuram diferenciar a pesquisa social por meio da utilização de uma metodologia de formulação e testes de hipótese.

Para Ragin (1994: 56), é a produção da representação da vida social através de alguma interação sistemática entre ideias (teorias) e evidências (dados) que define a pesquisa social. Ele divide a pesquisa social em duas partes principais: uma relacionada à análise, que se refere ao “diálogo entre ideias e evidências” e a outra, que seria uma “síntese de evidências” que é tomada como parte importante do diálogo referido entre ideias e evidências.

Para KKV (1994), a pesquisa social pode ser referida à investigação de um fenômeno socialmente significativo que pode ser caracterizado por ser ordinário, extraordinário (outlier) ou por ser um fenômeno histórico de grande importância. Em qualquer caso, ela se caracteriza por cinco elementos constitutivos:

- 1) a construção, o refinamento e a conferência de uma teoria;
- 2) a inferência como objetivo principal, onde entendemos por inferência o processo de usar os fatos que conhecemos para aprender sobre os fatos que nós não sabemos, como já dito (King, Keohane e Verba 1994: 4-9) ;
- 3) a visão de que o método é também conteúdo, ou seja, seguir as regras de inferência é condição necessária para garantir a validade dos resultados (King, Keohane e Verba 1994: 4-9);¹
- 4) a publicidade dos procedimentos: para que a comunidade acadêmica possa julgar a validade do que foi feito, o pesquisador tem de explicitar os procedimentos

¹ Ragin (1994) enfatiza que a incorporação adequada de evidências corretamente coletadas (que em termos metodológicos se traduziria na atenção à validade e à confiabilidade dos dados analisados e na análise sistemática das evidências de acordo com um método de pesquisa previamente definido ou que se mostre adequado ao objeto de estudo) é condição necessária para a construção de inferências válidas.

para cada fase do processo de pesquisa (King, Keohane e Verba 1994: 4-9);

5) a consciência da incerteza dos resultados: o processo de pesquisa é inerentemente imperfeito. Para esse efeito, bastaria o “problema fundamental da inferência causal”, já aludido. Mas ainda há algo mais: a correspondência entre os fenômenos do mundo exterior e as categorias lógico-analíticas envolvidas na pesquisa (conceitos, definições, medidas etc.) é inerentemente balizada e limitada por nossa capacidade cognitiva e nossas categorias mentais. Em toda pesquisa, muita informação sempre será “perdida” – não observada – porque o mero ato de observar é sempre subsidiário de um “recorte” analítico-conceitual que orienta e disciplina a observação. Não se trata de postular aqui uma arbitrariedade radical, ou uma irrelevância da escolha do enquadramento conceitual ou teórico: diferentes campos conceituais podem conseguir estabelecer correspondência *mais* ou *menos* unívoca com seus referenciais empíricos. Contudo, é preciso admitir de antemão que essa univocidade nunca será total, e haverá sempre um *salto interpretativo* envolvido no esforço de vincular teoria com evidência empírica. Assim, precisamos estar conscientes da incerteza dos resultados. Afinal, é o que Hempel chamou de imaginação criadora que é a costura realizada pelo pesquisador entre teoria e dados, baseada em total familiaridade com conhecimento relativo ao seu fenômeno (Hempel 1970: 14)

Ragin (1994: 31) identifica um objetivo geral da pesquisa social no próprio ato de “identificar ordem e regularidade na complexidade da vida social”. A esse objetivo geral segue-se uma série de objetivos específicos que permitirão a elaboração de inferências válidas e a construção ou conferência teórica, quais sejam: a identificação de padrões gerais de relações, testes de hipóteses, a discussão teórica e a contribuição dada à área, a realização de predição, a interpretação cultural ou historicamente significativa para o fenômeno, e a exploração da diversidade tendo em vista a construção de novas teorias ou a revisão de antigas teses.

Didaticamente, Ragin (1994: 55) apresenta um esquema das interações entre os conceitos propostos para a caracterização do modelo de pesquisa social e afirma que um esquema analítico deduzido das ideias ou da teoria combinado com imagens indutivamente construídas pelo pesquisador através da análise das evidências ou dados produzem a interpretação do pesquisador para o fenômeno analisado, ou seja, sua representação da vida social. Ganha especial ênfase, devido à sua importância na elaboração e execução da pesquisa social, as definições de “esquema analítico” e “imagens”. Segundo Ragin, o esquema analítico nada mais é do que um conjunto de ideias que conformam o “problema” a ser investigado, bem como o “modo de observar esse problema”. Por isso, em sua proposta, através do esquema analítico é possível “classificar” os fenômenos e “caracterizar” os casos a serem estudados. As imagens, por outro lado, consistem em idealizações dos casos reais, no sentido

de que são seleções de informações coletadas pelo pesquisador. Essas imagens implicam de alguma forma explicações ou relações causais e guiam pesquisas futuras. Assim, segundo o autor, “o diálogo entre ideias e evidências culmina em representações da vida social” (Ragin 1994: 72), que significa basicamente uma explicação para os aspectos problematizados dos fenômenos estudados.

2.2.1 - AS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS

Quando pensamos na diversidade da pesquisa social, é quase inevitável nos depararmos com a tríade que distingue entre (1) a abordagem qualitativa, (2) a abordagem comparativa, e (3) a abordagem quantitativa. Usualmente, essa distinção comparece de maneira um tanto arbitraria, e sem muita argumentação ulterior que justifique metodologicamente a conveniência dessa distinção. Uma exceção importante é Ragin (1994: 50-52), que explicita a relação entre o leque de aspectos estudados por cada método e o número de casos observados. Assim, o método dito “qualitativo” tem como estratégia típica um estudo intensivo, baseado na investigação de diversos aspectos de um número “pequeno” de casos. Já o método comparativo se caracteriza por ser compreensivo, ou seja, estuda um número “moderado” de aspectos de um número “moderado” de casos. E o método quantitativo é extensivo, ou seja, analisa “poucos” aspectos de um número “elevado” de casos (Ragin 1994).

Tanto Ragin quanto KKV defendem não haver diferença substantiva entre as diferentes abordagens na medida em que todos procuram realizar inferências válidas. A natureza fatalmente relativa do que pode ou não ser considerado como um número “pequeno” ou “elevado” de casos ou aspectos em cada pesquisa dada mostra o que há de convencional na caracterização de dada pesquisa como qualitativa, quantitativa ou comparativa. Quando tratamos dos elementos constitutivos da pesquisa social citados na seção anterior, elas não são diferentes entre si, isto é, para a produção de inferências válidas, toda pesquisa tem que apresentar um referencial teórico do qual ela parte, mesmo que este venha a ser contestado; toda pesquisa tem que apresentar um desenho, uma metodologia apropriada aos seus dados e às evidências e também ao arcabouço teórico adotado e, por fim, toda pesquisa tem que apresentar e justificar qual a melhor abordagem, qual ou quais métodos serão utilizados como meios para seus fins. E mesmo que o *modus operandi* mude, há um conjunto de propriedades básicas para a produção de inferências válidas que deverá ser seguido independentemente da abordagem escolhida. Toda pesquisa social, seja ela qualitativa, comparativa ou quantitativa, descritiva ou explicativa, deverá apresentar relevância teórico-prática, embasamento teórico e rigor metodológico,

produzir inferências válidas, publicar seus procedimentos e reportar o grau de incerteza dos seus resultados.

Pode-se admitir, porém, que historicamente certos tipos de pesquisas tenham constituído tradições disciplinares distintas. Apesar de rezarem todas pela mesma cartilha dos elementos constitutivos dos trabalhos científicos, cada tradição terá trazido diferentes contribuições para a pesquisa social (Quadro 1).

Quadro 1 - Os Objetivos e as Estratégias da Pesquisa Social

	Pesquisa Qualitativa	Pesquisa Comparativa	Pesquisa Quantitativa
Identificação de Padrões		secundário	Primário
Teste e refinamento de teorias	secundário	secundário	primário
Predições		secundário	primário
Interpretação significativa	primário	secundário	
Exploração de diversidades	secundário	primário	secundário
Dando voz	primário		
Desenvolvimento de novas teorias, esclarecimento de mecanismos causais	primário	primário	secundário

*Tabela reproduzida do segundo capítulo do livro (Ragin 1994: 51)

O problema é que o debate sobre os processos metodológicos tende a apresentar as diferentes abordagens como alternativas excludentes quando, de fato, devem ser tomadas como tarefas complementares. As possibilidades de “divisão de trabalho” dessa natureza podem ser contempladas dentro de uma mesma pesquisa ou pela interação entre várias pesquisas que se conectam, contribuindo para o amadurecimento de uma teoria ou área de conhecimento. O problema é antes administrativo ou institucional do que metodológico ou epistemológico. Como lembra Ragin, quem estuda um fenômeno geral não costuma se dirigir a eventos específicos (Ragin 1994: 40) e mesmo quando é possível realizar tanto estudos gerais de vários casos quanto estudos de um caso em profundidade dentro de uma mesma pesquisa, os constrangimentos financeiros e as restrições de tempo serão limitadores, induzindo certa rotinização especializada (Ragin 1994: 40-48). Ou seja, um estudo geral pode contribuir para a investigação de um fenômeno específico e vice-versa, ou uma análise qualitativa de casos comuns, extremos ou únicos, como um fato histórico, podem ser o embasamento para a construção de teorias mais amplas. Um exemplo de agenda de pesquisa assim eclética, que oscilou ao longo dos anos entre a especulação axiomática, estudos de caso, vastas generalizações comparativas e teorização normativa é a obra de Robert Dahl (1961): um caso de profunda articulação entre seus vários trabalhos, nada obstante a grande diversidade de métodos.

Who Governs?

Robert A. Dahl

Em *Who Governs?*, Robert A. Dahl, questiona quem de fato governa em um sistema político democrático no qual os cidadãos são desigualmente munidos dos recursos (capacidades) necessários para influenciar o processo decisório. Ou seja, quem realmente governa em um sistema político no qual, apesar das crenças democráticas serem disseminadas e os procedimentos de alternância do poder através do sufrágio universal masculino estarem estabelecidos, a distribuição de recursos como educação, posição social, dinheiro, etc., é desigual? Essa questão é respondida por Robert Dahl através da análise empírica do processo de transformação de um regime oligárquico para um sistema democrático pluralista em uma cidade tipicamente urbana dos Estados Unidos, New Haven, em Connecticut.

A passagem do regime oligárquico para um regime poliárquico em New Haven é analisada com detalhe pelo autor, a partir das mudanças nos padrões de distribuição dos recursos econômicos, sociais e políticos no final do século XVIII e durante o século XIX. O autor tem dois desafios: mostrar a dispersão desses recursos entre os grupos sociais, ou seja, horizontalmente, e a distribuição do poder dentro de um grupo social, ou seja, verticalmente. Em ambos os casos, um regime poliárquico se configura de tal forma que as desigualdades deixam de ser cumulativas, como o é em um regime oligárquico onde apenas a elite tem acesso à arena de decisão em função da concentração de recursos como educação, riqueza, posição social herdada, etc.

No que se refere à dispersão de recursos entre os grupos sociais, Dahl faz uma análise do processo de inclusão social e econômica de diferentes grupos de New Haven. O autor mostra que durante mais de meio século, entre 1784 e 1842, New Haven possuía uma estrutura oligárquica de dominação, onde os patrícios determinavam o processo político e decisório, através da concentração dos recursos políticos e socioeconômicos: a riqueza, a educação, o monopólio dos cargos oficiais e a posição social. Dahl mostra que nesse período New Haven era uma sociedade permeada pelos valores tradicionais que moldavam comportamentos nos âmbitos social e político. No entanto, o desenvolvimento urbano e industrial, o crescimento populacional, o processo de imigração, em suma, as transformações sociais e econômicas pelas quais New Haven passou durante o século XIX, resultaram em mudanças que afetariam definitivamente a estrutura oligárquica daquela cidade.

Cinco fatores são apontados como as principais causas da decadência da oligarquia: o voto secreto, a ampliação do sufrágio, o aumento da população, a mobilização e a organização dos eleitores em partidos políticos e a sua definição ideológica. Nesse ponto, o autor privilegia a organização dos eleitores e a definição ideológica como os principais fatores que corroeram o poder oligárquico. Mesmo com todo esse processo, somente em 1845 é que caíram as restrições ao voto relativas à propriedade, grande foco de poder político das famílias tradicionais.

O autor mostra como uma sociedade antes dominada por uma oligarquia tradicional dá lugar a uma sociedade urbana industrial e o que isso representa politicamente. No período oligárquico havia uma concentração de recursos políticos (que eram cumulativos: educação, posição social, família) nas famílias tradicionais e essa situação foi modificada pelas instituições e processos inseridos pela ascendência da sociedade industrial que produziu uma dispersão dos recursos políticos, agora não mais cumulativos. Dahl, mostra a diferença do processo ocorrido em New Haven daquele ocorrido nos Estados Unidos como um todo onde a sociedade agrária foi sucedida pela industrial e, ao contrário do caso

estudado, houve uma concentração de recursos políticos. Mesmo assim, o autor sempre reafirma que o processo ocorrido em New Haven não erradicou a desigualdade, transformou um cenário oligárquico onde as desigualdades eram cumulativas, para uma nova sociedade onde elas são dispersas.

Dahl realiza a sua análise considerando a distribuição de recursos ou os padrões de influência em três áreas distintas: na educação pública, no desenvolvimento urbano e nas nomeações para cargos políticos. Para o autor, a influência política em New Haven é fortemente marcada por duas características: a especialização e a estratificação. Ou seja, indivíduos ou grupos influentes em uma determinada área não têm tanto inserção em outras áreas e, mais, essa influência é estratificada: a origem dos indivíduos e grupos ativos em um setor é diferente dos indivíduos e grupos ativos em outros setores políticos.

Em resumo, Dahl particulariza o sistema político de New Haven como um sistema de dispersão das desigualdades característico por 6 aspectos: os políticos são influenciados por diferentes tipos de recursos disponíveis para diferentes pessoas, os recursos são desigualmente distribuídos, indivíduos com um acesso melhor a um tipo de recurso provavelmente não o terá a outro recurso, geralmente, nenhum tipo de recurso tem predominância sobre os demais nas questões políticas mais centrais, um recurso efetivo em um setor específico, provavelmente não o será em outro setor, e, por fim, praticamente todos os indivíduos ou grupos são possuidores de algum tipo de recurso influente (228).

Ao realizar uma análise empírica detalhada sobre as transformações socioeconômicas e políticas de New Haven, Dahl desenvolve as bases para uma definição de pluralismo que é subjacente à teoria poliárquica. Em sua concepção, um sistema político no qual os recursos são dispersos entre e intra os grupos sociais, apesar de desigualmente distribuídos permite uma espécie de equilíbrio de forças impedindo o predomínio político de algum grupo ou liderança. Ou seja, a dispersão do poder econômico, social e político possibilita a existência de um sistema político democrático no qual é possível a um grande número de pessoas seja formular preferências, exprimi-las e tê-las consideradas na conduta do governo (Poliarquia1997).

3 - O FENÔMENO QUE SE QUER PESQUISAR

Você sabe o que quer explicar? Não o tema de sua escolha, por natureza genérico, mas o fenômeno ou processo específico? O fenômeno, fato social ou processo que você quer explicar é explicado por aquilo que você acha que o explica? E o que outros autores dentro da literatura especializada acham que explica o fenômeno de seu interesse? Ou seja, você conhece as hipóteses rivais à que você defende ou se interessa? Toda vez que pensamos em organizar uma pesquisa já temos em mente um fenômeno que nos interessa e temos também a ideia de que esse fenômeno será explicado por outro fenômeno, por outros eventos que, em função de uma determinada cadeia de acontecimentos, geraram um resultado específico e não outro. Neste caso, basicamente, nós estamos falando sobre o estudo da relação entre x e y ou, em outras palavras, sobre pensar y como uma função da variação de x e sobre as possíveis inferências que possamos fazer quanto a essa relação. Assim, a ideia central de causalidade é identificar os mecanismos causais

necessários para fazer inferências baseadas em teoria e em métodos que escolhemos. Isto é, nós precisamos saber como um conjunto de mecanismos causais funcionam entre x (causa) e y (efeito) dado um específico arcabouço teórico e um conjunto de regras metodológicas. Tudo isso para alcançar a compreensão da relação de causa e efeito entre y e x , onde y é a variável resposta, isto é, onde y é o fenômeno, fato, evento, regime que você quer explicar, analisar e x é uma variável explicativa ou um conjunto de fatores e eventos que, agindo de acordo com um mecanismo específico, levaram aos resultados observados em y .

Tendo em vista este quadro básico da investigação científica e seguindo a orientação teórica, é necessário construir o projeto de pesquisa para nos orientar no nevoeiro da pesquisa empírica. Por desenho de pesquisa entendemos critérios metodológicos e teóricos para a construção e julgamento da inferência. Em outras palavras, é a estratégia de utilizar as evidências disponíveis da melhor forma para alcançar inferências sustentáveis. KKV enfatizam quatro componentes principais do desenho de pesquisa: (1) a questão de pesquisa, (2) a teoria, (3) os dados e (4) o uso dos dados. Essas são as ferramentas para a elaboração consistente de inferências sobre os fenômenos sociais. Peters (1998) endossa a lista e confere-lhe mais substância por meio de quatro perguntas claras:

1) “Qual é a coisa que a pesquisa pretende explicar? (Qual é a sua variável dependente?)” Isto é, qual o fenômeno em questão, o que você deseja analisar? Lembre-se, aqui não se trata do tema, mas da questão de pesquisa referida a um fenômeno ou processo.

2) “Qual é a causa presumível do fenômeno em questão?” Ou seja, qual a teoria que explica seu fenômeno? Existem outras causas possíveis?

Quando você tem consciência dos dois itens acima, você conseguirá formular a sua questão de pesquisa. Você já tem clareza do problema que será o fio condutor da pesquisa. Mas ainda faltam dois aspectos importantes.

3) “Qual ou quais são as evidências necessárias para sustentar a ligação entre causa e efeito, e como elas devem ser reunidas (mecanismos causais)?” Elas podem ser reunidas de outras formas?

4) “Como podemos estar seguros quanto à qualidade de nossas evidências?” (Peters 1998: 26)

3.1 - A QUESTÃO DE PESQUISA

Todos os projetos de investigação em ciências sociais devem ter uma pergunta principal, que seria a diretriz do projeto de pesquisa. Apesar de parecer uma ideia básica, KKV enfatizam a importância da pergunta de pesquisa, porque não é raro

que os pesquisadores ou leitores percam o fio da meada por não estarem certos quanto ao teor exato da pergunta que constitui o núcleo da pesquisa. A falta de clareza relativa à questão de pesquisa pode levar a escolhas teóricas equivocadas, bem como a erros metodológicos.

Geddes (2003) faz uma rica reflexão sobre desenho de pesquisa em política comparada. Ela reflete sobre a relação entre *as questões de interesse, as estratégias de pesquisa e a construção de teoria*. Para ela o que mais prejudica a pesquisa em política comparada são as questões amplas demais, que deveriam ser divididas em múltiplos processos que contribuiriam para a construção do conhecimento do fenômeno ao invés da aventura, muitas vezes inglória, de tentar analisar o processo ou fenômeno como um todo. Geddes sugere que dividir o problema em processos que se conectam entre si de forma a esclarecer mudanças em eventos mais complexos.

De qualquer forma, saber exatamente o que se quer é um exercício complexo e seu resultado dependerá da forma como se elaboram as questões de pesquisa, da escolha dos casos a serem estudados, do recorte temporal da pesquisa, entre tantos possíveis. Como enfatiza Geddes, tudo dependerá da escolha de um fenômeno amplo demais, como a democracia; ou um fenômeno único demais, como a Revolução Russa; ou um fenômeno plural como as origens e o desenvolvimento do estado de bem-estar social; ou mesmo se o seu fenômeno ou objeto de pesquisa permanece ainda vago demais. Tudo isso influenciará seus resultados.

3.2 - A TEORIA

Boa teoria é premissa básica para boa pesquisa. Um arcabouço teórico-conceitual robusto apóia tanto um bom desenho de pesquisa na sua produção de questões válidas, de premissas e de mecanismos causais como também serve de guia para a escolha dos métodos corretos a serem utilizados (King, Keohane e Verba 1994).

Qual é a causa presumível do fenômeno em questão? Do interesse por algum fenômeno específico decorre uma teoria, no mínimo uma especulação conjectural, que explique esse fenômeno. Quando temos interesse por uma “coisa”, em geral, temos em mente uma teoria sobre o funcionamento dessa “coisa”. Caso não a tenhamos, este será sempre o primeiro passo a ser dado.

Sem teoria, o método é vazio. Para Faure (1994, citado por Peters 1998: 33),

o método é “*totalmente dependente de critérios pré-existentes tais como conceitos, proposições e teorias. Em geral, estes poderão ser testados pelo método, mas não descobertos por ele*”.

Isso significa dizer que é necessário um bom arcabouço teórico para definir as diretrizes da pesquisa e dos mecanismos causais a serem investigados. A incipiência teórica pode conduzir a vários tipos de problemas, como má especificação de modelos, vieses, endogeneidade, problemas de validação, e assim por diante. KKV fazem a ponte entre a teoria e os dados quando enfatizam que as implicações observáveis da teoria devem guiar a nossa coleta de dados e ajudar a distinguir os fatos relevantes dos irrelevantes (King, Keohane e Verba 1994: 29). Pesquisadores devem orientar-se pela escolha de sua estrutura teórica e pela clareza na definição de seus conceitos. É a partir do referencial teórico que se desenvolvem suas hipóteses, os mecanismos causais, a explicitação dos seus conceitos, assim por diante. Uma teorização incipiente irá forçosamente produzir resultados frágeis.

O acaso pode até brindar uma pesquisa com resultados sugestivos, apesar de um arcabouço frágil. Mas esses resultados só chegarão a ser cumulativamente relevantes quando (e se) o esboço teórico vier a ser devidamente apurado. E mais, o acaso só será aproveitado de fato se o pesquisador estiver preparado para ele. Kirk e Miller (1986: 16-17) tratam de descobertas importantes para a ciência que foram “acidentais” mas enfatizam como os cientistas ali estavam devidamente preparados para lidar com algo que os obrigou, que os induziu a estratégias heterodoxas de observação. Hempel (1970: 12-13) segue essa mesma linha para mostrar o lugar do “palpite” que por vezes, toma o lugar da teoria. O tal “palpite feliz” de que fala o autor só virá de quem tem um profundo conhecimento não só do objeto estudado como dos métodos de investigação e construção do conhecimento (Kirk e Miller 1986).

De qualquer forma, o que Kirk e Miller estão construindo são os argumentos para a construção de objetividade mesmo em pesquisas qualitativas e para isso ressaltam o argumento de que ela é baseada na validade e na confiabilidade das evidências. Eles apresentam várias concepções distintas de validade e de confiabilidade. Dentro disso, é útil aqui a distinção entre validade interna e externa, tal como traçada por Campbell, Stanley e Gage (1966). A validade interna é uma estrutura fundamental da causalidade: x tem um impacto sobre y ? Na verdade, essa ideia é o núcleo da pesquisa e ponto de partida da análise: a validade dessa hipótese, ou a falta dela, determinará a consistência de toda a pesquisa e essa hipótese será guiada pela teoria. Por outro lado, o conceito de validade externa está relacionado à necessidade de generalização: os resultados encontrados podem ser estendidos a outros grupos, unidades e populações? Afinal, é nisso que consiste o desejo de fazer teoria, estudar um pedaço do mundo para explicar uma parte maior. Ou seja, fazer inferências (Laitin 1995).

No entanto, como Popper já mostrou há tantas décadas, precisamos ter em mente a natureza conjectural do conhecimento científico, movido por um infinito processo de tentativa e erro: conjecturas e refutações, como se lê no título de uma

de suas coletâneas mais abrangentes (Popper 2008). Assim, as teorias formuladas devem ser passíveis de refutação, ou seja, devem ser passíveis de falseamento por observação empírica. Popper afirma que as teorias que não são falseáveis são dogmas, não teorias. Só aprendemos sobre o mundo a partir de proposições empiricamente falseáveis. Sua sobrevivência ao teste empírico nos orienta a ação futura, nossa relação com o mundo; e seu eventual falseamento nos impele a um conhecimento mais preciso, que especifica e restringe o campo de validade da teoria refutada, que agora será tomada como um caso especial, válido sob parâmetros específicos.

Este enquadramento é reforçado por Stinchcombe (1968), ao referir-se especificamente à teoria social. Para ele o enquadramento conceitual pode ajudar o pesquisador a identificar fenômenos e, conseqüentemente, as causas, as conseqüências e as direções causais envolvidas. Mas, dadas as incertezas fatalmente implicadas em nossa apreensão cognitiva do mundo exterior, o trabalho de pesquisa é tarefa contínua, se se pretende uma observação sistemática das mudanças no mundo e o desenvolvimento de melhores medidas e conceitos – método e teoria, concomitantemente. Stinchcombe enfatiza que quanto mais uma teoria ou conceito sobrevive a esse processo, melhor é esta teoria: ela se torna mais robusta e, conseqüentemente, há uma melhoria do conhecimento sobre os fenômenos tratados. A ênfase de Stinchcombe reside na interação entre pesquisa e teoria mais do que na falseabilidade (Stinchcombe 1968: 57). Como o conhecimento avança pelo falseamento, temos de nos empenhar no teste severo de nossas hipóteses. Mas isso só será possível se as teorias estiverem formuladas de maneira suficientemente precisa para viabilizar o teste empírico. Na direção contrária, teorias, mesmo quando propícias, somente serão devidamente testadas quando a pesquisa for desenhada de forma apta ao teste daquela teoria específica. Sendo assim, os desenhos de pesquisa que geram evidência insuficiente em relação à complexidade da teoria que está sendo investigada pode levar àquilo que chamamos de “projetos de pesquisa indeterminados”.

Entre essas ideias relativas à importância da teoria e dos desenhos de pesquisa (projetos) para o desenvolvimento do trabalho de investigação, nós poderíamos salientar o papel central dos modelos formais ou matemáticos, cuja natureza abstrata favorece a capacidade dedutiva da análise. Geddes (2003: 32-33) admite que um modelo é *uma representação simplificada do processo*, uma vez que a realidade lhe traz muito mais características e detalhes do que são necessários para seu argumento. Um bom modelo nos ajuda a apreender e analisar aspectos de um fenômeno que antes não nos eram claros, nos ajudando a entender o objeto mais claramente ao isolá-lo analiticamente de seu contexto. Os modelos formais são as orientações e eles podem nos ajudar na construção de teorias internamente

consistentes; sem eles, a complexidade dos fatos sociais fatalmente nos travaria ou nos levaria a inconsistências que poderiam invalidar as nossas inferências. No entanto, eles não podem evitar os problemas empíricos das inferências, principalmente as causais: toda inferência é incerta, e se relaciona de maneira complexa, passível de interpretação, com a evidência empírica disponível (King, Keohane e Verba 1994: 107).

Um espírito cético talvez desse de ombros nesse ponto: se toda inferência é incerta, então, é inútil todo esforço de rigor metodológico. Ao contrário, porém, é justamente a fatal incerteza sobre todo conhecimento empírico que nos obriga ao rigor, se apenas quisermos nos certificar de que fomos tão longe quanto pudemos. Por isso, para além da teoria, nós precisamos enfatizar a proposição de desenhos de pesquisa que produzirão inferências válidas sobre a vida social e política (King, Keohane e Verba 1994). Uma vez de posse de uma boa teoria, com clareza e conhecimento dos mecanismos causais e possíveis efeitos causais da nossa questão de investigação sobre um processo social, o próximo passo é uma preocupação com as evidências e o uso delas.

A qualidade dos dados e sua utilização são aspectos importantes do desenho de pesquisa. Depois da teoria, esta é a primeira preocupação do esforço de pesquisa. De um lado, é importante registrar e relatar o processo pelo qual os dados são gerados, recolhidos ou criados, e resumidos e classificados, pois somente procedimentos sistemáticos em relação às informações coletadas podem garantir a transparência do processo, permitindo não só a identificação de possíveis problemas de viés e de confiabilidade, mas também – e isso é muito importante – sua eventual replicação. Complementarmente, quanto maior o número de observações, melhor (tudo mais mantido constante). De maneira consistente com o cânone popperiano, para KKV (1994: 47) a máxima fundamental para orientar tanto a criação teórica quanto a coleta de dados é: procure por mais implicações observáveis da teoria. Analogamente, para Becker (1998), devemos buscar sempre os casos que podem refutar suas hipóteses.

3.3 - PRODUÇÃO DE ESTIMATIVAS IMPARCIAIS (NÃO VIESADAS) E CONFIÁVEIS

Enfim, podemos detectar impropriedades numa pesquisa e observar problemas de má especificação teórica, bem como erros metodológicos, por causa da falta de clareza conceitual quanto aos pontos principais que estamos investigando. É crucial ter em mente a ideia de que um bom enquadramento teórico e um modelo claro no plano formal são as melhores diretrizes que tornam possíveis a validade das

inferências feitas. Em termos gerais, quando falamos sobre boa teoria e bons dados, estamos construindo a base para o desenvolvimento de nosso projeto de pesquisa, onde faremos o possível para garantir a validade e a confiabilidade das nossas observações, com o propósito de alicerçar devidamente nossas inferências. Estes são dois atributos metodologicamente importantes das medidas que chegamos a fazer. Estes aspectos são simples, mas essenciais para uma boa pesquisa científica.

Validade refere-se a medir de fato o que nós pensamos que estamos medindo. Em uma pesquisa científica buscam-se procedimentos que permitam maximizar a validade das nossas medidas, que por sua vez buscam capturar variações nas manifestações empíricas de nossas categorias analíticas (ou conceitos), a esta altura já convertidos em “variáveis”. Peters (1998: 46) desenvolve essa idéia. Para ele,

a validade “*é uma simples questão de saber se estamos medindo o que nós estamos pensando que medimos, ou se as observações que fazemos são uma função de outros fatores não incluídos na análise*”.

Embora isso pareça uma idéia básica, às vezes pesquisadores não sabem exatamente o que estão medindo, isto é, se o indicador utilizado (ou os indicadores utilizados) reflete de maneira adequada o conceito teórico e os mecanismos causais que haviam sido procurados. Podemos ter, basicamente, dois problemas: um pelo desconhecimento do pesquisador quanto à ineficiência ou à imprecisão da medida utilizada. Esta é a pior situação, porque ele não poderá fazer correções ou ajustes, dada sua ignorância em relação ao fato. Outra situação decorre da eventual complexidade do conceito utilizado. Os processos sociais e políticos frequentemente demandam o uso de mais de uma medida (indicador) para serem capturados. Os conceitos são multidimensionais. Neste caso, boas estratégias podem ser tanto a coleta de informações das diferentes formas possíveis para se contemplar um conceito quanto a busca de indicadores relativos às suas várias dimensões. Mesmo assim, os resultados ainda podem ser insatisfatórios, principalmente se o pesquisador perder de vista seu modelo formal, ou se este modelo for incipiente.

Confiabilidade “*significa que a aplicação do mesmo procedimento, da mesma forma, sempre produzirá o mesmo resultado*” (King, Keohane e Verba 1994: 25). Confiabilidade se refere à coleta e ao tratamento dos dados e à utilização dos métodos. Intuitivamente, a confiabilidade parecerá relevante para as perspectivas de replicação dos dados, de nossas medidas e de todos os procedimentos da pesquisa. Contudo, embora a alta confiabilidade de nossas medidas será provavelmente relevante para a replicação de nossos *resultados*, ela não será relevante para a replicação de nossos *experimentos*. Para isso bastará a explicitação precisa dos procedimentos empregados. E isso é mais importante, já que a eventual replicação

mal-sucedida de nossos experimentos muito nos ensinará sobre os resultados encontrados. Talvez nos explicita, quando nada, a baixa confiabilidade das medidas utilizadas.

A validade e a confiabilidade dos dados são condições necessárias para a produção de estimativas imparciais (não viesadas) e eficientes e, portanto, de inferências válidas. Por eficiência entendemos a menor variação de nosso fenômeno de interesse sem explicação, ou seja, uma mensuração da confiabilidade relativa de um indicador juntamente com indicadores válidos e um percurso investigativo também válido. *“Eficiência é um conceito relativo, que é medido através do cálculo da variância do estimador em repetições hipotéticas. Para estimativas não enviesadas, a menor variância significa um estimador mais eficiente”* (King, Keohane e Verba 1994: 66). KKV classificam os fatores de uma investigação em duas categorias distintas: sistemáticos e não sistemáticos. O conjunto dos fatores sistemáticos engloba *“características fundamentais e previsíveis do nosso objeto de pesquisa”*, e os não sistemáticos abrangem *“os componentes que não podem ser previstos”*. Estimativas imparciais e não viesadas *“ocorrem quando a variação da reprodução de um resultado para o próximo resultado não é sistemática, ou seja, é quando a estimativa se move de uma maneira e, por vezes, de outra”*. A situação oposta constitui um viés e *“ocorre quando há um erro sistemático na reprodução dos resultados e as mudanças na estimação destes vão mais em uma direção do que em outra, dentro de um conjunto de replicações”*. Assim, podemos concluir que o objetivo principal de construir inferências válidas é a distinção entre os componentes sistemáticos e não-sistemáticos de nosso fenômeno social. Os primeiros componentes são *“persistentes e têm conseqüências consistentes quando os fatores tomam um determinado valor”*, apesar de não serem considerados fatores constantes. Por outro lado, os componentes não-sistemáticos *“são transitórios: não podemos prever o seu impacto”* (King, Keohane e Verba 1994: 53-66 e 150-167).

KKV também desmistificam a idéia de que os vieses advêm somente dos dados. Para eles, a teoria também pode trazer viés de pesquisa (King, Keohane e Verba 1994: 62-64). Viés e ineficiência podem ser causados por vários problemas teóricos e empíricos, com base na discussão anterior, vamos ressaltar alguns. Um problema aparece quando a própria seletividade traz vieses, tendências. Isso pode ser visto a partir de pelo menos dois ângulos, como: (1) o viés de seleção, isto é, o viés em função de problemas na escolha dos casos observados, e (2) a omissão de variáveis explicativas ou de controle que sejam correlacionadas a alguma outra variável explicativa presente no modelo.

No que diz respeito ao viés de seleção, Liberson (1987) afirma que em qualquer situação em que as observações não sejam distribuídas aleatoriamente teremos o problema de seletividade. O ponto importante a se ressaltar é que o processo

seletivo sempre irá influenciar os resultados, principalmente em pesquisas sociais, em que a maioria das pesquisas é não-experimental. KKV (1994: 124) afirmam que *“nós evitamos vies de seleção em estudos com n grande em que observações são escolhidas ao acaso, aleatoriamente, porque a regra da aleatoriedade garante a não correlação entre todas as possíveis variáveis explicativas ou dependentes”*. Por outro lado, em situação de investigação com n “pequeno”, ou seja, em uma pesquisa dita qualitativa, a melhor forma de trabalho é quando o pesquisador seleciona suas observações ou unidades de análise conduzido por seu conhecimento sobre o objeto da investigação. Este procedimento permite que o investigador tenha um melhor juízo da direção e da natureza do eventual vies. Mas, além da capacidade de randomizar o processo de seleção de observações, seremos sempre confrontados com os problemas de mensuração e classificação que tornam particularmente problemática a observação do processo social e de eventos políticos. Dados os problemas conceituais próprios à área, até mesmo as observações randômicas terão seus limites.

Em estudos de n pequeno tanto quanto em estudos n grande, podemos tomar a seleção intencional como um problema de vies. O pesquisador pode introduzir vieses não apenas se ele se descuida da aleatoriedade, mas também se ele permite que os seus resultados sejam o guia do processo, escolhendo (às vezes de maneira quase inconsciente) os casos mais favoráveis à sua hipótese. Outro risco, análogo, é a escolha dos casos em função da variável dependente, selecionando casos que tenham o mesmo perfil de resultado, ou que fazem parte de um conglomerado com dinâmica específica ao invés de escolher casos procurando uma variedade máxima possível de resultados possíveis para serem comparados.

O outro problema que produz vieses em uma pesquisa é a omissão de uma variável correlacionada a alguma variável independente presente no modelo. Estamos nos referindo à exclusão (por imprudência ou desconhecimento) de uma (ou mais de uma) variável explicativa, ou de controle, que tenha efeito sobre os mecanismos causais do modelo (isto é, quando algum x que influencia a variação da variável dependente y) nem está presente, nem “controlada” pela aleatoriedade dos casos observados.

Vies ou ineficiência podem surgir também a partir de variáveis de controle *incluídas* no modelo de análise. Uma variável omitida, mesmo relevante para o comportamento da variável dependente, não traz vies às estimativas se não estiver correlacionada a outras variáveis independentes, apenas ineficiência. O controle é entendido aqui como uma ferramenta para ajudar a descobrir os mecanismos causais inserindo variáveis que possuem uma relação com o seu fenômeno, mas que não explicam a parte da variância que interessa à pesquisa, permitindo assim a construção de inferências mais precisas. Em estudos de n grande, evitamos vieses

usando observações aleatórias, sempre que possível; em estudos de n pequeno, porém, precisamos incluir controles intencionais e direcionais com objetivo de evitar vieses. Nos estudos de n pequeno o controle é mais difícil, mas essencial para evitar viés, tanto quanto em estudos de n grande (King, Keohane e Verba 1994, 199-202). KKV defendem que

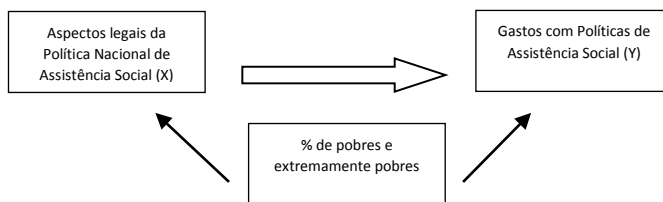
“podemos seguramente omitir variáveis de controle, mesmo que tenham uma forte influência sobre a variável dependente, desde que não variem com a variável explicativa incluída (...) isto é, se a variável omitida não for correlacionada com a variável explicativa incluída (...). Isso significa que a solução ideal é não apenas coletar informações sobre todas as variáveis relevantes, mas explicita e simultaneamente controlar todas as variáveis relevantes” (King, Keohane e Verba 1994: 169-172, tradução nossa).

No entanto, corre-se o risco de incluir variáveis irrelevantes, com o intuito de controle, e, com isso, diminuir a eficiência do modelo ou da análise ao torná-lo “saturado” ou não-parcimonioso. Em situações em que *“a variável de controle não tem nenhum efeito causal sobre a variável dependente”* será gerada ineficiência. Podemos também salientar a relação entre a variável incluída e outras variáveis explicativas do modelo: quando encontramos alta correlação entre elas a estimativa do efeito causal será menos eficiente, podendo produzir os efeitos conhecidos como autocolinearidade ou multicolinearidade. Ou seja: maior correlação entre uma variável independente crucial e controles irrelevantes incluídos significa menor eficiência das estimativas (King, Keohane e Verba 1994: 182-185).

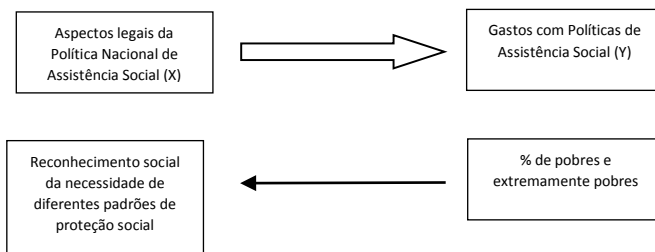
Outro ponto relevante são as possíveis relações espúrias entre a variável dependente estudada e os fatores que, incluídos no modelo, parecerão afetar a variável dependente. Isso tipicamente se dá em virtude da omissão de uma ou mais variáveis que de fato afetam tanto a variável dependente quanto os fatores que até então pareciam produzir efeito causal. Dowd e Town (2002) fizeram um exercício muito interessante para exemplificar uma correlação espúria entre duas variáveis em função da omissão de uma terceira variável. Seguiremos aqui a lógica dos autores para ilustrar nosso problema, mas escolhemos um exemplo diferente e uma linguagem menos baseada na abordagem quantitativa, pois acreditamos que esse problema se aplica a qualquer abordagem.

Suponhamos que estamos tentando estimar o efeito causal das mudanças constitucionais e das legislações infraconstitucionais sobre o aumento dos gastos governamentais com políticas de assistência social, como ilustrado na figura abaixo. Consideremos que no estudo tenha sido omitida a porcentagem da população que seja pobre ou extremamente pobre, tornando-se esta porcentagem uma variável omitida na análise, assim restrita aos aspectos legais do problema. Entretanto, a

estimativa de pobres pode ser uma causa comum tanto para os gastos com assistência quanto para possíveis mudanças nos marcos legais dessa política. Se ignorarmos essa variável na análise, ou seja, se existe variável omitida, na verdade, um fator explicativo importante omitido (como a porcentagem de pobres nesse exemplo fictício), então a relação causal será superestimada, podendo ser espúria. Gastos que houvessem aumentado por causa de um eventual aumento na porcentagem de pessoas necessitadas poderão terminar atribuídos estritamente às mudanças legais observadas (Dowd e Town 2002: 5-6).



Há também um outro tipo de problema nessa omissão, que poderia ser representada de maneira diferente. Seria o caso de correlações entre variáveis omitidas que causam tanto o aumento nos gastos com políticas de assistência social quanto o aumento do reconhecimento social da necessidade de diferentes padrões de proteção social (páginas 5 e 6).



Por fim, outro obstáculo que talvez mereça menção é a chamada falácia ecológica, que consiste numa confusão entre níveis de análise. A falácia ecológica ocorre quando há uma transferência do que se pode observar em níveis agregados espaciais para um nível mais desagregado, tipicamente os indivíduos. Isso não significa que a correlação entre os diferentes níveis ecológicos de indivíduos e coletividade seja necessariamente falsa. O problema aparece quando o investigador presume que os mecanismos causais identificados em um nível específico ocorrerão necessariamente em outro nível. Babbie (1999: 72) traz um exemplo da forma como Durkheim evitou a falácia, em seu clássico estudo sobre o suicídio:

“quando Durkheim encontrou taxas de suicídio consistentemente mais altas em áreas predominantemente protestantes do que em áreas predominantemente católicas, não teve como determinar se os protestantes estavam cometendo suicídio. É concebível que católicos residindo em áreas predominantemente protestantes apresentassem as taxas de suicídio mais altas de todas.”

A falácia ecológica não é simplesmente a produção de inferências para um nível de análise a partir de evidências observadas em outro nível. Ela ocorre quando há uma transmutação direta entre níveis, sem o devido tratamento. Esse problema pode acontecer a partir do nível mais agregado ao nível individual ou o inverso (King, Keohane e Verba 1994: 30; Peters 1998: 43-44).

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inferência é o objetivo principal da pesquisa científica, uma vez que precisamos lidar com os fatos que conhecemos para inferir sobre o que não sabemos. Para isso precisamos seguir algumas regras de inferência e preceitos metodológicos, para melhor dominarmos nossa questão de investigação. Isso significa que, a fim de perseguir inferências sustentáveis, precisamos descobrir o que é sistemático e o que não é sistemático, o que produz viés e o que produz ineficiência. No entanto, a incerteza é inerente à inferência, seja ela causal ou não, em função de suas propriedades e de sua natureza de operação lógica que busca conectar nossos processos mentais simbólicos a evidência empírica sistematizada sobre o mundo exterior. Dessa forma, nós precisamos saber lidar com a relação entre teoria, estratégia analítica e os dados possíveis, tendo como base um bom enquadramento teórico e um projeto de pesquisa que nos permitam escolher melhores evidências para apoiar as nossas inferências. Baseados nestes aspectos metodológicos aqui ressaltados, podemos minimizar vieses e aumentar a eficiência de nossos estudos. Podemos dizer que temos uma interação entre nossos objetos: o desenho de pesquisa nos conduz a um tipo de organização dos dados a partir das implicações observáveis de uma teoria, e as observações nos reconduzem a mudar a estrutura do nosso projeto de pesquisa.

Esse trabalho pretende ser apenas uma introdução ao assunto, tendo sido pensado para iniciantes, mais como uma primeira imersão do que como um texto que traz densidade ao conhecimento. A partir dele o leitor ou a leitora deve ser capaz de ter as noções acima apontadas.

AGRADECIMENTOS

Esse artigo foi realizado dentro de projeto financiado com recursos do CNPq (476306/2013-2) e da Fapemig (APQ01138-13). Os autores agradecem a contribuição dada pelos pareceristas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. 1954. *Metafísica*. Buenos Aires. Editora Espasa Calpe.
- BECKER, Howard S. 1998. *Tricks of the Trade: How to think about your research while you're doing it*. Chicago: The University of Chicago Press.
- BRADY, Henry E.; COLLIER, David (orgs.). 2004. *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*. Lanham, MD. Rowman & Littlefield.
- CAMPBELL, Donald Thomas; STANLEY, Julian C.; GAGE, Nathaniel Less. 1966. *Lees. Experimental and quasi-experimental designs for research*. Boston. Houghton Mifflin.
- COLLIER, David. 1995. "Translating Quantitative Methods for Qualitative Researchers: The Case of Selection Bias". *The American Political Science Review*, Vol. 89, No. 2. Jun., pp. 461-466.
- DAHL, Robert A. 1961. *Who governs?: Democracy and power in an American city*. New Haven. Yale University Press.
- DAHL, Robert A. 1997. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo. Edusp.
- DOWD, Bryan; TOWN, Robert J. 2002. Does X Really Cause Y? *Academy Health*.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta. 1985. *Politics against markets: The social democratic road to power*. Princeton. Princeton University Press.
- GEDDES, Barbara. 2003. *Paradigms and Sand Castles: Theory Building and Research Design in Comparative Politics*. Ann Arbor. University of Michigan Press.
- HALL, Peter. 2003. "Aligning ontology and methodology in comparative politics". In: J. Mahoney e D. Rueschemeyer (orgs.). *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 373-404.
- HEMPEL, Carl G. 1970. *Filosofia da Ciência Natural*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- HOLLAND, Paul. 1986. "Statistics and Causal Inference". *Journal of the American Statistics Association*, 81: 945-60.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. 1994. *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton University Press.
- KIRK, Jerome; MILLER, Marc L. 1986. *Reliability and validity in qualitative research*. Beverly Hill, CA. Sage Publications.
- LAITIN, David D. 1995. "Disciplining Political Science." *The American Political Science Review*, Vol. 89, No. 2. Jun., pp. 454-456.
- LIEBERSON, Stanley. 1987. *Making it count: the improvement of social research in theory*. Berkeley. University of California Press.
- PIERSON, Paul. 2001. *Politics in time: History, institutions, and social analysis*. Princeton University Press.
- PETERS, B. Guy. 1998. *Comparative Politics: Theory and Methods*. Nova York:

New York University Press.

POPPER, Karl R. 2008. *Conjecturas e refutações*. Brasília, Editora Unb.

PRZEWORSKI, Adam; TEUNE, Henry. 1970. *The logic of comparative social inquiry*. New York. Wiley-Interscience.

RAGIN, Charles. 1994. *Constructing Social Research: The Unity and Diversity of Method*. Thousand Oaks, CA. Pine Forge Press.

STINCHCOMBE, Arthur L. 1968. *Constructing social theories*. New York: Harcourt, Brace & World.

FRONTEIRAS DE INTEGRAÇÃO ENTRE MÉTODOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS NA CIÊNCIA POLÍTICA COMPARADA

FLÁVIO DA CUNHA REZENDE

RESUMO

Este artigo trata do problema da integração entre métodos quantitativos e qualitativos na ciência política comparada¹. A partir da Teoria das Diferenças Essenciais proposta por Rezende (2011 b), o artigo busca compreender caminhos possíveis para integração entre estas duas tradições de pesquisa. As evidências apresentadas revelam a existência de diversidade de caminhos para integração que dependem essencialmente das múltiplas formas de abordar causalção, padrões de explicação, bem como sobre o papel das pesquisas *small-n* para inferências causais.

PALAVRAS - CHAVE

Política comparada; metodologia da ciência política; desenhos de pesquisa; teoria e métodos; integração de métodos.

¹ O tema da integração das pesquisas qualitativas e quantitativas se constitui um tema de interesse amplo nas ciências sociais, mas, aqui, a bem da comparabilidade e dos limites de espaço para análise será restrito ao “caso da ciência política comparada”.

FRONTIERS OF INTEGRATION BETWEEN QUANTITATIVE AND QUALITATIVE METHODS IN COMPARATIVE POLITICAL SCIENCE

ABSTRACT

This paper deals with the problem of integration paths to integration between these two research traditions. The evidences reveal several routes for integration between the two logics that depends upon the way they cope with causation, explanation and in the theory of essential differences (Rezende, 2011 b), the paper seeks to understand alternative inference.

KEYWORDS

Comparative politics; political methodology; research design; theory and methods; integration between methods.

SOBRE O AUTOR

FLÁVIO DA CUNHA REZENDE

Ph.D Cornell University. Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco e Pesquisador de Produtividade de Pesquisa, CNPq.

SUBMETIDO EM
setembro de 2015.

APROVADO
Novembro de 2015.

Em um dos mais conhecidos artigos na tradição da ciência política comparada, Lijphart (1971) chama a atenção para a crucial necessidade de aprofundamento das reflexões metodológicas² como requisitos fundamentais para o desenvolvimento do status científico disciplinar. Baseado no *continuum* proposto por Sartori (1970), Lijphart considera que a ciência política conquanto disciplina pode ser compreendida a partir da tensão entre dois polos diametralmente opostos: por um lado, os “*unconscious thinkers*” com forte orientação empírica, e movidos por uma reflexão metodológica reduzida as questões relativas às técnicas de análise; e, por outro lado, os “*overconscious thinkers*” orientados por uma concepção em que o método se reduziria as questões de construção de modelos e formalização.

Lijphart sugere que o método comparado poderia ampliar sensivelmente a capacidade reflexiva dos cientistas políticos para uma posição intermediária entre os dois polos. O avanço do conhecimento na disciplina exigiria, portanto, um esforço continuado de reflexão sobre o método comparado e seus limites, criando as condições para que os cientistas políticos atuassem como “*conscious thinkers*”.

Meio século depois das preocupações originais de Lijphart e Sartori, a ciência política contemporânea experimenta elevado grau de reflexividade. Com efeito, conjunto significativo de debates e uma nova geração têm aberto avenidas cruciais para o avanço da “consciência sobre o método”, trazendo à tona uma importante gama de temas e questões que moldam a produção do conhecimento na disciplina.

Um dos temas que adquire considerável visibilidade nestes debates reside na integração entre as estratégias quantitativas e qualitativas para a produção de inferências causais. As tradicionais fronteiras paradigmáticas entre as “culturas” (Goertz e Mahoney 2012) quantitativas e qualitativas vêm sendo colocadas em xeque há pelo menos um quarto de século. King, Keohane e Verba (1994)³ argumentam de forma original que existe uma *lógica inferencial comum* entre estas duas tradições, alterando as percepções da comunidade científica sobre tal problema.

Este argumento radical produziu uma *significativa reconfiguração* dos debates metodológicos, especialmente no que se refere ao uso de métodos qualitativos

2 Na formulação original do autor, o método comparado pode ser entendido como possuindo quatro significados: a) estudos que envolvem diversas unidades de análise (países, instituições, organizações, políticas públicas, e.g.); b) uma dentre as diversas possibilidades de análise nas ciências sociais; c) um método empírico de descoberta de relações entre variáveis; e, d) uma estratégia de pesquisa, não podendo ser reduzida a técnicas de análise de dados.

3 Na realidade, outra contribuição “exemplar” no mesmo período é o trabalho produzido por Putnam (1993) na experiência italiana para compreender como o capital social produz efeitos sobre o desempenho institucional. O desenho de pesquisa proposto por Putnam estabelece uma nova fronteira de possibilidades sobre os potenciais ganhos de abordagens integradas na análise política.

para a produção de inferência causal e das formas possíveis de integração tradicionalmente consideradas na ciência política como imiscíveis em termos de suas lógicas e de seus propósitos. Um dos importantes impactos gerados por este trabalho é a geração de estudos metodológicos -- a chamada “Nova Metodologia Qualitativa” (Brady, Collier e Seawright 2006; Mahoney 2010; Goertz e Mahoney 2012) -- que abrem novas possibilidades e fronteiras sobre os desenhos de pesquisa oferecendo respostas férteis ao “problema da unificação metodológica” para a produção de inferências causais na pesquisa qualitativa.

Este artigo busca compreender, portanto, o surgimento e consolidação de padrões inovadores sobre o problema da integração na pesquisa qualitativa comparada na ciência política⁴. Ele desenvolve seus argumentos básicos a partir da hipótese das diferenças essenciais a qual sugere haver “zonas de exclusividade e integração entre os métodos quantitativos e qualitativos”⁵. A hipótese sugere haver uma diversidade de caminhos para integração entre as duas lógicas.

O artigo está organizado da seguinte forma. A primeira seção apresenta o “problema da integração” e sua conexão com os desenhos de pesquisa. Em seguida, a lógica unificadora proposta por King, Keohane e Verba é discutida. Na seção seguinte é apresentada a teoria das demarcações essenciais para compreender os limites e potencialidades da integração entre métodos. Por fim, são apresentados caminhos possíveis para integração.

2 - DESENHOS DE PESQUISA E O PROBLEMA DA INTEGRAÇÃO

O problema da integração⁶ entre desenhos de pesquisa quantitativos e qualitativos representa, portanto, uma das principais áreas de preocupação dos debates

4 O tema da integração das pesquisas qualitativas e quantitativas se constitui um tema de interesse amplo nas ciências sociais, mas, aqui, a bem da comparabilidade e dos limites de espaço para análise será restrito ao “caso da ciência política comparada”.

5 Embora a questão de pesquisa se contraponha ao argumento unificador proposto por King, Keohane e Verba (1994), ele se sintoniza com estes autores no que tange ao fato de que os desenhos de pesquisa (*research design*) importam como unidades de análise. Neste sentido é importante se afastar de concepções de análise que tratem os desenhos de pesquisa como “dados”, i.e., eles ignoram esta importante dimensão no processo de coleta e sistematização dos dados para a construção das teorias. Os desenhos de pesquisa importam e se constituem variáveis de crucial relevância para o estudo do tema.

6 A questão da conexão entre os métodos está associada ao problema de como e em que condições seria possível integrar (ou não) tais desenhos de pesquisa. No sentido mais amplo, este problema se alinha com os debates acerca da comparabilidade e compatibilidade entre os vários métodos disponíveis para a produção de conhecimento nas ciências sociais. A pluralidade e disponibilidade de métodos nas ciências sociais é uma importante premissa, e, pode ser compreendida a partir do modelo seminal de Abbott (2004). Ele considera que as questões de métodos nas ciências sociais se organizam a partir das questões relativas ao problema de elaboração das questões/problematizações; das possibilidades acerca da construção de desenhos de pesquisa (estudos de caso, *small-n*, e, *large-n*); como produzir inferências; e, como coletar (etnografias, *surveys*, análise documental, e, análise histórica) e analisar dados empíricos (análise qualitativa, análise quantitativa, e, modelos formais)

metodológicos⁷ recentes na ciência política. Esta discussão adquire relevo e visibilidade no contexto em que se procura ampliar as possibilidades na produção de inferências causais válidas a partir dos dois métodos.

Refletir sobre as bases de viabilidade da integração assume uma importância cristalina num contexto em que a preocupação inferencial se torna absolutamente crucial para o avanço disciplinar. A construção de perspectivas mais frutíferas sobre como integrar os paradigmas quantitativos e qualitativos pode introduzir substanciais ganhos na conexão entre teorias e evidências empíricas como é usual na ciência política comparada.

Enquanto existe clareza de que a utilização adequada dos métodos experimentais, quase-experimentais, e da análise estatística pode conduzir a produção de inferências causais válidas, existe, por outro lado, incertezas sobre como os métodos qualitativos podem atingir resultados equivalentes.

O problema central nestas reflexões recai sobre as *condições específicas* que permitem pensar a inferência causal (e a explicação) a partir de uma perspectiva integrada. Longe de pensar que estes universos são imiscíveis ou mesmo incompatíveis, como na ciência política pré-KKV, as discussões se pautam para elucidar as *fronteiras de integração e diferenciação* entre os métodos.

Cientistas políticos que trabalham com as questões de metodologia buscam compreender as condições epistêmicas que “tornam possível a integração ou a diferenciação” entre as duas tradições. Neste contexto, o problema da conexão entre estes desenhos de pesquisa, e seus impactos sobre a viabilidade e qualidade inferencial emerge como preocupação decisiva.

Respostas a tal questão adquirem especial relevância uma vez que diversos cientistas políticos têm se perguntado de forma recorrente, sobre quais seriam as possíveis razões para recomendar estratégias integradas⁸. Neste artigo, a preocupação essencial é, portanto, analisar um espectro de argumentos relativos às condições, ou “fronteiras”, de integração.

7 Compreendemos o termo metodologia como referindo-se aos parâmetros que “regulam” a produção do conhecimento científico num campo disciplinar específico a partir de um conjunto possível de opções teóricas, metodológicas, e, ontológicas, que são “coletivamente” construídos pela comunidade científica. Usaremos aqui o termo “debates metodológicos” (diferenciando-os dos epistemológicos) em sintonia com Bouwell (2003). O autor considera que os debates sobre o método se estruturam a partir dos seguintes temas: a) a natureza dos modelos explicativos (leis de validade geral, explicação por mecanismos, explicações contrastivas, narrativas, e.g.); b) compatibilidade e complementaridade entre formas de explicação; c) o problema da identificação dos padrões de regularidade para a construção de explicações; d) o problema da agência; e, f) limites e potencialidades dos métodos estatísticos.

8 Conceitualmente, como veremos adiante, a pesquisa multimétodo se aproxima da corrente noção de “*mixed-method research*” nas ciências sociais, em que os pesquisadores utilizam a combinação de análises de dados quantitativos e qualitativos. Estes desenhos de pesquisa são vantajosos nas condições de validação suplementar, triangulação e validação convergente de evidências. Todavia, é importante diferenciar a pesquisa multimétodo da conexão entre as lógicas dos métodos qualitativos e quantitativos para a produção de inferências causais.

Esta compreensão é elaborada a partir da comparabilidade entre a perspectiva referencial de KKV com argumentações geradas na Nova Metodologia Qualitativa (NMQ). Ao apresentar tais “diferenças”, não se pretende argumentar em prol da superioridade, inaplicabilidade, ou da melhor adequação deste método. O propósito é o de compreender comparativamente⁹ em condições em que a lógica qualitativa faz sentido, e quando esta pode ser integrada as abordagens quantitativas. Em última instância, a análise se volta para compreender limites e possibilidades relativas às fronteiras de demarcação e integração entre os métodos quantitativos e qualitativos na ciência política pós-KKV.

Para além de um mero contraste de posições sobre o problema da integração, o artigo desenvolve originalmente a hipótese das *diferenças consideradas essenciais* proposta por. A teoria considera haver condições de demarcação – ou zonas de exclusividade ou integração potencial – entre métodos qualitativos e quantitativos.

A teoria das demarcações essenciais supõe que estes as possibilidades de integração se organizam a partir de pelo menos três caminhos (ou vias) possíveis: o primeiro está relacionado aos propósitos específicos da análise; a segunda recai sobre a condição de explicar eventos raros e os contrafactuais; a terceira reside na presença da agência e instituições que conferem endogeneidade na explicação política.

Com efeito, dado que a pesquisa qualitativa exige *condições específicas (ou domínios exclusivos, mais amplamente)* para produzir inferências causais, seria possível explicar, diante de um dado problema de pesquisa, como seria possível resolver (ou não) o problema da integração. A reduzida compreensão sobre os domínios exclusivos ou sobre condições em que se torna possível produzir inferências causais nas pesquisas qualitativas e *small-n*, permite que se “institucionalize” uma crença acerca da superioridade dos métodos quantitativos.

O reconhecimento das *diferenças básicas* permite com que as escolhas de desenhos de pesquisa não sejam tratadas como predileções, tradição, ou mesmo pré-noções, mas, sim com base em critérios essencialmente metodológicos, ampliando a qualidade do conhecimento produzido. Por outro lado, a compreensão sobre estas diferenças faz com que sejam ampliadas as bases de diálogo entre os métodos quantitativos e qualitativos.

9 Desde o trabalho de Lijphart (1971) sabemos que a comparabilidade está diretamente ligada à concepção das *contrastive explanations*. A teoria supõe que explicações são parciais, e representam resposta para a questão: “diante de duas explicações plausíveis, quais os critérios que se pode lançar mão para a escolha de uma delas?”. Neste sentido, explicações possuem, de forma implícita ou explícita, uma natureza comparativa.

Com a publicação de *Designing Social Inquiry (DSI)* de King, Keohane e Verba (1994) são lançadas as bases para uma grande transformação paradigmática na reflexão sobre os dilemas de integração entre os métodos quantitativos e qualitativos na ciência política contemporânea. De forma inovadora, os autores lançam o argumento da *similaridade lógica* o qual considera não haver diferenças substanciais entre os métodos quantitativos e qualitativos, os quais devem ser guiados, orientados, e, estruturados, a partir de uma lógica semelhante para a geração de inferências causais¹⁰.

A introdução deste argumento inicia um gradual processo de erosão de crenças tradicionais sobre as clivagens entre os métodos qualitativos e quantitativos¹¹ na ciência política, podendo-se identificar um novo momento de transformação institucional profunda na disciplina. Este argumento produz um substancial influxo de concepções que iniciam um amplo e difuso processo de transformação das crenças, comportamentos, e, culturas da comunidade acadêmica na ciência política comparada.

A similaridade lógica afetou sensivelmente o modo de pensar sobre o problema da inferência na ciência política, especialmente na tradição qualitativa. Para gerar inferências causais válidas sobre problemas relevantes, os autores argumentam que a lógica da pesquisa qualitativa deve ser orientada pelos parâmetros da pesquisa quantitativa. Não existe uma lógica dual quando se trata de produzir inferências. A qualidade da pesquisa poderia ser profundamente alterada caso os autores na tradição de pesquisa qualitativa passem a alterar suas crenças e ação a partir de pressupostos e da lógica quantitativa.

Um dos impactos profundos gerados por este argumento pode ser observado tanto na rápida expansão do desenvolvimento do campo particular da metodologia política (*political methodology*), o qual emerge como fundamental para gerar pesquisas de maior rigor e qualidade, quanto na ampla infusão de modelos, técnicas, e, procedimentos para a geração rigorosa de inferência causal na ciência política. Por

¹⁰ Collier, Seawright e Munck (2003) afirmam que o conceito de inferência – causal e descritiva - adquire centralidade no arcabouço metodológico do DSI. Inferências descritivas envolvem três elementos: a) generalização a partir de casos; b) inferências geradas das observações para o plano conceitual; e, por fim, c) a separação entre elementos sistemáticos e aleatórios presentes nos fenômenos sociais.

¹¹ Neste debate é importante compreender cada posição diante das múltiplas concepções sobre as fronteiras de similaridade entre as ciências naturais e sociais. Em termos ideais, este debate seria melhor compreendido a partir de um *continuum* de posições que se organizam a partir de três posições polares: a) *equivalência* – admitindo que as ciências sociais são equivalentes às ciências naturais; b) *compartilhamento* - onde existem “áreas comuns” em que as ciências sociais compartilham métodos similares às ciências naturais, e neste sentido seriam integráveis; e, por fim, c) *exclusão* – em que as ciências sociais são radicalmente diferenciadas das ciências naturais.

outro lado, verifica-se uma expansão radical na quantidade de artigos¹² em que se pode ver claramente a preocupação com a inferência causal¹³.

Esta noção pode ser encontrada em King (1989) na sua teoria probabilística de inferência, a qual se apresenta via factível de unificação metodológica na ciência política. O autor considera que o desenvolvimento da ciência política demanda um “mais sofisticado e unificado campo de metodologia política”, a partir do qual seria possível emergir um conjunto de parâmetros para avaliação e análise de decisões de pesquisa introduzindo novas fronteiras para a geração de inferências, cumulatividade, e, fundamentalmente, um desenvolvimento metodológico disciplinar.

King (1989) propõe que métodos quantitativos e qualitativos possuem, na realidade, lógica similar quando se trata de produzir inferências causais¹⁴. Não existe algo como *unicidade dos fenômenos sociais* como supõem os metodólogos qualitativos tradicionais, ou mesmo a noção de que a pesquisa qualitativa não possa ser inferencial. Estas ideias devem ser postas de lado, e, o desenvolvimento da disciplina depende essencialmente do problema de “*como é possível então gerar inferências causais a partir dos métodos qualitativos, especialmente a partir dos desenhos de pesquisa small-n?*”

Mais do que em nenhum momento da história da disciplina, o problema das possibilidades de integração entre os métodos quantitativos e qualitativos foi consi-

12 Dados históricos apresentados por Box-Steffensmeier, Brady e Collier (2008) mostram que a quantidade de artigos que mencionam a expressão “causal” ou “causalidade” na ciência política expandiu-se consideravelmente desde meados do século até o período que KKV introduzem seu argumento inovador sobre os métodos. Enquanto 5% dos artigos produzidos na *American Political Science Review* (o mais canônico e mais metodologicamente rigoroso periódico da área de ciência política nos EUA), continham tal preocupação, este patamar passa para aproximadamente 33% dos artigos em 1995. Para além da mera quantidade de artigos, pode-se observar a crescente sofisticação técnica, metodológica, e, uso intensivo de metodologias quantitativas na produção dos principais periódicos nos EUA. Esta tendência vem se reproduzindo, de forma mais lenta, em outras realidades, a exemplo do Brasil nas duas últimas décadas.

13 Na tradição qualitativa, a questão da inferência causal passa a gerar novas concepções importantes sobre metodologias e técnicas associadas a exemplo dos métodos configuracionais para a geração de inferência na pesquisa comparativa *small-n*, a exemplo dos QCA.

14 A teoria da causalção em DSI segue a tradição clássica centrada em contrafactuais a partir dos modelos de Neyman-Holland-Rubin. A suposição básica é a de “*no counterfactuals, no causation*”. Nesta perspectiva, a noção de que uma causa C produz um resultado S em uma dada unidade de análise sugere diretamente a hipótese da variação do resultado S caso C não houvesse ocorrido. Fearon (1991) considera que os contrafactuais representam a base para a compreensão da inferência causal e do teste de hipóteses em ciência política, onde os pesquisadores se valem de métodos comparativos com dados observacionais onde a randomização não é possível. A inferência causal depende essencialmente com uma comparação com o que não ocorreu, pois, em situações não experimentais, não há como “manipular” os valores das variáveis independentes. A comparabilidade depende de observações entre casos, e, neste sentido, a aleatoriedade é substituída pela “intencionalidade”. O método comparado representa, portanto, um substituto imperfeito para os experimentos como afirma Lijphart (1971). Os pressupostos fundamentais para a inferência causal sugeridos em DSI são a homogeneidade causal, a independência de observações, e, independência condicional.

derado como crucial para o desenvolvimento das inferências causais¹⁵. A categoria analítica essencial para a qualidade da inferência causal reside nos desenhos de pesquisa (*research design*). O modo particular em que os pesquisadores formulam seus problemas, fazem suas conexões entre as teorias e conceitos e base empírica, passa a ser decisivo para a questão inferencial. Desenhos de pesquisa representam a chave para que se possa atingir maior qualidade inferencial. Neste sentido, supõem KKV, que a tradição qualitativa poderia produzir resultados inferenciais (causal e descritiva) a depender de como os pesquisadores elaborem seus desenhos de pesquisa a partir de parâmetros e pressupostos que orientam a produção de inferências na pesquisa quantitativa.

A validade interna e externa dos desenhos de pesquisa deve, portanto, atender a dois critérios básicos essenciais: por um lado, os cientistas devem ter considerável atenção com o tratamento de questões relevantes para o mundo empírico e, por outro, devem se voltar progressivamente para garantir a produção de explicações causais com grande poder inferencial¹⁶. Para os autores, enquanto a disponibilidade de problemas e questões empíricas relevantes na ciência política é ampla, o problema crucial da ciência política como ciência reside, portanto, na sua carência metodológica para que se possa testar hipóteses e gerar teorias causais.

O argumento da similaridade lógica tem como fundação básica a lógica frequentista¹⁷ na análise estatística, a qual supõe ser claramente superior para a inferência a questão da “expansão do tamanho da amostra” e a pressuposição associada de que as pesquisas centradas em estratégias do tipo *small-n* são consideradas como “insuficientes” para a geração de inferências.

O problema crucial das abordagens qualitativas residiria, portanto, em superar os conhecidos problemas de viés de seleção e do problema de generalização a partir de poucos casos, e, preocupação com elementos contextuais como categoria

15 Ahmed e Sil (2012) consideram que KKV e seu argumento unificador não apenas faz com que os pesquisadores qualitativos passem a se engajar mais ativamente nos debates das questões metodológicas disciplinares, mas, no efeito de conduzir a disciplina para almejar um ideal científico de “pluralismo metodológico”.

16 Shapiro (2002) verifica a tensão histórica entre duas concepções de ciência política: uma do tipo “*problem-driven*” com grande aderência aos fatos do mundo empírico, e, por outro, a ciência política “*theory-driven*” em que se verifica a preponderância das questões teóricas e metodológicas. Ele argumenta que o segundo tipo foi a lógica prevalente na institucionalização da ciência política americana, onde os cientistas mais orientados por questões teóricas e metodológicas tinham maiores chances de ingresso nos quadros das principais e mais prestigiosas universidades.

17 Na análise estatística existem duas lógicas tradicionais para conceber os diversos modelos de inferência: a abordagem frequentista, e, a bayesiana. Na primeira lógica, a incerteza, i.e., os elementos não desconhecidos no modelo de estimação causal proposto, podem ou não serem considerados como aleatórios; na tradição bayesiana, estes são considerados como aleatórios. A diferença central entre as concepções recai sobre a suposição no chamado problema das probabilidades condicionais pelos bayesianos, que não consideram distribuições de probabilidade como dadas para estimar os efeitos causais e a distribuição dos erros. A expansão do tamanho da amostra permite, para os clássicos, que os dados do modelo (e os erros) se distribuam normalmente, e, que se possa encontrar estimadores não-viésados, consistentes, e, eficientes a partir da média como estimador.

central de análise. A suposição de que elementos relativos à história, a cultura, as instituições sobrecarregam os modelos de problemas de endogeneidade e seus conhecidos problemas de identificação para a construção de estimações causais. Como estimar para fenômenos em que se considera haver forte poder causal para as instituições, como se faz tradicionalmente nas ciências sociais?

Por outro lado, o uso de amostras pequenas não se prestaria, portanto, para gerar inferências causais potentes lastreadas em randomização. Desenhos comparativos devem ser usualmente baseados em escolhas intencionais de casos, sendo este um dos principais problemas metodológicos da ciência política comparada. Avançar em modelos que possam elevar em controles mais sofisticados sobre elementos em similar aos experimentos pode tornar a “ciência política comparada uma ciência” (Przeworski 2007)¹⁸.

Pesquisas qualitativas enfrentam também dois obstáculos: o problema do viés e o problema da indeterminação. O primeiro ocorre quando o pesquisador deliberadamente impõe restrições de variação nos valores da variável dependente. O caso mais crítico ocorre quando pesquisador utiliza apenas um valor na variável dependente, e, conduz usualmente a problemas de *no-variance design*¹⁹, não permitindo qualquer possibilidade inferencial na abordagem freqüentista²⁰.

O problema da indeterminação está associado aos desenhos de pesquisa em que existem muitas variáveis e poucos casos (*too many variables, few cases*) que são típicos de estudos de caso e *small-n*. O pesquisador se encontra numa situação em que a quantidade de variáveis é usualmente superior a quantidade de casos, e, neste sentido, se reduzem as possibilidades lógicas de produzir inferências causais. A solução proposta pelos autores passa por elevar a quantidade de observações.

Compreendido o argumento da unificação entre os métodos, na seção seguinte a apresentar os elementos da teoria das demarcações essenciais, e, fundamentar seus elementos básicos a partir de argumentos situados na fronteira do debate na

18Przeworski (2007) lança uma importante preocupação sobre a viabilidade da tradição comparativa como uma ciência. Ele afirma que quando os métodos são insuficientes para controlar adequadamente um espectro de causas potenciais (não-conhecidas, negligenciadas, ou não passíveis de mensuração), os cientistas políticos comparados passam a depender sensivelmente da história e dos elementos contextuais que são carregados de endogeneidade. Neste sentido, a pesquisa comparada teria limites consideráveis para resolver os chamados problemas de identificação nos modelos causais a partir de dados observacionais.

19Este problema da seleção de casos e do problema do viés nos desenhos de pesquisa comparativos foi explorado por Geddes (2003). KKV chamam a atenção para o importante fato, usualmente negligenciado pelas tradições qualitativas, de que “não é possível inferir sobre as causas que produzem o comportamento da variável dependente sem considerar variabilidade”. A pesquisa comparativa deve privilegiar a demanda por variabilidade no comportamento da variável dependente.

20 Esta pressuposição inferencial será “radicalmente alterada” por autores na Nova Metodologia Qualitativa em que as suposições bayesianas de probabilidades condicionais são fundamentais para garantir condições inferenciais na pesquisa *small-n*, e, em especial nos estudos de caso. A concepção tradicional dos *data-set observations* (DSO) (casos x variáveis) passa a ser substituída por “*causal process observations* (CPO)” como consideram Brady, Collier e Seawright (2006).

chamada Nova Metodologia Qualitativa.

4 - A TEORIA DAS DEMARCAÇÕES ESSENCIAIS

Um dos importantes efeitos gerados pelas transformações paradigmáticas inseridas por KKV na ciência política está associado a importância crescente das preocupações metodológicas no interior da disciplina sobre como lidar com os problemas do método comparado, sobre problemas de validade dos desenhos de pesquisa, e, como gerar inferências causais a partir de casos, bem como com as questões associadas ao pluralismo metodológico. A transformação paradigmática introduzida por KKV termina por gerar um campo reflexivo no interior da disciplina que aqui consideraremos como a Nova Metodologia Qualitativa (Mahoney 2010), o qual passa a fornecer pistas para que se possa pensar com maior rigor epistêmico os caminhos possíveis para a integração ou não entre os métodos quantitativos e qualitativos numa ciência política “pós-KKV”.

Como é típico nas reflexões metodológicas das ciências sociais, o argumento unificador gerou uma intensa “efervescência produtiva” na tradição qualitativa de pesquisa comparada acerca das questões relativas aos limites e possibilidades de integração. Um amplo conjunto de autores se move para reflexão substancial acerca de compreender de forma mais precisa as fronteiras de demarcação entre os métodos qualitativos e quantitativos, bem como apreender mais precisamente os limites e potencialidades da integração dos métodos em termos da produção de inferências causais.

A teoria das demarcações essenciais está centrada nas condições ou requisitos básicos que tornam a integração problemática, limitada, ou, inviável. A hipótese central proposta é a da existência de um “núcleo central básico” (*core*) composto por zonas claras da “exclusividade” de um dos métodos. Nestas condições de contorno, em termos ideais, os métodos qualitativos são dotados do “monopólio legítimo do método” para a geração de inferências.

Por extensão, quando estas condições são mais frágeis ou menos fundamentais para o desenho de pesquisa, é possível realizar integrações. A ausência destas condições, por contraste, permite que os métodos qualitativos percam sua capacidade de gerar inferências. A compreensão dos requisitos mínimos para a demarcação destas condições permite saber com maior consciência metodológica sobre as fronteiras de eficiência para a construção de desenhos de pesquisa. A teoria sugere que a lógica unificadora e as possibilidades efetivas da pesquisa multimétodo dependem da compreensão da comunidade científicas sobre estas condições de contorno.

A suposição central da teoria é que existem *elementos intrínsecos* aos desenhos de pesquisa qualitativos que os tornam “intratáveis” quando compreendidos a partir de uma lógica quantitativa para pensar causalidade e inferência causal, em contraste ao que sugerem KKV. A teoria básica proposta é que existem pelo menos três condições (ou dimensões essenciais) em que os métodos quantitativos não se prestam adequadamente para produzir inferências causais nos moldes dos métodos quantitativos na análise estatística tradicional.

A primeira delas reside na *diferenciação entre os propósitos fundamentais* da pesquisa histórico-comparada e da análise multivariada. Na tradição histórico-comparada, o propósito básico reside compreender as causas (e não estimar os efeitos) em processos complexos, que envolvem causação conjunta, e, que contem elevada endogeneidade causal, reduzindo a capacidade inferencial a partir de uma lógica quantitativa. Por contraste, na análise multivariada, a lógica central reside na tentativa de *estimar os efeitos* produzidos por um conjunto específico de causas, e encontrar modelos que melhor se ajuste a base empírica mobilizada.

A segunda importante dimensão constitutiva do núcleo exclusivo dos métodos quantitativos consiste na *condição de singularidade* dos fenômenos usualmente estudados na ciência política²¹. Diante desta importante condição não é possível supor uma lógica quantitativa de análise para gerar inferências, dado que se está diante de fenômenos raros, únicos, que pouco tem a ver com a análise de regularidades e distribuições paramétricas desejáveis nos modelos. O poder da análise qualitativa nestas condições se mostra crucial para a produção de teorias, hipóteses, e, inferências causais, tomando os processos causais em amostras pequenas como foco privilegiado de análise.

A implicação básica da segunda dimensão constitutiva tem por principal implicação o fato de que desenhos de pesquisa que utilizam intensivamente os estudos de caso²² e a pesquisa comparada *small-n* se mostram de considerável importância

21 Desde Almond e Genco (1977) pode-se afirmar que os fenômenos estudados na análise política estão situados num *continuum* entre os modelos de *clocks* (de máxima precisão, regularidades, com processos causais bem definidos) e os modelos de *clouds* (incerteza, ambiguidade, volatilidade, singularidade, causalidade nebulosa). Esta configuração torna a ciência política uma ciência dividida: por um lado, se observa, para a análise de alguns fenômenos mais regulares, a utilização intensiva de modelos e técnicas de análise de dados altamente rigorosos, típicos das ciências naturais; e, por outro, a existência de modelos mais flexíveis e aberto a categorias analíticas mais típicas das ciências sociais (não-naturalizada). Entre estes dois mundos, se situa idealmente o método comparado, onde se considera a coexistência das possibilidades de integração e coexistência entre os métodos. A conhecida tipologia de Almond (1988) mostra o problema da “ciência política como ciência dividida” entre tradições e estratégias de pesquisa.

22 As metodologias de estudo de caso recebem um considerável influxo de status científico na ciência política comparada no contexto da nova metodologia qualitativa. Gerring (2004) estabelece as fundações para o ressurgimento das metodologias de caso (e da pesquisa *small-n*) e sua contribuição para a geração de inferências causais, rompendo a noção de que os casos não se prestam para a geração de inferências. George e Bennett (2005) realizam uma importante contribuição para recuperar o status dos casos para a produção de teorias na ciência política e nas relações internacionais.

para gerar inferências causais. Outro ponto importante aqui é que a singularidade dos fenômenos não permite com que os desenhos de pesquisa possam contar com estratégias mais claras de randomização que são necessárias para gerar inferências ou mesmo experimentos em que se pode manipular as variáveis e controles mais rigorosos na realidade estudada. A singularidade traz à tona a necessidade de compreender os casos como configurações de condições, de causas, e, com reduzida homogeneidade causal²³, características que tornam as tradicionais estratégias de identificação de modelos²⁴ e a estimação econométrica tradicional inviável.

A terceira importante demarcação que se considera aqui tem a ver com a *natureza específica da explicação política*. O traço distintivo das explicações políticas é que esta depende essencialmente da forte presença de agência e das instituições, sobretudo na ciência política contemporânea. Com efeito, as análises que tentam inserir a agência e as instituições terminam por se voltar para desenhos de pesquisa que privilegiam a atenção para processos causais, contextos, contingências, escolhas, interações, e outros elementos que são eficientes quando analisados a partir de desenhos de pesquisa qualitativos.

Demarcadas estas condições essenciais de contorno, exploraremos nas seções seguintes, pelas lentes de vários autores da Nova Metodologia Comparada, estes problemas e os debates que eles geram para a construção de alternativas plausíveis para o problema da integração entre os métodos.

4.1 - PADRÕES DE CONEXÃO CAUSAL OU ESTIMAÇÃO DOS EFEITOS?

Na tradição qualitativa, especialmente aquela que considera elementos histórico-configuracionais para construção de explicações²⁵, residem algumas das mais fortes razões para compreender a existência de demarcações entre os métodos. Estas tensões se estruturam a partir de modos particulares de pensar a natureza da inferência causal e está conectada aos modos específicos pelos quais é possível rea-

23 A noção de homogeneidade causal é fundamental para permitir a suposição de que as relações causais estudadas na teoria “se mantenham invariantes” em um amplo conjunto de casos, e é fundamental para os modelos tradicionais na análise quantitativa, especialmente do tipo *large-n*. A suposição é de que as relações causais são “inelásticas” ao contexto. Na tradição de pesquisa comparada em ciência política, esta noção tem a ver com a ideia que os conceitos, teorias, e, hipóteses “viagem bem” entre diferentes realidades. A suposição de homogeneidade causal é um requisito muito difícil de encontrar na realidade política, como exploraremos adiante no trabalho.

24 Para uma discussão ampla do problema da identificação nas ciências sociais cf. Manski (1999)

25 A discussão contemporânea sobre a “lógica da explicação histórica” na ciência política comparada a partir da Nova Metodologia Qualitativa, construída a partir de um diálogo com as abordagens set-theoretical (Schneider e Wagemann, 2012) pode ser compreendida a partir de Mahoney, Kimball e Koivu (2008). Para uma discussão mais ampla sobre as possibilidades e estratégias da pesquisa comparada nas ciências sociais ver Mahoney e Rueschmeyer (eds) (2002).

lizar a conexão entre modelos, teorias, e, dados empíricos em desenhos de pesquisa válidos. O argumento básico é que pesquisadores qualitativos não estão voltados para estimar modelos que melhor se ajustem aos dados observados como na tradição quantitativa. A noção de “*goodness of fit*” que orienta os modelos quantitativos não faz qualquer sentido²⁶ nos métodos histórico-configuracionais.

Quando os pesquisadores estão preocupados em gerar explicações e inferências causais utilizando os métodos histórico-comparados, estes usualmente partem de abordagens centradas na compreensão dos “padrões de causas que geram os efeitos estudados” (*cause-of-effects*). Para tanto, estes mobilizam de técnicas e estratégias que envolvem uma lógica de condições necessárias e/ou suficiente para a análise dos processos de causalização, e, a estratégia de *process-tracing*. Os métodos históricos comparados fazem uso intensivo da lógica contrafactual (Goertz e Starr 2002), as abordagens QCA²⁷ e, análises do tipo *path dependence*.

Por contraste, as análises quantitativas usualmente se voltam para estimar os “efeitos das causas” (*effects-of-causes*), os efeitos médios para causalização, a busca por estimadores mais eficientes, consistentes e não-viésados²⁸ e, empregam as técnicas de análise de regressão (em suas várias modalidades) para o teste de hipóteses. A tensão entre estimação e compreensão configuracional representa tensão básica da demarcação entre os métodos como sugere a teoria das demarcações essenciais.

Este argumento foi claramente elaborado por Mahoney e Terrie (2008) que consideram inadequada a usual crítica que cientistas sociais que se utilizam de uma “lógica quantitativa” para ressaltar os limites da pesquisa histórica *small-n*. A razão

26 Mesmo na pesquisa histórica comparada os pesquisadores qualitativos buscam construir modelos que sejam mais “ajustados” à realidade, envolvendo em algum grau, de forma implícita, a noção de “ajuste”. Todavia, este ajuste é pautado por uma outra lógica de condições, conexões causais múltiplas, presenças de efeitos de contextos, e, de elementos institucionais. O propósito não seria o de encontrar os melhores estimadores, mas, sim o de maior capacidade de análise profunda (*thick*) da realidade sem perder o poder de inferência causal.

27 As fundações lógicas destes modelos residem nas estratégias clássicas centradas em similaridades e diferenças baseadas nas concepções originais de David Hume e John Stuart Mill. As estratégias comparativas de QCA foram desenvolvidas no período situado entre 1980 e final dos anos 90 e conferiram ênfase especial para aplicações em ciência política. Estas técnicas foram concebidas como sendo estratégias de síntese entre os “estudos de caso” e “a pesquisa orientada por variáveis” como se convencionou chamar desde Ragin (1989) A utilização dos métodos de QCA se distingue radicalmente dos métodos convencionais de estimação na análise na tradição quantitativa, por assumir equifinalidade, causalização conjunta, complexidade, e que não existe um modelo causal que melhor ajusta aos dados extraídos da realidade observada, mas, compreender com maior clareza os múltiplos modelos causais que existem entre casos comparáveis. Os modelos QCA “rompem” com as pressuposições das análises tradicionais ao pressupor: a) que não existe causalidade permanente; b) os efeitos causais são heterogêneos; c) heterogeneidade causal (os padrões causais são elásticos a expansão do tamanho da amostra); d) não-aditividade causal; e, e) assimetria causal.

28 Modelos buscam gerar estimações mais precisas para a análise da realidade observada. Judd, McClelland e Ryan (2009) consideram o propósito mais amplo de reduzir os erros e gerar a mais acurada descrição dos dados observados a partir de modelos conduz a introdução de parâmetros para a estimação. As propriedades fundamentais desejáveis dos estimadores são a redução do viés; a consistência, e, a eficiência. Sobre o problema da redução do viés, é importante remeter a considerável preocupação dos analistas quantitativos em encontrar os blue estimators – *best unbiased linear estimators* – em suas técnicas de estimação.

fundamental da inadequação para os autores reside na usual incompreensão da lógica, propósitos, e métodos da pesquisa histórica comparativa. As diferenças entre as análises estatísticas e da pesquisa histórico-comparada se consolidam a partir de três dimensões essenciais: a natureza de explicação; a concepção de causalidade; e os procedimentos mobilizados para teste de teorias.

Quando pesquisadores fazem uso de desenhos de pesquisa *small-n*, eles usualmente estão interessados em compreender mais de perto como um determinado conjunto de causas produz o comportamento ou o efeito sobre a variável dependente, e, não estimar efeitos causais. A atenção dos modelos reside no “como” as causas se articulam, interagem, e geram, em condições específicas, determinados resultados, e não no impacto das causas. A preocupação qualitativa está em saber como as causas produzem determinados efeitos, leva a importante suposição de que a causalidade é fortemente afetada pelo contexto e pelas condições específicas na produção do fenômeno. Neste sentido, a lógica de produção da pesquisa comparada não deve emular a lógica quantitativa.

A dependência do contexto para a construção de explicações torna, nas lentes da análise quantitativa tradicional, problemática a questão do viés de seleção e a generalização na pesquisa qualitativa *small-n*. Quando se trata de analisar as causas que produzem os efeitos, muitos autores contemporâneos consideram ser o problema de viés de seleção dos resultados representa um propósito de segunda ordem, e, a questão central seria a de compreender de forma mais profunda os padrões causais que uma dada realidade produz. Brady, Collier e Seawright (2006) sugerem que os métodos qualitativos na pesquisa histórica comparada estão mais voltados para compreender os “*Causal Process Observations*” (CPOs) em contraposição aos “*Data Set Observations*” (DSOs) que são típicos dos métodos quantitativos.

4.2 - A SINGULARIDADE DOS FENÔMENOS POLÍTICOS

A segunda dimensão considerada decisiva para demarcar os domínios entre os métodos quantitativos e qualitativos reside na singularidade dos fenômenos políticos. O problema da singularidade está associado à noção de que, em um amplo espectro de condições, as leis e regularidades causais na ciência política são consideradas irrelevantes ou triviais. Os fenômenos políticos são altamente contingentes ao contexto, a agência, e, randomização pela história, carregados, portanto, de endogeneidade. Nestas condições, desenhos qualitativos de pesquisa comparada com emprego intensivo de casos partindo da pressuposição da variabilidade na conexão entre as causas e os efeitos estudados pelos modelos e teorias se mostra mais frutífero para gerar inferências (Rohlfing 2012).

Explicar e gerar inferências causais sobre tal natureza de fenômenos singulares exige que os cientistas políticos considerem métodos e desenhos de pesquisa que explorem elementos relativos à ambiguidade, incerteza, e, ao contexto. Estas características tornam os fenômenos políticos como sendo constituídos por elevada variabilidade das causas, complexidade causal, e, a existência de múltiplos caminhos entre as causas e os efeitos, que são altamente elásticos em relação ao contexto. Estratégias de pesquisa devem gerar possibilidades plausíveis para compreender processos causais em que o contexto importa. Estas suposições não são encontradas nos modelos tradicionais da análise quantitativa.

Neste sentido, a conexão entre a pesquisa empírica e os modelos teóricos na tradição qualitativa muito raramente são “utilizados para testar relações ou hipóteses bem conhecidas entre duas variáveis X e Y que se comportam de forma invariante ao contexto”, mas, sim para desenvolver novos conceitos, reformular ou expandir o arsenal de teorias existentes, ampliar o espectro de questões relevantes, e analisar os modos pelos quais estas variáveis estão articuladas na realidade estudada. A geração de novas teorias, a compreensão de novos padrões de articulações causais, e, a tentativa de compreender de forma profunda da agência (e suas interações com as instituições) emerge de forma decisiva na explicação política.

A condição de singularidade dos fenômenos políticos requer que a análise comparada seja preponderantemente gerada por desenhos de pesquisa do tipo *small-n* ou estudos de caso situados no contexto. A complexidade, ambigüidade e incerteza dos fenômenos políticos não representam, todavia, obstáculos intransponíveis para a produção de inferências causais²⁹.

A presença de contrafactuais nestas “realidades singulares” emerge como outra característica fundamental que delimita os métodos. A concepção unificadora de KKV, ao pressupor a noção de integração dos métodos a partir da lógica inferencial quantitativa, falha consideravelmente a não levar em conta questões tradicionalmente consideradas na pesquisa quantitativa como a teoria e lógica dos *métodos configurativos qualitativos QCA* (Ragin 2000; Schneider e Wagemann 2012) para a produção da inferência causal diante de condições de equifinalidade, causalção múltipla, e, contrafactualidade.

O refinamento indutivo das teorias proposto pelas concepções bayesianas

29 Blyth (2006) considera que os paradigmas que estabeleceram premissas, possibilidades metodológicas, modelos teóricos, bem como sobre as formas de conexão entre dados e teorias ainda se pautam por crenças equivocadas sobre a incerteza e a singularidade. Ele argumenta que a ciência política comparada apresenta um descompasso na conexão entre teorias e realidade empírica, dado a ciência política ainda se situa em termos teóricos num mundo imaginado ser altamente previsível e regular, enquanto a realidade se aproxima mais claramente de um mundo marcado pela incerteza e imprevisibilidade em que os dados não se encaixam “normalmente” as teorias e que os eventos raros possuem grandes chances de ocorrência. A disciplina da ciência política comparada rejeita fortemente que são, de fato, as possibilidades de entrar num modelo imprevisível, as causas mais profundas das duas outras camadas da realidade.

passa a ser de fundamental importância para compreender que os padrões causais não são invariantes, mas, sim, heterogêneos e singulares. A construção de teorias e modelos a partir de estudos de caso, produção de tipologias explicativas, identificação de mecanismos causais, bem como a partir da análise descritiva assumem relevância no processo de construção de teorias³⁰.

A terceira importante dimensão da singularidade está relacionada ao conhecido problema da complexidade causal. Embora Braumoeller (2003) proponha um modelo de análise estatística que leve em conta a complexidade causal para o estudo da política, este é um terreno em que os problemas de inferência estatística não se aplicam devidamente. Os modelos estatísticos convencionais tentam partir da suposição de causas prováveis, admitindo uniformidade e homogeneidade nos padrões causais supostos pelas teorias. Todavia, a realidade é carregada de heterogeneidade e contrafactuais, em que os padrões causais exibem elevada variância entre casos, ampliando sensivelmente os problemas de endogeneidade.

A análise da complexidade é, no entanto, melhor compreendida quando se parte para a construção de desenhos de pesquisa centrados em estudos de caso, identificando casos positivos, negativos (Goertz e Mahoney 2012; Gerring 2004) e buscando compreender teoricamente os fatores causais que produzem o comportamento da variável dependente. Os modelos típicos da pesquisa histórico-comparada se utilizam de conceitos como momentos críticos, path-dependency, causalção múltipla, e, equifinalidade, que acentuam o problema da análise de singularidades na análise política. Não é exatamente aumentando o número de observações N que se pode compreender mais de perto os fenômenos políticos, mas, sim penetrando com maior intensidade nos casos e comparando a variabilidade causal entre estes é que se pode produzir teorias e inferências causais mais refinadas para a compreensão da realidade.

4.3 - AGÊNCIA, INSTITUIÇÕES E MECANISMOS CAUSAIS

A terceira diferença essencial reside na relevância que elementos relativos à agência, as instituições, e, aos mecanismos causais possuem na explicação de fenômenos políticos. Em contraste com as teorias sem ator nas ciências sociais, é de crucial importância entender que as explicações causais dos fenômenos políticos dependem largamente do modo como as teorias e modelos propõem a integração entre os agentes (a agência), as regras do jogo (as instituições formais e informais),

³⁰ Para uma compreensão mais ampla da validade dos estudos de caso na ciência política comparada ver Rezende (2011 a)

e, os mecanismos causais que produzem o comportamento da variável dependente.

Como afirma Ryan (2004), “*prima facie*, as explicações em ciência política envolvem atores dotados de racionalidade, e, são construídas a partir dos desejos e das crenças dos agentes sociais”. Na realidade, os modelos explicativos na ciência política seguem a famosa equação de Plott (1991) em que os fenômenos políticos dependem, em sua essência, da interação entre agentes e instituições. Estas concepções sugerem fortemente que os modelos e teorias propostos pela ciência política comparada levem a sério a *indispensabilidade* de inserir as diversas formas de agência (individual, organizacional, coletiva, humana, e, não humana) e as instituições na produção de explicações e inferências causais. A introdução de elementos agenciais e institucionais em suas formas mais sofisticadas é um “monopólio legítimo” da tradição qualitativa³¹.

Centrados na fusão entre modelos de escolha racional e teoria neoinstitucional as Narrativas Analíticas (Bates et al 1998) representam um bom exemplar de estratégias integradas na ciência política que se voltam para compreender mudança e variabilidade, combinando pesquisa histórico-comparada a partir do uso intensivo de estudos de caso com modelos formais. Nas narrativas analíticas uma clara preocupação dos autores em combinar as perspectivas clássicas dos modelos formais da teoria dos jogos que tratam as instituições como jogos e como equilíbrios (*institutions-as-equilibrium*) com as contingências contextuais na produção dos fenômenos políticos.

Levi (2004) considera que a principal contribuição destes tipos de análise é que elas consideram seriamente as formas de integrar a agência na compreensão dos fenômenos políticos. Esta é feita a partir das narrativas produzidas pelos agentes situados em uma dinâmica causal contextual construída. Há uma clara necessidade de entender mais profundamente como as “narrativas” contidas e construídas a partir da interação entre os agentes, e entre os agentes e as instituições, produzem mecanismos causais específicos que permitem explicar mais profundamente e gerar melhor inferências.

A questão da inferência causal para as narrativas analíticas consiste em conferir ênfase decisiva ao problema de *process-tracing* e das explicações por mecanismos causais para buscar a compreensão de como escolhas e instituições produzem os fenômenos. Este tipo de análise requer intensivo uso de estratégias de estudos comparados *small-n* para que se possa gerar inferências a partir da análise de cau-

³¹ Com efeito, os principais modelos e paradigmas na teoria política contemporânea gravitam entre dois paradigmas: os novos institucionalismos e as teorias da escolha racional, que representam caminhos possíveis para construção de teorias na política comparada. Um bom exemplo da combinação de teorias da escolha racional com os novos institucionalismos pode ser vista a partir do conjunto de estudos produzidos no contexto do projeto Narrativas Analíticas (Bates et al 1998, Levi 2004).

sal process observations (CPOs).

A estratégia de considerar seriamente os processos causais torna mais clara a necessidade de ir “para além das variáveis” como concebidas na lógica quantitativa de pensar a inferência, mas, sim compreender que existem múltipla causalção e escolhas contingenciais dos agentes nos fenômenos políticos. As novas metodologias qualitativas na ciência política recomendam fortemente que as inferências devam ser primariamente construídas a partir dos casos. Casos permitem explorar de forma controlada como configurações causais específicas produzem (ou não produzem) certos resultados ou efeitos, e, a partir de mecanismos específicos.

A importância dos mecanismos causais para a produção de inferências na pesquisa comparada é centrada fundamentalmente numa lógica bayesiana. O que realmente importa para compreender a causalção não está, portanto, diretamente associado a quantidade de observações, mas, sim a aderência que as observações possuem em relação aos modelos causais e suas hipóteses tomados como conhecimentos *a priori*. A questão fundamental para as observações e para a geração de teorias está fortemente associado ao chamado problema da incerteza que os cientistas políticos enfrentam quando levados a compreender os mecanismos causais que produzem a conexão entre agentes, instituições, e, o comportamento da variável dependente. Partindo de premissas bayesianas, as abordagens qualitativas usualmente consideram que ao produzirem novos modelos, teorias e explicações, estes estariam constantemente “atualizando” suas crenças sobre a validade inferencial.

Apresentados os elementos centrais da teoria das demarcações essenciais, se considera na próxima seção a análise de rotas possíveis para a integração entre os métodos. A compreensão destas crenças permite identificar os limites e potencialidades das condições de contorno propostos para a teoria das demarcações essenciais, com atenção especial para as condições sobre o monopólio legítimo do método.

5 - VANTAGENS COMPARATIVAS E LIMITES EFETIVOS PARA A INTEGRAÇÃO

Nesta seção exploraremos alguns dos argumentos fundamentais desenvolvidos na fronteira do debate contemporâneo sobre o problema da integração entre os métodos quantitativos e qualitativos na ciência política³². Apresentaremos,

³² A preocupação fundamental desta seção é meramente argumentativa, e, neste sentido não explorarei a importante dimensão de processos institucionais, organizacionais, que foram construídos no interior da ciência política em torno da questão da integração dos desenhos de pesquisa, especialmente ao longo das últimas décadas.

portanto, a partir de um conjunto de trabalhos exemplares situados nos debates metodológicos sobre esta questão, uma matriz de possibilidades para compreender as rotas de integração (ou de desintegração) entre as abordagens quantitativas e qualitativas, e, a partir de então vislumbrar possibilidades para expandir a reflexividade sobre tal importante questão.

Não se trata de um posicionamento nem mesmo uma “saída” para o problema da integração, mas, a compreensão de rotas possíveis para o tratamento deste importante tema. Discutiremos inicialmente em torno das supostas vantagens da integração. Em seguida mostraremos alguns dos importantes limites destas estratégias, e, por fim, algumas dos caminhos possíveis que vem sendo operacionalmente delineados na pesquisa corrente.

A primeira consideração reside na evidência empírica de que as possibilidades de integração entre os métodos quantitativos e qualitativos vêm se ampliando consideravelmente desde há pelo menos duas décadas na ciência política comparada. A elevação substancial de desenhos de pesquisa integrados representa um fato importante na produção contemporânea.

Existe uma crescente institucionalização das pesquisas integradas tanto no que se refere no volume da produção – em termos de artigos, livros, teses, e, outras formas de pesquisa – bem como no que se refere à criação de incentivos institucionais e organizações para promover a difusão e estabilidade da crença de que os desenhos de pesquisa integrados representam um “tipo ideal” a ser perseguido na construção das explicações e da geração de pesquisa de maior qualidade.

A primeira questão a explorar na análise seria, portanto, de compreender quais as crenças básicas que fundamentam a deseabilidade destes desenhos de pesquisa, i.e., quais as razões em torno da preferência relativa aos desenhos de pesquisa integrados na ciência política nos últimos anos. O argumento inicial é o de que existem vantagens comparativas em torno da integração.

A primeira vantagem comparativa de desenhos de pesquisa integrados, quando bem construídos, podem superar os usuais limites que desenhos não integrados trazem consigo e gerar qualidade inferencial. Múltiplas abordagens podem gerar maior poder inferencial. Combinando métodos, lógicas, e técnicas de análise, os pesquisadores poderiam dar conta dos limites típicos usualmente exibidos por cada uma das tradições de análise. Neste sentido, é a “falha sistemática” de cada método que abre possibilidades para a integração criativa de metodologias.

Nesta esteira de argumentação, Fearon e Laitin (2008) consideram que a expansão dos desenhos de pesquisa integrados tem se tornado altamente popular na ciência política nos últimos anos, e, que parte considerável desta popularidade estaria diretamente associada ao reconhecimento dos limites da validade da pesquisa quantitativa tradicional para gerar conhecimento inferencial. Os autores con-

sideram que as estratégias integradas, quando bem sucedidas, ampliam as chances efetivas de combinar o poder das análises quantitativas com os estudos de caso e *small-n*, gerando uma “nova divisão do trabalho”: por um lado, as estratégias quantitativas seriam mais frutíferas para permitir a identificação de padrões causais e regularidades empíricas, apoiada por análise estatística; por outro lado, as estratégias qualitativas seriam voltadas para gerar conhecimento sobre mecanismos causais. A complementariedade entre os métodos seria, portanto, um “equilíbrio” desejável.

Tarrow (1995) sugere tal complementariedade em contraposição aos supostos unificadores de KKV, e argumenta em torno da ideia de irreducibilidade da pesquisa qualitativa à lógica inferencial frequentista. Com efeito, a qualidade inferencial não está associada a elevação da quantidade de observações mas, sim no “mergulho” mais profundo nas estratégias qualitativas para compreender o importante papel dos mecanismos causais, e, como de fato eles operam e variam em diferentes contextos institucionais historicamente situados. A tese da complementariedade entre os métodos proposta por Tarrow (1995) supõe que a qualidade da integração entre os métodos passa a depender de como os pesquisadores compreendam a lógica (e o papel) da divisão de trabalho entre os métodos: a pesquisa qualitativa se volte para identificar a dimensão não-sistemática da realidade e sua lógica de variação entre contextos. Por outro lado, a dimensão sistemática da realidade, usualmente expressa a partir de regularidades causais, deve ser apreendida pelos métodos quantitativos.

A segunda vantagem comparativa considerada como crucial para a integração reside no argumento de que esta amplia a eficiência analítica e o poder explicativo³³. A crença em torno da viabilidade de concepções integradas se organiza em torno do pressuposto de que “princípios científicos compartilhados” tais como a falseabilidade, a parcimônia, a redução, a coerência lógica, a validade, devem estar presentes nos desenhos de pesquisa para assegurar maiores chances de promover maior qualidade inferencial.

Este compartilhamento permite integrar, da forma mais eficiente possível, os pontos positivos dos diferentes métodos. Esta integração, mesmo enfrentando os usuais desafios de incomensurabilidade paradigmática, cria as condições para

33 Ahmed e Sil (2012) consideram que esta crença passa a ser intensificada como prática a partir da revolução behaviorista nas ciências sociais nos anos 50 -- especialmente na psicologia -- em que se supunha ser plausível a noção de que o emprego de diferentes métodos de observações pode gerar melhores condições para validação transversal e reduzir erros. A noção de triangulação que adquire centralidade nas diversas ciências sociais nos anos 60 e 70 é um dos efeitos mais visíveis desta crença. No campo disciplinar da ciência política, os autores argumentam que o primeiro esforço mais sistemático para a integração de métodos passa a ser verificado nos anos 70, quando diversos autores influenciados pela tradição comportamentalista passam a considerar os estudos de caso e os desenhos de pesquisa *small-n* como possibilidade “complementar” as abordagens quantitativas para gerar ou testar hipóteses.

complementar os elementos potenciais de cada abordagem e gerar inferências causais superiores do que qualquer um dos métodos isoladamente pode oferecer. A força desta crença vem sendo amplificada desde a década de 90 em que se verifica uma maior demanda pelo compromisso de fazer com que os desenhos de pesquisa passem a ser construídos a partir do emprego de vários métodos.

A crescente institucionalização desta crença como uma das formas mais benéficas de operacionalizar a difusão dos benefícios do pluralismo metodológico (e do ecletismo analítico) tem sido uma tônica na ciência política contemporânea. Exemplos bem claros de integração pode ser percebido em modelos já considerados clássicos nos debates sobre “os padrões de cientificidade da ciência política contemporânea”.

Um deles está na clara concepção integrativa tripartite para o “disciplinamento da ciência política conquanto ciência” sugerido por Laitin (2002), o qual fornece uma concepção de cientificidade que envolve o *uso combinado* de modelos formais, análises estatísticas e pesquisa qualitativa para a geração de qualidade inferencial. A noção de integração também está clara na formulação de “*nested analysis*” proposta por Lieberman (2005), onde o emprego simultâneo de estratégias *large* e *small-n* para a identificação dos casos, para a geração de explicações historicamente situadas, bem como para gerar hipóteses que possam ser testadas em uma população mais abrangente, aparece como fator decisivo para a qualidade das inferências causais.

Conhecidas as vantagens comparativas em torno da integração, é importante salientar que, a confecção de estratégias integrativas na pesquisa comparativa encontra limites. Embora desejável, a integração nem sempre é factível. Consideramos aqui, que existem tensões entre as abordagens qualitativas e quantitativas, que são decisivas. A primeira recai sobre as possibilidades de integração entre ontologias e metodologias; a segunda reside na questão das múltiplas concepções sobre inferência causal, sobre causalção, ou mesmo sobre causalidade; a terceira se organiza em torno das diferentes percepções em torno do que vem a ser a validade externa e interna; e, por fim, a questão mais operacional da sempre problemática questão da complexidade causal e das análises densas da realidade.

A questão da integração ontológica e metodológica como limite fundamental a integração pode ser vista no argumento proposto por Hall (2003). Para além de uma “mera combinação” de técnicas, ou de questões operacionais de como aplicar análises quantitativas e qualitativas para responder determinadas questões de pesquisa, os pesquisadores se defrontam com barreiras (e possibilidades) ontológicas fundamentais quando desejam integrar métodos, especialmente quando buscam inferências causais.

Métodos estão fundamentalmente ligados a ontologias e epistemologias, e, neste sentido, são paradigmas, e, portanto, podem ser algumas vezes “incomunicáveis”. Hall (2003) considera que as ontologias representam um conjunto de premissas básicas que os cientistas políticos (e sociais) fazem sobre a realidade, e, mais importante, sobre a natureza das relações causais que estruturam os fenômenos a serem estudados.

Enquanto os métodos seriam mais próximos de técnicas para gerar observações sobre relações causais específicas, as ontologias seriam premissas fundamentais para compreender as “estruturas profundas” de uma dada realidade a partir de teorias. Os esforços de teorização dependem, portanto, de ontologias, e, quando estas são congruentes, é possível que se possa integrar com maior eficiência. O problema do alinhamento ontológico e metodológico, é para Hall, o problema crucial a ser enfrentado para lidar com a integração entre métodos quantitativos e qualitativos.

Hall (2003) considera haver um descompasso crescente entre as “ontologias” dos modelos de análise estatística e os métodos comparativos tradicionais (pesquisa qualitativa e *small-n design*), constituindo-se num dilema fundamental para a ciência política e suas possibilidades de interpretação da realidade. Ele considera que os modelos comparativos – diante de realidades cada vez mais complexas, dinâmicas, e, com intensa variabilidade em termos de agência e instituições - vêm cada vez mais tentando incorporar elementos analíticos fundamentais tais como causalidade conjunta, complexidade causal, agência, equifinalidade, que são incompatíveis com os pressupostos fundamentais da análise estatística tradicional, e, portanto, novas possibilidades de análise tem emergindo na política comparada. Levando a sério o princípio de que “correlação não é causalidade”, o autor argumenta que estas novas ontologias têm dado margem a novas metodologias que nem sempre se mostram compatíveis com desenhos quantitativos de pesquisa.

Ahmed e Sil (2012) consideram mais recentemente que a questão da integração está associada às possibilidades efetivas de alinhamento ontológico e as concepções de causalidade entre dois ou mais métodos. Quando as condições ontológicas não permitem a integração, por conterem concepções incompatíveis de causalidade (ou de causalidade), os desenhos de pesquisa integrados podem, ao contrário do que se supõe, gerar erros e gerar problemas inferenciais.

Este fato se mostra absolutamente importante dado que, nem sempre, a eficiência analítica integração seria maior em relação aos desenhos não-integrados. A dimensão mais importante ligada a escolha dos métodos reside não na questão de pesquisa como alguns autores mecanicamente supõe, mas, nas *condições ontológicas de contorno* que fornecem sentido a potencial integração entre métodos. Este ponto se alinha com a questão da demarcação essencial proposta no artigo. O

método não tem prevalência sobre a ontologia, mas, sim o contrário.

Uma das implicações sensíveis desta assertiva reside no importante problema da endogeneidade e da inferência causal. Muitas vezes, como Rezende (2012) nos chama a atenção para o problema da mudança institucional nas teorias contemporâneas no novo institucionalismo, um dado problema de pesquisa que possui tamanha endogeneidade e heterogeneidade causal reduz o potencial para que seja possível empregar os métodos estatísticos inferenciais com base na lógica frequentista como supõem KKV.

Nestes casos, se mostra muito mais plausível uma abordagem histórica *small-n* para a compreensão dos processos causais (e de sua variabilidade) que supõem ser dependentes do contexto institucional. Estimar os efeitos causais das instituições sobre a mudança institucional seria melhor tratada a partir de um desenho de pesquisa essencialmente qualitativo. Em outras condições, quando a exogeneidade está presente, e, a suposição de homogeneidade causal faz mais sentido de se supor, as abordagens quantitativas seriam mais frutíferas do ponto de vista da eficiência analítica para inferência.

Outro limite recai sobre para considerar aqui reside nas diferentes percepções que os as duas tradições possuem sobre as questões fundamentais relativas à validade interna e externa dos desenhos de pesquisa. Desenhos de pesquisa usualmente envolvem duas questões fundamentais sobre o “problema da inferência”: a questão da qualidade inferencial (questões relativas à validade interna ou credibilidade); e, a questão da capacidade de transferência inferencial (validade externa ou transmissibilidade). Nem sempre existem “acordos possíveis” sobre estas dimensões, e, o pesquisador deve estar consciente de quando e como estas devem ser integradas.

Para exemplificar estas tensões acerca dos desenhos de pesquisa utilizaremos a análise de Moses, Rihoux, e Kittel (2005) sobre o problema da integração na ciência política na Europa. Estudando as diferenças metodológicas entre a ciência política europeia e norte-americana os autores consideram que há um forte descompasso entre desenhos de pesquisa e qualidade inferencial entre estas duas tradições de pesquisa³⁴.

34 O descompasso metodológico entre a ciência política norte-americana e europeia pode ser vista no importante artigo de Norris (1997) sobre cosmopolitismo da ciência política. Norris afirma que este descompasso se reflete nas diferentes abordagens metodológicas dos seus principais periódicos entre 1970-1990. Os dados empíricos analisados por Norris sugerem que os periódicos europeus são “mais calibrados” entre abordagens behaviorais e institucionais, i.e, mostrando um maior balanço entre os métodos quantitativos e qualitativos. Por contraste, os periódicos americanos, tendem a ser fortemente orientados por análises estatísticas, testes de hipóteses, e, modelos formais. Norris considera que, no período analisado, se verifica um crescente descompasso metodológico entre a ciência política norte-americana e europeia, gerado a partir das pressuposições fundamentais sobre a ontologia da disciplina. A ciência política norte-americana, na concepção de Norris, está relacionada a uma crescente sofisticação técnica e analítica, que está ligado a uma crescente hegemonia do positivismo e da formalização.

Eles consideram que há uma clara distinção a ser feita no que se refere ao papel da estimação causal de efeitos como inferência. Os cientistas políticos norte-americanos que trabalham na fronteira da metodologia contemporânea são profundamente voltados para a construção de modelos e para os problemas de estimação com uso intenso de identificação econométrica. Inferências causais se reduzem as estimações causais.

Por contraste, os cientistas políticos europeus se aproximam da posição de “consumidores de modelos” (a exemplo da ciência política brasileira) e para a aplicação de técnicas de estimação. Haveria, portanto, uma divisão do trabalho, em que os europeus estariam mais voltados para a discussão dos problemas de formação conceitual e da operacionalização dos modelos de estimação do que em propriamente construir modelos para análise empírica inferencial.

Indo na contramão do argumento do “cosmopolitismo” formulado por Norris (1997), os autores consideram que a “expansão” dos métodos quantitativos na ciência política européia estaria centrada numa forte estrutura de incentivos para propulsionar as carreiras individuais dos pesquisadores. Os principais cientistas políticos europeus que trabalham com métodos quantitativos e a questão inferencial montam suas estratégias individuais de publicação científica tendo como foco os principais periódicos americanos, que possuem maior prestígio, reputação, e, maior visibilidade. Isto explica, em grande parte, porque os periódicos europeus (o que pode também ser observado na ciência política brasileira) seriam menos preocupados com questões ligadas ao teste de teorias e a análise formal. Por outro lado, os periódicos europeus tendem a manter suas estratégias de especialização em áreas e tipos de trabalhos, consolidando uma tradição.

Os autores consideram que a ciência política contemporânea passando por um crescente processo de integração metodológica a partir da continuada “erosão” das clivagens tradicionais entre os universos quantitativos e qualitativos. Todavia, eles consideram que a aparente “paz metodológica” possa ser bastante ilusória. A principal clivagem entre as tradições metodológicas reside, entretanto, na tensão entre as abordagens interpretativas e explicativas. Os autores observam que, no interior da disciplina, estaria se configurando um renascimento das tradições interpretativas com técnicas específicas para entender o comportamento e a ação do comportamento social e político. Eles consideram que estes novos influxos na tradição interpretativa não estariam alinhados com as rotas metodológicas tradicionais.

A quarta dimensão das tensões relativas à integração reside na redução das explicações em relação aos elementos contextuais. A demanda por explicações mais “reduzidas” da realidade dos métodos quantitativos, faz com que certas suposições relativas as questões de operacionalização de conceitos, mensurações, e processos

de análises de dados – usualmente centrados em *Data Set Observations* (Brady, Collier e Seawright 2006) – sejam preferíveis. A ontologia básica dos quantitativistas pode ser compreendida como observa Ragin (1989) numa realidade “organizada por variáveis”.

Estas posições altamente estilizadas e reduzidas da realidade são contrastantes com as demandas cada vez mais intensas de explicações que sejam sensíveis ao contexto, aos agentes, as instituições, e, aos processos causais. A demanda crescente por análises densas e a intensa busca por mecanismos causais para gerar melhores inferências tem feito com que os métodos qualitativos tenham assumido papel cada vez mais relevante no debate contemporâneo, e, que as explicações passem a usar intensivamente estudos de caso, pesquisa *small-n*.

Mahoney (2008) pensa a integração ao propor a validade de uma teoria unificada de causalidade a qual torna possível fazer com que a “linguagem” de variáveis e mecanismos causais seja comum aos métodos quantitativos e qualitativos. O argumento reside na compreensão de que a lógica para compreender os efeitos causais utilizada na pesquisa quantitativa, é em última instância, derivada da compreensão da causação subjacente nos estudos de caso, os quais dependem da identificação de causas necessárias, suficientes, e, condições INUS³⁵.

Mahoney argumenta que estudos de casos e análises de regressão multivariada exibem diferentes lógicas para atingir diferentes propósitos; “por um lado, estudos de caso buscam compreender porque determinados resultados ocorreram em condições específicas; por outro lado, as análises de regressão são concebidas para estimar os efeitos médios das causas”.

Para o problema da integração é importante considerar que alguns casos precisam ser combinados. O poder analítico dos estudos de caso reside na habilidade dos mesmos em identificar e analisar os processos causais diante de complexidade causal. Esta ontologia requer a endogeneização de elementos cruciais para a explicação como temporalidade, sequência, e processos, para que seja possível verificar o efeito dos mecanismos causais em condições específicas controladas.

Coppedge (1999) compreende a importante conexão entre a integração dos métodos e o papel dos conceitos. Embora existam avanços, a análise quantitativa tradicional ainda está muito longe de assimilar a usual complexidade conceitual na ciência política (e social, mais amplamente), muitas vezes por problemas de limitação dos dados. Para realizar o potencial destas abordagens, os cientistas devem responder a questões chave situadas na fronteira compartilhada entre os métodos

35 A noção de condições INUS na discussão de causalidade é atribuída a J.L. Mackie. Ele define tal condição como sendo “an *Insufficient but Nonredundant part of an Unnecessary but Sufficient Condition for E*”, i.e., uma parte insuficiente e não-redundante de uma condição não-necessária porém suficiente para a ocorrência de um dado evento E (Mackie 1965).

quantitativos e qualitativos, e, grande parte deles deriva da importante questão da redução da complexidade de conceitos para operacionalização de variáveis. Neste ponto reside um importante aspecto da integração e seus limites. A questão de fundo reside na possibilidade efetiva de reduzir conceitos complexos para variáveis que sejam mensuráveis e quantificáveis. Para além de uma questão meramente conceitual, é importante que se compreenda que, na ciência política, a qualidade da explicação está fortemente associada ao problema da complexidade causal.

Há uma clara noção de que os modelos quantitativos sofrem imensas sofisticções para lidar com o problema da estimação de efeitos causais em realidades políticas, marcadas por hipóteses contingentes, forte dependência de condições, complexidade, variabilidade de ocorrência dos mecanismos causais. Estes desafios podem ser melhor explorados de forma mais “controlada” quando se combina a análise quantitativa com as estratégias de pesquisa *small-n*.

A questão crucial para a integração reside na complexidade dos modelos e seu impacto sobre as explicações. A pressuposição fundamental é a de que métodos representam quase sempre verdades parciais, e, isto implica fundamentalmente no argumento de que qualquer abordagem teórica ou metodológica utilizada representa apenas uma concepção parcial e condicional da realidade, e, que, os dilemas de integração estão sempre presentes.

Idealmente, qualquer tentativa de explicação integrada em ciência política deve mobilizar elementos que digam sobre as potencialidades e limites de cada abordagem a partir de conceitos, i.e, de um diálogo adensado em teoria. As estratégias integradas devem buscar campos possíveis para mitigar as usuais dicotomias conceituais e metodológicas entre os quantitativistas e qualitativistas, e, como estes podem ser convertidos em explicações teoricamente orientadas para gerar proposições empiricamente testáveis, ampliando as chances de eficiência inferencial.

Para os quantitativistas, por seu turno, a posição ideal seria aquela em que os conceitos sejam “perfeitamente” operacionalizados em variáveis mensuráveis para análise e testes de hipóteses pela análise estatística. Esta visão “reduzida” da realidade supõe ser possível que conceitos devam ser simples, claros, e, objetivos permitindo que a precisão seja alcançada. Todavia, está claro que muitos dos conceitos e questões fundamentais mobilizadas pela ciência política são complexos, multidimensionais e polissêmicos, tornando complexa, quando não impossível, de gerar uma operacionalização adequada para a análise empírica, em termos ideais. Neste ponto reside um importante aspecto da tensão para abordagens integrativas.

A tensão reside no fato de que, diante de uma realidade complexa, as abordagens qualitativas, sugerem que as explicações devam ser lastreadas a partir do desenvolvimento de modelos conceituais complexos que envolvem relações causais “elásticas” ao contexto e às instituições, em sintonia com a teoria das demarcações

essenciais.

A geração de teorias a partir de desenhos de pesquisa *small-n* permite com que hipóteses alternativas não sejam confirmadas. Por outro lado, é usual considerar que a tradição de pesquisa com poucos casos usualmente se filia a concepção mertoniana das teorias de “médio-alcance” (*middle range theories*) permitindo que as generalizações sejam possíveis apenas para períodos históricos circunscritos, e que agentes, instituições, história e cultura permitam a variação das explicações e dos mecanismos causais envolvidos. A questão de fundo reside no problema de como as hipóteses complexas podem, de fato serem testadas, nos desenhos de pesquisa *small-n*, típicas dos métodos comparativos na ciência política.

Os desenhos qualitativos *small-n* com desenhos longitudinais de pesquisa (múltiplas observações de uma dada unidade de análise no tempo) representam desenhos de pesquisa que são frutíferos para testar hipóteses sobre as “causas de determinados efeitos (*outcomes*)”. O poder destes desenhos de não-confirmar hipóteses a partir de implicações observáveis permite que o pesquisador compreenda adequadamente a sequência e o processo causal, que é crucial para analisar a direção e o sentido das influências causais supostas pela teoria.

Estes se aproximam do ideal milliano de “*most similar designs*” em que as condições são mais “controladas” entre diversos períodos. Existem duas limitações importantes deste tipo de desenho: primeiro, a questão da generalização para outros casos e contextos, dado que cada caso depende de uma repetição detalhada dos processos de análise causal e das técnicas de coleta de dados, e a forte dependência das condições contextuais. Por outro lado, os estudos de caso não permitem a variabilidade necessária para que se possa dizer sobre hipóteses contrafactuais.

Numa realidade social marcada por causalidade contingente, é plausível supor que não existam casos cruciais, mas, sim apenas casos, dado que as condições e variáveis intervenientes variam profundamente em função do contexto. A existência de casos cruciais representa um requisito fundamental para que se possa compreender a plausibilidade geral de uma hipótese. Esta questão é melhor tratada por comparações em grandes amostras, as quais são usualmente dimensionadas para permitir o grau de liberdade necessário para lidar com muitas variáveis e relações complexas a partir de alguns parâmetros de controle.

Em situações de elevada complexidade e causalidade conjunta, as técnicas configuracionais – QCA (em suas diversas variantes) utilizadas a partir das pressuposições booleanas usualmente tendem a criar uma categorização das variáveis fundamentais de análise, que conduzem usualmente a uma perda de informação com sensíveis resultados sobre a qualidade da análise. Estas técnicas usualmente não envolvem testes de significância estatística, as quais são muito úteis para a eliminação de hipóteses. Um dos problemas cruciais da integração reside no importante

argumento de que “se os pesquisadores podem encontrar técnicas capazes de lidar com variáveis categóricas, ordinais ou contínuas, assim como lidar com interações complexas, por que razões os pesquisadores deveriam optar por métodos qualitativos, se os dados quantitativos disponíveis são confiáveis? Por que razões a integração seria necessária?”

6 - ROTAS POSSÍVEIS PARA INTEGRAÇÃO

Discutidos estes problemas essenciais para a integração e seus dilemas, apresentaremos aqui, de forma preliminar, algumas rotas possíveis para a ciência política comparada possa lidar com tais questões. Estas alternativas estão ensejadas em quatro formulações possíveis: a pesquisa experimental com suas suposições de randomização e manipulabilidade das condições nas diversas variantes; as pesquisas centradas em estudos de caso; os métodos configuracionais, e, a crença crescente no ecletismo analítico e no pluralismo metodológico para a confecção de desenhos multimétodos. Estas alternativas emergem com força considerável nos debates sobre os desenhos de pesquisa.

A primeira alternativa possível é a de assumir o caminho de que “se a ciência política pretende avançar no problema da geração de inferências de maior qualidade, é de se considerar que os que os desenhos experimentais e quase-experimentais (em suas várias versões) seriam as formas ideais de conceber os desenhos de pesquisa”.

Neste sentido, a ciência política se moveria fortemente para a razão experimental, a partir dos quais se poderia ser realizada a integração entre métodos quando se trata de inferências, a exemplo dos métodos de controle sintéticos que combinam a tradição experimental com pesquisa qualitativa de estudos de caso (como é o exemplo dos métodos de controle sintético proposto por Abadie et al 2012) que tem sido utilizada com grande intensidade na econometria aplicada.

Desenhos Experimentais para a estimativa dos efeitos causais aproximaria a ciência política de maior rigor, e, realmente se poderia dizer sobre os efeitos das causas. Todavia, há de se considerar que o problema na ciência política, como comentado anteriormente, não é apenas o de estimar efeitos das causas, mas, muitas vezes, o de compreender as causas dos efeitos. Neste sentido, os desenhos de pesquisa centrados em pesquisa qualitativa de estudos de caso e *small-n*, adquirem considerável status científico no interior da disciplina.

Estes desenhos de pesquisa criam as possibilidades objetivas, como já mencionado anteriormente, para que os cientistas políticos compreendam a lógica subjacente aos processos causais, às instituições, e, mais importante, como estes

variam entre múltiplas realidades. Em termos mais amplos, os casos podem ser considerados como “experimentos” em que os pesquisadores enfrentam satisfatoriamente o problema da endogeneidade, que, usualmente, afetam a qualidade inferencial na pesquisa qualitativa.

Ao realizarem estudos de caso, os pesquisadores tentam, em alguma medida, controlar contextos, configurações causais, e, se orientam por uma proposição causal relevante. Todavia, a forte crença na suposição de heterogeneidade causal, e, na contingência das explicações, especialmente por elementos atribuídos ao poder causal das agências e das instituições, faz com que estes desenhos de pesquisa continuem críveis.

Mesmo que pesquisadores usem intensivamente análises estatísticas tradicionais para compreender relações entre variáveis, e, as forças de associação entre estas, as demandas por compreensão densa da realidade, torna claro que os estudos de caso assumem primazia na questão da integração. Mesmo que não se possa “radicalmente” gerar inferências a partir de casos, eles podem contribuir decisivamente com elementos fundamentais ao processo inferencial, quando compreendido no sentido de “tornar compreensível” uma explicação a partir de dados observacionais sobre causalidade. Casos representam configurações causais e, neste sentido, fundamentais para que se possa gerar melhor eficiência inferencial combinando pesquisa quantitativa e qualitativa.

A outra alternativa identificada reside no aprofundamento dos métodos configuracionais para geração de inferências causais. Preocupados essencialmente com a questão da complexidade, e, com a noção de múltipla causalidade, estes métodos permitem que o rigor da pesquisa quantitativa possa ser combinado com a “análise qualitativa” sem comprometer severamente a questão da inferência e da causalidade. Não à toa, modelos que atentam para as configurações de condições, para as articulações causais em determinados contextos, permitem com que os comparativistas “levem a sério” a importante questão da complexidade causal, e, de sua conexão com o contexto. A ciência política comparada requer cada vez menos análises que “desconsideram” a variabilidade das causas e das combinações de causas dos mesmos fenômenos em diferentes contextos. Os métodos configuracionais abrem portas consideráveis nesta direção sem perder de vista a importante questão da inferência.

Por fim, a questão da integração não se reduz a uma questão técnica ou metodológica reduzida ao problema de como os desenhos de pesquisa integrados podem lidar melhor com o problema da validação transversal e da redução dos erros. A questão da integração é mais ampla e está relacionado a um “compromisso tácito” reconhecido pelos pesquisadores contemporâneos em torno do pluralismo metodológico e do ecletismo analítico. A integração, representa, neste sentido, um para-

digma, um princípio organizador do trabalho na ciência política. A tarefa central da integração deve ir muito além dos métodos e das técnicas de análise, mas, sim criar uma institucionalização contínua de diálogo frutífero entre diversas visões presentes nas comunidades epistêmicas, em busca de novas possibilidades metodológicas, e, como estas podem de fato ser frutíferas para a qualidade da pesquisa seja ela quantitativa, qualitativa, ou multimétodo.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao CNPQ pelo apoio financeiro e institucional para a condução desta pesquisa com o projeto de “A integração entre métodos quantitativos e qualitativos na ciência política comparada”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abadie; Alberto; DIAMOND, Alexis e HAINMULLER, Jens. 2012. Comparative Politics and the Synthetic Control Method. *Working Paper*. Mimeo.
- ABBOTT, Andrew. 2004. *Methods of Discovery: Heuristics for the Social Sciences*. New York. W.W.Norton & Company
- AHMED, Amel e SIL, Rudra. 2012. When Multi-Method Research Subverts Methodological Pluralism—or, Why We Still Need Single-Method Research. *Perspectives on Politics*, 10 (4), pp.935-53.
- ALMOND, Gabriel. 1988. Separate Tables: Schools and Sects in Political Science. *PS: Political Science and Politics*, 21 (4), pp.828-42.
- ALMOND, Gabriel A. e CLOUDS, Stephen J. Genco. Clocks, and the Study of Politics. *World Politics*, 29 (4), pp. 489-522.
- BATES, Robert H. et alli. 1998. *Analytical Narratives*. New Jersey. Princeton University Press.
- BLYTH, Mark. 2006. Great Punctuations: Prediction, Randomness, and the Evolution of Comparative Political Science. *American Political Science Review*, 100 (4), pp.493-498.
- BOUWELL, Jeroen V. 2003. Ontology and Methodology in Contemporary Philosophy of Social Science: the Status Quaestions. *Philosophica*, 71, pp.5-12.
- BOX-STEFFENSMEIER, Janet M.; BRADY, Henry E. e COLLIER, David. 2008. “Political Science Methodology”. In Box-Steffensmeier, Janet M., Henry E. Brady, and David Collier (eds.) *The Oxford Handbook of Political Methodology*. Chapter 1. pp.3-31.
- BRADY, Henry E. e COLLIER, David. 2003. *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*. New York. Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- BRADY, Henry E.; COLLIER, David e SEAWRIGHT, Jason. 2006. “Toward a Pluralistic Vision of Methodology” *Political Analysis*, 14(3), pp.353–368.
- BRAUMOELLER; BEAR, F. 2003. Causal Complexity and the Study of Politics. *Political Analysis*, 11. pp.209-233.
- COLLIER, David; Seawright, Jason e Munck, Gerardo L. 2004. “Sources of Leverage in Causal Inference: Toward an Alternative View of Methodology” In Brady, Henry E. and David Collier (2004). *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*. New York. Rowman & Littlefield Publishers, Inc. pp.229-266.
- COPPEDGE, Michael. 1999. Thickening Thin Concepts and Theories: Combining Large N and Small in Comparative Politics. *Comparative Politics*, 31(4), pp.465-476.
- FEARON, James. 1991. Counterfactuals e Hypothesis Testing in Political Science.

- World Politics, 43(2), pp. 169-195.
- FEARON, James e LAITIN, David. 2008. "Integrating Qualitative and Quantitative Methods". In Box-Steffensmeier, Janet M., Henry E. Brady, and David Collier (eds.) *The Oxford Handbook of Political Methodology*. Chapter 33. pp.756-778.
- GEEDES, Barbara. 2003. *Paradigms and Sand Castles: Theory Building and Research Design in Comparative Politics*. Ann Arbor. University of Michigan Press.
- GEORGE, Alexander L. e BENNETT, Andrew. 2005. *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*. Cambridge. MIT Press.
- GERRING, John. 2004. "What is a Case Study and What it is good for?" *American Political Science Review*, 98(2). pp.341-354.
- GOERTZ, Gary e STARR, Harvey. 2002. *Necessary Conditions: Theory, Methodology, and Applications*. Lanham. Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- GOERTZ, Gary e MAHONEY, James. 2012. *A Tale of Two Cultures: Contrasting Quantitative and Qualitative Research in the Social Sciences*. New Haven. Princeton University Press.
- HALL, Peter. 2003. "Aligning Ontology and Methodology in Comparative Politics". In Mahoney, James and Dietrich Rueschmeyer (eds). *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. pp.373-406.
- JUDD, Charles M.; MCCLELLAND, Gary H. e Ryan, Carey S. 2009. *Data Analysis: A Model Comparison Approach*. New York. Routledge.
- KING, Gary. 1989. *Unifying Political Methodology: The Likelihood Theory of Statistical Inference*. Ann Arbor. The Michigan University Press.
- KING, Gary, KEOHANE, Robert e VERBA, Sidney. 1994. *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. New Jersey. Princeton University Press.
- LAITIN, David D. 2002. "Comparative Politics: The State of the Subdiscipline". In Katznelson, Ira and Helen V. Milner (eds). *Political Science: the State of the Discipline*. New York. W.W. Norton. Pp.630 –659.
- LEVI, Margaret. 2004. "An analytical narrative approach to puzzles and problems". In Shapiro, Ian, Rogers M. Smith, and Tarek E. Masoud (eds.). *Problems and Methods in the Study of Politics*. New York. Cambridge University Press. pp. 201-226.
- LIEBERMAN, Evan S. 2005. "Nested Analysis as a Mixed-Method Strategy for Comparative Research" *American Political Science Review*, 99(3). pp.435-52.
- LIJPHART, A. 1971. 'Comparative Politics and the Comparative Method', *American Political Science Review* 65: 682–93.
- MACKIE, John L. 1965. Causes and Conditions. *American Philosophical Quarterly*,

2 (4), pp.245-55;

- MAHONEY, James. 2008. "Toward a Unified Theory of Causality." *Comparative Political Studies* 41 (4/5): 412-36.
- MAHONEY, James; KIMBALL, Erik e KOIVU, Kendra L. 2008. The Logic of Historical Explanation. *Comparative Political Studies*, 42(1). pp.114 -146.
- MAHONEY, James. 2010. After KKV: The New Methodology of Qualitative Research. *World Politics*, 62(1). pp.120-147.
- MAHONEY, James e TERRIE, P. Larkie. 2008. "Comparative-Historical Analysis in Contemporary Political Science". In Box-Steffensmeier, Janet M., Henry F. Brady, and David Collier (eds). *The Oxford Handbook of Political Methodology*. New York. Oxford University Press. Chapter 32. pp.737-754.
- MAHONEY, James e RUESCHMEYER, Dietrich (eds.) (2002). *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. New York. Cambridge University Press.
- MANSKI, Charles F. 1999. *Identification Problems in the Social Sciences*. Cambridge. Harvard University Press.
- MOSES, JONATHON, BENÔIT, RIHOUX, and KITTEL, Bernhard. 2005. Mapping Political Methodology: reflections on a European Perspective. *European Political Science*, 4. pp.55-68.
- NORRIS, Pipa. 1997. "Towards a More Cosmopolitan Political Science?" *European Journal of Political Research* 31(1-2): 17-34.
- PLOTT, Charles R. 1991. Will Economics Become an Experimental Science? *Southern Economic Journal*, 57, pp.901-920.
- PRZEWORSKI, Adam. 2007. "Is The Science of Comparative Politics Possible?". In Boix, Carles and Susan Stokes (orgs.). *Oxford Handbook of Comparative Politics*. New York. Cambridge University Press.
- PUTNAM, Robert D; LEONARDI, Robert e NONETTI, Rafaella. 1993. *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. New Jersey. Princeton University Press.
- RAGIN, Charles C. 1989. *The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. Berkeley. University of California Press.
- RAGIN, Charles C. 2000. *Fuzzy-Set Social Science*. Chicago. The University of Chicago Press. Chapter Three – Studying Cases as Configurations. pp.64-87.
- REZENDE, Flávio da Cunha. 2011a. Razões Emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política contemporânea. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 6, pp.297-337.
- REZENDE, Flávio da Cunha. 2011 b. "A Nova Metodologia Qualitativa" e as Condições Essenciais de Demarcação entre Desenhos de Pesquisa na Ciência Política Comparada. *Revista Política Hoje*, vol 20(1), pp.218-252.
- REZENDE, Flávio da Cunha. 2012. Da Exogeneidade ao Gradualismo: Inovações na

- Teoria da Mudança Institucional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol 27 (78), pp.113-130.
- ROHLFING, Ingo. 2012. *Case Studies and Causal Inference: an integrative framework*. New York. Palgrave MacMillan. ECPR Research Methods Series.
- RYAN, Alan. 2004. "Problems and Methods in Political Science: rational explanation and its limits. In Shapiro, Ian, Rogers, M. Smith, and Tarek E. Masoud (eds.) *Problems and Methods in the Study of Politics*. New York. Cambridge University Press. 186-200.
- SARTORI, Giovanni. 1970. Concept Misinformation in Comparative Politics. *The American Political Science Review*, LXIV (4), pp.1033-1053.
- SCHNEIDER, Carsten Q. e WAGEMANN, Claudius. 2012. *Set-Theoretical Methods for the Social Sciences: A guide to Qualitative Comparative Analysis*. New York. Cambridge University Press.
- SHAPIRO, Ian. 2002. Problems, Methods, and Theories in the Study of Politics, or What's Wrong with Political Science and What to do About it. *Political Theory*, vol 30(4). pp. 588-611.
- TARROW, Sidney. 1995. "Bridging the Quantitative-Qualitative Divide in Political Science." *American Political Science Review*, 89(2): 471-74.

ENTRE A ESPECIFICIDADE E A TEORIZAÇÃO: A METODOLOGIA DO ESTUDO DE CASO

LEONARDO DA SILVEIRA EV
ALINE BURNI PEREIRA GOMES

RESUMO

O presente artigo aborda a metodologia do estudo de caso como um dos desenhos de pesquisa utilizados nas Ciências Sociais e, mais especificamente, na Ciência Política, capaz de produzir inferências válidas e explicações generalizáveis a uma população mais abrangente. O principal objetivo do artigo é delinear as características e potencialidades que são peculiares ao estudo de caso, ressaltando sua capacidade de produção de inferências causais fortes, de aprofundamento das unidades estudadas e, sobretudo, seu potencial de teorização. A partir da definição de estudos de caso como análises de uma unidade de um fenômeno, mas com pretensões de gerar elementos explicativos acerca de uma categoria de casos mais ampla (Gerring 2004), argumenta-se que eles determinam um modo particular de problematizar o fenômeno estudado, enfatizando as especificidades dos casos e focando em compreender em profundidade as relações entre X e Y através da apreensão de mecanismos causais.

PALAVRAS - CHAVE

Metodologia; desenho de pesquisa; inferências; teorização; estudos de caso.

BETWEEN SPECIFICITY AND THEORY-BUILDING: THE CASE STUDY METHODOLOGY

ABSTRACT

This article discusses the case study methodology as one of the research designs used in the Social Sciences and, more specifically, in Political Science, which is capable of producing valid inferences and explanations generalizable to a broader population. The main objective of this article is to outline the features and capabilities that are peculiar to case study, highlighting its capacity to produce strong causal inferences, deep knowledge of studied units, and especially its potential for theory-building. Departing from the definition of case studies as the analysis of a unit of a phenomenon, but with pretensions to generate explanatory elements about a broader category of cases (Gerring 2004), we argue that they develop a particular way of approaching the investigated phenomenon, emphasizing the case specificities, and focusing on understanding in depth the relationships between X and Y through causal mechanisms.

KEYWORDS

Methodology; research design; inferences; theory-building; case studies.

SOBRE OS AUTORES

LEONARDO DA SILVEIRA EV

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Contato: leo.se1987@gmail.com.

ALINE BURNI PEREIRA GOMES

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Contato: alineburni@gmail.com.

SUBMETIDO EM

Setembro de 2015.

APROVADO EM

Novembro de 2015.

A metodologia de estudo de caso tem sido debatida na Ciência Política contemporânea e, apesar de ainda não haver uma definição consensual acerca deste desenho de pesquisa (Levy 2008), ele tem se mostrado bastante útil na construção e no avanço do conhecimento dentro da área, seja através de testes de hipóteses, geração de hipóteses alternativas ou teorização. Há várias obras investigativas que implementam uma metodologia de estudo de caso e que se tornaram grandes clássicos da Ciência Política e das Ciências Sociais em geral.

Exemplo dessas obras são o estudo de Graham Allison (1971), intitulado “Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crises”, o estudo de E. P. Thompson (1963), “The Making of the English Working Class”, e também o de Benjamin Reilly (2001), “Democracy in Divided Societies”, focado em pequenas experiências de arranjo eleitoral como Papua Nova Guiné, Sri Lanka, Irlanda do Norte e Fiji. Estes são exemplo de pesquisas focadas em um ou mais casos específicos, mas que se inserem em uma categoria de fenômenos mais abrangente, respectivamente, o processo decisório dos governos, a formação de classe na era moderna e o papel do sistema eleitoral em sociedades etnicamente divididas. Nesse sentido, são estudos de um ou mais casos a partir de uma metodologia de estudo de caso que proporcionam explicações para uma categoria mais ampla de fenômenos e, portanto, possibilitam generalizações e a geração de teorias.

Este artigo busca contribuir para a discussão acerca dos estudos de caso, examinando de maneira mais aprofundada alguns aspectos inerentes a este desenho de pesquisa e ressaltando suas especificidades. Também evidenciaremos as circunstâncias nas quais tal abordagem pode ser mais adequadamente implementada e algumas técnicas úteis para seleção de casos e condução de análises empíricas. Em primeiro lugar, iremos analisar o estudo de caso na lógica da pesquisa científica, como esta metodologia tem sido abordada e quais são as principais críticas direcionadas a ela. Em segundo lugar, apresentaremos uma definição do estudo de caso e suas principais adequações metodológicas, ressaltando que, apesar de focar em uma (ou poucas) unidade(s) de análise, o estudo de caso objetiva encontrar explicações generalizáveis para a população. Em seguida, na quarta seção, iremos apresentar algumas técnicas de seleção de caso conforme discutidas na literatura. Na quinta seção discutiremos os potenciais analíticos dos estudos de caso, ou seja, suas principais vantagens. Em seguida, apresentaremos algumas estratégias de análise e coleta de evidências para esta metodologia, enfatizando a importância da triangulação, ou seja, do uso de distintos métodos de coleta de dados na construção de um aparato de evidências empíricas consistentes. A sétima seção abordará um dos principais problemas enfrentados pelos estudos de caso, de acordo com seus

críticos: o problema da validade externa. Por fim, serão apresentadas as principais conclusões oriundas desta discussão.

2 - ESTUDOS DE CASO E A LÓGICA DA PESQUISA CIENTÍFICA

Conforme brevemente ilustrado acima, estudos de caso correspondem a uma parte considerável da produção científica dentro da Ciência Política nas últimas décadas (Gerring 2004). Esta metodologia tem sido amplamente usada por cientistas sociais desde os anos 1930, mas questionada quanto a sua validade a partir de Stanley e Campbell, em 1966 (Rezende 2011). Os autores alegavam que estudos de casos eram limitados no estabelecimento de relações causais em função do problema de “graus de liberdade”: “(...) com muitas variáveis potencialmente causais (e de controle), mas apenas um único caso ou reduzido número de casos” (Levy 2008: 3, tradução nossa). Mais recentemente, com a emergência de uma nova geração que debate a metodologia qualitativa na Ciência Política, a partir dos anos 1990, o estudo de caso tem sido novamente refletido e defendido como um desenho de investigação confiável para a produção de conhecimento (Rezende 2011). Sua versatilidade e capacidade de aprofundamento de fenômenos são alguns dos aspectos que os tornam importante ferramenta para o conhecimento de eventos políticos em nossas sociedades, permitindo tanto a construção de teorias (*theory building*) quanto seu teste (*theory testing*). Contudo, essa visão não tem sido consensual entre os pesquisadores. Muitos sustentam que o alcance dos estudos de caso é limitado e que, por serem, em grande medida, qualitativos e de “N pequeno”, tais estudos teriam capacidade de produção de inferências e validade externa comprometidos.

Boa parte do desenvolvimento da Ciência Política enquanto campo autônomo do conhecimento esteve orientada por paradigmas quantitativos. Segundo Rezende (2011), os estudos de caso têm sido considerados metodologia de “segunda categoria” no que se refere à capacidade de produção de inferências válidas em função da atual hegemonia de modelos formais e métodos quantitativos para a produção de conhecimento na Ciência Política (Rezende 2011: 299). Tal quadro é fruto da virada *behaviorista* que a área experimentou na segunda metade do século XX, cuja ênfase se voltava para uma abordagem objetiva no estudo dos fenômenos políticos. Desde então, a construção de análises calcadas em testes estatísticos realizados com grande volume de dados e observações, relativas a um grande número de casos, tem se configurado como o modelo ideal. Dessa forma, a orientação empírica da Ciência Política moderna privilegia estudos do tipo *large N*, que possibilitam o uso de um ferramental estatístico robusto, deixando as demais abordagens em segundo plano.

Durante muito tempo tal foi o status atribuído aos estudos de caso. Não é de se estranhar que, em um campo no qual a produção de inferências está fortemente associada a modelos formais que demandam grande número de dados, os estudos baseados em um ou poucos casos ocupem uma “posição polêmica” (*vexed position*), como observa Gerring (2004). Segundo os críticos, a baixa quantidade de observações que tais estudos mobilizam os tornaria menos apropriados para a produção de inferências causais robustas, sobretudo do ponto de vista de sua validade externa, uma vez que o reduzido número de casos dificulta a generalização de suas conclusões.

Contudo, conforme mencionamos acima, no início da década de 1990 ocorreu um novo processo de revalorização dos estudos de caso e estudos comparativos, através da emergência de uma nova metodologia qualitativa (Rezende 2011). Tal fato se deve, em grande parte, à publicação de *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*, por Gary King, Robert Keohane e Sidney Verba, em 1994. A obra advoga, ainda de que forma controversa e a partir de uma lógica muito marcante das abordagens quantitativas, a capacidade de produção de inferências causais também em pesquisas qualitativas e de pequeno N, em moldes similares às suas congêneres quantitativas. Para os autores de *Designing Social Inquiry*, a pesquisa científica, seja ela qualitativa ou quantitativa, deve sempre se atentar para procedimentos e conceitos primordiais para a produção de inferências válidas. Isso pode ser mais facilmente alcançado através da observância de quatro elementos: pergunta de pesquisa, teoria, dados e manipulação. Ainda que reconheçam a importância das análises descritivas, os autores sustentam que o caráter científico dos estudos em Ciência Política (inclusive dos estudos de caso) está em mobilizar teorias que possam ser testadas através de dados observáveis e mensuráveis.

Em relação aos quatro pontos destacados por King et al. (1994) na construção de um desenho de pesquisa adequado e que proporcione uma investigação de qualidade, em primeiro lugar, destaca-se que a meta de uma pesquisa é a construção de inferências válidas. Ou seja, o objetivo de uma investigação científica é inferir descrições ou explicações, independentemente da abordagem ser quantitativa ou qualitativa. Estas tradições correspondem apenas a estilos de abordagem diferentes, sendo que ambas devem preocupar-se com a construção de inferências válidas. O segundo ponto destacado pelos autores é o fato de que os procedimentos devem ser públicos, pois isso possibilita que as limitações do trabalho sejam compreendidas, que comparações sejam realizadas e que o trabalho seja replicado, se desejável. Em terceiro lugar, como as conclusões são incertas, devido ao fato de não sermos capazes de apreender a realidade de forma completa e fidedigna, a inferência deve ser compreendida como um processo imperfeito, que não implica em verdade

absoluta. Por fim, os autores colocam que o conteúdo de um trabalho científico é a metodologia, no sentido de que a estratégia de investigação é determinante para a validade das implicações teóricas do estudo.

O objetivo da pesquisa científica é realizar inferências válidas, o que consiste em estabelecer conclusões de uma parcela da realidade que sejam válidas e capazes de explicar um universo maior e mais complexo, o qual dificilmente é apreensível pelo pesquisador em sua totalidade (King, Keohane e Verba 1994). A ciência possui justamente o objetivo de explicar situações complexas e abrangentes do mundo real a partir de simplificações e sistematizações dessa realidade, de forma a torná-la inteligível. Nesse sentido, a estratégia que o pesquisador utiliza para construir inferências válidas é muito importante para a credibilidade, legitimidade e relevância de seu trabalho e das determinações teóricas que o estudo irá proporcionar.

Nesse sentido, a metodologia consiste nos procedimentos adotados pelo pesquisador no desenvolvimento de um estudo que visa à compreensão de um determinado fenômeno ou objeto. Dito de outra forma, é a estratégia aplicada para se estabelecer inferências válidas, sejam elas inferências descritivas ou explicativas (King, Keohane e Verba 1994). Essa estratégia pode tomar diferentes formatos e aplicar variados métodos de coletas de dados, além de diversas abordagens teóricas. Identificar o caminho mais adequado depende da pergunta de investigação e dos objetivos do pesquisador. A teoria e o conhecimento prévio são imprescindíveis para a formulação de questões de pesquisa relevantes e viáveis, assim como para a identificação da abordagem metodológica mais adequada para a construção de conclusões válidas.

Tanto em abordagens quantitativas quanto em abordagens qualitativas é necessário observar os elementos primordiais para a construção de inferências válidas: validade e confiabilidade. De acordo com Kirk e Miller (1986), validade e confiabilidade são duas dimensões de um mesmo conceito: a objetividade, elemento primordial para a garantia da cientificidade da pesquisa. Nas palavras dos autores: “‘Confiabilidade’ é o grau com que um procedimento de mensuração produz a mesma resposta sempre que é realizado; ‘validade’ refere-se ao grau em que a mensuração fornece a resposta correta, próxima à realidade. Esses conceitos se aplicam igualmente bem para observações qualitativas.” (Kirk e Miller 1986: 17, tradução nossa).

A validade pode ser pensada em dois níveis, tanto no nível da estratégia metodológica como um todo, quanto dos indicadores que possivelmente serão utilizados para refletir um conceito presente na investigação. Nesse sentido, a validade básica refere-se à capacidade de um instrumento de coleta de dados mensurar bem, ou indicar bem um determinado conceito. Ou seja, se um instrumento possui validade, significa que as medidas que ele indica são de fato próximas à

realidade e que o indicador é próximo do conceito que se pretende apreender, próximo da teoria.

Em relação ao desenho de pesquisa, a validade pode ser observada em duas dimensões: interna e externa. A validade interna refere-se à veracidade que aquele desenho de pesquisa apresenta em relação às relações causais observadas (King, Keohane e Verba 1994). Em outras palavras, a validade interna indica a existência ou não de coerência na lógica interna de uma investigação: a estratégia utilizada pelo pesquisador possibilita a construção de inferências válidas? Os dados coletados e a análise realizada, à luz da teoria, permitem que as conclusões enunciadas sejam de fato feitas? Por sua vez, a validade externa refere-se à capacidade de generalização dos resultados de uma determinada pesquisa para outros casos e outras situações. Este conceito indica a generabilidade dos achados de uma pesquisa e sua aplicabilidade para explicar outras unidades de análise e outros contextos.

Outro fator importante na investigação científica é a confiabilidade. Esta se relaciona à capacidade de uma estratégia de pesquisa ser confiável. Quando há confiabilidade em uma pesquisa, significa que há replicabilidade no trabalho, pois os procedimentos replicados produzirão resultados estáveis que se repetem.

A lógica inferencial defendida por King *et al.* (1994) para os estudos qualitativos é análoga àquela aplicada a estudos quantitativos, isto é, a causalidade pode ser apreendida ao se observar os efeitos sistêmicos da variação na variável dependente, resultantes da variação na variável explicativa. Disso decorre que, para uma pesquisa poder produzir inferências ela deve satisfazer dois requisitos, a homogeneidade das unidades e a independência condicional. A primeira demanda que, se os valores das variáveis explicativas se assemelham em duas ou mais observações diferentes, então os valores dessas observações devem se assemelhar na variável dependente. Como veremos mais adiante, isso contraria um dos pressupostos associados aos estudos de caso, que é a equifinalidade. A segunda premissa, independência condicional, indica que as observações escolhidas e os valores atribuídos às variáveis explicativas não são afetados pelos valores assumidos pela variável dependente.

Conquanto a contribuição dos três autores para a sistematização da discussão metodológica tenha tido grande impacto na área, sua recepção também foi marcada por reações contrárias à rigidez de sua visão de causalidade e forte concepção quantitativa da lógica inferencial. Ao advogarem para os estudos qualitativos e do tipo *small N* a mesma lógica inferencial dos estudos quantitativos, King *et al.* (1994) circunscrevem a noção de causalidade a uma perspectiva frequentista, segundo a qual somente uma relação de variância mensurável entre variáveis explicativas e dependentes pode, de fato, ser entendida como uma evidência de causalidade. No entanto, esta não é a única noção de causalidade possível no âmbito das Ciências

Sociais e, ignorar as demais formas de relação entre variáveis explicativas e variáveis independentes, implicaria em reduzir o escopo dos estudos de caso e, por consequência, perder parte significativa de suas possibilidades e potencialidades analíticas.

Esta é a essência das publicações surgidas na esteira de King *et al.* (1994), que se dedicaram a contrapor parte de seus argumentos e evidenciar as razões para tal. Particularmente influente foi a reação dos autores de *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*, publicado em 2004 por Brady e Collier e que reivindicou para os estudos de caso novas abordagens e metodologias baseadas em lógicas diferentes daquela proposta por King *et al.* (1994). Distinguindo as abordagens empíricas entre *data set observations* e *causal-process observations*, Brady e Collier (2004) sustentam que aquelas pertencentes ao segundo grupo possuem uma lógica que se assemelha ao princípio experimental de causalidade, no qual o controle das variáveis e a atribuição aleatória das observações entre o “tratamento” e “controle” permite identificar relações causais com maior efetividade. Para os autores, além do rigor metodológico, a outra fonte de validade de uma pesquisa é a capacidade de controlar possíveis variáveis explicativas omissas, que é maior em estudos de caso e *small N* do que em estudos quantitativos, do tipo *large N*.

Como visto, os estudos de caso encontram-se no centro de um intenso debate acerca da extensão de sua validade e da sua capacidade de produzir inferências explicativas válidas. Entretanto, sabe-se que há estudos de casos muito influentes na Ciência Política, capazes de produzir relevantes teorias de médio alcance, como a pesquisa empírica de Robert Dahl (1961) sobre poder e representação política em New Haven, Connecticut. A partir de um intenso estudo de uma única cidade norte-americana, Dahl foi capaz de realizar inferências relevantes acerca do funcionamento do arranjo pluralista da política, onde vários grupos de interesse competem na esfera política e o governo desempenha papel de mediador entre esses grupos. A metodologia de estudo de caso deve, portanto, ser compreendida através de uma ótica diferenciada, posto que ela é adequada para compreender lógicas de configuração causal distintas daquelas reveladas por estudos quantitativos, também denominados *data set observations*. Na próxima seção veremos em que consiste o estudo de caso e em quais situações de pesquisa este desenho pode ser mais apropriado e enriquecedor.

O estudo de caso é uma metodologia definida pelo “estudo aprofundado de uma [ou reduzido número de] unidade(s) (fenômeno relativamente delimitado) em que o objetivo do pesquisador é esclarecer características de classe mais ampla de fenômenos similares” (Gerring 2004: 341, tradução nossa). Em outras palavras, no estudo de caso investiga-se intensamente uma (ou poucas) unidade(s) com o propósito de estabelecer explicações generalizáveis a uma categoria mais ampla de casos pertencente à mesma população. Na definição de Gerring (2004: 342, tradução nossa), “uma unidade denota um fenômeno espacialmente delimitado - por exemplo estado-nacional, revolução, partido político, eleição ou pessoa – observado em um único ponto no tempo ou ao longo de um período temporal delimitado”.

Com efeito, a definição do que venha a ser um caso é crucial para a delimitação da abordagem “estudos de caso”. Seguindo Gerring (2004), caso é aquilo que compõe uma unidade, ou seja, um fenômeno preciso circunscrito no tempo e espaço que apresenta várias observações mensuráveis em determinadas características (variáveis). Desta forma, estudo de caso é aquele que se atém a uma única unidade, mesmo que essa seja composta de mais de um caso. O autor propõe uma distinção hierárquica entre níveis de análise - população, amostra, unidades e casos – em que cada nível é um componente do outro. Assim, uma população é composta por amostras, que por sua vez contém unidades, as quais abrigam os casos. Nesta perspectiva, cada nível é definido não por sua natureza, mas por sua relação com os demais níveis, que é fruto do enfoque dado pelo pesquisador.

A unidade pode ou não corresponder a um país, uma região, uma cidade, uma instituição, ou um grupo, entre outros. Um caso pode também corresponder a um fenômeno mais abrangente de investigação, por exemplo: a fome no Brasil. Tudo depende da pergunta de pesquisa, que deve orientar a sua delimitação e a forma como ele será estudado em suas diferentes dimensões. Por esta razão, é muito importante que o pesquisador explicita as justificativas teóricas e metodológicas para a escolha do(s) caso(s) que constituirá(ão) seu estudo.

Nesta perspectiva, o conceito de caso é relativo enquanto substância, isto é, não pode ser definido por ter um conteúdo ou limites universalmente estabelecidos. O caso deve ser entendido como um enquadramento específico do fenômeno ou unidade estudada, na qual se encontram as observações que apresentam variação nas dimensões (variáveis) explicativas.

Portanto, um estudo de caso é, antes de tudo, uma forma particular de desenho de pesquisa focado na análise detalhada das características e das variações apresentadas pelos casos compreendidos dentro do fenômeno estudado. Sua lógica é a de que, a partir do estudo intensivo de um número reduzido de casos, é possível

produzir explicações generalizáveis para o fenômeno de interesse.

Os casos não devem ser estudados de forma isolada do contexto ou do fenômeno mais abrangente que os inclui. A abordagem metodológica de estudo de caso também não implica ausência de comparações. É uma abordagem que se define pela intensidade com se estuda um fenômeno, de forma detalhada, contextualizada e articulada a outros elementos do mesmo nível de análise ou de outros, atentando para fatores de diferentes dimensões e para o contexto, que podem explicar o acontecimento. Ainda de acordo com Gerring (2007: 115, tradução nossa):

O estudo de caso, conforme argumentei, é mais bem definido como um intenso estudo de um único caso com o objetivo de produzir generalizações para uma categoria mais ampla de casos. Decorre desta definição que o estudo de caso pode conter N pequeno ou N grande, métodos quantitativos ou qualitativos, experimentais ou observacionais, sincrônicos ou diacrônicos.

Fenômenos singulares, muito complexos, desviantes ou muito recentes e localizados podem ser estudos a partir da abordagem de estudo de caso, de forma a proporcionar inferências válidas. Neste caso, preocupa-se com o processo, com as circunstâncias, com a combinação de variáveis explicativas e com a sequência dos fatores e acontecimentos que podem constituir conjuntos de causas que explicam o fenômeno de interesse (Ragin 1987). Segundo Rezende (2011), há três razões fundamentais para a validade dos estudos de casos: a equifinalidade dos fenômenos políticos, a análise de processos causais e a produção de explicações centradas em mecanismos causais. Isso porque o estudo de caso permite a apreensão de fenômenos complexos, onde, geralmente, múltiplas causas atuam, o que é comum aos fenômenos políticos. Ademais, nos eventos políticos nem sempre as mesmas causas produzem os mesmos resultados nas mesmas condições observadas (Rezende 2011:316), o que significa que o contexto é altamente importante.

A metodologia quantitativa geralmente é mais adequada na identificação e explicação de grandes tendências e efeitos. Nessa abordagem, as explicações costumam ser de tipo parcial em relação a uma ampla classe de casos, onde poucos fatores causais são compreendidos em relação a muitos casos, ao invés de explicações completas de um ou poucos casos em particular (De Vaus 2001). De acordo com Rezende (2011: 314): “(...) a análise estatística lança mão de explicações que se voltam para entender os ‘efeitos das causas’ (*effects-of-causes*), os efeitos médios para a causação, e empregam as técnicas de análise de regressão para o teste de hipóteses.”

Por outro lado, o estudo de caso pode ser uma abordagem ideal para a compreensão de processos (*causes-of-effects*), nos quais muitas vezes há múltiplas causas para sua compreensão, pois é uma metodologia capaz de identificar padrões

complexos de configurações causais. Essa abordagem proporciona uma maior compreensão do caso em si, pois analisa muitas explicações para compreender um mesmo caso de forma mais abrangente e completa. É uma abordagem metodológica em que poucos casos fornecem muitas observações, de forma que é possível estabelecer alta familiaridade com cada caso (Gerring 2007), apreender o contexto e lidar com problemas analíticos de complexidade causal (Rezende 2011).

Portanto, o estudo de caso é muito mais amplo do que o estudo de um único caso e aplica uma lógica diferente da pesquisa quantitativa (Ragin 1987; Brady e Collier 2004). Muitos pesquisadores identificam equivocadamente o estudo de caso imediatamente com um estilo qualitativo de pesquisa ou confundem a abordagem do estudo de caso com uma pesquisa que possui uma única observação. Entretanto, não se pode confundir estudo de caso com uma observação única, pois o caso não é abordado de maneira isolada nessa metodologia, de forma a desconsiderar as interações com outras unidades da mesma natureza ou a importância de outros níveis de análise, além dos aspectos espaço-temporais determinantes. Um estudo de caso proporciona várias observações e várias dimensões como fonte de dados (Gerring 2007).

Apesar de o estudo de caso ter uma afinidade maior com o estilo de pesquisa qualitativo, estes termos não são intercambiáveis. É incorreto pensar que devido ao fato de uma pesquisa não se basear em valores quantificados, signifique que seja uma pesquisa qualitativa, ou que não seja capaz de produzir conhecimento científico. Por sua vez, o estudo de caso não necessariamente abre mão de métodos quantitativos. A abordagem de estudo de caso pode aplicar métodos de coleta de dados de diferentes naturezas e possibilita a construção de inferências válidas desde que os elementos teóricos e metodológicos sejam devidamente arquitetados, assim como em outras abordagens de pesquisa.

O desenho de pesquisa aqui abordado permite tanto a construção de teoria como também o teste de hipóteses, contribuindo para o conhecimento científico da mesma forma que as abordagens quantitativas, desde que os caminhos percorridos durante a investigação possibilitem inferências válidas. Este tipo de pesquisa também pode proporcionar novos paradigmas em uma área especializada ao identificar situações que contradizem uma determinada teoria amplamente aceita, por exemplo, indicando fatores explicativos omitidos.

De acordo com Brady e Collier (2004), as pesquisas sociais podem ser divididas em dois tipos: *case-oriented* e *variable-oriented*. Cada uma das grandes tendências de investigação possui uma lógica analítica diferente. Por isso, ainda segundo os autores, as pesquisas do tipo *case-oriented* não podem ser aperfeiçoadas com os mesmos *insights* e técnicas da pesquisa *variable-oriented*, pois os aspectos centrais da pesquisa tipo *case-oriented* estão fora do escopo da segunda abordagem.

Os casos de interesse para a abordagem na qual se inclui o estudo de caso são casos compreendidos como singulares, os quais podem ser explicados por significativas e complexas configurações de eventos e estruturas.

Cada uma das grandes tendências de investigação possui uma lógica analítica diferente. Em essência, elas determinam que o pesquisador construa desenhos distintos e articule tipos particulares de perguntas de pesquisa. Um estudo que procure esclarecer, por exemplo, “quais as causas do Golpe Militar de 1964 no Brasil?” centra seu foco sobre os processos histórico-políticos que levaram ao resultado de interesse (neste caso, a ruptura democrática). É uma pergunta bastante adequada a um estudo de caso, pois demanda um tipo de análise que problematize o fenômeno de interesse a partir do caso abordado e procura entender os múltiplos fatores que contribuíram para que ele ocorresse.

Por outro lado, um estudo cuja pergunta central seja, por exemplo, “qual o impacto do crescimento econômico na decisão do voto?” é menos adequado para um estudo de caso. O foco deste tipo de pergunta recai na interação de variáveis entre as quais se pressupõe que exista uma relação causal que possa ser identificada em mais de uma unidade de análise. Tal pressuposto de causalidade independe *a priori* das unidades estudadas, isto é, não se trata de uma informação contida nelas, mas imputada a elas. Os casos não são o ponto de partida da indagação e sim as fontes de observações que darão suporte à análise e responderão a pergunta de pesquisa. Em outras palavras, o centro da pergunta não é o comportamento destas variáveis para explicar os resultados da unidade e sim verificar a relação entre dois fenômenos (crescimento econômico e voto) independentemente das unidades analisadas.

Em suma, definir uma produção científica como sendo um estudo de caso depende essencialmente do propósito a que ela se destina, da forma como a pergunta de pesquisa enquadra o fenômeno estudado e se as observações analisadas se limitam ao estudo aprofundado de uma ou poucas unidades de tal fenômeno, mas com intenções de produzir conhecimento generalizável. Dentro desse espectro uma grande variedade de métodos quantitativos ou qualitativos pode ser empregada, dependendo da análise que se deseja empreender. Diferentemente do que os críticos do estudo de caso sugerem, esta metodologia possibilita e tem o objetivo de realizar inferências e proporcionar explicações generalizáveis (Gerring 2004). Para isso, é muito importante atentar para a seleção do(s) caso(s), conforme discutiremos a seguir.

Diferentemente da abordagem quantitativa, não está entre os principais objetivos da abordagem de estudo de caso estimar o peso relativo de uma variável sobre outra na explicação de um determinado resultado. A abordagem de estudo de caso pretende identificar uma configuração causal ou os mecanismos desencadeadores do fenômeno de interesse. É uma abordagem relevante do ponto de vista de suas implicações teóricas, pois a combinação de causas pode ser ignorada por meio do controle estritamente estatístico ou da aplicação de métodos probabilísticos como o método de Mill (Lieberson 1991).

Ao contrário das pesquisas “*large-N*”, a metodologia de estudo de caso não pode basear-se na aleatoriedade da seleção dos casos, mas na escolha direcionada e justificada dos mesmos. Em outras palavras, a aleatoriedade é importante em análise do tipo estatístico, mas nas análises “*small-N*” deve-se ater a critérios não-aleatórios de seleção dos casos (Levy 2008). Isso porque a seleção aleatória de uma amostra referente a uma população “*large-N*” possui grandes chances de ser representativa, mas o mesmo não acontece no caso de estudos que envolvam poucas unidades de análise. Em estudo de caso, a seleção dos casos com base na aleatoriedade possui grandes chances de produzir uma amostra não representativa da população e isso implicará em seu potencial de generalizar as inferências causais.

Um dos perigos inerentes dessa abordagem é o potencial viés de variáveis omitidas, por isso é necessária consistente consideração teórica que oriente a seleção dos casos, de forma a diminuir esse risco. Segundo Seawright e Gerring (2008), a seleção dos casos é primordial, pois ao escolher o caso também se estabelece uma estratégia mais adequada para compreender aquele caso. A escolha dos casos pode ocorrer com base em diferentes justificativas e a depender dos objetivos da pesquisa, mas as diferentes técnicas de seleção requerem profundo conhecimento e familiaridade em relação aos casos.

Jack Levy (2008) estabelece uma tipologia de seleção de casos baseada nos objetivos teóricos ou descritivos da análise dos casos. Assim, distingue quatro estratégias de seleção de caso com bases nas finalidades do estudo: 1) ideográfica (*idiographic*), em que o objetivo é descrever ou explicar um caso em particular, capaz de induzir ou guiar teorias; 2) estudos de caso geradores de hipóteses (*hypothesis generating case studies*); 3) casos para teste de hipóteses (*hypothesis testing cases*), que combinam as categorias de *theory-confirming* e *theory-informing* de Lijphart (1975 *apud* Levy 2008: 3); e 4) *plausibility probes*, considerados estágios intermediários entre a geração e o teste de hipóteses (Levy 2008:3).

Contudo, em nossa percepção, uma tipologia de seleção de estudos de casos baseada nos objetivos da pesquisa é problemática por três razões. Em primeiro

lugar, casos selecionados podem mudar de categoria à medida que a investigação avança (Seawright e Gerring 2008), sobretudo em se tratando de estudos exploratórios, em que há pouco ou nenhum conhecimento consolidado acerca das unidades de análise e das causas do fenômeno de interesse. Em segundo lugar, uma pesquisa que emprega a metodologia de estudo de caso pode apresentar mais de uma finalidade (Seawright e Gerring 2008), por exemplo, o teste de uma teoria e a geração de novas hipóteses. Em terceiro lugar, uma pesquisa pode inicialmente ser conduzida por determinado objetivo, mas proporcionar outro objetivo ao final de sua condução. Por isso, consideramos mais adequada a tipologia de casos proposta por Seawright e Gerring (2008), baseada em sete técnicas de seleção e considerando dois objetivos a serem atendidos em maior ou menos medida na escolha dos casos: uma amostra representativa e uma variação suficiente nas dimensões de interesse teórico. Além dos critérios teóricos, é possível que a escolha dos casos se baseie em métodos estatísticos, quando a população é suficientemente grande para sua aplicação e quando há dados relevantes em relação às variáveis-chave para todos os componentes da população.

A tipologia de Seawright e Gerring (2008) destaca sete casos com base na forma como eles se relacionam com os demais casos da população: típico (*typical*), diverso (*diverse*), extremo (*extreme*), desviante (*deviant*), influente (*influential*), mais similares (*most similar*) e mais diferentes (*most different*). O caso típico exemplifica uma relação *cross-case* estável, sendo, assim, um caso representativo da população. Em termos estatísticos, são os casos com menor resíduo possível e eles permitem análises confirmatórias de teorias.

O caso diverso, por sua vez, visa atingir a máxima variância ao longo de dimensões relevantes para o estudo. Dessa forma, são selecionados ao menos dois casos que representem uma amplitude de valores que caracteriza X, Y ou a relação entre X e Y, sendo representativos da variação total da população (mas não de sua distribuição). Esse tipo de caso permite tanto estudos exploratórios quanto análises confirmatórias. Por sua vez, o caso extremo é aquele selecionado em função de um valor extremo da variável independente (X) ou dependente (Y). Nesse sentido, o caso extremo está distante da média da distribuição populacional e é um caso atípico. Por exemplo, se em uma população todos os casos são positivos, então o extremo será aquele negativo. O objetivo, neste caso, não é a representatividade da população, mas sim a tentativa de maximizar a variância de uma dimensão de interesse. Sendo assim, é útil, sobretudo, para o estudo exploratório, para identificar possíveis causas de Y ou possíveis efeitos de X.

O caso desviante, segundo Seawright e Gerring (2008), é selecionado em função de um valor surpreendente, tendo como referência um caso típico (seja de acordo com uma teoria específica ou com o senso comum). Enquanto casos

extremos são definidos em relação à média de uma única dimensão, o caso desviante é identificado por um modelo geral de relações causais. É um caso que se distancia muito da previsão do modelo (*outlier*). Ele permite tanto estudos exploratórios quanto estudos confirmatórios de teorias existentes.

O caso influente é o único que não visa nenhum tipo de representatividade em relação à população. Este caso é selecionado quando se acredita que o modelo explicativo (*cross-case*) pode sofrer variações consideráveis se ele não for objeto do estudo, pois é um caso capaz de influenciar os resultados da amostra. Casos influentes o são vis-à-vis a teoria *cross-case* mais ampla e seu estudo visa a confirmação de teorias.

Em uma investigação baseada em casos mais similares é necessário incluir ao menos dois casos, cuja semelhança é mantida em todas as variáveis independentes mensuradas, exceto na variável independente de interesse. Já no método de casos mais diferentes estes apresentam apenas uma variável independente que co-varia com a variável dependente. As demais variáveis independentes plausíveis de explicarem os fenômenos apresentam valores diferentes. Ambos os últimos métodos de seleção possibilitam tanto estudos exploratórios quanto confirmatórios.

Por fim, é relevante ressaltar que alguns estudos de caso utilizam apenas uma estratégia de seleção de caso, mas muitos implementam estratégias mistas ou combinam estratégias diferentes em uma mesma análise (Seawright e Gerring 2008). Levando em conta que um estudo de caso visa a inferência de elementos descritivos e/ou explicativos capazes de serem aplicados a uma categoria mais ampla de fenômenos, é extremamente importante evidenciar os critérios teóricos, metodológicos e analíticos que motivaram a escolha do(s) caso(s).

5 - OS POTENCIAIS ANALÍTICOS DOS ESTUDOS DE CASO

Ao mapear a recente produção teórica acerca da validade dos estudos de caso, Rezende (2011) indica a existência de quatro dimensões temáticas em torno das quais o debate tem se organizado. Essas dimensões se relacionam às principais críticas dirigidas aos estudos de caso. A primeira diz respeito ao questionamento da validade do caso (ou dos casos) enquanto alternativa plausível para a construção de inferências causais. A segunda trata da questão dos vieses de seleção e dos problemas que eles podem trazer para a generalização das inferências realizadas. A terceira se articula em torno das tipologias que fundamentam os desenhos de pesquisa, isto é, da definição dos desenhos e metodologias mais adequados a este tipo de pesquisa. Por último, há a discussão acerca da construção e operacionalização destes desenhos de pesquisa.

As duas primeiras dimensões expressam o cerne das críticas mais contundentes feitas aos estudos de caso e a resposta que a literatura especializada tem fornecido se relaciona diretamente com a definição de caso. Como visto anteriormente, um caso se define por se tratar de um fenômeno que pode ser delimitado diacrônica ou sincronicamente pelo pesquisador para efeitos de seu estudo. Tal delimitação é central para a validade interna da pesquisa, isto é para que as inferências produzidas por ele sejam teoricamente coerentes e sustentáveis e empiricamente verificáveis ou testáveis.

A propósito da constituição de casos, Ragin (2004) afirma que muitos estudos de caso partem do princípio de que fenômenos sociais ocorridos em unidades de análise semelhantes (organizações, cidades, estados, países, etc.) tendem a partilhar características comuns. Certamente o grau de proximidade e semelhança dos casos depende muito da forma como o pesquisador formula seu problema de pesquisa e enquadra os casos que deseja estudar. Isso o coloca diante do importante e delicado problema do *trade-off* entre alargar a definição (ampliando casos, mas perdendo homogeneidade e profundidade da análise), ou limitar a definição (excluindo casos, ganhando em profundidade de análise, mas perdendo em termos de abrangência do estudo). Gerring (2009) também segue a mesma linha de raciocínio ao defender que é a forma como o pesquisador operacionaliza conceitualmente os casos o que define os aspectos cruciais de validação de um estudo de caso:

Casos devem ser semelhantes entre si em todos os aspectos que podem afetar a relação causal que o pesquisador está investigando, ou essas diferenças devem ser controladas. Heterogeneidade não-controlada significa que os casos são “maçãs e laranjas”; não se pode aprender nada sobre o processo causal subjacente comparando suas histórias. (Gerring 2009: 132-133, tradução nossa)

Conforme discutimos anteriormente, estudos de caso operam em uma perspectiva muito diferente daquela dos estudos quantitativos, que adotam a lógica frequentista e os requisitos típicos de modelos formais. Assim, os primeiros não podem ser julgados segundo os parâmetros dos últimos. Nessa mesma linha, Mahoney (2010) problematiza as afirmações de King *et al.* (1994) e argumenta que:

Experimentos e técnicas orientadas para a regressão - os modelos desenhados por KKV - empregam a abordagem de efeitos de causas; eles são concebidas para estimar os efeitos médios das variáveis independentes. Mas estudos de caso qualitativos muitas vezes adotam uma abordagem de causas de efeitos; eles objetivam explicar por que os casos têm certos resultados. Metodólogos estatísticos em ciência política que reconhecem a diferença que reivindicam abordagens baseadas em um modelo experimental não são concebidos nem adequados para o último tipo de análise causal. Mas, porque KKV concentra inteiramente no primeiro [tipo de cau-

salidade], eles acabam deixando de fora toda uma tradição de análise causal - isto é, a tradição de “causas de efeitos” associada à análise qualitativa interna (Mahoney 2010: 107, tradução nossa).

As críticas relativas aos problemas de validade dos estudos de caso, correspondentes às duas primeiras dimensões apresentadas por Rezende (2011), são, em boa medida, superadas pela forma como o pesquisador escolhe e operacionaliza tanto teórica como empiricamente os casos. No que se refere ao questionamento do potencial de inferência que um ou poucos casos podem apresentar, a resposta se encontra no maior nível de profundidade dos estudos de caso em relação a seus congêneres quantitativos “*large-N*”.

Estudos de caso, como afirma Gerring (2009), permitem estabelecer melhor os mecanismos causais dos fenômenos estudados, de forma a aumentar o grau de certeza dos vínculos entre variáveis independentes e dependentes, além de fornecerem uma visão mais detalhada de como as primeiras influenciam as últimas. Ao invés de se concentrarem nas diferenças e na correlação de variação entre as variáveis dependentes e explicativas (*effects of causes*), estudos de caso, como apresentado por Mahoney (2010), procuram investigar quais as condições, variáveis explicativas, são necessárias para produzir certos efeitos nas variáveis dependentes e como se dá essa relação causal (*causes of effects*). No que tange aos questionamentos acerca dos possíveis vieses na seleção de casos, um grande calcanhar de Aquiles de muitos estudos de caso, a resposta se encontra tanto na forma como o(s) caso(s) é (são) operacionalizado(s), ou seja, em como o pesquisador os define e sob qual perspectiva analítica os enquadra, como dos objetivos da pesquisa. Portanto, a clareza do problema e das perguntas a serem respondidas define uma boa escolha, pois é com base nisso que o pesquisador determina se utilizará casos homogêneos, heterogêneos, típicos, singulares, cruciais ou desviantes.

As dimensões três e quatro enumeradas por Rezende (2011) dizem respeito à definição metodológica no sentido mais operacional do termo. Isto é, de como deve ser feito o desenho de uma pesquisa, dados os seus objetivos iniciais. A literatura sobre estudos de caso enfatiza que eles podem ser utilizados tanto para explorar quanto para explicar fenômenos. No primeiro caso, pesquisa descritiva, o desenho de pesquisa deve se articular de maneira a privilegiar aspectos de interpretação de significados, compreensão de contextos, descrição densa dos casos analisados e das variáveis utilizadas, levando em conta aspectos como a reflexividade da ação social, a homogeneidade/heterogeneidade dos casos analisados. Tendencialmente se trabalha com um menor número de casos e utilizam-se predominantemente métodos de análise qualitativos. No segundo caso, pesquisa de caráter explicativo, a ênfase recai sobre a produção de inferências causais e no teste de hipóteses. O

caráter comparativo é mais fortemente pronunciado e, portanto, a pesquisa tende a trabalhar com um N maior em relação às pesquisas descritivas. Além disso, é mais comum o uso de métodos tanto qualitativos quanto quantitativos para a análise dos dados.

Devido a essa dualidade, os estudos de caso são úteis tanto para analisar novos objetos e contribuir para a formulação de hipóteses iniciais acerca de fenômenos ainda pouco explorados pela Ciência Política, quanto para testar teorias e formular novas hipóteses para temas onde já há conhecimento acumulado. Deve-se ressaltar que as recomendações feitas para as duas primeiras dimensões citadas por Rezende (2011) se aplicam também a ambos os tipos de estudo (exploratório e explicativo) e que consistem uma etapa anterior e necessária em todo estudo de caso. Ou seja, independentemente do desenho de pesquisa e da finalidade dela, o que garante a consistência e a validade interna do projeto é a boa delimitação dos casos estudados e a justificção de sua escolha.

Se a validade interna não é usualmente um grande problema para os estudos de caso, o mesmo não se pode dizer em relação à validade externa, ou seja, a capacidade que eles têm de produzir inferências que sejam válidas e confirmáveis para além dos casos tratados. Esta é a grande crítica feita a esta abordagem de pesquisa e deriva também da transposição dos critérios de replicabilidade, típicos da lógica quantitativa. No entanto, o desenvolvimento que a área de estudos de caso experimentou nos últimos anos, com o surgimento e aperfeiçoamento de diversos métodos de análise qualitativos, tem permitido a alguns autores produzirem estudos cujas análises podem ser válidas em outros contextos.

Rezende (2011) argumenta que um dos motivos que reforçam a capacidade de generalização dos estudos de caso é a equifinalidade dos fenômenos políticos, cujas complexidades e multiplicidades das causas podem ser apreendidas pelos estudos de caso. Os fenômenos estudados pela Ciência Política são tipicamente complexos e, portanto, são quase sempre multicausais, de forma que nem sempre os resultados observados nas variáveis dependentes são fruto das mesmas causas em todos os contextos, conforme já mencionado. O que muitos estudos de caso demonstram, ao realizarem análises mais detalhadas e com maior nível de aprofundamento, é que muitas vezes causas diferentes podem produzir efeitos iguais em diferentes contextos. Este é um refinamento analítico que muitas vezes pode escapar às metodologias quantitativas, que partem do pressuposto da independência das observações e dos casos estudados em relação ao contexto¹. Em outras palavras, os estudos de caso não incluem em sua lógica o pressuposto *ceteris paribus*, pelo contrário, eles compreendem também os fatores conjunturais e particulares dos

1 Ou de que as variáveis de contexto encontram-se controladas no modelo.

casos na análise, fornecendo, assim, uma melhor compreensão dos mecanismos causais envolvidos.

Justamente por produzirem uma análise profunda e com maior controle sobre variáveis de contexto, os estudos de caso logram estabelecer relações fortes de causalidade, pois permitem ao pesquisador operar em uma lógica quase experimental, na qual a mensuração dos efeitos das variáveis explicativas sob a variável dependente é mais precisa e pode-se inferir causalidade com menores chances de erro.

A esse respeito, é útil retomar a comparação dos estudos de caso com os estudos do tipo *large-N* quantitativos. Quando um pesquisador realiza uma análise com um grande número de casos e, portanto, em mais de uma unidade, há uma série de pressupostos que ele deve considerar sobre a relação causal entre as variáveis explicativas e a variável dependente que não são dedutíveis a partir da análise dos dados em si. Uma análise de regressão, por exemplo, revela a intensidade e a direção (positiva ou negativa) com que a variação de uma determinada variável afeta a mudança em outra (covariação), mas não demonstra uma relação causal. Esta se encontra implícita nos pressupostos teóricos dos quais o pesquisador se vale para realizar sua análise. Entretanto, apenas o referencial teórico não impede erros quanto à identificação de causalidades e mesmo o uso de controles estatísticos não elimina totalmente a possibilidade de correlações espúrias ou a existência de variáveis omissas no modelo.

Desenhos de estudo de caso, por sua vez, focam melhor nos mecanismos causais que se encontram por trás dos fenômenos abordados e que foram cruciais para sua ocorrência. A imersão nos detalhes do fenômeno analisado permite ao pesquisador estabelecer com clareza os processos que vinculam fatores causais a seus efeitos, determinando a forma como estes últimos são produzidos. Portanto, podem identificar com maior grau de certeza a existência de relações de causalidade entre as observações efetuadas.

Conforme afirma Rezende (2011), estudos de caso tipicamente adotam uma lógica bayesiana e explicações por mecanismos causais para acessar e analisar os fenômenos de interesse. Tais abordagens seguem a lógica do teorema de Bayes, de acordo com o qual a probabilidade de ocorrência de um determinado evento pode ser estimada sempre com menor grau de incerteza à medida que as condições para sua ocorrência se confirmem ou não. Em outras palavras, os estudos de caso estimam efeitos causais ao identificar a existência de fatores (operacionalizados em variáveis independentes) cuja ocorrência contribui para que o evento de interesse (operacionalizado na variável dependente) também ocorra. O foco da análise reside, portanto, na identificação e comprovação destas relações de causalidade entre os dois elementos.

Nesta perspectiva, eles se adequam melhor a perguntas de pesquisa que busquem esclarecer *como* ou *porque* o fenômeno de interesse ocorreu (Yin 2001). Ao adotarem um enfoque em processos causais, estudos de caso são mais eficientes em descrever e mensurar os nexos causais envolvidos nos fenômenos abordados pelas Ciências Sociais. Por conseguinte, logram estabelecer cadeias complexas de causalidade cuja assertividade (*leverage*) potencial é bastante alta, o que significa que o grau de certeza em relação às inferências realizadas e ao alcance das relações causais produzidas é elevado. O exemplo dado por Yin (2001), comparando a abordagem de estudos de caso com a abordagem quantitativa, ilustra este potencial dos estudos de caso:

Pode-se explicar “como” e “por que” Bill Clinton foi eleito presidente dos Estados Unidos em 1992 através de um levantamento ou de um estudo de caso. O levantamento poderia examinar os padrões de votação, mostrando que a grande maioria dos votos dada a Ross Perot veio de partidários do então presidente George Bush, e isso poderia responder satisfatoriamente às questões como e por que. Por outro lado, o estudo de caso poderia examinar como Bill Clinton conduziu sua campanha a fim de alcançar a indicação necessária para se candidatar e manipular a opinião pública a seu favor. O estudo daria conta do papel potencialmente proveitoso da fraca economia americana no início da década de 90 ao negar o apoio à chapa Bush-Quayle como candidatos. Essa abordagem também seria uma maneira aceitável de responder às questões “como” e “por que”, mas seria diferente do estudo realizado a partir de um levantamento (Yin 2001:26).

No exemplo reportado acima, a opção por um dos dois tipos de abordagem resultaria em explicações distintas para o fenômeno em questão. Uma pesquisa quantitativa que analisasse grande número de unidades (nesse caso a variação dos votos entre os diferentes grupos de eleitores) identificaria um padrão estatístico como o fator causal responsável pela vitória de Clinton. Um estudo de caso, por sua vez, analisaria um conjunto de fatores que contribuiu para o desfecho da eleição (as estratégias de Clinton, o desempenho da economia, a manipulação da opinião pública, etc.), mas a unidade é uma só, a campanha eleitoral.

Estudos de caso maximizam seu potencial ao focar em relações causais mais do que em aumentar o número de observações, como sugerem King, Keohane e Verba (1994), não se trata, portanto de incrementar a variação (evitando o problema de se ter muitas variáveis com poucos casos, típico da lógica frequentista), mas de identificar processos causais dentro da unidade analisada. Tal natureza dos estudos de caso comporta importantes considerações em relação a sua validade. Elas dizem respeito fundamentalmente à seleção do caso a ser estudado e às formas de acessá-lo.

Por se tratar da investigação de um único caso ou de casos múltiplos de maneira intensa, detalhada, que necessita de consistente fundamento teórico e análise de diversas fontes de evidências empíricas, é preciso preparar muito bem a condução do estudo de caso e empenhar habilidades prévias do pesquisador. Tal metodologia envolve a contínua interação entre as questões teóricas e os dados coletados e requer a aplicação de uma lógica de investigação criminal para a interpretação das evidências empíricas. Conforme explica Yin (2001), a coleta de dados para um estudo de caso não se trata meramente de registrar os dados mecanicamente, mas trata-se de verificar se as diversas fontes de informações compõem uma mesma mensagem e conduzem a uma conclusão coerente.

A analogia da pesquisa de estudo de caso com a lógica de investigação criminal é uma forma interessante de compreender a lógica desta metodologia. O detetive chega ao cenário de crime depois que o fato aconteceu e deve realizar inferências sobre as causas, os meios e os autores do crime a partir daquilo que encontra no local. As inferências, por sua vez, devem ser realizadas com base em indícios de diferentes naturezas que convergem para contar uma mesma história. Nesse sentido, as informações encontradas em cada fonte não devem se contradizer, pois quando se contradizem é sinal de que as hipóteses levantadas pelo detetive podem estar incorretas ou necessitam de maior aprofundamento para serem estabelecidos os devidos *links* entre as peças de informação encontradas e o seu significado. Por outro lado, quanto mais as diferentes evidências coletadas corroborarem uma suposição em relação ao fato investigado, mais confiável se torna a hipótese do detetive, pois consistirão em provas.

Essa ideia também é válida para a investigação científica. Para estabelecermos uma relação causal a partir de observações empíricas, devemos realizar inferências, visto que normalmente o cientista social não é capaz de apreender a realidade em sua totalidade e complexidade autênticas. O cientista não se encontra no local do ocorrido no momento em que o fato acontece de forma a poder observar precisamente a causa do fenômeno de interesse. Contudo é chamado a desvendar as motivações de um evento depois que ele aconteceu. Dessa forma, as causas de um fenômeno em si não são observáveis diretamente pelo pesquisador, mas sim as evidências de que determinados fatores podem ter desencadeado certo resultado.

Conforme vimos, o estudo de caso não necessariamente abre mão de métodos quantitativos e é, inclusive, aconselhável que diferentes estratégias de coleta de dados sejam empregadas para o levantamento de evidências empíricas, pois quando as diferentes informações convergem para uma mesma evidência a confiabilidade

das inferências são mais fortes. A abordagem de estudo de caso pode aplicar métodos de coleta de dados de diferentes naturezas e possibilita a construção de inferências válidas desde que os elementos teóricos e metodológicos sejam devidamente arquitetados, assim como ocorre em outras abordagens de pesquisa.

As fontes de coleta de evidências e os métodos empregados podem ser dos mais diversos em um estudo de caso, o que consiste em um ponto fonte dessa abordagem metodológica quando comparada a outras metodologias. O estudo de caso inerentemente lida com ampla variedade de fontes de evidências, sendo vantajoso o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação. Nas palavras de Yin (2001: 121) isso significa que: “qualquer descoberta ou conclusão em um estudo de caso será muito mais convincente e acurada se se basear em várias fontes distintas de informação, obedecendo a um estilo corroborativo de pesquisa”. Este mesmo autor descreve seis fontes principais de obtenção de informações para o estudo de caso: a documentação, os registros em arquivos, entrevistas, observações diretas, observação participante e artefatos físicos. Cada fonte possui vantagens e desvantagens em termos da qualidade dos dados fornecidos, mas o ideal é realizar a triangulação de métodos e fontes: combinar diferentes tipos de fontes e de métodos de análise para a obtenção de evidências que apontam para conclusões coerentes.

O uso das variadas fontes requer habilidades e procedimentos metodológicos diferentes, mas todas elas devem servir determinados princípios cruciais para a realização de inferências (Yin 2001). Em primeiro lugar, é necessário que o investigador obtenha informações de várias fontes de evidências, mas tais informações devem convergir em direção ao mesmo conjunto de fatos ou descobertas. Ou seja, os dados provenientes de fontes independentes entre si e obtidos a partir de diversificados métodos devem contar a mesma história, corroborando a hipótese defendida, e não se contradizer. Em segundo lugar, é importante que o pesquisador construa um banco de dados para o estudo de caso, que consiste em uma reunião formal das distintas evidências encontradas referentes às diversas dimensões do caso em estudo. O banco de dados deve permitir que a consulta por parte de outros investigadores leve à replicação da pesquisa e às mesmas conclusões. Em terceiro lugar, a análise dos dados deve proporcionar um encadeamento das evidências. Dito de outra forma, o pesquisador deve ser capaz de realizar ligações explícitas e coerentes entre o problema de pesquisa, os dados coletados e as conclusões às quais chegou. O cumprimento desses três princípios é essencial para proporcionar validade e confiabilidade ao estudo de caso.

A observação destes procedimentos é importante não apenas para que o estudo de caso produza inferências causais capazes de explicar o fenômeno de interesse e de garantir validade interna, mas também para que ele possa aumentar seu potencial de estender suas conclusões para além do caso abordado.

De todos os questionamentos feitos à abordagem do estudo de caso, aquela que possui maior impacto e que tem contribuído para relegar este tipo de desenho de pesquisa a uma posição secundária nas Ciências Sociais refere-se a sua baixa validade externa. O conceito se refere à capacidade que um estudo possui de generalizar seus achados para uma população maior, além dos casos que compõem a amostra.

Com efeito, é forçoso reconhecer que o estudo de caso, tal como definido aqui enquanto uma análise intensa de uma unidade de um fenômeno encontra sérios obstáculos no que diz respeito à extensão de sua aplicação a outros casos. O problema encontra-se em definir o quão representativo é o caso estudado em relação ao conjunto de casos que ele integra. É possível comparar o contexto, os atores, os fatores causais e as dinâmicas observadas em uma única unidade de análise àqueles verificados em outras unidades do mesmo fenômeno? Em caso afirmativo, em que termos estes se assemelhariam a ponto de garantir a comparabilidade?

Como fica evidente, a transposição das explicações do nível do caso para a população geral de casos não é simples e depende muito da qualidade das estratégias do pesquisador. O maior obstáculo para isso diz respeito, em primeiro lugar, à própria natureza da abordagem de estudo de caso. Por mergulharem com grande profundidade na unidade analisada, os estudos de caso tendem a incorporar muitos detalhes que podem ser características muito específicas de seu caso. Isso dificultaria a sua extensão a outras unidades, uma vez que, tendencialmente, quanto mais especificidades uma análise engloba, menores seriam as chances de existência de fenômenos análogos capazes de serem explicados pelos achados referentes a um só caso.

Outro entrave à generalização diz respeito à própria orientação para o caso do desenho de pesquisa (*case oriented design*). Neste tipo de enquadramento, o pesquisador toma como ponto de partida o diagnóstico do caso abordado, isto é, parte, muitas vezes, de uma constatação empírica, para então buscar possíveis explicações teóricas. Assim sendo, a construção de inferências causais é fortemente influenciada por elementos específicos do caso abordado, gerando uma série de requisitos para que elas possam “viajar” para outros casos análogos.

Alguns autores, entretanto, têm apontado que, em princípio, o estudo de caso pode ser capaz de produzir generalizações, ainda que não nos moldes de estudos *large-N* e *cross-case*. A diferença reside no tipo de generalização em questão. Como argumentado anteriormente, comprovar a comparabilidade de um caso em relação a uma classe de outros casos similares depende dos parâmetros segundo os quais a seleção de casos é realizada. O autor tem que se certificar de que os casos (ou o

caso) abordados não contêm características que sejam únicas ou que não guardem nenhuma equivalência com o conjunto maior de casos que se enquadram no mesmo fenômeno. É necessário levar em consideração a relação que o caso estabelece com uma categoria mais ampla de casos.

Outra possibilidade envolve uma concepção diferente de generalização, que não diz respeito aos casos propriamente ditos. O conceito de generalização estatística, que se baseia na ideia de que as inferências produzidas para uma amostra são válidas para a população como um todo, pressupõe que as unidades amostradas incluídas na análise compartilham de certo grau de homogeneidade e que sua seleção ocorreu de maneira aleatória, onde cada unidade possui chances iguais de ser selecionada. Como dito anteriormente, esta não é a situação dos estudos de caso, nos quais a escolha da unidade investigada é proposital e justificada em função do próprio desenho de pesquisa e do conhecimento teórico que se tem acerca do fenômeno. Há, contudo, outro tipo de generalização que se adequa às particularidades do estudo de caso: a generalização teórica. Essa possibilidade é definida da seguinte forma por Yin (2001) ao comparar os estudos de caso aos experimentos:

Uma resposta muito breve é que os estudos de caso, da mesma forma que os experimentos, são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou universos. Nesse sentido, o estudo de caso, como o experimento, não representa uma “amostragem”, e o objetivo do pesquisador é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística) (Yin 2001:29).

A generalização analítica consiste em extrair do caso estudado elementos que permitam ampliar, relativizar e mesmo refutar ou negar um conjunto de construtos teóricos que sejam tipicamente mobilizados para explicar determinado fenômeno. O estudo de caso, ao realizar uma análise profunda da unidade pesquisada, pode levar à identificação de padrões de causalidade e de relação entre variáveis que ainda não tenham sido identificados ou compreendidos pela teoria vigente. Nestas circunstâncias, o pesquisador pode conectar o saber já acumulado sobre o fenômeno em questão, dando contribuições teóricas para aumentar o conhecimento e incluir novas possibilidades explicativas ao fenômeno mais abrangente a partir dos achados de um estudo de caso.

O estudo “Porque falham as reformas administrativas”, de autoria de Flávio Cunha Rezende (2004) é um bom exemplo de como um estudo de caso pode produzir generalizações analíticas. O autor explica o fracasso da reforma administrativa brasileira de 1995 apontando fatores causais que não haviam sido explorados pela literatura até então. Ao debruçar-se sobre o caso brasileiro, Rezende (2004) identifica a causa da falha da reforma de 1995, devido à incapacidade de conciliar seus

dois principais imperativos: o ajuste fiscal e a reforma institucional da burocracia. Os dados analisados pelo autor demonstram que a incapacidade de equacionar a resistência dos autores-chave no processo reformador entre estas duas dimensões foi responsável por impedir que os objetivos da reforma se concretizassem. A partir desta constatação, ele afirma a possibilidade de identificar este mesmo tipo de conflito em outros casos de reformas administrativas malsucedidas presentes na literatura.

No que se refere, portanto, à validade externa e à possibilidade de generalização, os estudos de caso constituem um poderoso mecanismo de produção de generalizações analíticas, sendo uma ótima ferramenta para a teorização. Nesta perspectiva, realizam uma importante contribuição, não apenas para a formulação de novas hipóteses para fenômenos já conhecidos e para o teste de teorias consolidadas, mas também para a construção de novas explicações teóricas e novos paradigmas analíticos. Ao possibilitarem a apreensão de mecanismos causais, reconstituírem processos e detalharem as variáveis em seus contextos, os estudos de caso podem revelar fatores intervenientes, variáveis omissas e possibilidades alternativas de causalidade, que outros tipos de desenho não detectam. Parece razoável, portanto, a recomendação de Yin (2001) para que os autores de estudo de caso tenham sempre como meta a produção deste tipo de generalização, dada a grande dificuldade em produzir generalizações estatísticas com este tipo de desenho de pesquisa.

8 - CONCLUSÕES

O presente artigo buscou elaborar as principais características dos estudos de caso, tendo como ponto de partida a constatação do aparente paradoxo metodológico que existe no campo da Ciência Política, de acordo com o qual os estudos de caso respondem por parte considerável da produção na área e, no entanto, são vistos como uma contribuição menor por parte do *mainstream*. Desta forma, o esforço aqui empreendido centrou-se na identificação das potencialidades dos estudos de caso e na delimitação de sua validade específica dentro da disciplina.

Seguindo as proposições de Gerring (2004), definimos o estudo de caso como uma análise intensiva de um fenômeno que se concentra em apenas uma (ou reduzido número de) unidade (s). O estudo de caso se distingue, portanto, dos demais desenhos de pesquisa, por buscar compreender um fenômeno mais amplo a partir de intensas evidências obtidas de um ou poucos casos.

Conforme demonstramos, a lógica sob a qual se apoiam os estudos de caso é diferente da lógica hegemônica da Ciência Política contemporânea, centrada em modelos formais e quantitativos. Argumentamos que a abordagem de estudo

de caso é mais bem adaptada para perguntas de pesquisa com foco em processos causais (*causes of effects*), que buscam compreender os fatores responsáveis por determinar o fenômeno estudado. Assim, baseiam-se em métodos que permitem acessar com profundidade as relações de causalidades contidas na unidade observada. Isso os torna ferramentas aptas a produzir generalizações analíticas, construir novas hipóteses e explorar relações de causalidade de maneira exaustiva e profunda.

O percurso argumentativo aqui compreendido permite, portanto, algumas considerações quanto ao emprego desse tipo de estratégia investigativa. Em primeiro lugar, estudos de caso são adequados para estudos exploratórios de fenômenos ou variáveis ainda não abordadas pela literatura e sobre os quais há pouca informação disponível. Nessa perspectiva possibilitam análises descritivas bem fundamentadas e profundas e permitem uma importante abertura para análises futuras sobre o fenômeno em questão.

Em segundo lugar, estudos de caso são indicados para análises em que se busca aprofundar a compreensão de uma relação causal já verificada pela literatura, mas cujo mecanismo ainda não está claro. Estudos do tipo *large-N* e comparativos podem concluir, por exemplo, que há uma relação positiva entre nível dos indicadores socioeconômicos e nível da qualidade democrática dos países. No entanto, não são capazes de explicar exaustivamente o por que desta relação e como ela acontece. Tal lacuna é preenchida com maior eficiência por estudos de caso.

Em terceiro lugar, estudos de caso permitem a compreensão de casos particulares ou exemplares de um fenômeno, cuja singularidade não é tão bem equacionada em modelos de covariação. Nesse caso, os estudos de caso são capazes de identificar fatores causais específicos ou desconhecidos pela literatura, contribuindo para o refinamento de hipóteses e inferências causais. Por fim, estudos de caso são compatíveis com uma ampla gama de métodos de análise empírica, possibilitando uso tanto de perspectivas qualitativas como quantitativas, uma vez que se apoiam na variação dos dados dentro da unidade, oferecendo possibilidades bastante ricas ao pesquisador. Ademais, são compatíveis com a mais variada gama de abordagens teóricas (Gerring 2004).

Por fim, longe de advogar a adoção dos estudos de caso *em detrimento* de outros tipos de desenho de pesquisa, o que buscamos argumentar aqui é que este tipo de enquadramento tem seu papel fundamental e complementar aos demais na pesquisa científica. Especificamente no campo da Ciência Política, os estudos de caso têm possibilitado contribuições teóricas e metodológicas importantes, que fundamentam boa parte do conhecimento acumulado atualmente. A escolha deste tipo de enquadramento deve, portanto, levar em consideração suas potencialidades e os *trade-offs* envolvidos ao se abdicar de outros desenhos de pesquisa (Gerring

2004). Assim, o caminho que se coloca aos estudiosos é o de compreender as vantagens e os limites dos diferentes desenhos de pesquisa a depender da pergunta de investigação e dos objetivos do pesquisador. A partir daí, é possível optar pela estratégia mais adequada no que se refere à realização de inferências válidas e assertivas, capazes de responder aos recorrentes questionamentos de cientistas sociais e contribuir a mais ampla compreensão dos fenômenos pelos quais eles se interessam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLISON, Graham T. 1971. *Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crises*. Boston, MA. Little, Brown and Company.
- BRADY, Henry E.; COLLIER, David. 2004. *Rethinking social inquiry: diverse tools, shared standards*. New York. Rowman & Littlefield.
- CAMPBELL, Donald.; STANLEY, Julian. 1966. *Experimental and Quasi-Experimental Designs for Research*. Chicago. Rand McNally.
- DAHL, Robert. 1961. *Who Governs? Democracy and Power in an American City*. Yale University Press. 384 p.
- DE VAUS, David. 2001. What is a research design. In: _____(Ed.). *Research Design in Social Research*. Thousand Oaks, CA: Sage, p. 1-32.
- GERRING, John. 2004. What is a case study and what it is good for?, *American Political Science Review*, v. 98, n. 2: 341-354.
- GERRING, John. 2007. *Case study research*. New York: Cambridge University Press.
- GERRING, John. 2009. The Case Study: what it is and what it does. In: BOIX, Charles; STOKES, Susan C. *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Oxford. Oxford University Press.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. 1994. *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton. Princeton University Press, 259 p.
- KIRK, Jerome; MILLER, Marc L. 1986. *Reliability and validity in qualitative research*. Beverly Hills. Sage, 87 p.
- LEVY, Jack, S. 2008. Case Studies: Types, Designs and Logics of Inference. *Conflict Management and Peace Science*, 25:1-18.
- LIEBERSON, Stanley. 1992. Small N's and big conclusions: an examination of the reasoning in comparative studies based on a small number of cases. In: RAGIN, Charles; BECKER, Howard. *What is a case? Exploring the Foundations of Social Inquiry*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 105-118.
- MAHONEY, James. 2010. After KKV: The New Methodology of Qualitative Research. *World Politics*, v. 62, n^o 1: p 120-147.
- RAGIN, Charles. 1987. Case-Oriented Comparative Methods. In:_____. *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkeley: University of California Press, p. 34-68.
- RAGIN, Charles. 2004. Turning the Tables: How Case-Oriented Research Challenges Variable-Oriented Research. In: BRADY, Henry E.; COLLIER, David. *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*. Rowman

and Littlefield.

- REILLY, Benjamin. 2001. *Democracy in Divided Societies: Electoral Engineering for Conflict Management*. Cambridge. Cambridge University Press.
- REZENDE, Flávio da Cunha. 2004. *Porque Falham as Reformas Administrativas*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas.
- REZENDE, Flávio. 2011. Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.6: 297-337.
- SEAWRIGHT, Jason; GERRING, John. 2008. Case Selection Techniques in Case Study Research: A Menu of Qualitative and Quantitative Options. *Political Research Quarterly*. 61: 294-308.
- THOMPSON, E. P. 1963. *The Making of the English Working Class*. New York: Vintage Books.
- YIN, Robert K. 2001. *Estudo de Caso - Planejamento e Métodos*. Ed. Bookman.

PROCESS-TRACING E A PRODUÇÃO DE INFERÊNCIA CAUSAL

FÁBIO MARIANO ESPÍNDOLA SILVA
ELEONORA SCETTINI MARTINS CUNHA

RESUMO

O process-tracing é um método utilizado para articular diferentes fatores causais na análise de fenômenos sociais complexos e historicamente delimitados e pode ser um poderoso aliado do pesquisador em estudos qualitativos. Ganha especial relevância no panorama inferencial, tanto pela sua forma peculiar de análise histórica, quanto pela sua adaptação ainda não completamente explorada pela literatura científica brasileira. Neste artigo, apresentamos o método, de forma introdutória, algumas de suas características, conceitos e procedimentos que podem guiar desenhos de pesquisa, enfatizando seu potencial em produzir inferência causal nos estudos em ciências sociais. Eventualmente recorreremos a analogias para facilitar a assimilação, demonstrar as ferramentas utilizadas em sua aplicação prática e apresentar nossa compreensão sobre seu potencial.

PALAVRAS-CHAVE

Process-tracing; inferência causal; pesquisa qualitativa; teste de hipótese.

PROCESS-TRACING AND PRODUCTION OF CAUSAL INFERENCE

ABSTRACT

Process tracing is a method used to articulate different causal factors on the analysis of complex and historically limited social phenomena and can be used as a powerful ally of the researcher in qualitative studies. It gains special relevance on this inferential panorama especially for its peculiar historical analysis and its adaptation not yet fully explored by Brazilian scientific literature. In this article, we present the method, in an introductory way, some of its features, concepts and procedures that can guide research designs, emphasizing their potential to produce causal inference in studies in social sciences. Eventually we resort to analogies to facilitate assimilation, demonstrate the tools used in its practical application and introduce our understanding of its potential.

KEYWORDS

Process-tracing; causal inference; qualitative research; hypotheses testing.

SOBRE OS AUTORES

FÁBIO MARIANO ESPÍNDOLA SILVA

Mestrando em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais. Graduado em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Especial interesse nas áreas de estudos legislativos, carreiras legislativas, políticas públicas e metodologia de pesquisa em ciência política.

Contato: fabio.mes@gmail.com.

ELEONORA SCETTINI MARTINS CUNHA

Doutora em Ciência Política. Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Principais áreas de estudos: teoria democrática, políticas públicas, política de assistência social.

Contato: eleonora.ufmg@gmail.com.

SUBMETIDO EM

Setembro de 2015.

APROVADO EM

Novembro de 2015.

“When you have eliminated all which is impossible, then whatever remains, however improbable, must be the truth”.
Sherlock Holmes

1 - INTRODUÇÃO

A revolução iniciada por King, Keohane e Verba (1994) no âmbito das pesquisas em Ciência Política produziu um impacto significativo no campo, chamando a atenção tanto dos pesquisadores que se aventuravam em sofisticados métodos quantitativos, mas também, e principalmente, daqueles que desenvolviam pesquisa qualitativa. Dentre as quatro características destacadas como próprias de um desenho de pesquisa – (1) O objetivo é a inferência; (2) Os procedimentos são públicos; (3) As conclusões são incertas; e (4) O conteúdo da ciência é o método – destacamos a primeira, que merece nossa especial atenção nesse artigo. Para os autores, a mera acumulação de dados, sem o objetivo de inferir nada, além disso, não constitui ciência. O principal objetivo de qualquer estudo científico, portanto, deve ser o de produzir inferências válidas, ou seja, os dados coletados da realidade devem ser utilizados para produzir uma descrição ou uma relação de causalidade que não pode ser observada de imediato.

As afirmações de King, Keohane e Verba (1994) se baseiam na ideia de que análises de regressão e estatística seriam ferramentas para estabelecer parâmetros de produção científica em estudos qualitativos, o que levou a uma grande inquietação entre os metodólogos qualitativos. Os argumentos críticos variam, mas de modo geral consideram o proposto pelos autores para métodos qualitativos “simplístico, ilusório e inapropriado” para compreender os desenhos de pesquisa qualitativa, uma vez que “supervalorizariam as forças da pesquisa quantitativa e diminuiriam o valor das pesquisas qualitativas” (Mahoney 2010).

A posição da teoria na pesquisa qualitativa também é ponto de controvérsia. A noção corrente imediatamente após a divulgação das ideias de King, Keohane e Verba era a de que os desenhos de pesquisa baseados em análise histórica comparativa estariam relacionados apenas ao desenvolvimento de teoria, haja vista que, para uma proposição explicativa adquirir alguma credibilidade seria necessário desenvolvê-la e testá-la antes de realizar generalizações (Rueschmeyer 2003). As pesquisas históricas comparativas estariam relegadas apenas ao estágio inicial do contexto da descoberta de proposições explicativas, e não estariam relacionadas ao contexto da sua validação – onde elas seriam testadas e poderiam, a partir de então, gerar generalizações.

Esta visão foi suplantada por metodólogos qualitativos que argumentaram acerca da força dos desenhos de pesquisa qualitativos de caso único, ou poucos

casos (*small n*), como apropriados tanto para desenvolver a teoria, quanto testá-la – além de contribuir para uma avançada reflexão teórica (Rueschmeyer 2003). Quando utilizado no teste de teorias, métodos qualitativos como o *process-tracing* podem gerar ideias e insights tanto sobre a existência de causas, quanto de mecanismos causais, igualmente traços auxiliares para a teoria em consideração (Mahoney 2010).

Neste artigo, partimos da base estrutural, formulada por King, Keohane e Verba (1994) sobre desenhos de pesquisa qualitativa, e o aperfeiçoamento dessas formulações, decorrente de acréscimos e expansões produzidos por seus críticos, em especial os da corrente qualitativa. Tratamos especificamente de *process-tracing*, método desenvolvido inicialmente no campo da psicologia cognitiva, na década de 1960, mas que tem sido cada vez mais utilizado no campo das ciências sociais. Em sua origem, o método examinava os passos intermediários de um processo mental cognitivo no intuito de compreender como as pessoas tomam decisões. Transposto inicialmente para a Ciência Política, ampliou-se sua utilização para além da análise individual, sendo empregado para fazer inferências relacionadas a explicações estruturais ou de nível macro (Bennett e Checkel 2015). O método *process-tracing* está associado, nas Ciências Sociais, a um movimento iniciado nos anos 1990 por alguns estudiosos que se propuseram a construir explicações baseadas nas referências a mecanismos causais ou entidades subjacentes que geram processos e resultados observados. A explicação causal, para esses estudiosos, é construída em torno de eventos sequenciais e contíguos (Bennett e Checkel 2015).

O método tem se mostrado muito útil para analisar fenômenos complexos, situados historicamente, cujas explicações demandam a articulação de diferentes fatores, como os estruturais, institucionais, sociais, dentre outros. Ele contribui para a construção e o teste de hipóteses quanto aos mecanismos causais que geraram e/ou incidem sobre o fenômeno e, nesse sentido, possibilita produzir inferências válidas. Suas características o indicam para o estudo de caso e, aqui, as inferências sobre as explicações causais dizem respeito ao caso estudado.

Como este é um método que tem ganhado relevância, mas ainda pouco abordado nas publicações nacionais, nosso objetivo neste artigo é apresentar, de forma introdutória, algumas características, conceitos e procedimentos que possam ser orientadores para desenhos de pesquisa, enfatizando seu potencial em produzir inferência causal. Certamente, estudiosos que desejam utilizá-lo deverão aprofundar seu conhecimento sobre o método, de modo a ampliar e aprofundar o que anunciamos nessas poucas páginas.

Inicialmente, apresentamos um panorama do *process-tracing*, com seus elementos constitutivos, objetivamente delimitando-o e demonstrando a sua importância para compreender a inferência causal em pesquisa qualitativa. No

intuito de facilitar a compreensão do método, recorreremos a analogias destacadas na literatura. Em seguida, tecemos considerações sobre a perspectiva bayesiana e a formulação de inferências causais neste desenho específico, bem como descrevemos os mecanismos de testes de hipótese como uma importante ferramenta inferencial. Por fim, apresentamos nossas reflexões sobre o potencial do método nos estudos em ciências sociais.

2 - *PROCESS-TRACING*: UM PANORAMA

Process-tracing é um método de pesquisa qualitativa que possibilita “a análise de evidências nos processos, sequências e conjunturas de eventos num caso para o propósito de desenvolver ou testar hipóteses sobre mecanismos causais que possam explicar o caso” (Bennett e Checkel 2015: 7). Nesse sentido, deve-se identificar a cadeia causal e a conexão entre os mecanismos causais por meio da observação sistemática, em um mesmo caso, de evidências selecionadas e analisadas para avaliar hipóteses (Bennett 2008; Collier 2011; Mahoney 2012).

Process-tracing é, em essência, a montagem cuidadosa, por meio de testes de hipóteses, de um encadeamento causal que leva a algum resultado específico, produzindo uma explicação a partir de um caso individual, único (Benett 2008). Usa-se o *process-tracing*, portanto, quando se pretende explicar um efeito ou resultado específico, relacionado a um caso situado no tempo e no espaço, e necessita-se ter uma maior compreensão da natureza das relações causais que o geraram, isto é, quando se pretende “capturar mecanismos causais em ação” (Bennett e Checkel 2015: 9). Uma analogia interessante para a compreensão da potencialidade do método é utilizada por George e Bennett (apud Bennett e Checkel 2015). Ao encontrar uma fila de dominós caídos um sobre o outro numa mesa após eles terem sido colocados enfileirados de pé, pode-se levantar hipóteses que expliquem o encontrado: um primeiro dominó caiu e gerou o processo que derrubou os demais, ou o vento, ou um esbarrão de alguém na mesa, ou alguma outra força causal. A resposta demandará usar as evidências disponíveis para testar cada explicação alternativa.

Process-tracing difere-se de outros métodos de estudos de caso ou de poucos casos (*small-n*) em razão do tipo de inferências que podem ser feitas a partir da presença, ou ausência, de mecanismos causais no caso estudado e a interação de uma série de partes do mecanismo, de modo a explicar a ligação entre uma proposição hipotética X ao resultado Y. Um mecanismo causal é constituído por um conjunto de partes que interagem, cada uma delas composta de “agentes ou entidades que têm a capacidade de alterar seu ambiente porque possui uma propriedade

invariante, que, num contexto específico, transmite força física ou informação que influencia o comportamento de outros agentes ou entidades” (Waldner 2012). Cada agente ou entidade, portanto, produz “movimento que transmite força causal para a próxima parte do mecanismo” (Pedersen e Beach 2013: 39, tradução livre), isto é, as atividades produzem mudanças e a interação entre os mecanismos possibilita explicar os resultados produzidos no contexto onde eles operam.

Uma definição mais abrangente de mecanismo causal considera-o como

um processo físico, social ou psicológico não observável por meio do qual agentes com capacidade causal operam, mas somente em contextos ou condições específicas, para transferir energia, informação ou questões para outras entidades. Ao fazê-lo, o agente causal muda as características, capacidades ou propensões da entidade afetada de modo que persista até um posterior mecanismo causal agir sobre ele. Se formos capazes de medir as mudanças na entidade que estão ocorrendo após a intervenção do mecanismo causal e em isolamento temporal ou espacial de outro mecanismo, então se pode dizer que o mecanismo causal gerou a mudança observada na entidade (George e Bennett 2005 apud Bennett e Checkel 2015: 12 – tradução livre).

Dada a relevância do conceito de mecanismo causal para o método *process-tracing*, cabe detalhá-lo um pouco mais, a partir das reflexões de Pedersen e Beach (2013). Uma primeira característica é que causalidade assume uma perspectiva determinística¹, ou seja, não exige o critério de regularidade ou de associação regular entre as partes, mas sim a influência interativa de causas que se interligam e produzem os resultados. Os mecanismos não são considerados como variáveis intervenientes, mas como entidades, partes de um todo, em que cada uma contribui para explicar o resultado.

O pesquisador deve, assim, deter sua atenção nas ações e atividades produzidas pelas entidades e que transmitem força causal de X para Y, ou seja, como o mecanismo produz um resultado e o contexto em que funciona. Essas ações podem ser produzidas por indivíduos únicos ou por indivíduos que atuam colaborativamente, o que implica dizer que os mecanismos causais podem ocorrer ou operar no nível de análise micro, que foca nos atributos dos agentes individuais (pessoas), no macro, ao observar normas, papéis e estruturas institucionais (grupos, classes, Estados etc.) ou ligando os dois níveis.

Além dessa distinção em razão do nível de análise, cabe destacar outras diferenciações entre os mecanismos causais. Uma delas é quanto ao tipo de explicação teórica: mecanismos causais podem ser *estruturais*, relacionados a

1 E não probabilística, portanto, por não se buscar uma associação regular empírica de padrões que ligariam X a Y.

constrangimentos e oportunidades para a ação política derivadas do entorno dos atores; *institucionais*, próprios de instituições construídas e / ou alteradas pelos atores; *ideacionais*, originados das ideias e das interpretações do mundo; *psicológicos*, como regras mentais incorporadas e que resultam em comportamentos regulares. Outra diferenciação diz respeito ao grau de especificidade contextual do mecanismo, ou seja, se o mecanismo é aplicável num caso específico ou se aplicável num conjunto de casos, o que demanda a definição clara do contexto onde o mecanismo deve operar. Por fim, mecanismos causais distinguem-se entre si em razão da dimensão temporal, isto é, o horizonte de tempo em que forças causais produzem resultados e o horizonte de tempo dos próprios resultados – há mecanismos incrementais, que produzem resultados no longo prazo, e mecanismos limiars, que o fazem imediatamente (Pedersen e Beach 2013).

Um cuidado necessário em pesquisas que se utilizam de *process-tracing* é quanto à definição dos conceitos centrais os quais sustentam as proposições relacionadas ao contexto específico em estudo, ou seja, as condições necessárias e/ou suficientes para que ocorram os resultados. Esses conceitos, derivados de teorias, devem incluir atributos relevantes para o mecanismo causal e, portanto, guardam estreita relação com hipóteses causais. Assim sendo,

“cada parte do mecanismo causal deve ser conceituada como composta de entidades engajadas em atividades [...], enquanto atividades são as produtoras de mudança, ou transmitem forças causais através de um mecanismo [...]. A conceituação teórica de entidades utiliza nomes, enquanto as atividades devem incluir verbos que definam os transmissores de força causal através do mecanismo” (Pedersen e Beach 2013: 49)

Segundo Pedersen e Beach (2013) há três variações de *process-tracing*, conforme o propósito da pesquisa – se o desenho é centrado na teoria ou no caso, se o objetivo é testar ou construir teoria; a compreensão da generalidade do mecanismo causal; os tipos de inferências que podem ser feitas.

Uma primeira, denominada de *Theory-test process-tracing*, implica em deduzir uma teoria da literatura existente e testar se evidências mostram que as partes do mecanismo causal estão presentes no caso e se funcionam de acordo com o esperado. A segunda variação é o *Theory-building process-tracing*, no qual se pretende construir uma explicação teórica generalizável a partir de evidências empíricas, inferindo um mecanismo causal mais geral a partir de um caso particular. A última variação, e mais comumente utilizada, é *Explaining outcomes process-tracing* que objetiva construir uma explicação quanto a um resultado num caso específico. Essas variações têm importantes implicações metodológicas para o desenho de pesquisa.

É sobre essa última variação – *process-tracing* para explicar resultados – que nos deteremos nesse artigo, especialmente em razão da sua maior utilização nas ciências sociais. O processo de construção da explicação dos resultados ou efeitos aponta para um desenho de pesquisa reiterado que combina dialeticamente dedução e indução (Pierce 1955 apud Pedersen e Beach 2013). No caminho dedutivo, testam-se os mecanismos existentes apontados pela teoria para verificar se eles podem explicar os resultados particulares. No entanto, nem sempre a teoria provê esses mecanismos e, então, é necessário realizar o caminho indutivo, que se utiliza de evidências empíricas no intuito de se buscar uma explicação plausível quanto aos mecanismos causais que produziram o resultado. Esse movimento se repete sempre que necessário, até o pesquisador se sentir satisfeito com as explicações produzidas para aqueles resultados específicos (Pedersen e Beach 2013).

2.1 - DESENHO DE PESQUISA E PROCESS-TRACING

Um bom desenho de pesquisa que se utiliza de *process-tracing* deve observar três elementos essenciais: 1) Análise da observação de processos causais; 2) Descrição; 3) Sequência (Collier 2011). Sobre esses elementos trataremos detidamente a seguir.

a) Análise da observação de processos causais

A comparação com a metodologia utilizada por médicos legistas ou detetives, tal como fazem Mahoney (2012) e Van Evera (1997), nos parece útil para a melhor compreensão do método. O pesquisador, tal como um investigador criminal, observa um resultado e gera uma diversidade de hipóteses que o ajudem a explicar como aquele resultado se produziu. Por exemplo, as hipóteses para compreender um assassinato levariam um investigador criminal a avaliar em qual contexto o crime ocorreu, qual tipo de arma foi utilizada, os possíveis motivos do assassino para execução do crime, vestígios de pólvora etc.

Tendo-se em mente o fenômeno a ser estudado, é preciso selecionar as observações que se destacarão para a análise sistemática. Nesse aspecto, autores que conseguem rebater os pontos fracos específicos de King, Keohane e Verba (1994) em pesquisa qualitativa são de elevada importância, como Collier, Brady e Seawright (2010). Eles consideram existir duas formas principais de realizar observações, as quais correspondem a tipos específicos de material empírico: as observações de conjunto de dados (*data-set observations* – DSO) e as observações

de processos causais (*causal-process observations* – CPO)².

As DSO se referem ao conjunto de dados que serve para realizar testes estatísticos e possibilita uma espécie de alavancagem inferencial – estariam dispostos de maneira matricial e seriam ideais para a montagem de análises “*thick*”, as quais observam o contexto como um todo. Já as CPO correspondem ao conjunto de material empírico que se constitui como “*insights*” ou pedaços de dados, os quais fornecem informações sobre o contexto ou sobre o mecanismo (Collier *at al.* 2010) – seriam ideais para uma análise “*thin*”. Esta última é semelhante a colocar uma lupa em determinado ponto de um mecanismo da cadeia causal e avaliá-lo, observando as partes. O *process-tracing* contribui para a inferência causal, primariamente, pelas descobertas geradas pelas observações de processos causais (Mahoney 2010).

É importante notar, portanto, que observar um fenômeno social através de *process-tracing* implica em analisar as sequências no desenrolar dos mecanismos na direção causa à efeito. Consequentemente, este tipo de desenho de pesquisa realiza uma alavancagem inferencial muito difícil de ser promovida em análises estatísticas *thick* – seja por estabelecer claramente a direção causal, ou ainda porque lida com a potencial entrada de variáveis espúrias de maneira muito eficiente (Bennett 2010). Uma análise por meio de *process-tracing*, que observa os mecanismos na ordem inversa, quer dizer, saindo do efeito até a causa pode, por exemplo, revelar variáveis que estavam de fora da literatura teórica ou do conhecimento prévio do pesquisador³ (Bennett 2010).

O *process-tracing* como uma ferramenta de promoção de alavancagem inferencial pode ser utilizado não somente como forma de elevar o número de observações teoricamente relevantes (King, Keohane e Verba 1994: 227), mas também para produzir inferências válidas. De fato, metodólogos chegaram à conclusão de que é possível fazer inferências causais válidas, desde que o pesquisador disponha do “tipo certo” de evidência⁴ – o importante, na verdade, é

2 Pedersen e Beach (2013:122) chamam a atenção para a distinção entre observação e evidência quando se trata de CPO: observação é dado empírico bruto, que apenas torna-se evidência, com valor inferencial, após ser avaliado conforme seu conteúdo e sua exatidão, e interpretado no contexto. Os autores apontam quatro passos para se avaliar a qualidade das evidências: a própria coleção dos dados ser o bastante; aquilo revelado pelo conteúdo dos dados; a confiança na exatidão das medidas; a probabilidade da evidência.

3 Bennett (2010) ainda elenca dois possíveis problemas no desenho de *process-tracing*: o da possibilidade de regressão infinita, quando o pesquisador pode não estar atento sobre o limite do nível de detalhe que deve mergulhar para ligar a causa X e o resultado Y; e dos graus de liberdade, uma vez que a preocupação estatística da indeterminação quando o número de variáveis é muito maior que o número de casos é importada (também em King, Keohane e Verba 1994: 86). O autor resolve estes dois impasses com uma única explicação: como nem todos os dados são criados da mesma maneira, o importante para o *process-tracing* não é a “quantidade de evidências, mas sua contribuição em adjudicar entre as hipóteses alternativas”.

4 Pedersen e Beach (2013) consideram que as *evidências relevantes* em *process-tracing* podem ser de quatro tipos: padrão (onde se observa predição de padrão estatístico), sequência (no qual se observa cronologia temporal e espacial de eventos), traço / vestígio (sua mera existência indica que o mecanismo existe), prova (conteúdo do material empírico).

a relação entre a evidência e a hipótese, e não a quantidade absoluta de evidências (Bennett 2010; Mahoney 2010). Disso se infere que a complementaridade gerada por trabalhos posteriores, está mais conectada a endereçar as fraquezas do método do que a uma impossibilidade do *process-tracing* de produzir inferências válidas – como reduziram King, Keohane e Verba.

De acordo com esta nova corrente qualitativa, após uma pesquisa com *process-tracing* o pesquisador já compreenderia como funcionam os mecanismos causais e conseguiria comprovar ou modificar a teoria,⁵ ou mesmo gerar novas proposições teóricas, podendo seguir para uma análise comparativa ou, a depender da pergunta de pesquisa, até mesmo para um experimento, seguro da potencialidade que a análise de *process-tracing* pode trazer para a produção de inferência causal. Esta combinação de métodos e formas de inferência é, inclusive, desejável e foi descrita como pluralismo inferencial por Rezende (2015)⁶.

b) Descrição

A essência de qualquer trabalho envolvendo *process-tracing*, como já mencionado, é demonstrar como se desenrolam processos específicos, através dos mecanismos que conectam causa (X) a efeito (Y) ao longo do tempo, no fluxo X à Y. Assim sendo, os mecanismos só podem ser integralmente reconhecidos e observados num panorama mais amplo se cada ponto da cadeia causal que está sendo estudada for descrito de maneira apropriada. Para ilustrar, é útil continuar com a analogia do investigador criminal. Ele conhece o efeito e, a partir das observações derivadas das hipóteses que construiu, chegou à possível causa do crime. No entanto, o investigador precisa demonstrar a relação entre a causa e o efeito, ou seja, como as observações de processos causais se unem, como numa corrente com vários elos, conectados entre si. Os elos desta corrente, ou os fatos e evidências encontrados pelo investigador, seriam as observações de processos causais elencadas por Collier *et al.* (2010).

O exercício do investigador, então, é o de descrever cuidadosamente cada uma das evidências identificadas nas suas observações (cada elo da corrente), passo fundamental para compreender a corrente como um todo. Portanto, um bom trabalho de *process-tracing* se preocupa não somente com a corrente, mas em descrever cada um dos elos em momentos específicos do tempo (como numa fotografia, que captura uma cena). A descrição deve ser cuidadosa e detalhada o suficiente de modo que se possa desenvolver ou testar teorias e aventar hipóteses

⁵ Van Evera (1997 : 65) afirma, inclusive, que as predições trazidas por uma análise com *process-tracing* são, em geral, únicas – isto significa dizer que nenhuma outra teoria pode prever o mesmo parâmetro de eventos. Logo, um *process-tracing* bem feito e amplo de um único caso pode prover um forte teste de teoria.

⁶ Manuscrito ainda não publicado.

para realizar as inferências causais.

c) *Sequência*

Seguindo com a mesma analogia, não basta o investigador demonstrar a força de cada evidência encontrada em suas observações, mas que essas evidências estão ligadas entre si e essa ligação é forte o suficiente para explicar a relação entre a causa e o efeito, ou seja, o crime. Como numa corrente, os elos devem estar conectados uns aos outros de maneira a compor uma única estrutura. No caso de investigações científicas, a conexão entre os elos são as hipóteses elaboradas pelos pesquisadores com base em teoria, se seguirem o método dedutivo, ou com base em alguma espécie de conhecimento prévio, se o método for indutivo.

As hipóteses aventadas devem ser lançadas sob o espectro mais amplo possível, para que seja possível incluir até mesmo hipóteses absurdas (Bennett 2010), ou, como diria Sherlock Holmes, “quando houver eliminado tudo que é impossível, o que restar, embora improvável, deve ser verdadeiro” (Doyle 1960: 111). O ensinamento do escritor inglês de romances criminais é valioso ao pesquisador: as hipóteses causais devem ser eliminadas, uma a uma, até que a restante é o que explica a conexão entre causa e efeito.

Contudo, algumas questões permanecem. Em primeiro lugar, quais as bases que sustentam as hipóteses propostas? E ainda, como deve agir o cientista que ambiciona explicar as causas que levaram ao efeito observado, para descartar as hipóteses imprestáveis ao caso, deixando apenas as relevantes? Para responder a essas perguntas, e avançar na explanação do desenho de pesquisa com *process-tracing*, é necessário compreender a contribuição bayesiana na produção de inferências com poucos casos.

3 - A PRODUÇÃO DE INFERÊNCIA CAUSAL EM *PROCESS-TRACING*

Partindo da afirmação de King, Keohane e Verba (1994) de que o estudo científico tem como principal objetivo a produção de inferências válidas, uma questão logo se coloca: a própria ideia de inferência. Como há fenômenos sociais complexos, em relação aos quais é difícil conhecer e medir completamente o que ocorre na realidade somos forçados a fazer um “salto inferencial” daquilo que podemos observar empiricamente para produzir explicação causal. Inferência, portanto, é essa operação mental a qual possibilita derivar uma proposição a partir da sua relação com outras.

Dessa concepção surgem as noções de inferência descritiva e de inferência causal, respectivamente. Na inferência descritiva são utilizadas “observações do mundo para aprender sobre fatos não observados [...], já a inferência causal envolve

aprender sobre efeitos causais a partir dos dados observados” (King, Keohane e Verba 1994: 8), ou seja, os dados coletados da realidade devem ser utilizados para produzir uma descrição ou uma relação de causalidade que não pode ser observada.

Durante muito tempo, e mesmo após a revolução metodológica introduzida por King, Keohane e Verba (1994), se questionou a relevância dos estudos de poucos casos (*small-n*) na produção de inferências válidas. Em verdade, e como já mencionado anteriormente, a produção metodológica relacionada à matéria focou na produção de inferências baseadas em modelos de lógica frequentista, derivados da análise estatística, importados para as análises qualitativas. Não demorou a constatação de que esta abordagem era insuficiente para agregar valor às pesquisas que buscam explicar as forças causais que produzem um fenômeno.

As ferramentas próprias da análise estatística e mesmo de métodos comparativos mostravam-se inadequadas à concepção de causalidade que orienta a análise dos processos causais e quando se deseja verificar a ausência ou presença de mecanismos causais em casos específicos. Enquanto métodos estatísticos buscam “fazer inferências sobre o tamanho do efeito causal que variáveis independentes têm sobre a variável dependente na população do fenômeno [...], pesquisas com *process-tracing* objetivam fazer inferências sobre a presença / ausência de mecanismos causais hipotetizados num único caso” (Pedersen e Beach 2013: 72), o que caracteriza fundamentalmente a ambição inferencial do *process-tracing*.

Cabe lembrar que existem dois métodos principais para a produção científica de inferência em ciência política: o método indutivo e o método dedutivo. Se considerarmos o método dedutivo para o teste de teorias e avaliarmos as possibilidades que as abordagens bayesiana⁷ e frequentista apresentam para tal, verificamos que a primeira teria a vantagem de atualizar os graus de crença, tratando-os probabilisticamente, flutuando esta probabilidade de acordo com a possibilidade das hipóteses serem verdadeiras e mantendo a flutuação atualizada, à medida que forem sendo encontradas novas evidências (Benett 2008). Portanto, as probabilidades das hipóteses a serem testadas, diferentemente da abordagem frequentista, não são estáticas, porém modificáveis quando vão sendo adicionadas evidências posteriores.

A ideia de que algumas evidências têm poder inferencial maior que outras é central para a análise em *process-tracing*, uma vez que “nem toda evidência tem o mesmo valor probatório” (Benett 2008: 710, tradução livre). Essa é uma premissa que articula fortemente a lógica bayesiana e o método.

7 Abordagem bayesiana decorre das proposições de Thomas Bayes, matemático inglês do Século XVIII, que deixou importantes contribuições à estatística quanto ao papel das observações na produção do conhecimento. Na lógica bayesiana, “o analista dá maior peso à evidência que é esperada *a priori* ser menos provável baseada no conhecimento prévio do fenômeno” (Pedersen e Beach 2013: 83)

A lógica bayesiana parte da seguinte questão: como podemos aumentar a confiança em uma explicação à luz das evidências? O aumento da confiança está relacionado a uma probabilidade posterior da teoria sobre a evidência. Para calcular esta probabilidade posterior são necessários três passos: (1) partir de uma probabilidade inicial que expressa nossa confiança na teoria mesmo antes de encontrar novas evidências; (2) buscar informação sobre a probabilidade de modo que, se a teoria for verdadeira para o caso, será encontrada alguma evidência particular no caso em questão; (3) conhecer a probabilidade de que a evidência encontrada seja “falso positiva”, ou seja, encontra-se a evidência mesmo que a teoria seja falsa (Bennett e Checkel 2015). Os testes de hipóteses, que apresentamos a seguir, são relevantes para construir essa confiança.

No entanto, antes de passar aos testes, é importante destacar que *process-tracing* e a lógica bayesiana se aproximam, ainda, em três aspectos importantes: ambos utilizam de evidências para afirmar algumas explicações e lançar dúvidas sobre outras; ambos dão importância para os valores probatórios das evidências em relação à explicação alternativa, bem como para os testes diversos ou independentes de evidências mais do que ao número de peças de evidências, pois uma evidência de alto valor probatório pode auxiliar muito mais um observador do que várias fracas; ambos alertam quanto a confiar totalmente em teorias ou explicações, pois há limites na evidência observável e é possível que teorias ainda não formuladas possam prover explicações superiores às existentes (Bennett e Checkel 2015).

Outro aspecto importante da abordagem bayesiana também está no fato de o Teorema de Bayes⁸ incluir o conhecimento prévio como uma variável dentro da equação que determina a probabilidade condicional de uma hipótese. Assim, o desenho de *process-tracing* pode seguir tanto para o lado dedutivo – se esse conhecimento prévio for relevante, consistente e ajudar a modelar as hipóteses, quanto para o lado indutivo⁹, caso o processo em análise seja excessivamente desviante ou suficientemente divergente das demais teorias disponíveis (Benett 2008).

8 O Teorema de Bayes estabelece que “nossa crença na validade de uma hipótese, após a recolha de elementos de prova (posterior), é igual à probabilidade de evidência condicional da hipótese ser verdadeira em relação a outras hipóteses alternativas (verossimilhança), vezes a probabilidade de que uma teoria é verdadeira com base em nosso conhecimento prévio” (Pedersen e Beach 2013: 83).

9 É importante ressaltar que a análise bayesiana não consegue abarcar com tanta eficiência a esfera de geração de teoria, a qual também é possível obter com *process-tracing*, pois “hipóteses completamente novas podem ocorrer ao pesquisador com base em apenas uma única peça de evidência, para a qual não existia nenhuma teoria anterior clara” (Benett 2008: 708).

3.1 - TESTES DE HIPÓTESE

Bennett e Checkel (2015) alertam que *process-tracing* é um método que, aparentemente, tem um forte componente intuitivo e seu uso assistemático pode gerar potenciais erros inferenciais. Para reduzir esses riscos, faz-se necessário utilizar salvaguardas metodológicas e, dentre elas, os testes de hipóteses adquirem relevância. As hipóteses levantadas pelo pesquisador precisam ser colocadas à prova para que permaneçam como parte da explicação. É útil, mais uma vez, pensar num pesquisador que busca desvendar uma análise de processos como um investigador criminal: cada elemento do crime (ou observação de processo causal, para os pesquisadores) gera uma hipótese sobre sua lógica existencial no conjunto explicativo dos mecanismos que levaram ao delito: essas hipóteses devem ser refutadas (ou confirmadas) pelo investigador criminal por meio de evidências circunstanciais que desemboquem na resolução do crime.

Como o investigador político não possui condições de voltar no tempo e observar por si próprio as evidências materiais é necessário que ele utilize as observações de processos causais e faça testes específicos para manter o conjunto de hipóteses que dará sustentação à sua análise e realizar as inferências causais devidas. Nessa perspectiva, a análise deve ser estruturada de modo a testar a manifestação empírica (ou teórica, a depender do tipo de *process-tracing*) de cada parte do mecanismo buscando traçar a relação entre os mecanismos, estejam elas sistemática ou não sistematicamente presentes (Pedersen e Beach 2013). Os mecanismos não sistemáticos possibilitam capturar escolhas de atores ou contingências próprias do caso estudado e que podem ser importantes para explicar os resultados.

Os testes de hipótese foram originalmente elaborados por Van Evera (1997) e são baseados na certeza e na frequência da evidência que a teoria deduz. Uma formulação posterior destes testes, por Bennett (2010), afirmou que as inferências dependem de testar as condições necessárias e/ou suficientes para a relação entre o mecanismo e o resultado¹⁰ – o que nos parece mais didático. Este critério classificatório tornou-se o padrão utilizado para explicar estes testes desde então, podendo ser de quatro tipos: *hoop test*, *smoking-gun test*, *doubly-decisive test* e *straw-in-the-wind test*¹¹.

10 Uma condição necessária é aquela que tem que estar presente para um resultado ocorrer, ou seja, sem ela não há o resultado, mas ela não produz tal resultado quando isolada. Uma condição suficiente é aquela que, quando presente, gerará o resultado (Pedersen e Beach 2013; Kay e Baker 2015).

11 Os nomes originais em inglês foram mantidos para facilitar a compreensão através do uso de termos precisos, tal como são expressos na literatura original que os produziu. Traduzi-los poderia acarretar em importantes falhas interpretativas.

Hoop Test

Um *hoop test* é um “teste de argola”, em que a hipótese deve passar por uma argola hipotética para permanecer sob consideração. Caso falhe, não avança e é eliminada. Como analogia, cabe pensar em um concurso canino, no qual a regra é o cão passar por um circuito composto por várias argolas: somente se passar por dentro de todas elas receberá o prêmio. Passar por uma única argola é uma condição necessária para que o cão vença, contudo não é suficiente, pois ele deve concluir todo o percurso com sucesso. Em outras palavras, é um teste de necessidade: passar nele comprova que a evidência é necessária, porém não é suficiente para conceder validade à hipótese (Bennett 2008; Collier 2011). A principal consequência da falha num *hoop test* é gerar confiança no pesquisador de que aquela hipótese deve ser descartada para explicar a causa ou o resultado. Por outro lado, passar no teste gera alguma evidência positiva em favor da hipótese, e isso dependerá da dificuldade do teste, que está relacionada à frequência com que a condição (CPO) está presente (Mahoney 2012).

Mahoney (2012) considera ser necessário observar dois pontos básicos: (1) Se o caso analisado possui todas as condições reconhecidamente necessárias para a causa ou resultado. Estas condições são, em verdade, as observações de processos causais (CPO) que devem estar presentes para a causa ou resultado ocorrer; (2) No sentido de inferir a existência de uma causa ou resultado, o pesquisador também pode buscar rastros auxiliares deixados por estas causas, na possibilidade de terem ocorrido de fato.

Smoking Gun Test

Um teste de *smoking gun* é um teste forte de suficiência, que provê um critério suficiente, porém não necessário, para a corroboração de uma hipótese. O exemplo de Van Evera (1997) é útil como ilustração: caso um suspeito seja encontrado, momentos após um assassinato, com uma arma ainda fumegando em mãos, isso é uma prova suficiente para demonstrar sua culpabilidade no crime. Contudo, não é necessário portar uma arma fumegante para ser culpado.

Passar em um teste de *smoking gun* é uma prova bastante contundente de que a hipótese seja válida, inclusive derrubando de maneira igualmente forte as hipóteses rivais sobre a mesma causa ou resultado. Falhar num teste deste tipo não elimina a hipótese, porém a enfraquece. A alavancagem inferencial obtida após um teste de *smoking gun* falho, contudo, depende da dificuldade do teste – quanto mais difícil de passar no teste, maior será o ganho para a inferência causal. Esta dificuldade, por sua vez, depende de quão comuns ou compartilhados são os atributos gerais das observações de processos causais (CPO) utilizadas nos testes (Mahoney 2012).

Doubly Decisive Test

Um teste *doubly decisive*, ou duplamente decisivo, implica em considerar a hipótese sob os critérios “necessário” e “suficiente”. Passar em um teste *doubly decisive* confirma fortemente uma hipótese e elimina, automaticamente, todas as demais alternativas – uma vez que aquela observação de processo causal (CPO) possui as condições necessária e suficiente para prover suporte à explicação, não há sentido em considerar nenhuma outra hipótese.

Este seria o teste definitivo para desvendar a validade de uma hipótese e, sem dúvida, é o que promove a maior alavancagem inferencial causal. Contudo, testes desta natureza são extremamente raros nas ciências sociais (Collier 2011; Van Evera 1997). Um artifício utilizado para atingir o mesmo objetivo analítico dos *doubly decisive* é a combinação dos testes anteriores (*hoop* e *smoking gun*) em hipóteses rivais – se a hipótese passa em um teste *smoking gun*, por exemplo, e todas as suas alternativas falham num teste *hoop*, isto gera a mesma alavancagem inferencial de realizar um único teste *doubly decisive* (Bennett 2010).

Straw In The Wind Test

Os testes de hipóteses anteriores se baseavam em critérios ideais de necessidade e suficiência, que podem não ser atingidos na realidade. De fato, a grande maioria das generalizações nas ciências sociais têm natureza probabilística e o *straw in the wind* é utilizado quando não se consegue estabelecer nenhum desses critérios para a observação de processo causal (CPO) específica sob análise (Mahoney 2012). O acúmulo de vários testes desta natureza tem o potencial de apontar na direção correta da cadeia causal, sendo positiva e esperada a sua aplicação, em especial, nos primeiros estágios de uma análise de *process-tracing*. Vale a pena ressaltar que o teste, em si mesmo, também só consegue conceder ao pesquisador uma noção sobre o rumo da validade da hipótese testada.

O teste *straw in the wind* é o mais fraco dentre os quatro testes de hipótese, pois não concede um critério necessário e nem suficiente para sustentar a hipótese testada. Sua melhor aplicação é no enfraquecimento de hipóteses rivais e o suporte à alavancagem inferencial está em atribuir algum valor aprobativo à hipótese. É importante na análise com *process-tracing*, mesmo sendo fraco, pois é o mais recorrente, e muito utilizado em casos onde a teoria é pouco elucidativa, como forma de prover o suporte necessário para que o pesquisador avance na análise.

O quadro a seguir sistematiza os testes de hipótese para inferência causal em *process-tracing* e seu potencial para afirmar inferência causal.

Esses testes guiam o pesquisador e tornam possível a produção de estudos nos quais a inferência causal pode ser obtida com uma margem muito maior de segurança. Na prática, contudo, nem sempre é possível conduzir testes tão robustos como o *doubly decisive*, pois há uma ameaça constante e real de evidências espúrias

ou outras espécies de erros advindos da complexidade de cada tipo de análise (Kay e Baker 2015), especialmente em *process-tracing*, onde o componente da explicação histórica é tão importante. O artifício de empilhar testes mais fracos para elevar o patamar analítico é desejável, mas às vezes não é possível fazer uma análise comparada de hipóteses em estudos de caso muito específicos. Ao analisar um argumento histórico, pode ser que só seja possível compreendê-lo causalmente por inteiro, por meio de contextualização que articule outros argumentos ou processos causais. Para tanto, dois outros conceitos são de fundamental importância.

Quadro - Síntese dos testes de hipótese para inferência causal em *process-tracing*

		SUFICIENTE PARA AFIRMAR INFERÊNCIA CAUSAL?	
		NÃO	SIM
NECESSÁRIO PARA AFIRMAR INFERÊNCIA CAUSAL?	NÃO	<i>1. Straw-in-the-Wind</i>	<i>3. Smoking-Gun</i>
		PASSAR: Afirma a relevância da hipótese, porém não a confirma.	PASSAR: Confirma a hipótese.
		NÃO PASSAR: A hipótese não é eliminada, mas é levemente enfraquecida.	NÃO PASSAR: A hipótese não é eliminada, mas é enfraquecida de alguma forma.
		<u>Implicações para Hipóteses Rivais:</u> PASSAR - levemente as enfraquece. / NÃO PASSAR - levemente as fortalece.	<u>Implicações para Hipóteses Rivais:</u> PASSAR - substancialmente as enfraquece. / NÃO PASSAR - fortalece um pouco.
		<i>2. Hoop</i>	<i>4. Doubly Decisive</i>
	SIM	PASSAR: Afirma a relevância da hipótese, porém não a confirma.	PASSAR: Confirma a hipótese e elimina as outras.
		NÃO PASSAR: Elimina a hipótese.	NÃO PASSAR: Elimina a hipótese.
		<u>Implicações para Hipóteses Rivais:</u> PASSAR - levemente as enfraquece. / NÃO PASSAR - levemente as fortalece.	<u>Implicações para Hipóteses Rivais:</u> PASSAR - elimina. / NÃO PASSAR - substancialmente as fortalece.

Fonte: Reprodução de tabela que consta em Collier (2011: 825).

Além das causas necessárias e suficientes (ou ambas) o pesquisador pode se deparar com configurações especiais de causalidade que são, essencialmente, compostas em duas etapas. É necessário que esta maior complexidade na causalidade

seja levada em consideração, especialmente nas pesquisas *case-oriented*¹². Isto acontece porque, muitas vezes, uma causa não está diretamente ligada a um resultado específico, nem por necessidade, nem por suficiência. Contudo, ela pode estar conectada a uma condição intermediária que, por sua vez, liga-se ao resultado final por qualquer uma dessas condições. No desdobramento em que a causa é parte **Insuficiente e Necessária** de uma condição que, por sua vez, é não-necessária (do inglês *Unnecessary*) e **Suficiente** para o resultado, temos uma composição causal do tipo **INUS** (Mahoney 2008 : 418; Mahoney *et al.* 2009: 125). Porém, quando uma causa é parte **Suficiente**, mas não-necessária (do inglês *Unnecessary*) de uma condição que é, por sua vez, **Insuficiente e Necessária** para um resultado específico, temos a relação de causalidade do tipo **SUIN** (Mahoney 2008: 418; Mahoney *et al.* 2009: 126). Observe que as duas letras iniciais destas relações de causalidade estão sempre ligadas às condições de necessidade e suficiência atreladas à **causa** que se analisa; assim como as duas últimas letras destes acrônimos estão diretamente ligadas às **condições** intermediárias que levam ao resultado e são compostas pelas primeiras.

Mas por que o pesquisador que objetiva trabalhar com *process-tracing* deve estar atento a estas duas condições de causalidade complexas? Exatamente por elas representarem uma dificuldade maior no estabelecimento direto da relação causal quando do encadeamento de processos causais. Ou seja, às vezes uma causa pode não ser de imediato nem necessária, nem suficiente, nem ambas. Porém, pode, por um arranjo, compor uma condição intermediária que, por sua vez, se conecta ao resultado e isto é mais difícil de rastrear. Os tipos INUS e SUIN de causalidade podem ser submetidos aos mesmos testes demonstrados acima, uma vez que são apenas uma composição dos elementos de necessidade e suficiência em duas etapas. Com os cinco tipos de causalidade¹³ mapeados corretamente, é possível caminhar para uma análise destas relações causais e, finalmente, a um encadeamento dos processos causais com a aplicação do método sequenciado de elaboração¹⁴ que está no centro do *process tracing*.

Ainda que se proceda a todos os cuidados para que o método seja eficaz, alcançando os objetivos propostos pelos pesquisadores que o utilizam, algumas críticas a ele dirigidas merecem ser destacadas. Uma primeira diz respeito à

¹² "Case-oriented researchers seek to identify the causes of particular outcomes in specific cases. They may find causal patterns that apply broadly, but their primary concern is with causation in the specific cases under analysis" (Mahoney 2008: 413).

¹³ I. Necessárias; II. Suficientes; III. Necessárias e Suficientes; IV. INUS; V. SUIN.

¹⁴ O método sequenciado de elaboração foi desenvolvido por Mahoney *et al.* (2009: 128-133) para operacionalizar a parte de Sequência que descrevemos brevemente no item 1.1.c.

própria definição de mecanismo causal, que não pressupõe serem eles observáveis diretamente. Parte-se aqui da ideia de que seria necessário verificar o mecanismo trabalhando, como engrenagem de uma máquina, para se afirmar seu papel na cadeia causal. No entanto, como lembram Bennett e Checkel (2015), há meios de fazer inferências sobre causalidade que não demandam, necessariamente, a observação direta, podendo-se utilizar instrumentos de observação que possibilitam alcançar um maior grau de confiança. São as hipóteses sobre tais mecanismos é que gerarão implicações observáveis e testáveis. No entanto, sempre haverá a possibilidade de algum aspecto escapar à observação.

Outra crítica ao método é quanto à sua capacidade de construir explicações que sejam detalhadas no tempo, considerando-se incrementos temporais ou mesmo causas temporalmente distantes, o que levaria o pesquisador a regressar infinitamente no tempo, em busca de pequenos incrementos e de níveis mais detalhados para sua análise. A esses argumentos, pode-se responder que, como todo método, *process-tracing* não é infalível, produzindo explicações incompletas e provisionais, mas que devem ser suficientemente convincentes e defensíveis. Caberá ao pesquisador identificar e definir onde começar e terminar a construção e o teste das explicações (Bennett e Checkel 2015).

Há, ainda, críticas quanto ao aspecto interpretativista e construtivista relacionado ao método em detrimento de explicações geradas a partir da perspectiva positivista. À elas, Bennett e Checkel (2015) respondem com uma problematização a respeito do próprio campo, pois consideram que há, possivelmente, a distinção entre três possibilidades de construtivismo na compreensão da vida social: a convencional, a interpretativa e a pós-moderna. A primeira aspira a explicações causais e considera que há padrões para a interpretação da vida social superiores a outros. A segunda considera que agentes e estruturas são mutuamente constitutivos – um agente contesta estruturas e estruturas determinam cursos de ação do agente – e que causas e consequências também se constituem mutuamente. A terceira sustenta que a linguagem – a mais central das estruturas sociais – é inerentemente ambígua e sujeita a interpretações, o que não impossibilita que sejam desenvolvidos padrões de evidência.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou apresentar, de modo breve, os fundamentos do método *process-tracing* e descrever, em linhas gerais, o desenho de pesquisa que dele se utiliza, colocando como ponto central a importância da produção de inferências válidas nesta espécie de desenho.

Evidencia-se que o método é valioso tanto para desenvolver teorias, quanto para testá-las. Por sua vez, há fenômenos complexos, multicausais, cuja análise e explicação requerem uma abordagem qualitativa que possibilite a combinação de aspectos institucionais, contextuais, sociais, dentre outros. Dado que o resultado é observável, o estudioso busca as causas que explicam esse resultado e elas podem ser variadas.

Questões como: Por que determinada ação governamental foi eficaz num dado governo? Como uma política pública adquiriu os contornos que lhe caracterizam? Por que um movimento social adquiriu força e relevância? Por que um tema passou a ser prioritário na agenda pública? Como foi construída a opinião pública sobre determinado assunto? Por que alguns grupos utilizam da violência como meio de ação social? Quais fatores microeconômicos contribuíram para gerar um fenômeno macroeconômico? Como essas, muitas outras questões, similares em sua complexidade, têm no *process-tracing* um aporte interessante para a busca de explicações.

Como método qualitativo aplicável a estudo de um caso específico, *process-tracing* não produz generalizações. O uso do método pode contribuir para testar e refinar hipóteses sobre mecanismos causais, podendo ser úteis para a revisão de teorias, mas não se produzem explicações que possam ser transferidas para outros casos, mesmo aqueles considerados similares. *Process-tracing*, quando bem desenvolvido, pode promover insights valiosos sobre um caso único, bem como, com a mesma capacidade inferencial, testar a teoria neste caso. Para que possa ser bem utilizado, o conhecimento específico anterior se mostra fundamental neste tipo de desenho, especialmente porque não se baseia numa lógica frequentista, mas na lógica bayesiana.

Por fim, ainda que reconheçamos a importância desse tipo de desenho para a pesquisa qualitativa, é necessário afirmar que ela é relativa, pois o método é uma ferramenta e não um fim em si mesmo quando se trata de produzir explicações sobre fenômenos sociais. Outros métodos e técnicas são igualmente importantes, quando se tem pretensões diferentes daquelas que o *process-tracing* possibilita. No entanto, por ter um forte potencial de capturar mecanismos causais em ação, contribui efetivamente para construir e testar hipóteses que podem auxiliar a formular, fortalecer e/ou refutar teorias. Nesse sentido, em muito contribui para a produção de conhecimento científico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENNETT, Andrew. 2008. Process-tracing: A Bayesian Perspective. In: *The Oxford Handbook of Political Methodology*. New York, NY. Oxford University Press.
- _____. 2010. Process-tracing and Causal Inference. In: *Rethinking Social Inquiry*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers Inc., p. 207-219.
- BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. 2015. (Ed.) *Process-tracing: from metaphor to analytic tool*. Cambridge. Cambridge University Press. (Strategies for Social Inquiry).
- COLLIER, David; BRADY, Henry E.; SEAWRIGHT, Jason. 2010. Sources of Leverage in Causal Inference: Toward and Alternative View of Methodology. In: *Rethinking Social Inquiry*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers Inc., p. 180-199.
- COLLIER, David. 2011. Understanding Process-tracing. *PS: Political Science and Politics*. Vol. 44, N. 4, p. 823-830.
- DOYLE, Arthur Conan. 1960. The Sign of the Four. In: *The Complete Sherlock Holmes*. Vol. 1 e 2. New York. Doubleday.
- KAY, Adrian; BAKER, Philip. 2015. What Can Causal Process-tracing Offer to Policy Studies? A Review of the Literature. *The Policy Studies Journal*. Vol. 43, N. 1, p. 1-21.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. 1994. *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton, NJ. Princeton University Press.
- MAHONEY, James; KIMBALL, Erin; KOIVU, Kendra L. 2009. The Logic of Historical Explanation in the Social Sciences. *Comparative Political Studies*. Vol. 42, N. 1, p. 114-146.
- MAHONEY, James. 2008. Toward a Unified Theory of Causality. *Comparative Political Studies*. Vol. 41, N. 4/5, p. 412-436.
- MAHONEY, James. 2010. After KKV: The New Methodology of Qualitative Research. *World Politics*. Vol. 62, p. 120-147.
- _____. 2012. The Logic of Process-tracing Tests in the Social Sciences. *Sociological Methods & Research*. Vol. 41, p. 570-597.
- PEDERSEN, Rasmus Brun; BEACH, Dereck. 2013. *Process-Tracing Methods: foundations and guidelines*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- REZENDE, Flávio. 2015. *Modelos de Causação e o Pluralismo Inferencial na Ciência Política*. Manuscrito não publicado.
- RUESCHMEYER, Dietrich. 2003. Can One or Few Cases Yield Theoretical Gains? In: *Comparative Historical Analysis in The Social Sciences*. New York, NY. Cambridge University Press.

- SHAMI, Mahvish. 2012. Collective Action, Clientelism, and Connectivity. *American Political Science Review*. Vol. 106. No. 3. p. 586-606. Agosto.
- VAN EVERA, Stephen. 1997. *Guide to Methods for Political Science Students*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- WALDNER, David. 2012. Process tracing and causal mechanisms. In: KINCAID, Harold. *The Oxford Handbook of Philosophy of Social Science*. Oxford. Oxford University Press.

HAPPY TOGETHER: COMO UTILIZAR ANÁLISE FATORIAL E ANÁLISE DE CLUSTER PARA MENSURAR A QUALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

DALSON BRITTO FIGUEIREDO FILHO
JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA JÚNIOR
RANULFO PARANHOS DOS SANTOS FILHO
ENIVALDO CARVALHO DA ROCHA
WILLBER DA SILVA NASCIMENTO
MARIANA BATISTA DA SILVA
LUCAS EMANUEL DE OLIVEIRA SILVA

RESUMO

Esse artigo demonstra como a análise fatorial e a análise de *cluster* podem ser combinadas para analisar a qualidade de políticas públicas. O desenho de pesquisa replica dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Primeiramente, utilizamos análise fatorial para estimar um índice de qualidade de políticas públicas a partir de seis variáveis: (1) estabilidade, (2) adaptabilidade; (3) coordenação e coerência; (4) qualidade de implementação; (5) orientação pública e (6) eficiência. Depois disso empregamos análise de *cluster* para classificar os países de acordo com esse indicador. Com esse artigo esperamos difundir a utilização dessas técnicas na pesquisa empírica em Ciência Política.

PALAVRAS - CHAVE

Análise fatorial; análise de *cluster*; políticas públicas.

HAPPY TOGETHER: USING FACTOR ANALYSIS AND CLUSTER ANALYSIS TO MEASURE THE QUALITY OF PUBLIC POLICIES

ABSTRACT

This paper demonstrates how factor analysis and cluster analysis can be combined to examine public policy quality. The research design replicates data from Inter American Development Bank. First, we use factor analysis to estimate a public policy quality index based on six variables: (1) stability, (2) adaptability; (3) coordination and coherence; (4) quality of implementation; (5) public regardness and (6) efficiency. After, we apply cluster analysis to classify countries according to this index. With this paper we hope to diffuse the application of these techniques in Political Science empirical research.

KEYWORDS

Factor analysis; cluster analysis; public policies.

SOBRE OS AUTORES

DALSON BRITTO FIGUEIREDO FILHO

Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (DCP/UFPE), Doutor e Mestre em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (DCP/UFPE).

Contato: dalsonbritto@yahoo.com.br.

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA JÚNIOR

Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Doutor e Mestre em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (DCP/UFPE).

Contato: jasjunior2007@yahoo.com.br.

RANULFO PARANHOS DOS SANTOS FILHO

Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Doutor e Mestre em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (DCP/UFPE).

Contato: ranulfoparanhos@me.com.

ENIVALDO CARVALHO DA ROCHA

Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (DCP/UFPE), Pós-doutorando do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP/UFMG) e Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestre em Estatística pela Universidade de São Paulo (USP).

Contato: enivaldocrocha@gmail.com.

WILLBER DA SILVA NASCIMENTO

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Mestre e Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Contato: nascimentowillber@gmail.com.

MARIANA BATISTA DA SILVA

Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (DCP/UFPE), Doutor e Mestre em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (DCP/UFPE).

Contato: mariana.bsilva@gmail.com.

LUCAS EMANUEL DE OLIVEIRA SILVA

Graduando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Membro do Grupo de Métodos de Pesquisa em Ciência Política, (Departamento de Ciência Política da UFPE) e monitor das disciplinas de Métodos Quantitativos e do curso de extensão “SPSS para Cientistas Sociais”. Realiza estudos nas áreas de corrupção, legislativo, replicabilidade e metodologia. Bolsista de iniciação científica do CNPq.

Contato: lukasmanoel@gmail.com.

SUBMETIDO EM

Agosto de 2015.

APROVADO EM

Novembro de 2015.

“Sword of Omens, give me Sight Beyond Sight!”

Lion-O

“Poor people tend to live in clusters”

Eric Cartman

1 - INTRODUÇÃO

A análise da qualidade das políticas públicas é um elemento central na avaliação das ações governamentais. No entanto, a criação de indicadores válidos e confiáveis é um dos principais desafios enfrentados por acadêmicos e gestores públicos. Por um lado, muitas organizações não possuem tecnologias para a coleta sistemática de informações. Por outro, é comum identificar *déficit* de capital humano treinado para estimar indicadores. Em conjunto, esses problemas dificultam a avaliação e o aperfeiçoamento das políticas públicas implementadas por governos.

Spiller *et al.* (2008) elaboraram um dos modelos mais difundidos para a mensuração objetiva da qualidade das políticas. O foco está em características do desenho institucional que teoricamente elevam a qualidade das políticas, independente do seu conteúdo. São elas: (1) estabilidade, (2) adaptabilidade; (3) coordenação e coerência; (4) qualidade de implementação; (5) orientação pública e (6) eficiência. A estabilidade é a capacidade de manter as políticas decididas ou de reforçar os acordos firmados. Adaptabilidade é a capacidade de tomar decisões e resolver problemas. Coordenação e coerência é a capacidade do governo de não “balcanizar” as políticas públicas ou de degenerar o governo em vários “subgovernos” com padrões e clientelas. A qualidade da implementação é a capacidade de traduzir as políticas decididas em ações concretas. A orientação pública é a capacidade dos atores de implementar decisões que beneficiem a população de forma ampla. Por último, a eficiência diz respeito a maximização do retorno dos gastos públicos em termos de resultados, ou seja, fazer mais com menos (Spiller *et al.* 2008).

Como analisar a qualidade das políticas públicas? O principal objetivo deste artigo é demonstrar como as técnicas de análise fatorial e de análise de *cluster* podem ser combinadas para a mensurar a qualidade das políticas implementadas. O foco está na compreensão intuitiva das técnicas e a nossa motivação advém da ausência de literatura pedagógica voltada para a análise de políticas públicas (Kubrusly 2001). Por um lado, a análise fatorial pode ser utilizada para reduzir uma grande quantidade de variáveis observadas em um número menores de fatores/dimensões. Dessa forma, é uma técnica ideal para trabalhar com variáveis altamente correlacionadas. É possível, por exemplo, utilizar a redução de dados para criar indicadores e/ou superar problemas de multicolonariedade em modelos de regressão. Por outro, a análise de conglomerados pode ser utilizada

para classificar casos semelhantes em diferentes grupos. Portanto, é uma técnica bastante adequada para trabalhar com a segmentação de grupos e identificação de padrões. Por exemplo, via análise de *cluster*, pode-se observar que o efeito da variável independente sobre a variável dependente é diferente para os diferentes conglomerados. Por fim, quando consideradas em conjunto, o pesquisador pode empregar a análise fatorial para criar um índice e a análise de conglomerados para classificar os casos de acordo com o indicador síntese. Nesse artigo, ilustramos detalhadamente como esse procedimento pode ser implementado a partir de um exemplo na área de políticas públicas.

Metodologicamente, o desenho de pesquisa replica dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID 2013) que operacionaliza as seis dimensões já apresentadas e demonstra como utilizar conjuntamente a análise fatorial e a análise de *cluster* para mensurar a qualidade das políticas públicas. Primeiramente, empregamos a análise fatorial para estimar um índice de qualidade de políticas. Segundo, utilizamos a análise de *cluster* para classificar os países de acordo com esse indicador. Todas as rotinas computacionais foram reportadas com o objetivo de aumentar a transparência e garantir a replicabilidade dos resultados (King 1995; Janz 2015).

O artigo está assim dividido. A próxima seção introduz as técnicas de análise fatorial e de análise de *cluster*. A segunda parte descreve a metodologia. Em seguida apresentamos os resultados. A última seção sintetiza as conclusões.

2 - ANÁLISE FATORIAL E ANÁLISE DE *CLUSTER*

Essa seção apresenta as principais características da análise fatorial e da análise de *cluster* com os objetivos de descrever os fundamentos e lógica de cada técnica e explicar a sua utilização em um desenho de pesquisa de forma isolada ou conjunta¹.

¹ As técnicas de análise fatorial e análise de *cluster* não são técnicas inferenciais. Quando utilizamos análise fatorial estamos interessados em reduzir uma quantidade grande de variáveis em menos fatores e na análise de *cluster* agrupamos os casos baseados em sua semelhança. Nestas técnicas o pesquisador não deve inferir para população os resultados da amostra utilizada. O objetivo é muito mais descritivo e classificatório do que propriamente inferencial (ver Hair *et al.* 2009).

2.1 - O QUE É E PARA QUE SERVE A ANÁLISE FATORIAL?²

As diferentes modalidades de análise fatorial têm um objetivo comum: reduzir a dimensionalidade dos dados (Costelo e Osborne 2005). Ou seja, reduzir uma grande quantidade de variáveis a um número menor de fatores/componentes (Tabachnick e Fidell 2007). Os fatores/componentes são combinações lineares das variáveis observadas que explicam/representam a variação das variáveis originais (Hair *et al.* 2009). Dessa forma, a análise fatorial é particularmente adequada tanto como técnica de redução de dados (Kubrusly 2001) quanto como ferramenta para mensurar fenômenos não diretamente observáveis (Carmines e Zeller 1980). Para os nossos propósitos, iremos mensurar a qualidade das políticas públicas a partir dos seguintes indicadores:

- V₁. Estabilidade
- V₂. Adaptabilidade
- V₃. Coordenação e Coerência
- V₄. Qualidade da Implementação
- V₅. Orientação Pública
- V₆. Eficiência

Quanto maior o valor em cada variável, maior é a qualidade. Um país com *score* máximo em todas as características possui qualidade superior de suas políticas públicas do que um país com *score* baixo em todas as características. A análise fatorial pode ser utilizada para estimar um fator/componente de qualidade das políticas públicas que não é diretamente observável, mas que representa/explica a variação das variáveis originais³.

A análise fatorial também pode ser utilizada para construir índices. Por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é calculado a partir da agregação de três indicadores observados: educação, longevidade e renda. A metodologia adotada pelo IDH estabelece que cada variável influenciará igualmente a composição do indicador, ou seja, todas as variáveis têm o mesmo peso. No entanto, com a análise fatorial os pesquisadores não precisam estabelecer de forma *a priori*

² Essa seção se baseia em Figueiredo Filho e Silva Junior (2010) e Figueiredo Filho *et al.* (2013). Para uma introdução à lógica intuitiva da análise fatorial ver Hair *et al.* (2009). Para trabalhos clássicos ver Rummel (1967; 1970), Cooper (1983) e Bartholomew (1984). Para textos introdutórios ver Kim e Mueller (1978) e Zeller e Carmines (1980).

³ Outros exemplos podem ser observados em Lijphart (1999) que utiliza análise fatorial para reduzir dez variáveis observadas dos sistemas políticos a duas dimensões latentes: (1) Executivo-Partidos e (2) Federal-Unitária. Coppedge, Alvarez e Maldonado (2008) utilizam análise fatorial para reduzir diferentes indicadores de democracia às dimensões da *poliarquia* de Dahl (1971): contestação e inclusividade.

ou arbitrária os pesos das variáveis, sejam pesos iguais ou diferentes de acordo com alguma expectativa teórica. Nesses casos, a análise fatorial é ideal já que é possível estabelecer os pesos a partir da contribuição relativa de cada variável para a estimação do índice. Dessa forma, tem-se o indicador mais objetivo e com menos erro de mensuração. Operacionalmente, a análise fatorial deve respeitar alguns pressupostos conceituais e estatísticos. O Quadro 1 sumariza essas informações e descreve os estágios que devem ser seguidos para a correta aplicação dessa técnica.

Quadro 1 - Planejamento da análise fatorial em três estágios

Procedimento	O que deve ser observado
Verificar a adequabilidade da base de dados ⁴	Nível de mensuração das variáveis, tamanho da amostra e padrão de correlação entre as variáveis
Determinar a técnica de extração e o número de fatores a serem extraídos	O tipo de extração (<i>principal components, principal factors, image ing, maximum likelihood factoring, alpha factoring, unweight least squares, generalized least squares</i>)
Decidir o tipo de rotação dos fatores	Se for ortogonal (<i>Varimax, Quartimax, Equamax</i>), se for oblíqua (<i>direct oblimin, Promax</i>)

Fonte: elaboração dos autores.⁴

O primeiro passo é verificar a adequabilidade da base de dados. Deve-se observar o nível de mensuração das variáveis, o tamanho da amostra e a correlação entre as variáveis.

Em relação ao nível de mensuração, as variáveis devem ser preferencialmente contínuas ou discretas. No entanto, muitas vezes os pesquisadores se deparam com variáveis ordinais e nominais. Hair *et al.* (2009) argumentam que é possível incluir algumas variáveis *dummies* em um modelo de análise fatorial que conta com variáveis

⁴ Lembrete: diferente da regressão, a análise fatorial não é afetada por problemas de multicolinearidade já que a redução dos dados depende exatamente do padrão de correlação observada entre as variáveis originais. Da mesma forma, linearidade, homocedasticidade e normalidade também tendem a não ser um problema em modelos fatoriais (Hair et al. 2009).

quantitativas (discretas e/ou contínuas)⁵. Nesse caso, é normal observar que as comunalidades associadas a essas variáveis serão comparativamente mais baixas do que aquelas observadas entre as variáveis discretas e/ou contínuas. As comunalidades representam o total de variância compartilhada entre as variáveis originais e o fator/componente extraído (Cramer e Howitt 2004: 29/30). Quanto maior a comunalidade, maior é a contribuição daquela variável para a criação do índice.

No que diz respeito ao tamanho da amostra, Hair *et al.* (2009) sugerem um mínimo de 50 casos. Tabachnick e Fidell (2007) indicam 300 casos como um tamanho confiável. Schawb (2007) sugere uma razão mínima de cinco casos para cada variável. O guia elaborado pelo *Institute for Digital Research and Education* da Universidade da Califórnia sugere o mínimo de 10 casos por variável para evitar problemas computacionais⁶. Nossa recomendação é de que quanto maior a amostra, melhor. Lembrete: quanto maior o grau de correlação entre as variáveis, menos casos são necessários para conseguir uma solução aceitável. No entanto, muitas vezes os pesquisadores não dispõem de grandes bases de dados. Nesse caso sugerimos minimizar a quantidade de variáveis incluídas e reportar as variáveis que foram excluídas e a justificativa para exclusão.

Por ser uma técnica de redução de dados, é necessário que as variáveis incluídas estejam correlacionadas (independente do sentido). A literatura sugere que a matriz de correlação deve exibir a maior parte dos coeficientes acima de 0,3 (Schawb 2007). Como o objetivo é identificar dimensões latentes, se não há correlação entre as variáveis, não será produtivo construir um indicador conjunto. Sugestão: quanto maior o nível de correlação linear entre as variáveis, tanto melhor. Contudo, não pode existir perfeita multicolineariedade ($r=1$) entre as variáveis já que isso dificulta a identificação da contribuição individual de cada variável para a solução final do modelo.

O próximo passo é selecionar a técnica de extração e determinar o número de fatores/componentes que serão extraídos. Existem diversos métodos de extração (ver quadro 1), sendo o método de componentes principais o mais utilizado uma vez que além de utilizar toda a variância entre as variáveis, é mais adequado quando se quer obter um resumo dos dados. Para Costelo e Osborne (2005), a literatura

5 A literatura sugere que as técnicas de redução de dados funcionam satisfatoriamente com variáveis ordinais e que os pesquisadores devem evitar a utilização de variáveis nominais (Tabachnick e Fidel 2007; Hair *et al.* 2009). Caso todas as variáveis sejam qualitativas (ordinais e/ou nominais) é possível utilizar a análise de correspondência (Greenacre 2007). Outra opção é utilizar a técnica de análise de classes latentes (*Latent Class Analysis - LCA*). Para os interessados em aprofundar os conhecimentos nessa técnica ver <<http://methodology.psu.edu/ra/lca>>. Em termos computacionais, é possível utilizar o *software Latent Gold*, ver <<http://statistica-innovations.com/products/latentgold.html>>.

6 Ver <<http://www.ats.ucla.edu/stat/spss/output/factor1.html>> .

sobre métodos de extração é relativamente escassa⁷. Fabrigar *et al.* (1999) sugerem que o método da máxima verossimilhança é mais adequado quando os dados são normalmente distribuídos. Em caso de violação desse pressuposto, deve-se optar pelos diferentes métodos de *principal factors*.

A análise fatorial (AF) produz fatores, enquanto a análise de componentes principais (ACP) gera componentes⁸. A ACP utiliza toda a variância observada (única e compartilhada) enquanto que a AF utiliza apenas a comum. Para Tabachnick e Fidell (2007),

“se você estiver interessado numa solução teórica não contaminada por variabilidade de erro, a análise fatorial deve ser sua escolha. Se você quiser simplesmente um resumo empírico do conjunto de dados, a análise de componentes principais é uma escolha melhor” (Tabachnick e Fidell 2007: 608).

Em síntese, na análise fatorial, o pesquisador acredita que algum fator latente exerce um efeito causal sobre as variáveis observadas. Por isso, elas são correlacionadas. As variáveis são causadas pelo fator não diretamente observável. A análise de componentes é uma ferramenta de redução de dados, sem necessariamente uma motivação teórica bem definida. Os componentes representam de forma parcimoniosa a variância observada nas variáveis originais. Quando a magnitude da correlação entre as variáveis é alta, o número de fatores/componentes a ser extraído for o mesmo e as comunalidades forem similares, os resultados são bastante semelhantes, independente do método de extração (Tabachnick e Fidell 2007; Hair *et al.* 2009).

A determinação do número de fatores/componentes a serem extraídos é um dos principais problemas da análise fatorial (Preacher *et al.* 2007). Em geral, a determinação do número de fatores/componentes pode seguir duas diferentes abordagens: (1) teórica/confirmatória e (2) empírica/exploratória. Na perspectiva confirmatória o pesquisador utiliza a teoria disponível para testar em que medida a solução encontrada por outros trabalhos se mantém consistente. Além disso, é possível estimar em que medida diferentes variáveis podem ser reduzidas a um conjunto menor de fatores/componentes teoricamente inteligíveis. Por outro lado, a perspectiva exploratória é guiada por critérios empíricos de ajuste⁹. Os critérios mais recorrentes são a regra de Kaiser (*eigenvalue*), a análise gráfica do *Scree plot*

7 Tabachnick e Fidell (2007) apresentam uma discussão sistemática sobre as diferentes técnicas de extração.

8 A ACP é mais adequada para fins de redução de dados já que os componentes representam combinações lineares das variáveis observadas. A AF é mais indicada para testar a validade teórica de dimensões latentes que explicam a variação das variáveis originais.

9 Ver <<http://www.theanalysisfactor.com/factor-analysis-how-many-factors/>>.

e a análise da variância acumulada.

O próximo passo é decidir o tipo de rotação. O objetivo da rotação é facilitar a interpretação da solução observada sem alterar as suas propriedades matemáticas originais (Tabachnick e Fidell 2007). Existem duas principais classes de rotação: (1) ortogonal e (2) oblíqua.

A rotação ortogonal produz fatores/componentes independentes. A matriz de autovalores (*loading matrix*) apresenta a correlação entre as variáveis observadas e os fatores/componentes extraídos. Por um lado, a rotação é mais fácil de interpretar. Por outro, é mais difícil assumir teoricamente sua razoabilidade já que pressupõe que os fatores/componentes extraídos são não correlacionados. Imagine utilizar diferentes variáveis observadas para estimar as dimensões não observáveis da Poliarquia de Dahl (1971): contestação e inclusividade (Coopedge, Alvarez e Maldonado 2008). Na rotação ortogonal deve-se assumir que a correlação entre essas duas dimensões é zero, ou seja, elas são estatisticamente independentes (ortogonais). A rotação oblíqua permite que os fatores/componentes sejam correlacionados. Dessa forma ela é teoricamente mais razoável. A desvantagem é que a sua interpretação é mais complicada. Por fim, depois de decidir o tipo de rotação, deve-se fazer a implementação computacional da técnica e interpretar substantivamente os resultados.

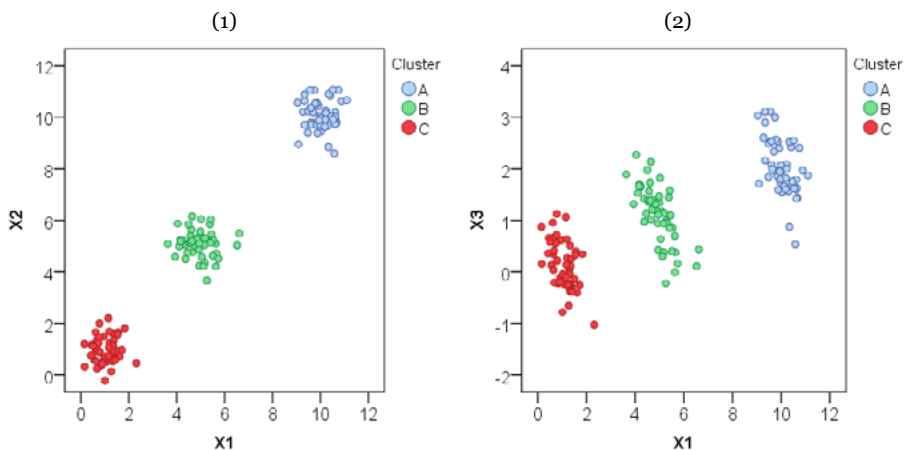
2.2 O QUE É E PARA QUE SERVE A ANÁLISE DE CLUSTER?¹⁰

A análise de *cluster*/agrupamentos/conglomerados é uma denominação genérica dada a um conjunto de diferentes técnicas que podem ser utilizadas para classificar casos em grupos (Aldenderfer e Blashfield 1984). Os casos classificados em um mesmo grupo são mais parecidos entre si e, naturalmente, mais diferentes das observações classificadas em outros grupos (Hair *et al.* 2009). De forma geral, a análise fatorial agrupa variáveis, enquanto a análise de *cluster* agrupa casos. A figura 1 exemplifica a importância de considerar a estrutura conglomerada dos dados antes de fazer inferências sobre a relação entre variáveis.

A figura ilustra a separação dos dados em três grupos (A, B e C) a partir de duas variáveis. Ao se considerar a figura da esquerda, observa-se uma correlação de 0,980 (p -valor < 0,001; $n = 150$), considerando todos os casos juntos. No entanto,

¹⁰ Neste trabalho utilizamos os termos “*cluster*”, “conglomerado” e “agrupamento” como equivalentes. Essa seção se baseia em Figueiredo Filho, Silva Junior e Rocha (2011) e Figueiredo Filho *et al.* (2014). Para trabalhos clássicos utilizando a análise de *cluster* ver Zubin (1938), Tryon (1939) e Driver e Kroeber (1932). Para uma revisão da literatura ver Bailey (1975). Para uma introdução ver Aldenderfer e Blashfield (1984). Para uma análise de *cluster* das votações congressuais ver MacRae (1966).

Figura 1 - Exemplo de uma análise de *cluster*



Fonte: elaboração dos autores.

ao se considerar a análise desagregada por *cluster*, a correlação desaparece: A ($r = 0,019$; p -valor = $0,897$; $n = 50$), B ($r = -0,096$; p -valor = $0,509$; $n = 50$) e C ($r = 0,052$; p -valor = $0,719$; $n = 50$). Similarmente, ao se analisar a figura da direita, observa-se uma correlação positiva de $0,776$. Todavia, a análise por *cluster* revela um padrão totalmente diferente: a correlação é negativa para todos os grupos: A ($r = -0,528$; p -valor = $0,001$; $n = 50$), B ($r = -0,701$; p -valor = $0,001$; $n = 50$) e C ($r = -0,501$; p -valor = $0,001$; $n = 50$). Esses exemplos demonstram que ignorar a natureza conglomerada dos dados pode levar o pesquisador a inferências erradas¹¹. Além disso, em muitas oportunidades os pesquisadores desejam classificar casos em grupos. A análise de *cluster* é ideal na medida em que fornece uma ferramenta objetiva e replicável que pode ser utilizada na construção de tipologias teoricamente orientadas e/ou análises exploratórias mais sistemáticas.

A lógica subjacente da análise de *cluster* é semelhante à análise fatorial. A análise fatorial procura representar uma determinada quantidade de variáveis a partir de um número mais reduzido de fatores/componentes. Já a análise de conglomerados procura representar uma determinada quantidade de casos a partir de um número reduzido de grupos (*clusters*). Os casos são agrupados de acordo

11 Por exemplo, o paradoxo de Simpson surge quando o efeito observado para um determinado grupo desaparece ou até mesmo é troca de sinal quando os grupos são combinados em uma mesma análise. Em geral, ele ocorre quando o pesquisador omite a inclusão de uma variável categórica que pode afetar a relação de interesse. Ver, por exemplo, <<http://www.toomandre.com/alunos/init/simpson.pdf>> e <<http://www3.nd.edu/~bu-siforc/handouts/Other%20Articles/simpsonparadox.html>>. Para uma ilustração bastante didática sobre o paradoxo ver <<http://vudlab.com/simpsons/>>. Agradecemos ao parecerista por essa observação.

com o nível de similaridade mútua e essa semelhança é calculada em termos de alguma medida de distância. Existem diferentes formas de mensurar a distância entre diferentes pontos. Em geral, procura-se maximizar a diferença *entre* os grupos e minimizar a diferença *dentro* do grupo. O planejamento de uma análise de *cluster* deve seguir cinco estágios:

1. Seleção/identificação da amostra/população
2. Seleção das variáveis
3. Determinação da medida de similaridade e do método de aglomeração
4. Definição do número de grupos (*clusters*)
5. Validação dos resultados

Diferente de outras técnicas, a determinação do tamanho da amostra na análise de *cluster* não diz respeito à inferência estatística. Ou seja, o pesquisador não está interessado em estimar em que medida os resultados observados na amostra podem ser generalizados para a população. Contudo, a amostra deve ser grande o suficiente para que pequenos grupos existentes na população sejam representados. Dolnicar (2002) afirma que não existe uma regra geral sobre a determinação do número de casos. Sugestão: quanto mais variáveis, maior deve ser o tamanho da amostra. Uma possibilidade é utilizar uma regra similar àquela utilizada na determinação do tamanho da amostra em um modelo de regressão, para cada parâmetro estimado ter no mínimo 50 casos (Tabachnick e Fidell 2007). Lembrando que a análise de *cluster* também é sensível à presença de *outliers*, de modo que o pesquisador deve utilizar as ferramentas disponíveis para a detecção de observações atípicas e decidir como lidar com esses casos (Figueiredo Filho *et al.* 2014). Por exemplo, Hair *et al.* (2009) sugerem a inspeção do gráfico do diagrama de perfil (*profile diagram*) e a recodificação/exclusão de casos muito destoantes.

O segundo passo é selecionar as variáveis que serão utilizadas para calcular a similaridade entre os casos. Para Aldenderfer e Blashfield (1984), a seleção das variáveis é um dos procedimentos mais importantes da análise de *cluster*. Hair *et al.* (2009) sugerem que apenas variáveis teoricamente relevantes devem ser incluídas. Como a técnica sempre separa as observações em grupos, a inclusão indutiva de variáveis pode produzir resultados conceitualmente vazios que não contribuem para o acúmulo do conhecimento científico.

Depois de selecionar as variáveis, o próximo passo é definir a medida de similaridade. Existem diferentes formas de medir o nível de semelhança das observações e diferentes medidas tendem a produzir soluções distintas. O pesquisador deve observar o nível de mensuração das variáveis bem como o conhecimento específico de sua área de pesquisa. O importante é definir de forma transparente as escolhas metodológicas. Recomendação: analistas com pouca familiaridade devem optar pelas medidas mais convencionais e utilizar outras

medidas ao longo de seu processo de aprendizagem. Comparativamente, a distância euclidiana e o quadrado da distância euclidiana são medidas de similaridade usualmente empregadas (Tabachnick e Fidell 2007).

Depois de selecionar a medida, deve-se definir o método de aglomeração. Ou seja, o pesquisador deve definir como a distância será calculada e quantos grupos devem ser criados. Existem três grandes famílias de métodos aglomerativos: (1) método hierárquico; (2) *K-means* e (3) *two-step*. No método hierárquico, os *clusters* são aninhados, ou seja, não são mutuamente excludentes. É possível determinar uma amplitude de *clusters* ou definir exatamente o número de grupos. A abordagem *k-means* é especialmente apropriada para grandes amostras ($n > 1.000$) já que não calcula a matriz de distância entre todos os casos. Como medida de similaridade, a abordagem *k-means* utiliza a distância euclidiana e define o número de *clusters a priori*. O método *two-step* deve ser utilizado para trabalhar com bases de dados grandes (*big data*) já que tanto o método hierárquico quanto o *k-means* podem apresentar problemas de convergência quando a amostra é demasiadamente grande. Além disso, a abordagem *two-step* é mais informativa, incluindo um gráfico que compara a importância de cada variável na definição dos *clusters*.

O próximo passo é definir o número de grupos/*clusters* (K). É preferível que essa escolha seja teoricamente orientada. Por exemplo, se outros estudos sugerem a existência de uma estrutura $k = 3$ (três grupos/*clusters*), uma possibilidade analítica é replicar o número de grupos com o objetivo de avaliar a estabilidade da solução. Na ausência de orientação teórica, o pesquisador tem mais liberdade para adotar uma perspectiva exploratória.

Por fim, os resultados devem ser validados (Hair *et al.* 2009). Para tanto, o pesquisador pode dividir aleatoriamente a amostra original em dois grupos e comparar as soluções obtidas em cada grupo. Outro procedimento de validação é analisar a distribuição de uma variável exógena que não tenha sido utilizada no modelo inicial. Por exemplo, ao classificar países de acordo com o nível de democratização, o pesquisador pode estimar em que medida a probabilidade de entrar em conflito varia entre diferentes níveis de democratização, assumindo que quanto mais democrático, menor é a chance de conflito. As próximas seções apresentam a metodologia e a aplicação da análise fatorial e da análise de *cluster* ao estudo da qualidade de políticas públicas.

3 - METODOLOGIA

Essa seção descreve todos os procedimentos metodológicos afim de facilitar a replicabilidade dos resultados (King 1995; King 2003; Bowers 2011; Lupia 2014;

Dafoe 2014). O quadro 2 sumariza as principais características do desenho de pesquisa.

Quadro 2 - Desenho de pesquisa

População	209 países
Variáveis	(1) estabilidade, (2) adaptabilidade; (3) coordenação e coerência; (4) qualidade de implementação; (5) orientação pública e (6) eficiência.
Técnicas	Análise fatorial e análise de <i>cluster</i>
Fonte	<i>Inter American Development Bank</i> ¹²

Fonte: elaboração dos autores com base em Chuai e Scartascini (2014). ¹²

A matriz original conta com 209 observações e mais de 500 variáveis. Para os propósitos desse artigo, serão utilizados os seguintes indicadores: (1) estabilidade, (2) adaptabilidade; (3) coordenação e coerência; (4) qualidade de implementação; (5) orientação pública e (6) eficiência. O quadro 3 apresenta a forma como cada variável foi mensurada:

Quadro 3- Descrição das variáveis de qualidade das políticas públicas

Variável	Descrição	Indicadores
Estabilidade	Extensão em que as políticas são estáveis ao longo do tempo	<ul style="list-style-type: none"> - Adaptabilidade: resposta em uma escala de 1 a 10 para a pergunta "Quão inovador e flexível é o governo?" - Resposta Efetiva: resposta em uma escala de 1 a 10 sobre a habilidade do governo de responder efetivamente a problemas econômicos domésticos - Capacidade Decisória: avaliação de especialistas sobre a capacidade decisória das autoridades políticas numa escala de 1 a 4
Adaptabilidade	Extensão em que as políticas possam ser mudadas quando falham ou quando as circunstâncias mudam	<ul style="list-style-type: none"> - Índice Fraser: desvio-padrão do Índice Fraser de Liberdade Econômica - Mudanças: identifica se mudanças legais ou políticas ocorreram nos últimos 5 anos numa escala de 1 a 7 - Comprometimento: identifica se novos governos honram os contratos estabelecidos por governos anteriores numa escala de 1 a 7 - Consistência: avaliação de especialistas sobre a consistência e continuidade da ação governamental na economia numa escala de 1 a 4
Coordenação e Coerência	Grau em que as políticas são consistentes com políticas relacionadas	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação: classificação da efetividade e coordenação entre o governo central e organizações do governo local numa escala de 0 a 10 - Coordenação: classificação da coordenação e cooperação entre os ministros e no interior da administração numa escala de 1 a 4

¹² A base de dados utilizada nesse trabalho está disponível em: <http://www.iadb.org/en/research-and-data/publication-details,3169.html?pub_id=IDB-DB-112>.

Qualidade da Implementação	Grau em que as políticas são implementadas adequadamente após aprovação pelo Legislativo	<ul style="list-style-type: none"> - Salário Mínimo: avaliação por especialistas numa escala de 1 a 7 do grau de implementação do salário mínimo no país - Sonegação de Impostos: avaliação por especialistas numa escala de 1 a 7 do grau da sonegação de impostos no país - Regulação Ambiental: avaliação por especialistas numa escala de 1 a 7 do grau de implementação da regulação ambiental - Implementação: resposta na escala de 1 a 10 para a pergunta: “quão efetivo é o governo na implementação de suas políticas?” - Decisividade: classificação numa escala de 1 a 10 da habilidade do governo de formular e implementar iniciativas de políticas nacionais - Impostos: classificação da efetividade do Estado no recolhimento dos impostos numa escala de 0 a 10
Orientação Pública	Grau em que as políticas buscam o interesse público	<ul style="list-style-type: none"> - Favoritismo: resposta numa escala de 1 a 7 para a pergunta: “Em que medida os governantes mostram favoritismo para indivíduos e firmas bem-conectadas na decisão sobre políticas e contratos?” - Transferências Sociais: avaliação por especialistas se as transferências sociais vão prioritariamente mais pobres numa escala de 1 a 7 - Corrupção: percepção de corrupção numa escala de 1 a 7
Eficiência	Extensão em que as políticas refletem a alocação de recursos de modo a alcançar o maior retorno	<ul style="list-style-type: none"> - Gastos Públicos: classificação da qualidade dos gastos numa escala de 1 a 7 - Eficiência: resposta numa escala de 1 a 10 para a questão: “Em que medida o governo faz uso eficiente dos recursos humanos, financeiros e organizacionais?” - Eficiência: classificação por especialistas numa escala de 0 a 4 da efetividade do sistema político na formulação e execução das políticas.

Fonte: elaboração dos autores com base em Chuaire e Scartascini (2014).

Cada variável analisada é por si só um indicador composto de outras variáveis de modo a capturar a complexidade do tema. Todas as variáveis foram padronizadas para variar no mesmo sentido (quanto maior melhor) e no mesmo intervalo (entre 0 e 4). Quanto maior, mais desenvolvida é a capacidade. Os autores do estudo original selecionaram os indicadores para compor cada variável e construíram as seis variáveis de qualidade das políticas públicas com base na expectativa teórica anterior e considerando a correlação entre os indicadores (Chuaire e Scartascini 2014)

A análise fatorial também poderia ser utilizada para confirmar as dimensões estabelecidas a partir dessas seis variáveis. Contudo, o objetivo do presente trabalho é usar a análise fatorial para estimar um índice padronizado de qualidade de políticas públicas e a análise de *cluster* para classificar os países de acordo com esse indicador. As análises estatísticas foram realizadas a partir do *SPSS (Statistical Package of Social Science)* e todas as rotinas computacionais foram devidamente reportadas em notas de rodapé. Notar que o número de casos e o tipo das variáveis são apropriados para o uso das técnicas apresentadas a seguir.

4 - RESULTADOS

A tabela 1 mostra a matriz de correlação das variáveis descritas no quadro 3, primeiro passo substantivo para a análise fatorial. Nesse trabalho, utilizamos seis indicadores calculados a partir da ponderação de diferentes indicadores observados em vários níveis de mensuração. O efeito disso é um maior nível de variabilidade, o que torna a aplicação da técnica mais adequada. Por exemplo, ao se calcular a média de duas variáveis discretas (número de mortes e quantidade de assaltos), o resultado é uma variável contínua.

Para que a base de dados seja considerada adequada para realização da análise fatorial, a matriz de correlação deve apresentar a maior parte dos coeficientes superior a 0,3 (independente do sinal) (Hair *et al.* 2009). Quanto maior a magnitude da correlação entre as variáveis tanto melhor. Em nosso exemplo, todos os coeficientes superam o patamar mínimo de 0,3, sugerindo que o padrão de correlação entre as variáveis é consistente. O próximo passo é analisar as estatísticas de adequação da amostra. A tabela 2 sumariza essas informações.

Tabela 1 - Matriz de correlação¹³

r p-valor n	Estabilidade	Adaptabilidade	Coordenação	Implementação	Orientação Pública	Eficiência
Estabilidade	1	0,444 0,000 132	0,452 0,000 119	0,485 0,000 135	0,499 0,000 140	0,482 0,000 137
Adaptabilidade		1	0,635 0,000 130	0,776 0,000 147	0,680 0,000 147	0,703 0,000 146
Coordenação			1	0,776 0,000 130	0,772 0,000 130	0,656 0,000 129
Implementação				1	0,813 0,000 151	0,779 0,000 150
Orientação Pública					1	0,850 0,000 160
Eficiência						1

Fonte: elaboração dos autores.

¹³ Rotina: *analyze--> correlate--> bivariate.*

Tabela 2 - Adequação da amostra¹⁴

KMO	0,899
BTS (chi2)	599,975
p-valor	0,001

Fonte: elaboração dos autores.

O teste Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) é uma medida de adequação da amostra que testa se as correlações parciais entre todos os itens são pequenas. O resultado do teste varia entre 0 e 1 e quanto mais perto de 1, mais adequado. Deve-se evitar a aplicação da análise fatorial quando o KMO for inferior a 0,6. O teste de esfericidade de Bartlett's (BTS) também informa a adequabilidade dos dados. O teste identifica se a matriz de correlação é uma identidade, caso em que o modelo fatorial é inapropriado. A hipótese nula defende que as variáveis não são correlacionadas ($r = 0$). Dessa forma, um resultado estatisticamente significativo ($p\text{-valor} < 0,05$) indica que a hipótese nula deve ser rejeitada. Em nosso exemplo, o KMO foi de 0,899 com um BTS estatisticamente significativo ($p\text{-valor} < 0,001$). Ou seja, ambos indicadores sugerem que a amostra é adequada. O próximo passo é observar as comunalidades. A tabela 3 apresenta essas informações.

Tabela 3 - Comunalidades

Variável	Extração
Estabilidade	0,392
Adaptabilidade	0,750
Coordenação e coerência	0,739
Implementação	0,862
Orientação Pública (OP)	0,876
Eficiência	0,810

Fonte: elaboração dos autores

As comunalidades representam a proporção da variância explicada pelo fator/ componente extraído, ou seja, elas indicam o peso/importância de cada variável sobre a construção do índice. A variável *Estabilidade* apresentou a menor comunalidades (0,392). A literatura sugere que apenas variáveis com comunalidades acima de 0,4

¹⁴Rotina: *analyze--> dimension reduction--> factor / descriptives--> KMO and Bartlett's test of sphericity.*

devem ser mantidas na estimação do modelo final (Tabachnick e Fidell 2007). O pesquisador deve então excluir a variável uma vez que ela contribui menos para a criação do fator/componente. Contudo, se a variável for importante teoricamente e o seu desvio do limite mínimo for pequeno, o pesquisador pode optar por manter a variável, justificando e reconhecendo o seu efeito sobre a contribuição das demais variáveis.

Outro procedimento para avaliar o padrão de correlação entre as variáveis é examinar o Alfa de Cronbach¹⁵. Ele varia entre 0 e 1. Quanto maior, mais confiável. A análise de confiabilidade com todas as variáveis apresentou um Alfa de Cronbach de 0,923. Ao se excluir a variável *Estabilidade*, a variância da escala passaria para 12,830 (maior comparativamente) com um nível de correlação corrigida entre os itens de 0,528 (menor comparativamente), produzindo um novo Alfa de 0,940. A tabela 4 sumariza esses dados.

Tabela 4 - Estatística da escala¹⁶

Variável	Variância da escala se o item for excluído	Correlação corrigida	Alfa Cronbach da escala se o item for excluído
Estabilidade	12,830	0,528	0,940
Adaptabilidade	11,239	0,794	0,907
Coordenação e coerência	10,621	0,787	0,910
Implementação	11,505	0,881	0,897
Orientação Pública	10,826	0,891	0,893
Eficiência	11,750	0,840	0,902

Fonte: elaboração dos autores.

Tanto a análise das comunalidades quanto a análise de confiabilidade indicam que a variável Estabilidade contribui menos para a criação de um índice/componente/fator de qualidade de políticas públicas. Como a variável possui relevância teórica e o desvio é pequeno, optamos por manter essa variável na análise. No entanto, o pesquisador pode cogitar a exclusão e/ou comparação das soluções com e sem a variável. Independente da opção, sugerimos que todos os procedimentos sejam devidamente reportados para aumentar a transparência dos

¹⁵ Esse coeficiente mensura o grau de consistência interna, ou seja, ele mede o nível de relacionamento entre as variáveis incluídas na análise. Em geral, é utilizado para medir a confiabilidade de itens de questionário, principalmente na área da Psicologia. Tecnicamente, o coeficiente é calculado como função do número e da média da correlação entre os itens. Ver <<http://www.ats.ucla.edu/stat/spss/faq/alpha.html>>.

¹⁶ Rotina: *analyze--> scale --> reliability analysis*.

resultados.

Depois de observar a adequação da amostra, o próximo passo é decidir quantos fatores/componentes serão extraídos. Tanto a variância acumulada quanto o *scree plot*¹⁷ auxiliam o pesquisador a tomar essa decisão. Utilizamos o método de análise de componentes principais (ACP). Em nosso exemplo, o fator/componente extraído a partir do modelo com todas as variáveis carregou 73,80% da variância das variáveis originais com um autovalor 4,428. A literatura sugere que o fator/componente deve extrair, no mínimo, 60% de informação das variáveis observadas. A tabela 5 e a figura 2 sumarizam essas informações.

A regra de Kaiser sugere que apenas componentes com autovalor >1 devem ser extraídos (ver linha paralela ao eixo X no gráfico). Em relação ao *Scree plot*, deve-se observar a variação do autovalor entre os componentes extraídos. Uma queda abrupta indica que muita variância (informação) foi perdida, logo, o pesquisador deve parar a extração dos fatores/componentes. Em síntese, tanto a variância acumulada, quanto a regra de Kaiser e o exame do *Scree plot* indicam que apenas um fator/componente deve ser extraído para representar/explicar a variação das variáveis originais. A extração de um único fator para as seis variáveis indica que o conjunto dessas variáveis pode formar um índice, que chamaremos de Índice de Qualidade de Políticas Públicas (IQPP). Por fim, deve-se analisar a matriz de componentes. A tabela 6 sintetiza essas informações.

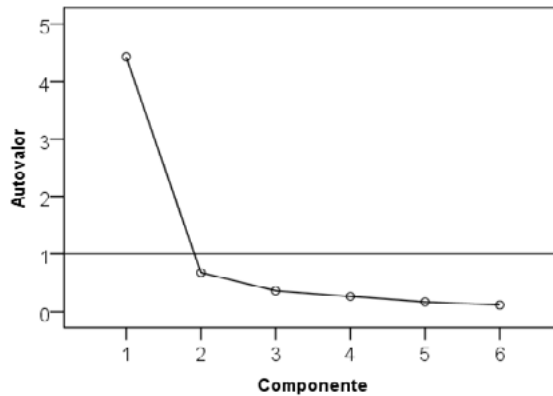
Tabela 5 - Autovalor e variância extraída

Componente	Total	Variância (%)	Acumulada (%)
1	4,428	73,800	73,800
2	0,672	11,200	
3	0,360	6,003	
4	0,262	4,375	
5	0,165	2,743	
6	0,113	1,879	

Fonte: Elaboração dos autores.

¹⁷ Rotina: *analyze--> dimension reduction--> factor / extraction--> scree plot*.

Figura 2 - Scree plot



Fonte: Elaboração dos autores.

Deve-se observar a carga fatorial de cada variável¹⁸. No caso da extração de mais de um componente/fator, o pesquisador deve observar três elementos: (1) em que medida a correlação entre as variáveis e o componente/fator é teoricamente inteligível; (2) verificar se nenhuma variável viola o pressuposto da estrutura simples, ou seja, nenhuma variável pode apresentar carga fatorial acima de 0,4 em mais de um fator/componente e (3) observar se alguma variável viola o pressuposto “do bloco do eu sozinho”, ou seja, nenhuma variável pode criar isoladamente um fator/componente. Se for o caso, deve-se eliminar as variáveis problemáticas da análise e estimar o modelo novamente (Schawb 2007). O procedimento final é salvar os valores do componente/fator associado a cada observação da base de dados¹⁹. Uma vez salvos, os valores dos fatores podem ser usados como uma nova variável para análise descritiva ou como variável dependente ou independente em outros modelos²⁰. A Figura 3 apresenta a distribuição dos países de acordo com o Índice de Qualidade de Políticas Públicas (IQPP).

18 Só faz sentido pensar em rotacionar os fatores/componentes quando a solução final do modelo extrair mais de uma dimensão. Em nosso caso, todas as estatísticas de ajuste (Kaiser, variância acumulada e gráfico de sedimentação) sugerem apenas um único fator/componente.

19 Rotina: *analyze--> dimension reduction--> factor / scores-->save as variables (regression)*

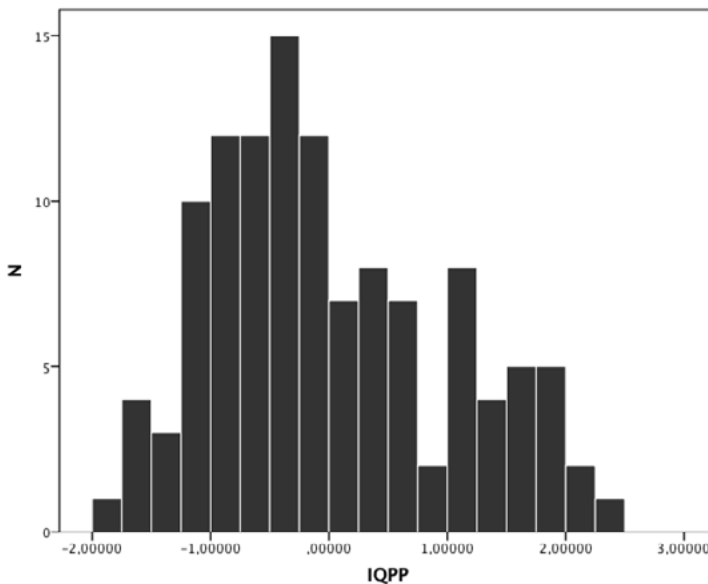
20 Uma das vantagens da redução de dados é superar o problema gerado por altos níveis de correlação entre as variáveis independentes (multicolinearidade). Isso porque, como os fatores/componentes são estimados a partir da variância compartilhada entre as variáveis originais, o pesquisador pode empregar essa técnica antes de estimar seu modelo de regressão.

Tabela 6 - Matriz de componentes

Variável	Componente 1
Estabilidade	0,626
Adaptabilidade	0,866
Coordenação e coerência	0,860
Implementação	0,928
Orientação Pública (OP)	0,936
Eficiência	0,900

Fonte: elaboração dos autores.

Figura 3 - Distribuição dos países de acordo com a Qualidade das Políticas Públicas



Fonte: elaboração dos autores

As dimensões estimadas a partir da análise fatorial possuem média 0 e desvio-padrão igual a 1. O nosso indicador permite observar a variação da qualidade das políticas em perspectiva comparada. Quanto maior o valor do índice, melhor a qualidade da política pública. Observamos uma concentração de casos no lado esquerdo (abaixo da média), indicando países com limitada qualidade de suas políticas. Para garantir resultados mais robustos estimamos uma correlação entre o IQPP e o *Policy Index* criado pelo BID (2013). O coeficiente foi de 0,999 com

p-valor <0,001 (n = 174), ou seja, são estatisticamente iguais.

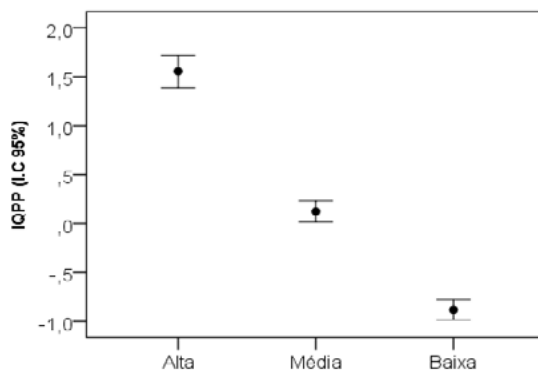
Depois de estimar o IQPP, o próximo passo é utilizar esse indicador para classificar os casos de acordo com seus níveis de similaridade. Inicialmente, utilizaremos a análise de *cluster* para classificar os países em três grupos de acordo com a qualidade das políticas públicas: (1) alta; (2) média e (3) baixa. Em particular, optamos pela solução *K-means cluster*. A tabela 7 e a figura 4 ilustram os resultados.

Tabela 7 - análise de *cluster*²¹

IQPP	n	média	dp	cv
Alta	25	1,55	0,40	0,26
Média	41	0,12	0,34	2,83
Baixa	51	-0,88	0,37	0,42

Fonte: Elaboração dos autores. ²¹

Figura 4- *Clusters* - Qualidade das Políticas Públicas



Fonte: Elaboração dos autores.

O grupo de países com alta qualidade de políticas públicas apresentou média de 1,55, desvio padrão de 0,40 e coeficiente de variação de 0,26. O grupo com qualidade média tem o valor final do centro do *cluster* de 0,12, desvio padrão de 0,34 e coeficiente de variação de 2,83. Comparativamente, esses resultados sugerem que o segundo grupo é significativamente mais heterogêneo do que o

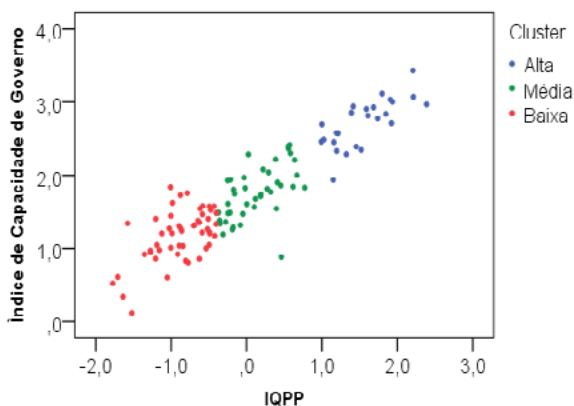
²¹ Rotina: Analyze -->classify --> K-means Cluster.

primeiro. O último grupo (qualidade baixa) apresenta média de -0,88, com desvio padrão de 0,37 e coeficiente de variação de 0,42. Ao se considerar a figura 4 é possível visualizar melhor a diferença de magnitude da média de cada grupo. Como a análise de *cluster* maximiza a homogeneidade interna, não há interseção entre os intervalos de confiança da distribuição de cada grupo.

Para ilustrar as vantagens analíticas da análise de conglomerados, iremos examinar a correlação entre o índice de qualidade de políticas públicas (IQPP) e o índice de capacidade de governo (ICG). A figura 5 ilustra essas informações.

A correlação entre os indicadores é forte ($r = 0,912$) e estatisticamente significativa ($p\text{-valor} < 0,001$; $n = 118$). No entanto, ao se desagregar a análise por *cluster*, observa-se que o nível de correlação para o grupo de baixa qualidade é de 0,569 ($p\text{-valor} < 0,001$; $n = 51$), muito próximo do coeficiente do grupo de média qualidade ($r = 0,571$; $p\text{-valor} < 0,001$; $n = 41$). A correlação entre os dois indicadores no *cluster* de alta qualidade é de 0,735 ($p\text{-valor} < 0,001$; $n = 26$). É preciso diferenciar a correlação entre os grupos da correlação dentro dos grupos. Como se observa na Figura 5 a correlação entre os grupos é bem mais forte que a correlação dentro dos grupos. Em certos casos a associação entre grupos pode ser inexistente enquanto que ela pode ser forte dentro dos grupos. A figura 6 ilustra esses diferentes padrões.

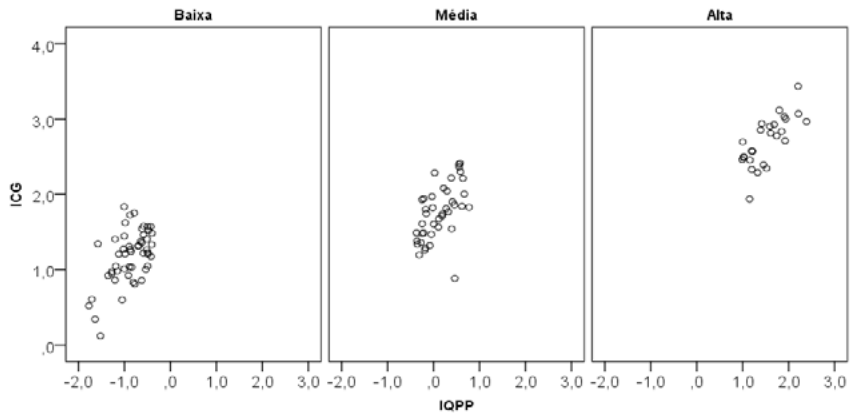
Figura 5 - Correlação entre IQPP e ICG²²



Fonte: elaboração dos autores

22 Rotina: *Graphs--> legacy dialogs--> scatter/dot.*

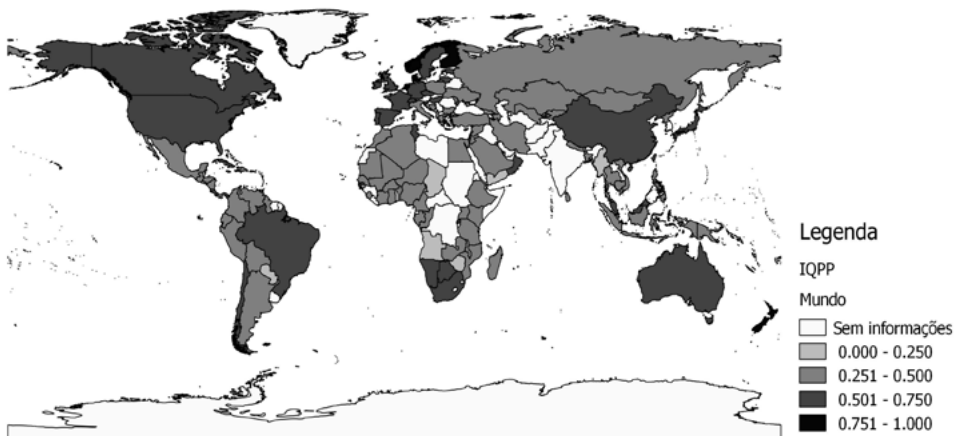
Figura 6 - Correlação entre IQPP e ICG por *cluster*



Fonte: elaboração dos autores

O gráfico mostra a importância de levar em consideração a estrutura clogomerada dos dados. O padrão de correlação é diferente entre os três níveis de qualidade das políticas públicas, de forma que é provável que inferências equivocadas sejam realizadas quando esse tipo de análise não é feita.

Figura 7. Distribuição do IQPP no mundo²³



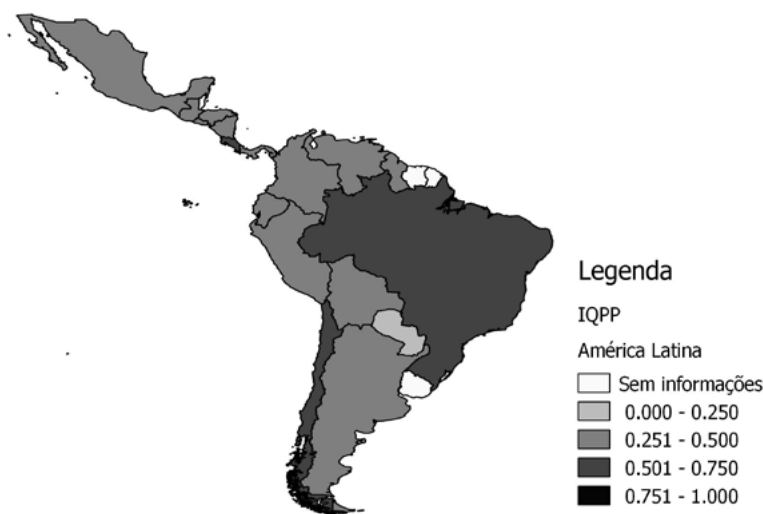
Fonte: Elaboração dos autores.

²³ Os scores do IQPP foram normalizados para que variem entre 0 e 1.

Para finalizar a descrição do IQPP apresentamos um mapa classificando os países do mundo dentro das escalas do índice. De acordo com o mapa, quanto mais escura for a cor do país, maior será seu *score* de IQPP. Essas informações são apresentadas na figura 7.

Os países que possuem os maiores scores do IQPP são Singapura, Finlândia e Dinamarca. No lado oposto estão Chad, República Democrática do Congo e o Haiti. A figura 8 apresenta as mesmas informações para os países da América Latina.

Figura 8 - Distribuição do IQPP na América Latina



Fonte: Elaboração dos autores.

Os países com os mais elevados *scores* do IQPP na América Latina foram Chile, Costa Rica e Cuba. Enquanto que os piores foram Haiti, Paraguai e Venezuela. Em anexo pode ser encontrado um *rank* do IQPP com a posição de todos os países que possuímos informação.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desse artigo foi demonstrar como as técnicas de análise fatorial e análise de *cluster* podem ser combinadas em um mesmo desenho de pesquisa. Metodologicamente, replicamos os dados do *Inter American Development Bank*, utilizando seis indicadores de qualidade das políticas públicas. Com base

nesses dados construímos um indicador original e replicável de qualidade das políticas (IQPP) com o uso da análise fatorial e agrupamos os países de acordo com o nível da qualidade de suas políticas via análise de *cluster*. Com esse artigo esperamos contribuir para o estudo sistemático da análise da qualidade das políticas públicas e difundir a utilização da análise fatorial e da análise de *cluster* na pesquisa empírica em Ciência Política e Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDENDERFER, M. S. e BLASHFIELD, R. K. 1984. Cluster Analysis. *Sage University Paper Series: Quantitative Applications in the Social Science*.
- BARTHOLOMEW, D. J. 1984. The foundations of factor analysis. *Biometrika*, 71, 221-232.
- BAILEY, K. D. 1975. Cluster Analysis. *Sociological Methodology*, vol. 6, p. 59-128.
- BOWERS, J. 2011. *Reproduction Compendium for: "Making Effects Manifest in Randomized Experiments"*. <http://hdl.handle.net/1902.1/15499>
- CHUAIRE, M. F., e SCARTASCINI, C. 2014. *The Politics of Policies: Revisiting the Quality of Public Policies and Government Capabilities in Latin America and the Caribbean*. Policy Brief IDB-PB-220. Washington, DC, United States. Inter-American Development Bank.
- COOPER, J. C.B. 1983. Factor Analysis: An Overview. *The American Statistician*, 37, 2, 141- 147.
- COPPEDGE, M.; ALVAREZ, A.; MALDONADO, C. 2008. Two Persistent Dimensions of Democracy: Contestation and Inclusiveness. *Journal of Politics*, v. 70, n. 3, p. 145.
- COSTELLO, A. B.; OSBORNE, J. W. 2005. Best practices in exploratory factor analysis: Four recommendations for getting the most from your analysis. *Practical Assessment Research & Evaluation*, 10, 7, 13-24.
- CRAMER, D. & HOWITT, D. L. 2004. *The Sage dictionary of statistics: a practical resource for students in the social sciences*. Sage.
- DAFOE, A. 2014. Science Deserves Better: The Imperative to Share Complete Replication Files. *PS: Political Science & Politics*, 47:60-66.
- DAHL, R. 1971. *Poliarquia. Participação e oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- DOLNICAR, S. 2002. *A review of unquestioned standards in used cluster analysis for data-driven market segmentation*. Faculty of Commerce – Papers. Disponível em: < <http://ro.uow.edu.au/commpapers/273> >.
- DRIVER, H. E.; KROEBER, A. L. 1932. *Quantitative Expressions of Cultural*
- FABRIGAR, L. R., WEGENER, D. T., MACCALLUM, R. C., & STRAHAN, E. J. 1999. Evaluating the use of exploratory factor analysis in psychological research. *Psychological Methods*, 4(3), 272-299.
- FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JÚNIOR, J. A. da. 2010. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. *Opinião Pública*, v. 16, n. 1, p. 160-185.
- FIGUEIREDO FILHO, D. B. ; SILVA JÚNIOR, José Alexandre ; ROCHA, E. C. 2011. What is R² all about?. *Leviathan - Cadernos de Pesquisa Política*, v. 3, p. 60-68.

- FIGUEIREDO FILHO, D. B.; PARANHOS, R.; ROCHA, E. C. da; SILVA JUNIOR, J. A.; MAIA, R. 2013. Análise de componentes principais para construção de indicadores sociais. *Revista Brasileira de Biometria*, v. 31, p. 61-78.
- FIGUEIREDO FILHO, D. B.; ROCHA, E. C.; SILVA, M. B.; PARANHOS, R.; SILVA JÚNIOR, J. A.; DUARTE, B. S. F. 2014. Cluster analysis for Political Scientists. *Applied Mathematics*, v. 5, p. 2408-2415.
- GREENACRE, M. J. 2007. *Correspondence Analysis in Practice*. Chapman & Hall/CRC, Boca Raton, second edition.
- HAIR, J. F. et al. 2009. *Análise Multivariada de Dados*. 6. Ed. Porto Alegre: Bookman.
- KING, G. 1995. "Replication, Replication." *PS: Political Science and Politics*, 28: 443-499. Disponível: <http://gking.harvard.edu/gking/files/replication.pdf>
- KING, G. 2003. "The Future of Replication." *International Studies Perspectives* 4: 443-499. Disponível: <http://gking.harvard.edu/gking/files/replvdc.pdf>
- KIM, J.; MUELLER, C. W. 1978. *Factor analysis: Statistical methods and practical issues*. Beverly Hills, CA. Sage.
- KUBRUSLY, L. S. 2001. Um Procedimento para Calcular Índices a partir de uma Base de Dados Multivariados. *Pesquisa Operacional*, 21(1): 107-117.
- JANZ, N. 2015. Bringing the Gold Standard Into the Class Room: Replication in University Teaching. *International Studies Perspectives*, Article first published online: 9 MAR 2015. DOI: 10.1111/insp.12104.
- LIJPHART, A. 1999. *Modelos de Democracia: Desempenho e Padrões de Governo em 36 Países*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 3 ed.
- LUPIA, A. 2014. What Is the Value of Social Science? Challenges for Researchers and Government Funders. *PS: Political Science and Politics*, 47 (1): this issue.
- MACRAE, D. Jr. 1966. Cluster Analysis of Congressional Votes with the BC TRY System. *The Western Political Quarterly*, v. 19, n. 4, p. 631-638.
- PREACHER, K. J., RUCKER, D. D., & HAYES, A. F. 2007. Addressing moderated mediation hypotheses: Theory, methods, and prescriptions. *Multivariate Behavioral Research*, 42, 185-227.
- RUMMEL, R. J. 1967. Understanding Factor Analysis. *The Journal of Conflict Resolution*, 11, 4, 444-480.
- RUMMEL, R. J. 1970. *Applied Factor Analysis*. Evanston. Northwestern University Press.
- SCHWAB, J. 2007. *Eletronic Classroom*. [Online] Disponível em: <<http://www.utexas.edu/ssw/eclassroom/schwab.html>> Acesso em: 22dez. 2015.
- TABACHNICK, B. e FIDELL, L. (2007). *Using Multivariate Statistics*. 5ed., Boston: Allyn e Bacon.
- TRYON, R. 1939. *Cluster Analysis*. New York: McGraw-Hill.

ZELLER, R. A. and CARMINES, E. G. 1980. *Measurement in the social sciences: the link between theory and data*. Cambridge, Cambridge University Press.

ZUBIN, J. A. 1938. A technique for measuring likemindedness. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 33, p.508-516.

ANEXOS

Tabela 7 - Índice da Qualidade de Políticas Públicas (IQPP)

Ranking	País	Score	Ranking	País	Score
1	Singapore	2,388	60	Bulgaria	-0,247
2	Finland	2,212	61	Indonesia	-0,248
3	Denmark	2,205	62	Benin	-0,252
4	New Zealand	1,934	63	Peru	-0,277
5	Netherlands	1,923	64	Panama	-0,312
6	Norway	1,907	65	Morocco	-0,351
7	Switzerland	1,848	66	Zambia	-0,358
8	United Kingdom	1,797	67	Dominican Re- public	-0,371
9	Sweden	1,738	68	Guyana	-0,402
10	Canada	1,683	69	Burkina Faso	-0,405
11	Germany	1,610	70	Kyrgyz Republic	-0,423
12	Australia	1,591	71	Egypt, Arab Rep.	-0,430
13	Hong Kong, Ch	1,519	72	Mongolia	-0,476
14	Chile	1,453	73	Moldova	-0,490
15	Ireland	1,415	74	Georgia	-0,492
16	United States	1,390	75	B. and Herzegovina	-0,495
17	Spain	1,325	76	Ethiopia	-0,496
18	Slovenia	1,214	77	Iran, Islamic Rep.	-0,510
19	Cyprus	1,195	78	Gabon	-0,519
20	Japan	1,193	79	Mauritania	-0,536
21	France	1,158	80	Mali	-0,581
22	Oman	1,149	81	Kenya	-0,584
23	Taiwan	1,023	82	Madagascar	-0,589
24	Israel	1,023	83	Philippines	-0,618
25	Botswana	1,000	84	Argentina	-0,625
26	Estonia	0,991	85	Syrian Arab Re- public	-0,627
27	Tunisia	0,771	86	Albania	-0,645
28	Malaysia	0,667	87	Azerbaijan	-0,690
29	Portugal	0,638	88	Ukraine	-0,705

30	Bahrain	0,616	89	Congo, Rep.	-0,776
31	Hungary	0,582	90	Malawi	-0,787
32	South Africa	0,574	91	Uzbekistan	-0,807
33	Costa Rica	0,554	92	Bolivia	-0,843
34	Namibia	0,551	93	Russian Federation	-0,859
35	Cuba	0,461	94	Cameroon	-0,873
36	Rwanda	0,454	95	Papua New Guinea	-0,879
37	Lithuania	0,410	96	Cambodia	-0,894
38	China	0,394	97	Algeria	-0,896
39	Czech Republic	0,385	98	Nicaragua	-0,914
40	Brazil	0,320	99	Bangladesh	-0,983
41	Poland	0,291	100	Nepal	-0,989
42	Greece	0,274	101	Ecuador	-1,004
43	Thailand	0,219	102	Honduras	-1,005
44	Jordan	0,191	103	Niger	-1,007
45	Saudi Arabia	0,186	104	Sierra Leone	-1,023
46	Kuwait	0,117	105	Korea, Dem. Rep.	-1,051
47	Italy	0,104	106	Lebanon	-1,123
48	Ghana	0,023	107	Guatemala	-1,156
49	Mexico	0,003	108	Côte d'Ivoire	-1,190
50	Uganda	-0,019	109	Nigeria	-1,205
51	Turkey	-0,034	110	Venezuela	-1,208
52	Mozambique	-0,049	111	Angola	-1,275
53	Vietnam	-0,084	112	Paraguay	-1,276
54	Colombia	-0,159	113	Yemen, Rep.	-1,355
55	Tanzania	-0,172	114	Myanmar	-1,523
56	Kazakhstan	-0,178	115	Zimbabwe	-1,578
57	El Salvador	-0,189	116	Haiti	-1,639
58	Sri Lanka	-0,212	117	Congo, Dem. Rep.	-1,709
59	Senegal	-0,218	118	Chad	-1,774

NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE O ‘CALCANHAR METODOLÓGICO’: O ENSINO DE MÉTODOS DE PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL

LORENA GUADALUPE BARBERIA
SAMUEL RALIZE DE GODOY
DANILO PRAXEDES BARBOZA

RESUMO

Neste artigo, examinamos a evolução do ensino de métodos e técnicas de pesquisa nos cursos de pós-graduação em Ciência Política no Brasil com o objetivo de discutir os avanços e desafios. Utilizando um banco de dados sobre o ensino de métodos e técnicas de pesquisa nos programas de pós-graduação em Ciência Política de 1998 a 2012, mostramos que houve um avanço considerável na oferta de disciplinas metodológicas vis-à-vis as grades curriculares dos programas no Brasil ao longo do período observado. Porém, verifica-se concentração da oferta de disciplinas em algumas instituições e relativa estagnação no número médio de disciplinas de métodos e técnicas de pesquisa oferecidas. Concluímos que o perfil de formação dos quadros docentes e o projeto pedagógico dos cursos, bem como a aderência entre um e outro, são os principais determinantes dessa tendência.

PALAVRAS - CHAVE

Métodos; Ciência Política; formação; ensino; pesquisa.

NEW PERSPECTIVES ON THE ‘ACHILLES’ HEEL’ OF METHODS: THE TEACHING OF RESEARCH METHODS IN POLITICAL SCIENCE IN BRAZIL

ABSTRACT

In this article, we examine the evolution of the teaching of research methods in graduate studies in Political Science in Brazil. Using a database of course syllabi on research methods and techniques in graduate programs in Political Science from 1998 to 2012, we show that there has been considerable progress in the teaching of methods across programs over the observed period. However, the number of courses is concentrated in few courses and there is a relative stagnation in the average number of disciplines offered per department. We conclude that the training profile of faculty and the pedagogical project of programs are the main determinants of this trend.

KEYWORDS

Methods; Political Science; education; teaching; research.

SOBRE OS AUTORES

LORENA GUADALUPE BARBERIA

Lorena G. Barberia é professora doutora do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. No Departamento de Ciência Política da USP, ela é responsável por ministrar disciplinas de métodos quantitativos no curso de graduação em Ciências Sociais e no curso de pós-graduação em Ciência Política.

Contato: lorena.barberia@gmail.com.

SAMUEL RALIZE DE GODOY

Samuel Ralize de Godoy é mestre em Ciência Política (2015) pela Universidade de São Paulo e bacharel em Ciências Sociais (2011) pela Universidade de São Paulo. É pesquisador júnior do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), onde desenvolve pesquisa sobre políticas públicas urbanas. Como estagiário do Programa de Aperfeiçoamento do Ensino (PAE), participou da reformulação do programa didático da disciplina de métodos e técnicas de pesquisa em Ciência Política para a graduação em Ciências Sociais.

Contato: samuel.ralize@gmail.com.

DANILO PRAXEDES BARBOZA

Daniilo Praxedes Barboza é atualmente aluno de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo. Possui graduação em Ciências Sociais e Mestrado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e em Comunicação Social pela Universidade de Santo Amaro. Desenvolve pesquisas nas áreas de instituições políticas brasileiras, comportamento eleitoral, corrupção eleitoral e ensino e pesquisa em Ciência Política.

Contato: danilo.barboza@usp.br.

SUBMETIDO EM

Setembro de 2015.

APROVADO EM

Novembro de 2015.

Não há, talvez, período tão dinâmico e importante na Ciência Política quanto o presente. Recentemente, a disciplina tem atravessado um período de inovação teórica e metodológica e esse dinamismo também teve importantes repercussões no ensino de pós-graduação nos programas mais importantes e com tradições mais fortes no mundo. Ainda que especialistas tenham também mostrado que a Ciência Política brasileira padece de uma ausência de métodos e de rigor em sua produção científica (Soares 2005), os programas que formam mestres e doutores na disciplina no Brasil também têm participado dessa onda internacional e essa participação está aumentando com a inserção cada vez maior da ciência política brasileira em foros internacionais. Nosso objetivo neste artigo é analisar como os programas nacionais têm reformado seus currículos para corrigir as falhas históricas que têm sido apontadas na formação de alunos em métodos e técnicas de pesquisa científica, sobretudo os quantitativos. Nossa hipótese é de que a diversificação da oferta de formação em metodologia é endógena à institucionalização e ao crescimento dos programas de pós-graduação: em sua origem, os programas possuem menos docentes e discentes, bem como suas grades curriculares são mais restritas; com o tempo, os programas tendem a crescer em número de docentes e discentes e “ganham” novas disciplinas metodológicas (principalmente em virtude do crescimento do número de docentes).

Utilizando um banco de dados sobre o conteúdo dos programas de pós-graduação em Ciência Política no Brasil de 1998 a 2012, mostramos que houve um avanço numérico considerável na oferta de disciplinas metodológicas vis-à-vis as grades curriculares dos programas de pós-graduação do País. Mostramos¹ que o avanço da oferta de disciplinas metodológicas é, antes de tudo, um efeito direto da expansão dos programas de pós-graduação em Ciência Política no Brasil: o surgimento de novos programas em regiões distantes dos grandes centros populacionais do Sudeste foi acompanhado pela oferta de um arcabouço de disciplinas que tratam de metodologia de pesquisa. Por outro lado, a maioria dos programas oferece disciplinas básicas ou gerais, com uma reduzida oferta de disciplinas em análise de modelos formais e em técnicas de pesquisa qualitativa. Concluímos que o perfil de formação dos quadros docentes e o projeto pedagógico dos cursos, bem como a aderência entre um e outro, são os principais determinantes desta tendência. En-

1 Versões preliminares deste trabalho foram apresentadas e discutidas no IV Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP (2014) e no VI Seminário de Sociologia e Política da UFPR (2015). Os autores agradecem os comentários cuidadosos de Adrián Gurza Lavalle, Rogério Bastos Arantes, Emerson Urizzi Cervi, Carolina Requena, Graziella Testa, Jaqueline Buckstegge, Sergio Simoni Jr. e demais colegas participantes dos eventos. Agradecemos também as contribuições dos pareceristas anônimos desta revista.

tretanto, não ignoramos o fato de que a oferta de disciplinas específicas é apenas um dos aspectos da formação metodológica oferecida pelos programas de pós-graduação, que também inclui atividades extracurriculares, seminários, participação em grupos de estudo e núcleos de pesquisa e sessões de orientação entre docentes e discentes.

O artigo se desenvolve ao longo de quatro seções, além desta introdução e das conclusões. A primeira seção apresenta a revisão do que a literatura nacional conhece e apontou acerca dos problemas da Ciência Política brasileira, ressaltando os argumentos da aversão dos estudantes a métodos quantitativos, da formação falha de pesquisadores e do caráter fraco da metodologia de nossa produção científica, que ocasionam aquilo que Gláucio Soares chamou de nosso “calcanhar metodológico” (2005). É apresentada também uma síntese do que a literatura internacional tem apontado sobre o ensino de métodos de pesquisa nos Estados Unidos, Europa, Oceania e América Latina, com o objetivo de estabelecer alguns parâmetros de comparação entre a Ciência Política no mundo e o caso brasileiro. A segunda seção apresenta os dados analisados dos programas de pós-graduação em Ciência Política no Brasil, e mostra a evolução numérica dos programas e da oferta geral de disciplinas metodológicas. A terceira seção é dedicada a analisar os tipos de disciplinas metodológicas oferecidas pelos programas de pós-graduação no Brasil, destacando-se a grande quantidade de disciplinas com ementas “genéricas” (que não indicam a abordagem metodológica específica, ou abordam mais de um tipo) e a predominância de disciplinas quantitativas de nível introdutório. A quarta seção discute os dados apresentados e propõe hipóteses que expliquem o cenário delineado. Finalmente, as conclusões arrematam argumentos e propõem tarefas para uma agenda de pesquisa sobre a formação metodológica em Ciência Política.

2 - A DISCUSSÃO SOBRE METODOLOGIA NA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA E MUNDIAL

Desde a autonomização da Ciência Política nos anos 1960 no Brasil, a preocupação metodológica tem estado na primeira linha da evolução da disciplina². Como diz um dos renomados fundadores da disciplina no País, Fábio Wanderley Reis, o objetivo era o de desenvolver uma ciência que desse conta dos “fundamentos lógi-

2 Para a contextualização sobre o desenvolvimento da Ciência Política no Brasil, ver Reis (1996), Forjaz (1997) e Keinert e Silva (2010). Cabe destacar que duas instituições foram pioneiras no processo de autonomização da Ciência Política nacional, a saber, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Essas instituições promoveram, financiadas principalmente pela Fundação Ford, a realização de grandes projetos de pesquisa no País e patrocinaram o intercâmbio entre os pesquisadores nacionais com profissionais e instituições acadêmicas dos EUA.

cos da aceitação ou rejeição de hipóteses ou teorias” (1996:95), e que apresentasse rigor, sistematicidade e permitisse a cumulatividade do conhecimento.

No entanto, barreiras foram erigidas contra o avanço dessa corrente. De acordo com Reis, “difícilmente se poderia pretender que a perspectiva ‘científica’ tenha chegado a amadurecer efetivamente e a constituir-se em real ortodoxia no Brasil” (1996:96). Reis argumenta que duas correntes se contrapuseram a esse movimento: de um lado, um grupo de pesquisadores que acusaram essa perspectiva “científica” de estar comprometida com a direita política, devido à predominância nessas discussões dos autores e instituições estadunidenses, assim como as vinculações existentes com entidades privadas estrangeiras; de outro lado, pesquisadores com apego à tradição humanista das Ciências Sociais, que pregaram serem os métodos quantitativos pouco efetivos para entender fenômenos sociais e humanos, muito complexos e multivariados.

Gláucio Soares (2005) afirma que houve como resultado uma relativa hostilidade de alguns pesquisadores em relação à adoção de métodos quantitativos de pesquisa. Um segundo desdobramento deste conflito resultou em uma ênfase da disciplina em produzir Ciência Política enfatizando métodos de pesquisa qualitativos como mais apropriados para a análise de fenômenos complexos. Este debate, porém, teve um resultado ainda pior de acordo com Soares, que indica a ausência de métodos e de rigor nos livros, artigos, teses e dissertações produzidos por pesquisadores da área.

As sérias dificuldades das Ciências Sociais brasileiras no que diz respeito à sua inscrição nos parâmetros científicos internacionais também é ressaltada por Reis (1996), o qual destaca que os trabalhos se concentram em descrições históricas limitadas, ou a relatos de caráter jornalístico dos eventos recentes (em certo sentido, de caráter “detetivesco”, com o objetivo de “revelar o oculto”), deixando de lado as regularidades que possam ser observadas nos fenômenos analisados. Reis complementa indicando que a tendência a descrições narrativas e relatos observada nos trabalhos em Ciências Sociais são, para além do desconhecimento dos métodos de pesquisa, evidência da carência de “domínio adequado da simples lógica” (1996:102).

Existe consenso tanto para Soares (2005) como para Reis (1996) de que parte importante das deficiências verificadas na consolidação das Ciências Sociais como campo autônomo advém da “pobreza da formação teórico-metodológica que rece-

bem correntemente nossos cientistas sociais” (Reis 1996:94)³. Soares também concorda que a principal causa da precariedade na produção acadêmica em Ciência Política brasileira se deve às deficiências existentes na formação dos estudantes na graduação e pós-graduação no ensino de métodos e técnicas de pesquisa.

Essas deficiências também são estudadas nos Estados Unidos, Europa e América Latina (Altman 2005, 2012; Bennett et al. 2003; Fuentes e Santana 2005; Leiras et al. 2005, 2015; Loaeza 2005; Parker 2010; Thies e Hogan 2005). De acordo com Andrew Bennett et al. (2003), ao analisar o currículo dos trinta principais departamentos de Ciência Política nos Estados Unidos no final dos anos 1990, a média de oferta de cursos de metodologia de pesquisa é de oito por instituição, se verificando no entanto ampla variação na sua oferta, indo de dois cursos com essa temática em Princeton a 16 na Universidade de Illinois. Conforme os dados obtidos pelos autores, a maior ênfase é dada aos cursos de métodos quantitativos (55%), vindo em seguida os cursos de modelos formais (29%) e métodos qualitativos (16%). A média de cursos de metodologia requeridos aos estudantes dos departamentos observados é de apenas três, variando de nenhum em Berkeley a sete em Illinois.

Cameron G. Thies e Robert E. Hogan (2005), ao analisar uma amostra mais ampla de 303 departamentos de Ciência Política e Ciências Sociais nos Estados Unidos em 2003, identificam que cursos de metodologia de pesquisa são requeridos em somente 46.8% dos programas de doutorado, sendo maior a exigência desses cursos em nível de bacharelado e mestrado (60.8% e 78.7%, respectivamente). Esse quadro ainda é mais significativo tendo em vista o segundo achado dos pesquisadores, qual seja, o de que os departamentos com menos recursos, a partir da proporção alunos/docente, são os que mais requerem cursos de metodologia de pesquisa. Outro dado relevante observado pelos autores é o interesse dos departamentos em oferecer cursos de metodologia de pesquisa aos estudantes na graduação e pós-graduação em Ciência Política: 63.3% dos programas que não requerem formação de metodologia de pesquisa indicam que não têm previsão de adotar essas disciplinas em um futuro próximo, enquanto apenas 5.5% dos programas indicaram interesse em adicionar esse requerimento em seus currículos em breve.

Já Jonathan Parker (2010), ao analisar o currículo de Ciência Política, Ciências Sociais e áreas correlatas em 195 instituições de ensino dos Estados Unidos e

3 Em certa medida, decorre também dessa lacuna de treinamento metodológico mais apurado a precária percepção sobre a profissionalização do campo. Segundo Reis, “é bastante claro que falta, nas circunstâncias do país, uma institucionalização mais adequada do campo das ciências sociais como campo de trabalho acadêmico” (1996:111). O problema da profissionalização se espelha na baixa expectativa dos estudantes de Ciências Sociais em relação à profissão, manifestado por estes na forma de um interesse difuso de obter com a graduação em ciências sociais “certa cultura”, uma formação complementar e um diploma.

303 universidades da Europa, Oceania e América⁴, indica que o quadro do ensino de métodos de pesquisa é muito mais dramático do que o apontado até então pela literatura. De acordo com o autor, em apenas 28% dos departamentos em Ciência Política nos Estados Unidos há a oferta de cursos obrigatórios de metodologia de pesquisa, sendo que o quadro se deteriora na medida em que avança do bacharelado ao doutorado (31% de obrigatoriedade no bacharelado, 27% no mestrado e apenas 25% nos programas de doutorado). Quando observados os casos dos países europeus, a exigência de formação em metodologia de pesquisa é maior em comparação aos Estados Unidos, Canadá e Austrália, com destaque para a Holanda (100% dos cursos exigem formação em metodologia), Suécia (79%) e Noruega (67%)⁵.

Com relação ao quadro do ensino de métodos de pesquisa na América Latina, a situação observada na região não é clara, na medida em que a Ciência Política ainda se encontra em fase de consolidação e profissionalização nesses países. Conforme propõe David Altman (2005), em apenas três países pode-se afirmar que a área de Ciência Política consiga satisfazer as exigências de institucionalização do campo científico (Argentina, Brasil e México), enquanto os demais ainda precisam percorrer longo caminho nesse sentido. Altman (2005; 2012) aponta para a necessidade de os países da América Latina, de forma geral, investirem mais recursos no desenvolvimento profissional e tecnológico na área, para se aproximarem dos países em que a disciplina é mais institucionalizada (Estados Unidos e países europeus). Observando o contexto argentino (Leiras, Medina e D'Alessandro 2005; 2015), chileno (Fuentes e Santana 2005) e mexicano (Loaeza 2005), a conclusão geral que perpassa essas análises é a de que é possível observar avanços significativos no ensino e no uso de métodos e técnicas de pesquisa nesses países, restando, no entanto, muito espaço para avanço. Os autores apontam, de forma consistente, que um dos principais desafios para todos os países da América Latina é o de promover a expansão do ensino de métodos e técnicas de pesquisa, com o objetivo de alcançar os padrões de pesquisa dos países líderes na área.

Apontados os problemas decorrentes da formação metodológica e na produção científica da Ciência Política brasileira, conforme observado por Reis (1996) e Soares (2005), e tendo em vista as principais questões apresentadas pela literatura internacional sobre o ensino de métodos de pesquisa na Ciência Política mundial,

4 Os países e a quantidade de universidades incluídos na pesquisa de Parker (2010) são, respectivamente: Austrália (30), Canadá (66), Finlândia (7), Holanda (8), Noruega (6), Suécia (14) e Reino Unido (172).

5 É importante observar que o quadro do ensino de métodos e técnicas de pesquisa na graduação e na pós-graduação em Ciência Política e áreas correlatas nos Estados Unidos e Europa pode ter se alterado substancialmente desde o trabalho de Parker (2010). Não encontramos, no entanto, novas pesquisas que tenham se dedicado a apresentar o contexto mais recente do ensino de métodos nesses países. Como tarefa futura desta agenda de pesquisa, cabe observar o quadro contemporâneo do ensino de métodos nos países da América do Norte e Europa, e promover uma comparação sistemática entre estes e os casos brasileiros e latino-americanos.

não se observou ainda, para o caso brasileiro, uma análise detalhada do que é efetivamente oferecido pelas instituições de ensino em termos de disciplinas, seminários e outros cursos de formação⁶ a seus alunos, de forma a permitir identificar se o ensino de métodos tem contribuído para superar os problemas apontados. É nessa frente que o presente artigo atua, não para esgotar o assunto, mas dando o primeiro passo para preencher essa lacuna.

3 - EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS E DAS DISCIPLINAS METODOLÓGICAS

No Brasil, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação vinculada ao Ministério da Educação, é responsável por, entre outras atribuições, autorizar o funcionamento dos programas de pós-graduação *stricto-sensu* (Mestrado e Doutorado) e promover sua avaliação de desempenho⁷. O sistema de avaliação compreende um acompanhamento anual e uma avaliação trienal do desempenho de todos os programas que integram o Sistema Nacional de Pós-Graduação, numa série de quesitos institucionais e de produção científica, mediante o envio de documentos pelos programas de pós-graduação⁸, o que inclui cadernos de indicadores detalhados sobre cada aspecto do programa – desde informações sobre quantidade de docentes e discentes, até sua produção científica recente. Ao final de cada triênio, a CAPES disponibiliza os cadernos de indicadores

6 Além de disciplinas e seminários, as universidades brasileiras têm promovido o desenvolvimento de cursos intensivos de métodos e técnicas de pesquisa de curta duração. Dois dos exemplos mais notórios nesse sentido são o Programa Intensivo de Metodologia Quantitativa (MQ), oferecido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e a IPSA-USP Summer School in Concepts and Methods in Political Science, oferecida pelo Departamento de Ciência Política e pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP) e pela Associação Internacional de Ciência Política (IPSA), que oferecem cursos de treinamento em conceitos, métodos e técnicas avançados.

7 Cabe assinalar também que a CAPES é, ao lado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a principal agência de financiamento de pesquisas científicas e tecnológicas do País, oferecendo uma variada gama de bolsas de estudo e auxílios para pesquisadores no Brasil e no exterior.

8 A CAPES atribui uma nota de 1 a 7 a cada programa avaliado. Ver Portaria MEC nº 1.418, de 23 de dezembro de 1998. Essa nota fundamenta a deliberação do Conselho Nacional de Educação sobre os cursos que podem ser reconhecidos pelo Ministério da Educação para efeitos diversos, desde a validação de títulos e diplomas até a possibilidade de financiamento público, motivo pelo qual a avaliação da CAPES é a referência central dos programas, de suas áreas temáticas e das agências financiadoras para mensurar a qualidade da pós-graduação no País. Os programas com conceitos 1 ou 2 não são considerados “recomendados” pela CAPES, o conceito 5 é atribuído a programas com elevado padrão de qualidade e, finalmente, programas com conceitos 6 e 7 são considerados de excelência, tendo os últimos desempenho claramente destacado em relação a todos os demais em sua área. Os autores agradecem à Maria Raimunda dos Santos, secretária de pós-graduação do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, pelo auxílio fornecido na coleta dos dados utilizados neste trabalho.

e fichas de avaliação para acesso público em seu sítio eletrônico⁹. É dessa fonte que foram coletados os dados que fundamentam o presente trabalho.

Os programas de pós-graduação em Ciência Política estão inseridos na área de avaliação “Ciência Política e Relações Internacionais”, que inclui tanto programas de Ciência Política quanto de Relações Internacionais, Estudos Estratégicos, Políticas Públicas e outros. Para este artigo, foram selecionados somente os quinze programas de Ciência Política reconhecidos pela CAPES – ou, no caso do IUPERJ/UCAM, “Ciência Política (Ciência Política e Sociologia)”. Nos cadernos de indicadores desses programas, foram obtidas todas as relações nominais de disciplinas oferecidas por ano-base em cada programa de pós-graduação, de 1998 a 2012 (ou desde a primeira avaliação do programa, caso ele tenha sido criado após 1998). Esses documentos¹⁰ foram analisados, e seu conteúdo foi triado de forma a alimentar um banco de dados com as seguintes informações acerca de cada programa:

- Sigla da Instituição de Ensino;
- Ano-base;
- Número de disciplinas oferecidas no ano-base¹¹;
- Sigla e título das disciplinas metodológicas oferecidas no ano-base; e
- Nomes dos docentes responsáveis pelas disciplinas metodológicas.

Na relação de disciplinas oferecidas, aquelas com mais de uma turma foram contadas como somente uma disciplina. Entretanto, em alguns casos (com destaque para o programa da UERJ), algumas disciplinas tinham várias turmas com subtítulos e professores diferentes, claramente tratando de assuntos distintos e independentes um do outro. Nesses casos, cada turma foi contada como uma disciplina particular. Exceção é feita para as disciplinas de “orientação” ou “estágio”, que foram

9 Para ter acesso aos cadernos de indicadores e as fichas de avaliação de cada programa, basta acessar o endereço eletrônico <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>> e selecionar a opção de procura desejada (por área de avaliação, por nota ou conceito, por região ou instituição). Os dados disponíveis incluem até o ano 2012.

10Ver CAPES (2015).

11 Os cadernos de indicadores incluem todas as disciplinas registradas na grade curricular dos programas, inclusive as que não são oferecidas no ano-base. Nesses documentos, algumas disciplinas apresentam os nomes dos docentes responsáveis, enquanto todas as outras não contêm essa informação. Para diferenciar ambos os grupos, os autores confrontaram os cadernos de 2011 e 2012 da USP com a distribuição de disciplinas fornecida diretamente pelo Departamento de Ciência Política (DCP) da USP para os mesmos anos-base. 100% das disciplinas que mencionavam nomes de docentes responsáveis foram oferecidas segundo a distribuição fornecida pelo DCP-USP, enquanto 100% das demais disciplinas (sem referências aos docentes no caderno de indicadores) não foram oferecidas segundo a instituição. Realizada essa verificação, e tendo a Secretaria de Pós-Graduação do DCP-USP informado que os procedimentos de envio de dados à CAPES são os mesmos para todos os programas no País, os autores consideraram que, para todos os programas e todos os anos-base, disciplinas oferecidas são aquelas com menção aos docentes responsáveis no caderno de indicadores da CAPES, e disciplinas não oferecidas são aquelas que não contêm a menção aos docentes responsáveis no documento.

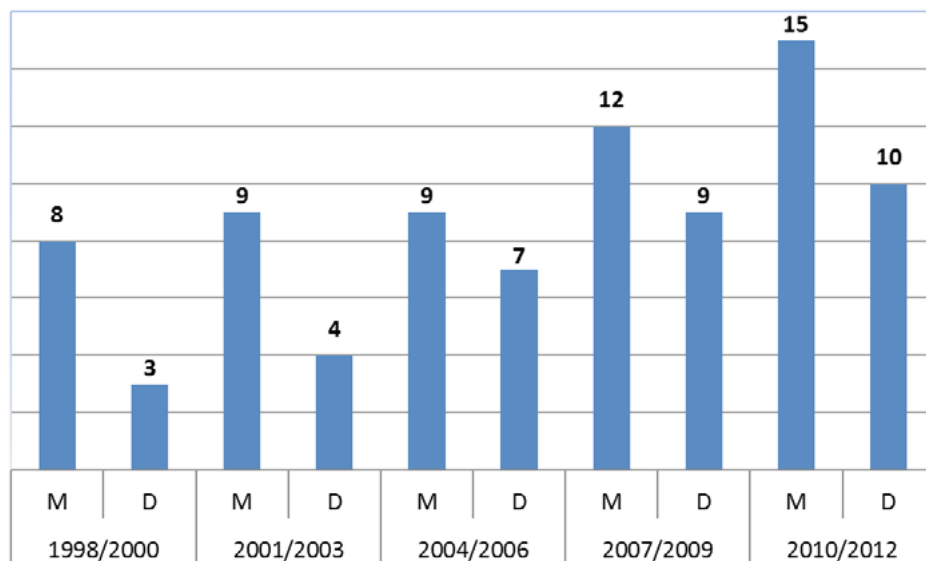
contadas como uma só disciplina em todos os casos.

Para diferenciar quais eram (e quais não eram) disciplinas metodológicas, foram consideradas como tais aquelas em cujas ementas constasse o objetivo de introduzir, ensinar ou apresentar métodos ou técnicas de pesquisa, independentemente da abordagem (quantitativa, qualitativa etc.) ou de cunho geral/específico sobre alguma técnica em particular. Não foram consideradas como metodológicas as disciplinas indicadas como cursos “substantivos”, voltados a um tema ou conjunto de temas em Ciência Política que não fosse o ensino de métodos e técnicas de pesquisa. É certo que em todas as disciplinas de pós-graduação existam aspectos formativos em metodologia de pesquisa; entretanto, foram selecionadas somente aquelas cujo objetivo principal fosse expressamente esse, e não concentrado na discussão ou transmissão de conhecimentos sobre temas substantivos em Ciência Política.

Também não foram incluídas no banco de dados as disciplinas do tipo “Seminário de Teses”, “Seminário de Dissertação”, “Estudos dirigidos” para elaboração de tese ou dissertação ou disciplinas equivalentes. A explicação para a não inclusão dessas disciplinas consiste no fato de que, apesar de oferecerem aos discentes a oportunidade de estruturar seus projetos de pesquisa e, eventualmente, transmitir conhecimentos sobre métodos e técnicas de pesquisa, elas não são primordialmente voltadas ao ensino de um método/técnica ou conjunto de métodos/técnicas de pesquisa, mas sim à elaboração e discussão de projetos individuais. Portanto, sua exclusão do âmbito da análise se dá muito mais pelo fato de que o treinamento em metodologia seja muito pouco mensurável por meio das ementas submetidas à CAPES do que pelo seu caráter substantivo, sugerindo-se a necessidade de uma futura investigação aprofundada sobre o perfil desse tipo de formação nos programas de pós-graduação em Ciência Política no Brasil.

Conforme os relatórios de avaliação trienal da CAPES para o período 1998-2012, destaca-se a ampliação do conjunto de programas de pós-graduação em Ciência Política no Brasil. O número de programas de mestrado praticamente dobrou, saltando de oito programas em 1998 para quinze ao final do período. O avanço é ainda mais significativo nos cursos de doutorado: havia apenas três programas em 1998 (IUPERJ, UFRGS e USP), mas ao final do período esse número já tinha mais que triplicado, passando a dez programas. De acordo com o último relatório de avaliação trienal realizado pela CAPES (2010/2012), os últimos três triênios observaram crescimento de 154% no número de programas de mestrado e 183% no doutorado, substancialmente acima da média da expansão no Sistema Nacional de

Figura 1 - Número de programas de Pós-Graduação em Ciência Política no Brasil, 1998 a 2012



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2015). Nota: “M” equivale a cursos de mestrado acadêmico, e “D” equivale a cursos de doutorado acadêmico.

Pós-Graduação (SNPG), que foi, respectivamente, de 42% e 65,1%¹². A Figura 1, acima, apresenta a evolução do número de programas a cada triênio, claramente confirmando uma tendência de aumento.

O último relatório de avaliação trienal evidencia que a expansão não se restringiu ao número de programas, mas também pode ser observada na quantidade de diplomados: no período de 2004 a 2012, registrou-se aumento de 310% no número de doutores diplomados, 45% de mestres e 104% de mestrados profissionais (levando em consideração todas as subáreas incluídas na área “Ciência Política e Relações Internacionais”). Nesse ínterim, alguns programas de Ciência Política entraram para o grupo de excelência (com notas 6 e 7 na avaliação da Capes): IUPERJ/UCAM, UFMG, UFPE e USP. A distribuição dos programas de Ciência Política reconhecidos pela CAPES e seus conceitos é apresentada pelo Quadro 1.

Como se observa, o conjunto de programas de Ciência Política é bastante diverso, apesar de relativamente pequeno. Assim como há programas mais novos,

¹²As avaliações trienais estão se referindo ao conjunto da área “Ciência Política e Relações Internacionais”. Documento disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/CI%C3%Aancia_Pol%C3%ADtica_doc_area_e_comiss%C3%A3o_21out.pdf>.

Quadro 1 - Pós-graduação em Ciência Política e conceitos
CAPES 2013

Sigla	Instituição	Nível	Início*	Conceito
FUFPI	Fundação Universidade Federal do Piauí	Mestrado	2008	3
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro	Mestrado Doutorado	2010	6
UFF	Universidade Federal Fluminense	Mestrado Doutorado	1994 2006	4
UFG	Universidade Federal de Goiás	Mestrado	2012	4
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	Mestrado Doutorado	1969 2006	7
UFPA	Universidade Federal do Pará	Mestrado	2008	3
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	Mestrado Doutorado	1982 2002	6
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas	Mestrado	2011	3
UFPR	Universidade Federal do Paraná	Mestrado	2009	4
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mestrado Doutorado	1973 1996	5
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos	Mestrado Doutorado	2008	4
UNB	Universidade de Brasília	Mestrado Doutorado	1984 2008	5
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas	Mestrado Doutorado	1974 2006	5
USP	Universidade de São Paulo	Mestrado Doutorado	1974 1974	7
IUPERJ/ UCAM	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro / Universidade Cândido Mendes	Mestrado Doutorado	1969 1980	N/D**

Fonte: CAPES (2015). *As datas de início dos programas são aquelas listadas nos cadernos de indicadores CAPES. **A nota do IUPERJ/UCAM não foi divulgada na avaliação trienal de 2013.

que oferecem somente cursos de mestrado e possuem conceitos 3 (FUFPI, UFPA, UFPEL) e 4 (UFG, UFPR), os demais oferecem cursos de mestrado e doutorado, possuindo conceitos 4 (UFF, UFSCAR), 5 (UFRGS, UNB, UNICAMP), 6 (UERJ, UFPE) e 7 (UFMG, USP). Inclui-se, ainda o programa do IUPERJ/UCAM, cujo conceito não consta na planilha oficial de notas da avaliação trienal de 2013 disponibilizada pela CAPES, mas que fora incluído no presente trabalho em função de

seu histórico¹³ de ter seus cadernos de indicadores disponíveis para todo o período 1998-2012 (com exceção de 2010).

Existe uma concentração regional da existência de programas de pós-graduação, muito embora nos últimos quinze anos tenha havido uma expansão para outras regiões. Sete programas concentram-se na região Sudeste, três estão na região Sul, as regiões Nordeste e Centro-Oeste possuem dois programas cada uma, e a região Norte possui apenas um programa. Entretanto, a distribuição geográfica dos programas não indica onde se oferece maior ou menor treinamento em métodos e técnicas de pesquisa. Para entender como essa oferta funciona, é necessário que (1) se observe a proporção de disciplinas metodológicas na grade oferecida por cada programa e (2) se analise o tipo de formação oferecida por essas disciplinas, através da leitura de suas ementas. Essas duas tarefas são objeto da seção a seguir.

4 - OFERTA DE DISCIPLINAS METODOLÓGICAS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Para verificar a oferta de formação metodológica nos programas ao longo do tempo, foi calculada a quantidade relativa¹⁴ de disciplinas metodológicas oferecidas por cada programa¹⁵, por ano-base. Em média, os oito programas existentes em 1998 (IUPERJ/UCAM, UFF, UFMG, UFPE, UFRGS, UNB, UNICAMP e USP) ofereciam um total de 12,4 disciplinas, das quais uma média de 1,5 era de metodologia. Em 2012, último ano da série¹⁶, a grade curricular dos já quinze programas (com a inclusão de FUFPI, UFPA, UFSCAR, UFPR, UERJ, UFPEL e UFG) possuía, em média, 14,5 disciplinas, das quais 1,67 eram de metodologia. A Figura 2 apresenta a evolução desses indicadores, bem como a da oferta relativa de disciplinas metodológicas (divisão do número de disciplinas metodológicas pelo total de disciplinas).

Como se pode observar, tanto a oferta geral de disciplinas (linha vermelha,

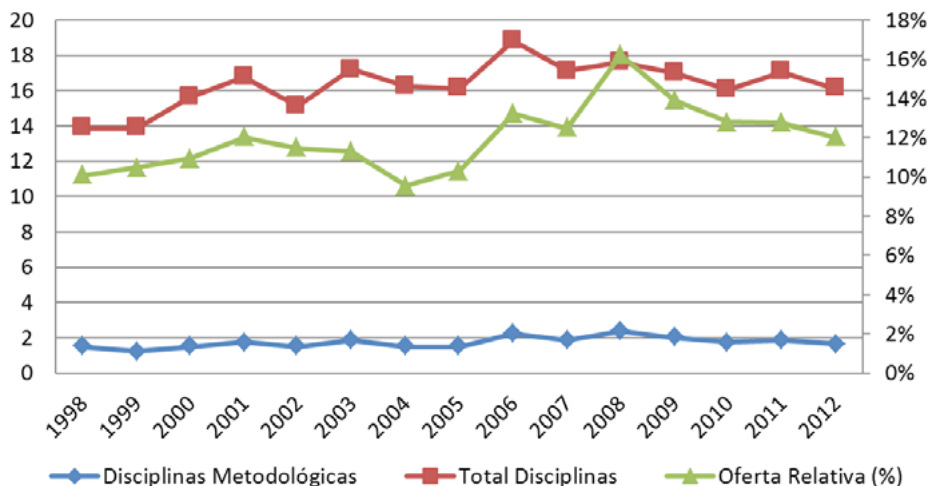
13 Em 2010, o IUPERJ/UCAM, cujo conceito era 7 (o máximo), passou por uma crise financeira que ocasionou a transferência de todos os seus docentes para a UERJ, cujo programa foi criado naquele momento e obteve conceito 6 na avaliação trienal de 2013. Assim, todos os professores do programa da UERJ são aqueles que anteriormente compunham o programa do IUPERJ/UCAM. Este, por sua vez, passou por uma reestruturação naquele mesmo ano e voltou a oferecer os cursos de mestrado e doutorado em Ciência Política em 2011. Entretanto, apesar de seus cadernos de indicadores estarem disponíveis para até 2012, esse programa não foi incluído nos resultados da avaliação trienal da CAPES em 2013.

14 A quantidade relativa de disciplinas metodológicas é obtida dividindo-se o número dessas pelo número total de disciplinas oferecidas num mesmo ano-base.

15 As tabelas com os indicadores de cada programa de pós-graduação encontram-se anexas ao final deste trabalho.

16 Os dados referentes a 2013, 2014 e 2015 não estavam disponíveis até o momento de publicação deste trabalho, visto que serão divulgados pela CAPES somente ao final do triênio.

Figura 2 - Média de disciplinas oferecidas, 1998 a 2012



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2015). Nota: O eixo vertical direito orienta a linha verde, que indica a oferta relativa de disciplinas metodológicas (%).

partindo do eixo vertical esquerdo) quanto a oferta relativa de disciplinas metodológicas (linha verde, referente ao eixo vertical direito, em porcentagem) aumentaram no tempo, apresentando oscilações durante o período analisado, com tendência de crescimento¹⁷ até 2008 e de diminuição depois de 2008. Levando em conta a expansão significativa de programas de pós-graduação ao longo deste período, não detectamos aumento significativo do ensino de métodos continua que continua sendo inferior a média das escolas congêneres norte-americanas ou europeias.

Quanto à formação oferecida no âmbito dessas disciplinas metodológicas, a análise partiu das ementas das disciplinas e sua posterior divisão em grupos por tipo de formação (grupo de abordagens ou técnicas específicas de pesquisa)¹⁸. Foram incluídas no grupo de “metodologia em geral” as disciplinas cujas ementas mencionassem o ensino de mais de um tipo de abordagem ou técnica, ou não permitissem compreender se de fato havia ou não um foco. Em sua maioria, essas ementas

17 Cumpre observar, ainda, que a oferta de disciplinas metodológicas não se tornou obrigatória em todos os programas de pós-graduação. Na USP, por exemplo, não é obrigatório cursar especificamente uma disciplina metodológica ou participar de cursos de formação extracurricular.

18 Para abranger os casos selecionados para desenvolver este artigo de maneira sistemática, trabalhou-se com o melhor dado existente possível, que corresponde às informações que baseiam o próprio acompanhamento anual da CAPES. Como tarefa futura nessa agenda de pesquisa, investigaremos mais a fundo a oferta de disciplinas pelos programas, recorrendo aos docentes por meio de entrevistas e coleta de documentos adicionais.

Quadro 2 - Disciplinas de metodologia em geral, 1998 a 2012

Instituição	Oferta	Título
IUPERJ/UCAM	2005	Metodologia e Pesquisa Social
IUPERJ/UCAM	2007	Metodologia e Desenho de Pesquisa
IUPERJ/UCAM	2009	Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais
IUPERJ/UCAM	2011 a 2012	Metodologia da Pesquisa Social I
IUPERJ/UCAM	2011 a 2012	Metodologia da Pesquisa Social II
UFMG	1998 a 2005	Metodologia
UFMG	2006 a 2012	Metodologia I
UFPE	2002, 2003, 2010 a 2012	Métodos e Técnicas de Pesquisa I
UFPE	2002, 2005, 2010 a 2012	Métodos e Técnicas de Pesquisa II
UFPE	2003 a 2012	Estudos Avançados de Metodologia de Pesquisa
UFPE	2011	Tópicos Especiais de Metodologia
UFRGS	1998 a 2003, 2006 a 2012	Epistemologia e Método em Ciência Política
UFRGS	2008 a 2009	Metodologia e Planejamento de Pesquisa
UNB	1998 a 2012	Metodologia de Pesquisa em Ciência Política
UNB	2008 a 2011	Metodologia de Pesquisa em Ciência Política II
UNICAMP	1999 a 2005	Metodologia em Ciência Política
UNICAMP	2006, 2008 a 2012	Metodologia de pesquisa em Ciência Política (A)
UNICAMP	2006, 2007	Metodologia de pesquisa em Ciência Política (B)
USP	2008	Tópicos Avançados em Ciência Política
FUFPI	2008 a 2012	Metodologia de Pesquisa em Ciência Política
UFPA	2008 a 2012	Metodologia de Pesquisa em Ciência Política
UFPR	2009 a 2012	Métodos em Ciência Política
UFPEL	2011 a 2012	Metodologia de Pesquisa em Ciência Política
UFG	2012	Métodos e abordagens em Ciência Política

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2015). Ver anexos do presente artigo.

discriminavam o ensino de desenhos de pesquisa em Ciência Política, introdução a ambas as abordagens quantitativa e qualitativa, ao mesmo tempo em que várias tratavam de noções de lógica da pesquisa científica e epistemologia. Entre a bibliografia indicada, havia livros sobre pesquisa social, metodologia quantitativa, metodologia qualitativa, estudos de caso e outros. Essas disciplinas são encontradas nos programas de uma série de instituições, desde os mais tradicionais até aqueles criados mais recentemente, na década de 2000. Seus títulos e anos de oferta são apresentados no Quadro 2.

O segundo grupo é o das disciplinas quantitativas. O IUPERJ/UCAM e a UERJ, que em 2010 herdou os professores do anterior, destacam-se pela vasta oferta nesse grupo e por oferecer disciplinas diferenciadas em relação às demais instituições: faz isso, por exemplo, ao incluir oferta de Álgebra, Econometria e métodos para análise de dados categóricos. Nesse sentido, destacam-se também UFRGS, por oferecer treinamento para tópicos avançados, UFMG, que ofereceu análise de dados de pesquisa por amostragem e USP, que ofereceu modelos para variáveis dependentes limitadas e análise multinível, disciplina ministrada em inglês por professor estrangeiro. A UERJ ofereceu, em 2011, seminários sobre apresentação de dados e uso de análise espacial – ao que parece, eventos mais curtos que disciplinas se-

Quadro 3 - Disciplinas de metodologia quantitativa, 1998 a 2012

Instituição	Oferta	Título
IUPERJ/UCAM	1998 a 2003	Metodologia: Introdução à Análise de Dados
IUPERJ/UCAM	1998	Análise combinatória e Álgebra booleana
IUPERJ/UCAM	2001	Introdução à Econometria
IUPERJ/UCAM	2003	Introdução à análise estatística
IUPERJ/UCAM	2004, 2005	Metodologia: Introdução aos Métodos e Análise de Dados
IUPERJ/UCAM	2004	Tópicos em Análise Quantitativa Aplicada
IUPERJ/UCAM	2006 a 2009	Introdução à Análise de Dados
IUPERJ/UCAM	2006 a 2009	Metodologia II - Análise de Regressão, Modelos Lineares e Outros Métodos
IUPERJ/UCAM	2009	Métodos Estatísticos para Análise de Dados Categóricos
UFF	1998 a 2004	Metodologia I
UFF	1998, 2001	Métodos Formais I
UFF	2005 a 2012	Metodologia em Pesquisa em Ciências Sociais
UFMG	2002	Análise de Dados de Pesquisa por Amostragem em Belo Horizonte
UFMG	2006 a 2012	Metodologia de Pesquisa
UFPE	1998 a 2001, 2004 a 2009	Métodos e Técnicas de Pesquisa I
UFPE	1998 a 2001, 2003, 2004, 2006 a 2009	Métodos e Técnicas de Pesquisa II
UFRGS	2002	Análise de dados
UFRGS	2009	Tópico Especial I - Métodos quantitativos avançados
UFRGS	2010	Tópico Especial II - Métodos quantitativos avançados II
UFRGS	2011	Seminário Temático V - Métodos quantitativos avançados I
UNB	2001	Métodos Quantitativos Aplicados à Ciência Política

Instituição	Oferta	Título
USP	1999 a 2001, 2003, 2005, 2008, 2009, 2012	Métodos Quantitativos (e Técnicas) em Ciência Política
USP	2011	Multilevel Analyses in Comparative Politics
USP	2012	Métodos Quantitativos de Pesquisa II: Análise de Variáveis Dependentes Limitadas
UFSCAR	2008 a 2012	Metodologia e Técnica de Pesquisa em Ciência Política
UFSCAR	2008 a 2010	Seminário Avançado de Análise de Dados
UERJ	2010, 2011	LEGO II: Tópicos em Análise de Dados Quantitativos
UERJ	2011, 2012	Metodologia Quantitativa
UERJ	2011	Seminário: Apresentação e visualização de dados
UERJ	2011	Seminário: Como empregar métodos de análise espacial para investigação
IUPERJ/UCAM	1998	Seminário Eleições 98
IUPERJ/UCAM	1998	Seminário Eleições 98: Sociedade, Competição Política e Escolha Eleitoral
IUPERJ/UCAM	2000	Introdução à análise política espacial
IUPERJ/UCAM	2000	Laboratório Eleições 2000
IUPERJ/UCAM	2002	Laboratório Eleições 2002
IUPERJ/UCAM	2004	Laboratório Eleições 2004
IUPERJ/UCAM	2005	Laboratório de Pesquisa e Análise sobre Competição Eleitoral
IUPERJ/UCAM	2006	Laboratório Eleições 2006 I e II
IUPERJ/UCAM	2008	Laboratório Eleições 2008 I e II
UFPA	2008 a 2010	Laboratório: Pesquisa em Eleições
UERJ	2010	Laboratório Eleições 2010
UERJ	2012	Laboratório Eleições 2012 (I e II)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2015). Ver anexos do presente artigo.

mestrais, embora constassem no caderno de indicadores como disciplinas oferecidas. Também se verificou a existência de disciplinas dedicadas especificamente à análise das eleições e do voto, com a oferta de “laboratórios” de estudos e análises com dados quantitativos de eleições e votações. Nesse grupo, destaca-se a absoluta liderança do IUPERJ/UCAM até 2009 e da UERJ após 2010, já que foram os mesmos docentes a oferecer esse tipo de disciplina em toda a série analisada. A outra instituição com esse tipo de oferta foi a UFPA, do grupo de programas mais novos. As disciplinas de metodologia quantitativa são apresentadas pelo Quadro 3.

O terceiro grupo trata de outros tipos de disciplinas, que incluem teoria dos jogos e modelos formais, métodos comparativos, análises de redes e técnicas qualitativas, e é composto por disciplinas encontradas nas ementas de IUPERJ/UCAM,

Quadro 4 - Outras disciplinas, 1998 a 2012

Instituição	Oferta	Título
IUPERJ/UCAM	1998	Jogos legislativos
IUPERJ/UCAM	2003	Teoria dos Jogos e Análise Política: uma introdução
UFPE	2000, 2001, 2003 a 2010	Tópicos Especiais de Metodologia
USP	2006, 2007	Introdução a modelos formais
USP	2012	Introduction to Formal Political Theory
IUPERJ/UCAM	1999	Seminário de Pesquisa em Política Comparada
IUPERJ/UCAM	2000	Instituições políticas comparadas
IUPERJ/UCAM	2003	Política Comparada: Metodologia e Análise
UFPE	2012	Tópicos Especiais de Metodologia
USP	2008	Ciência Política Comparada
USP	2010, 2011	Metodologia da Política Comparada: Problemas e Técnicas de Pesquisa
IUPERJ/UCAM	2008	Laboratório de Redação de Artigos Acadêmicos
IUPERJ/UCAM	2008	Prática de Pesquisa e Métodos Qualitativos
UFMG	2006	Metodologia II
USP	2001, 2002, 2004, 2006, 2010	O estudo de caso: metodologia, técnicas e seu emprego na análise política
USP	2003, 2007, 2008	Introdução à Análise de Redes
UERJ	2011	Seminário: como escrever e publicar artigos

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2015). Ver anexos do presente artigo.

UERJ, UFMG, UFPE e USP. Trata-se de um grupo em que, somente com base nas ementas, não foi possível distinguir claramente entre “abordagem quantitativa” e “abordagem qualitativa”. O Quadro 4 apresenta essas disciplinas.

Apresentadas as disciplinas metodológicas dos programas brasileiros de pós-graduação em Ciência Política e a evolução numérica de sua oferta de 1998 a 2012, a seção a seguir apresenta uma análise desses dados e algumas hipóteses que consideramos importantes destacar para ajudar a entender a evolução do ensino de métodos nos programas de pós-graduação na Ciência Política brasileira.

5 - DISCUSSÃO: O ‘CALCANHAR METODOLÓGICO’ E A PÓS-GRADUAÇÃO

Nossa análise sistemática com dados sobre as disciplinas dedicadas à formação metodológica dos cientistas políticos brasileiros mostra que houve avanços significativos ao longo das últimas décadas. É evidente que existe uma tradição mais

forte no ensino de métodos nos programas mais antigos. Por exemplo, o IUPERJ/UCAM e a UFMG, ambas instituições de destaque quando se observa a evolução da oferta de disciplinas metodológicas, são as instituições em que lecionavam Gláucio Soares e Fábio Wanderley Reis, respectivamente, dois dos cientistas políticos pioneiros em questionar a qualidade da utilização de métodos em Ciência Política no Brasil.

Ao longo do tempo, houve uma transformação significativa do cenário geral, tendo sido criadas e oferecidas dezenas de disciplinas metodológicas em muitos departamentos, desde as mais “gerais”, com objetivos amplos, até as mais específicas, voltadas a técnicas como análise de redes, análise multinível e métodos históricos. IUPERJ/UCAM e UFMG continuaram se destacando – o primeiro até 2009, quando seus professores migraram para a UERJ, e o segundo de forma crescente em todo o período.

Entretanto, observa-se que a extensa maioria das disciplinas metodológicas, considerando todos os programas, possui ementas “genéricas” ou são dedicadas a técnicas quantitativas – é notória a pequena proporção de disciplinas voltadas ao treinamento em técnicas qualitativas, a despeito de sua importância e da amplitude de sua utilização na produção científica nacional, conforme aponta a literatura (Soares 2005). Mais que isso, todos os programas de pós-graduação criados na década de 2000 oferecem uma formação de caráter introdutório de métodos quantitativos no âmbito dos cursos de pós-graduação: disciplinas voltadas a modelos formais ou técnicas qualitativas estão disponíveis somente em programas mais antigos, localizados na região Sudeste – com a exceção da UFPE, que também oferece disciplinas nessa área. Nesse caso, a hipótese identificada é de um processo endógeno de institucionalização: os programas começam com menos docentes e discentes, bem como grades curriculares mais restritas, com disciplinas que cobrem ao mesmo tempo vários métodos e técnicas de pesquisa, ou que são voltadas a técnicas quantitativas apoiadas em estatística. Com o tempo, os programas tendem a crescer em número de docentes e discentes e tornam-se mais institucionalizados, tornando-se mais provável uma oferta de disciplinas diferenciadas¹⁹.

Cabe destacar também que os programas de pós-graduação tendem a concentrar a oferta de disciplinas metodológicas em torno de um ou dois docentes, ali considerados os “metodólogos”. No levantamento de ementas, encontramos algumas ocorrências que sugerem esse tipo de situação, com docentes recorrentes em

19 Analisamos se o conceito atribuído pela CAPES, que classifica os programas como regulares (3), bons (4), muito bons (5), ou excelentes (6 e 7) tinha relação com o número de disciplinas oferecidas. Entretanto, não se observou qualquer significância na correlação entre a nota do programa e o tipo de oferecimento de disciplinas. A atribuição de conceitos é fundamentada em critérios como tamanho do corpo docente e discente, número de títulos conferidos por ano e produção científica docente e discente.

determinadas disciplinas e não em outras. Essa situação também tende a gerar uma restrição da oferta de disciplinas metodológicas, na medida em que ela é limitada à capacidade de um número muito reduzido de docentes de oferecer mais que um ou dois cursos por ano ou semestre letivo.

Talvez como consequência do processo de institucionalização dos programas mais tradicionais, também se observa a ocorrência de “escolas” de métodos, ou pelo menos grupos que oferecem determinado tipo de formação de forma muito recorrente no tempo, indicando a existência de um projeto continuado de desenvolvimento de uma linha de pesquisa. É, claramente, o caso do IUPERJ/UCAM e de sua herdeira UERJ nos laboratórios de estudos eleitorais: em todos os anos eleitorais, de 1998 a 2012, foram oferecidas disciplinas do tipo “laboratório” para análise de dados empíricos com uso de métodos e técnicas de pesquisa trabalhados nessas disciplinas. Também é digno de destaque o interesse da UFPE e da USP pelo ensino de teoria dos jogos e métodos formais para a análise de estratégias individuais. O ensino de métodos e técnicas aplicados à política comparada também é praticamente um domínio de IUPERJ/UCAM e USP, com recente participação da UFPE – essas foram as únicas instituições a oferecerem disciplinas específicas para o ensino desse tipo de conteúdo. Ademais, também se observa uma oferta restrita de outros tipos de disciplinas, tais como as disciplinas que tratavam de metodologia e técnicas de estudo de caso e análise de redes sociais, assim como seminários sobre técnicas para elaboração de artigos – algo tido como essencial para a viabilização de uma maior exposição nacional e internacional dos trabalhos de discentes. Nesse conjunto, figuram os programas mais antigos e institucionalizados, com corpos docentes maiores, corroborando a hipótese de endogenia: programas maiores e mais institucionalizados possuem maior número de docentes, com formação mais diversificada, o que resulta no oferecimento de disciplinas mais diversificadas, enquanto programas menores (que possuem menor quadro docente) concentram-se em, inicialmente, oferecer uma formação considerada mais “básica”, concentrada na oferta de disciplinas quantitativas.

Ao final do período analisado, que só inclui dados até 2012, o conjunto de disciplinas de metodologia e técnicas de pesquisa oferecidas pelos programas de pós-graduação em Ciência Política no Brasil é mais diverso do que se poderia pensar se tomássemos por base unicamente os argumentos da literatura nacional revisitada.²⁰ Assim, quando se fala num “calcanhar metodológico” da formação em métodos de pesquisa, talvez seja preciso dupla cautela, no sentido de observar a oferta de disciplinas no período mais recente, e verificar como o país se enquadra

²⁰ Uma futura tarefa será atualizar esta análise após a divulgação dos resultados do próximo triênio de avaliação pela CAPES.

no contexto mundial contemporâneo da Ciência Política.

O trabalho desenvolvido por Barberia *et al.* (2014) aponta para a constatação de que a situação brasileira não destoava significativamente da observada nos Estados Unidos, Europa e Oceania (Bennett *et al.* 2003; Parker 2010; Thies e Hogan 2005): a oferta de disciplinas de métodos e técnicas de pesquisa também é baixa, volátil e pouco diversificada nesses países, com grande concentração de disciplinas em métodos quantitativos em comparação com outras metodologias de pesquisa, e deficiências substantivas no ensino de métodos na graduação. O quadro geral revela o espaço existente para o avanço no ensino de métodos de pesquisa nos países desenvolvidos – tanto a sua expansão desde o nível da graduação, como a diversificação dos conteúdos apresentados (quantitativos, qualitativos, modelos formais, dentre outros).

Já a situação da América Latina, conforme apontado anteriormente no presente trabalho, também não apresenta diferenças significativas em comparação ao caso brasileiro. De acordo com a literatura analisada (Aaltman 2005, 2012; Fuentes e Santana 2005; Leiras *et al.* 2005, 2015; Loeza 2005; Neto e Santos 2005), a Ciência Política se encontra em fase de profissionalização em grande parte dos países latino-americanos, talvez à exceção de Argentina, Brasil e México, nos quais já se verifica algum avanço no sentido da autonomização e profissionalização do campo. A conclusão geral à qual chegam esses autores é a de que há espaço para avanços significativos em todos os países da região, no sentido de alcançar padrões mais elevados de produção científica.

É preciso reconhecer os principais problemas – ou oportunidades – para o prosseguimento desta pesquisa. Pontuando, falou-se no fato de que programas mais institucionalizados possuem grades curriculares mais diversificadas, mas não se falou na formação dos docentes em métodos e técnicas de pesquisa, aspecto que tem efeitos diretos sobre os cursos que ministram. Também não se falou nas técnicas pedagógicas empregadas pelos docentes, o que requer pesquisa qualitativa junto a cada programa, e representa um aspecto de grande importância – a literatura internacional recente²¹ reconhece que a rejeição prévia dos alunos à matemática e à estatística é um importantíssimo fator de fracasso no ensino de métodos quantitativos, motivo pelo qual é necessário inovar no ensino e superar o modelo de aula expositiva, propondo outros tipos de técnicas pedagógicas²². Como se pode esperar, as dificuldades vivenciadas no momento do ensino têm relação direta também com o

21 Para mais informações, ver Thies e Hogan (2005), Adeney e Carey (2009), Parker (2010) e Ryan *et al.* (2013).

22 Sobre o ensino de métodos quantitativos baseado em atividades na ciência política no Brasil, ver Barberia *et al.*, (2014). O argumento desse trabalho, em consonância com a literatura (especialmente Mazur, 1997), é de que o processo de ensino-aprendizagem é beneficiado quando se substitui o modelo de aula expositiva por formas que privilegiem a participação ativa do aluno.

uso que se faz dos métodos quando os alunos se tornam pesquisadores autônomos.

Além disso, convém observar que, independentemente da (falsa) dicotomia entre métodos quantitativos e qualitativos e sua oferta formal por meio de disciplinas regulares nos cursos de pós-graduação, o grande objetivo da formação em métodos de pesquisa é dar condições aos futuros pesquisadores para fazerem perguntas que façam sentido e desenvolvam explicações com boa fundamentação teórica, encadeamento lógico e coerência – algo que a literatura já aponta como o grande “calcanhar” da disciplina. Nesse sentido, também é essencial entender como os programas de pós-graduação – e, por que não, os programas de graduação em Ciência Política e Ciências Sociais – têm preparado seus alunos a estabelecerem boas perguntas e planejarem as melhores estratégias para respondê-las, com a justificada adoção de técnicas quantitativas, qualitativas ou abordagens mistas.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos demonstrar que a oferta de disciplinas metodológicas é diversificada e abrange a totalidade dos programas de pós-graduação em Ciência Política no Brasil. O grau de institucionalização é um fator determinante para a oferta de disciplinas de métodos. Programas mais institucionalizados apresentam altos índices relativos de oferta de disciplinas metodológicas, enquanto outros (em geral, os programas mais novos e menores) oferecem menos disciplinas. Porém, se comparados com congêneres norte-americanos e europeus, essa oferta ainda é incipiente.

Os dados e informações coletados permitirem fornecer um panorama geral, porém claramente indicam a continuidade de investigações sobre o ensino de métodos na ciência política brasileira. Futuros estudos devem investigar a construção do programa pedagógico dos cursos e a oferta de disciplinas desses programas, recorrendo diretamente aos docentes e secretarias de pós-graduação, por meio de entrevistas e coleta de documentos adicionais não disponíveis até a submissão do presente trabalho. Neste artigo a análise das ementas restringiu-se à leitura do material enviado à CAPES pelos programas, mas o desdobramento desta pesquisa requer uma análise mais aprofundada dessas disciplinas, abrangendo os tópicos abordados, as técnicas pedagógicas empregadas e as formas de avaliação utilizadas pelos docentes.

Para dar continuidade aos pontos levantados pelo Soares (2005), futuras pesquisas devem analisar a produção científica de docentes e discentes egressos desses programas de pós-graduação com a oferta de disciplinas metodológicas e avaliar se existe correlação significativa entre maior oferta e o uso de métodos na

produção científica. Uma discussão aprofundada e sistemática sobre a relação entre ensino de métodos e técnicas e suas deficiências precisa se dedicar a também avaliar a utilização dos mesmos métodos em pesquisas produzidas pelos discentes destes programas. Como destacamos neste artigo, a oferta de disciplinas depende do quadro de docentes e traçar seu perfil de formação é algo que pode ajudar a esclarecer as barreiras que impedem um crescimento maior de disciplinas nos programas de pós-graduação do país.

Análises sistemáticas tem demonstrado que a adoção de técnicas pedagógicas específicas para o ensino de métodos e técnicas de pesquisa influenciam de forma significativa a capacitação dos alunos. Estudos futuros podem investigar os impactos da inovação no ensino de métodos na produção científica da área. Tais estudos também poderiam incluir o ensino de métodos e técnicas de pesquisa em cursos de graduação identificando problemas e desafios, na medida em que as deficiências não superadas na graduação persistem quando os alunos ingressam na pós-graduação.

Visando melhor contextualizar o ensino de métodos e técnicas de pesquisa em Ciência Política no Brasil, seria importante desenvolver estudos comparativos com outros países. Faz-se necessário também examinar as diferenças comparando os programas líderes brasileiros com os líderes de outros países. O mapeamento do ensino de métodos e técnicas de pesquisa em nível nacional, regional e internacional é imprescindível para verificarmos o estado da arte do ensino e sinalizar potenciais mudanças a ser empreendidas nos programas, como no sistemas de avaliação da pós-graduação do Brasil.

- ADENEY, Katharine e CAREY, Sean. 2009. Contextualising the teaching of statistics in Political Science. *Politics*, vol. 29(3), pp.155-230.
- ALTMAN, David. 2005. La institucionalización de la ciencia política en Chile y América Latina: una mirada desde el sur. *Revista de Ciencia Política*, vol. 25, n° 1, pp. 3-15.
- _____. 2012). Where is knowledge generated? On the productivity and impact of political science departments in Latin America. *European Political Science*, vol. 11, pp. 71-87.
- BARBERIA, Lorena et al. 2014. Inovação no ensino de métodos quantitativos em Ciência Política: Aplicação de modelo baseado em atividade”. *Revista Agenda Política*, vol. 2, n. 2. Disponível em: <<http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/48/45>> Acesso em 12 mar 2015.
- BENNETT, Andrew, Aharon BARTH, Kenneth R. RUTHERFORD. 2003. Do We Preach What We Practice? A Survey of Methods in Political Science Journals and Curricula. *PS: Political Science and Politics*, vol. 36, pp. 381-386.
- CAPEL. FUNDAÇÃO COORDENADORIA DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. 2015. *Cadernos de Indicadores*. [online] Disponível <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/CadernoAvaliacaoServlet>> 12 mar 2015.
- D’ALESSANDRO, Martín et al. 2015. La Ciencia Política en Argentina 2005-2014 - El Camino de la Consolidación Dentro y Fuera de las Aulas Universitarias. *Revista de Ciencia Política*, vol. 35, n° 1, pp. 3-17.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. 1997. A emergência da Ciência Política no Brasil: Aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online], vol. 12, n° 35. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=So102-69091997000300007&script=sci_arttext>.
- FUENTES, Claudio & SANTANA, Graciela. 2005. El ‘boom’ de la ciencia política en Chile - Escuelas, mercado e tendencias. *Revista de Ciencia Política*, vol. 25, n° 1, pp. 16-39.
- KEINERT, Fábio Cardoso & SILVA, Dimitri Pinheiro. 2010. A gênese da Ciência Política brasileira. *Tempo Social*, vol. 22, n°1, pp. 79-98.
- LEIRAS, Marcelo et al. 2005. La ciencia política en Argentina - El camino de la institucionalización dentro y fuera de las aulas universitarias. *Revista de Ciencia Política*, vol. 25, n° 1, pp. 76-91.
- LOAEZA, Soledad. 2005. La ciencia política: El pulso del cambio mexicano. *Revista de Ciencia Política*, vol. 25, n° 1, pp. 192-203.
- MAZUR, Eric. 1997. *Peer instruction: A user’s manual*. New Jersey. Prentice Hall.

- NETO, Octavio Amorim & SANTOS, Fabiano. 2005. La ciencia política en Brasil - El desafío de la expansión. *Revista de Ciencia Política*, vol. 25, n° 1, pp. 101-110.
- PARKER, Jonathan. 2010. Undergraduate Research-Methods training in Political Science: A comparative Perspective. *PS: Political Science & Politics*, Vol.43 (1), pp. 121-125.
- REIS, Fábio Wanderley. 1996. Avaliação das Ciências Sociais. In: Schwartzman, Simon (coord.). *Ciência e Tecnologia no Brasil: A capacitação brasileira para a pesquisa científica e tecnológica*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, pp. 93-122.
- RYAN, Matt et al. 2013. Improving Research Methods Teaching and Learning in Politics and International Relations: A “Reality Show” Approach. *Politics*, Vol. 34 (1), pp. 85–97.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. 2005. O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n° 48, pp. 27-52.
- THIES, Cameron G. & HOGAN, Robert E. 2005. “The state of undergraduate research methods training in Political Science. *PS: Political Science & Politics*, pp. 1-5.

Oferta anual total de disciplinas pelos programas de pós-graduação em Ciência Política,
1998 a 2012

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
IUPERJ/UCAM	19	17	14	17	15	24	21	22	22	23	27	24	-	14	13
UFF	12	6	9	11	12	13	12	12	13	11	7	17	16	18	13
UFMG	12	9	7	8	9	10	9	6	13	11	7	8	8	7	7
UFPE	19	16	24	16	15	19	17	16	19	15	14	15	19	16	17
UFRGS	9	9	16	17	15	14	12	13	15	16	18	19	16	20	17
UNB	13	16	17	21	13	16	15	14	12	13	19	17	10	17	13
UNICAMP	7	16	12	13	15	12	17	17	22	18	20	10	15	16	15
USP	8	12	14	17	15	15	15	17	17	15	22	22	18	18	28
FUFPI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7	9	8	8
UFPA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	13	14	15	14
UFSCAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	17	22	20	22
UFPR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	15	14	14
UERJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	22	18
UFPEL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	10
UFG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
MÉDIA	12,38	12,63	14,13	15,00	13,63	15,38	14,75	14,63	16,63	15,25	15,27	15,00	14,33	15,21	14,47

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2015).

Oferta anual de disciplinas metodológicas pelos programas de pós-graduação em Ciência Política, 1998 a 2012

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
IUPERJ/UCAM	5	2	4	2	2	4	3	3	4	3	5	4	-	2	2
UFF	2	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
UFMG	1	1	1	1	2	1	1	1	3	2	2	2	2	2	2
UFPE	2	2	3	3	2	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
UFRGS	1	1	0	1	2	1	0	0	1	1	2	3	2	2	1
UNB	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	2	2	1	2	1
UNICAMP	0	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1
USP	0	1	1	2	1	2	1	1	2	2	4	1	2	2	4
FUFPI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1
UFPA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	1	1
UFSCAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	1	1
UFPR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1
UERJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5	3
UFPEL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
UFG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
MÉDIA	1,50	1,25	1,50	1,75	1,50	1,88	1,50	1,50	2,25	1,88	2,36	2,00	1,75	1,86	1,67

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2015).

Oferta relativa anual de disciplinas metodológicas pelos programas de pós-graduação em
Ciência Política, 1998 a 2012

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
IUPERJ/UCAM	26%	12%	29%	12%	13%	17%	14%	14%	18%	13%	19%	17%	-	14%	15%
UFF	17%	17%	11%	18%	8%	8%	8%	8%	8%	9%	14%	6%	6%	6%	8%
UFMG	8%	11%	14%	13%	22%	10%	11%	17%	23%	18%	29%	25%	25%	29%	29%
UFPE	11%	13%	13%	19%	13%	21%	24%	25%	21%	27%	29%	27%	21%	25%	24%
UFRGS	11%	11%	0%	6%	13%	7%	0%	0%	7%	6%	11%	16%	13%	10%	6%
UNB	8%	6%	6%	10%	8%	6%	7%	7%	8%	8%	11%	12%	10%	12%	8%
UNICAMP	0%	6%	8%	8%	7%	8%	6%	6%	9%	6%	5%	10%	7%	6%	7%
USP	0%	8%	7%	12%	7%	13%	7%	6%	12%	13%	18%	5%	11%	11%	14%
FUFPI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14%	14%	11%	13%	13%
UFPA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14%	15%	14%	7%	7%
UFSCAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15%	12%	9%	5%	5%
UFPR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9%	7%	7%	7%
UERJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20%	23%	17%
UFPEL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13%	10%
UFG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13%
MÉDIA	10%	10%	11%	12%	11%	11%	10%	10%	13%	12%	16%	14%	13%	13%	12%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2015).



ARTIGOS
Articles

INSTITUIÇÕES SOCIAIS E A POSSÍVEL RESOLUÇÃO DO PROBLEMA DA AÇÃO COLETIVA: UM ESTUDO DAS ASSOCIAÇÕES TRABALHISTAS DE BELO HORIZONTE NO INÍCIO DO SÉCULO XX

DANIELA OLIVEIRA RAMOS DOS PASSOS

RESUMO

No decorrer do desenvolvimento da cidade capital mineira tornou-se expressivo o aparecimento de trabalhadores belorizontinos, dentro do espaço urbano, com tendências a se associar, agregando elementos políticos, ideológicos e culturais em sua estruturação, organização e mobilização; bem como é possível perceber as respostas governamentais às questões sociais levantadas por estes operários. Dentro desta ótica, este trabalho propõe refletir, com base na abordagem institucional, sobre as práticas de luta e reivindicações adotadas pela classe trabalhadora belorizontina, no contexto de construção da nova capital mineira (1893-1930), que tinham por intuito conseguir consolidar os direitos trabalhistas ou mesmo lutar por melhores condições de trabalho e vida. Para tanto, foram analisadas as associações classistas Liga Operária (1900), Centro Operário (1903), a Confederação Auxiliadora do Estado de Minas Gerais (1905), Centro Confederativo do Estado de Minas Gerais (1907), Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais (1909) e Confederação Católica do Trabalho (1919).

PALAVRAS-CHAVE

Belo Horizonte; associações classistas; reformismo; instituições sociais; trabalhadores.

SOCIAL INSTITUTIONS AND THE POSSIBLE RESOLUTION OF THE PROBLEM OF COLLECTIVE ACTION: A STUDY OF LABOR ASSOCIATIONS OF BELO HORIZONTE IN THE EARLY 20TH CENTURY

ABSTRACT

In the course of development of mining capital city became expressive of belorizontinos workers, within the urban space, with tendencies to join, adding political, ideological and cultural elements in its structuring, organization and mobilization; as well as it is possible to perceive the governmental responses to social issues raised by these workers. Within this perspective, this paper proposes to reflect, on the basis of institutional approach on fighting practices and claims adopted by the belorizontina working class, in the context of construction of the new capital of Minas Gerais (1893-1930), which were intended to consolidate labor rights or even fight for better conditions of work and life. To this end, we analyzed labor workers' League associations (1900), Worker Center (1903), the Confederation Auxiliadora do Estado de Minas Gerais (1905), Confederate Center of Minas Gerais State (1907), Federation of labor of the State of Minas Gerais (1909) and Catholic Confederation of labour (1919).

KEYWORDS

Belo Horizonte; labor associations; reformism; social institutions; workers.

SOBRE A AUTORA

DANIELA OLIVEIRA RAMOS DOS PASSOS

Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Possui Mestrado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (2011). Graduação (licenciatura plena em História) pela Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo (2006). Tem experiência docente (ensino básico e tutoria à distância) e de pesquisa nas áreas de História e Sociologia. Atua principalmente nos seguintes temas de pesquisa: Movimentos sociais, Classe trabalhadora, Teoria institucional de abordagem sociológica, Sociologia histórica e Teoria Sociológica.

SUBMETIDO EM

Novembro de 2015.

APROVADO EM

Agosto de 2015.

Guiados pelas possibilidades de mudança social e melhores condições de trabalho, os operários belorizontinos, do início do século XX, se nutriram de esperanças para lutar pela consolidação de seus interesses. Tendo à frente as associações classistas, das quais eram filiados, os trabalhadores se lançaram rumo a um projeto de mudança e seguiram em busca da materialização dos seus ideais.

Dentro desta ótica, este trabalho propõe refletir, com base na abordagem institucional, sobre as práticas de luta e reivindicações adotadas pela classe trabalhadora belorizontina, no contexto de construção da nova capital mineira (1893-1930), que tinham por intuito conseguir consolidar os direitos trabalhistas ou mesmo lutar por melhores condições de trabalho e vida.

Para esse propósito adotaremos o conceito de instituição, elaborado por Elster (1994: 174) que a define como “um mecanismo de imposição de regras, que governam o comportamento de um grupo bem definido de pessoas, com sanções externas e formais”. As instituições, que nos interessam para esta pesquisa, são as de caráter privado¹, cujas sanções se baseiam na expulsão de algum membro do grupo; e sua adesão é oferecida por meio de benefícios que variam da ajuda mútua (no que se refere às pensões e seguros favoráveis) e a valorização da classe trabalhadora, ao serem adeptas das reivindicações em busca de melhores condições de trabalho.

E mesmo com o conceito de instituição proposto por Douglass North (1991), onde as instituições, ao se constituírem em mecanismos de ação coletiva, teriam como fim dar “ordem” ao conflito e aumentar a eficiência. Ou seja, para se chegar à eficiência não basta apenas uma harmonia de interesses, mas também o papel relevante das instituições, onde as mesmas poderiam colocar ordem ao conflito, levando a um conjunto de normas funcionais da ação coletiva. Sob este prisma, a definição de instituição de North seria:

Institutions are the humanly devised constraints that structure political, economic and social interaction. They consist of both informal constraints (sanctions, taboos, customs, traditions, and codes of conduct), and formal rules (constitutions, laws, property rights). Throughout history, institutions have been devised by human beings to create order and reduce uncertainty in exchange. Together with the standard constraints of economics they define the choice set and therefore deter-

¹ De acordo com Elster (1994: 174) as instituições podem ser privadas ou públicas, dependendo da natureza das sanções. As instituições privadas incluem empresas, sindicatos, organizações religiosas e universidades. A principal sanção está relacionada a expulsão do grupo. Já as instituições públicas incluem o Congresso, a Comissão de Seguridade e Intercâmbio, a Suprema Corte e os diversos Conselhos públicos. Suas sanções, apoiadas pelo sistema de aplicação de leis, incluem subsídios, taxas, multas e prisão. As regras que vigoram incluem leis, decisões judiciais, decretos administrativos e ordens executivas.

mine transaction and production costs and hence the profitability and feasibility of engaging in economic activity. They evolve incrementally, connecting the past with the present and the future; history in consequence is largely a story of institutional evolution in which the historical performance of economies can only be understood as a part of a sequential story. Institutions provide the incentive structure of an economy; as that structure evolves, it shapes the direction of economic change towards growth, stagnation, or decline (North 1991:97).

A finalidade de pensar as associações trabalhistas de Belo Horizonte, formadas no início do século XX, como organizações institucionais, teve por objetivo analisar o problema da ação coletiva e sua possível resolução: como as associações trabalhistas conseguiram agir em prol dos interesses de um determinado grupo? Para ilustrar esta questão analisamos as ações das entidades: *Associação Beneficente Tipográfica, Liga Operária, Confederação Auxiliadora do Estado de Minas Gerais, Centro Confederativo do Estado de Minas Gerais, Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais e Confederação Católica do Trabalho*.

As associações trabalhistas se caracterizavam como entidades que formavam um misto de reformismo e mutualismo, contrapondo-se às ações ditas revolucionárias. De acordo com Batalha (2000) objetivamente, o termo revolucionário designa o movimento operário com metas políticas de transformação radical da sociedade. O termo reformista, refere-se ao movimento operário que buscava mudar aspectos sociais definidos, sem romper com ordem social e econômica, e que visava conquistar melhoramentos para os trabalhadores. Quanto ao mutualismo, este se caracterizou pela solidariedade exercida entre os membros das associações fundadas para este fim, através de auxílios para os sócios em caso de doenças, incapacitação para o trabalho, desemprego, funeral, etc. bem como para zelar pelos interesses da classe.

Estas associações, entidades e centros classistas procuravam desempenhar uma relação amistosa com o poder público. Atuando através dos meios legais a fim de consolidarem diretos trabalhistas, desenvolviam práticas voltadas para a elaboração e o envio de petições ao Congresso ou mesmo através dos apelos e reclamações publicados nos jornais operários da época. Também tinham por meta, a instrução dos proletários através da criação de escolas operárias, ou mesmo por meio de palestras e conferências. Apoiavam, ainda, a ideia da criação de um partido operário mineiro que pudesse lançar a candidatura, se possível em todas as esferas públicas, de pessoas adeptas as causas trabalhistas a fim de influir diretamente na administração do Estado, com vistas a alcançar as reformas necessárias para efetivação dos direitos operários.

No que se refere à metodologia, o trabalho baseou-se na análise qualitativa de fontes primárias e complementares e de uma pesquisa bibliográfica de suporte à leitura. Quanto ao estudo das fontes primárias, analisamos os periódicos produzidos

pelas associações classistas. Sendo eles: O Operário (Liga Operária – 1900), O Labor (Confederação Auxiliadora do Estado de Minas Gerais – 1905), O Confederal (Centro Confederativo do Estado de Minas Gerais – 1907) e O Operário (Confederação Católica do Trabalho -1919/1920). Todos pertencentes à documentação da Coleção Linhares, disponível na Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais, sendo possível encontrar alguns números disponíveis também na Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Outros documentos também foram estudados, visando complementar este trabalho, sendo eles: os estatutos das associações, disponíveis no periódico Minas Gerais (órgão da Imprensa Oficial do Estado) guardados no acervo de revitalização e vendas da Imprensa Oficial; revista comemorativa do trigésimo aniversário da Associação Beneficente Tipográfica de Belo Horizonte, arquivada no Museu histórico Abílio Barreto (MhAB), como parte da coleção associações (1898 – 1946) do inventário geral do arquivo privado do Abílio Barreto; uma representação encaminhada à Câmara dos Deputados Estaduais de Minas Gerais, em nome da Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais, pertencente a documentação relacionada ao dossiê da família Donati, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro (APM); e por fim os Anais do Conselho Deliberativo da capital, documentos estes produzidos pelo poder público da cidade de Belo Horizonte, disponíveis no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH).

Nesta pesquisa a fonte nuclear foi, de fato, os periódicos das associações especificadas neste trabalho. Logo, é importante destacar o papel da imprensa operária, que neste período, buscava no jornalismo escrito, um meio de agregar interesses, difundir ideais e defender perspectivas próprias da classe. Desta forma os jornais das associações constituíram-se em instrumentos essenciais de politização e arregimentação da classe, sendo importantes para se pensar, a partir de uma análise teórico-metodológica, os discursos e práticas adotados pelos operários e acima de tudo, pelas associações classistas em questão.

Assim, um estudo do clássico *Itinerários da imprensa de Belo Horizonte* (1995), de Joaquim Nabuco Linhares, se fez necessário, pois a obra nos possibilitou identificar as lideranças classistas e os responsáveis pela editoração dos periódicos, além de trazer outras informações pertinentes, como a natureza, o formato, a propriedade, a periodicidade e o tempo de duração das folhas.

A partir da análise deste núcleo de pensamento, constata-se que as instituições podem deixar todos em situação melhor, ao tentar resolver o problema da ação coletiva. Neste sentido, as associações trabalhistas, tidas enquanto organizações institucionais, puderam oferecer benefícios especiais aos seus membros, ao mesmo tempo em que proporcionaram aos trabalhadores a interação com seus semelhantes, alertando para a união classista em busca de melhores condições de trabalho e vida.

A classe trabalhadora, de meados do século XIX e início do século XX, foi incorporada ao processo político por uma forte e intensa solidariedade de classe, trazida em consciência revolucionária por suas organizações. Mesmo havendo diferenciações na forma de luta, variando de país para país, podemos dizer que verificou-se um padrão relativamente homogêneo em busca da consolidação dos interesses da classe trabalhadora, concretizado no papel exercido pelos partidos e pelos sindicatos. “Ao partido, cabia à solidariedade de classe em termos ideológicos e ao segundo representar seus interesses imediatos frente ao capital”. Desta forma, a entrada da classe trabalhadora na arena política, trouxe consigo uma tradição política ideológica articulada em torno de seus próprios interesses (Prates 1986: 01).

A formação da classe trabalhadora em Belo Horizonte data, desde o início da fundação da cidade, quando se fez necessário a contratação de operários para trabalhar nas diversas áreas da construção civil e nas atividades comerciais e industriais da nova capital mineira. Os trabalhadores passaram a se reunir e organizar-se politicamente no intuito de conquistar principalmente condições mais dignas de trabalho. Esta formação teve características diversas, mas com interesses comuns de luta e reivindicações, onde procuravam criar centros para defesa de seus interesses.

As primeiras associações classistas que se têm registros possuíam características de sociedades mutualistas, cujos objetivos eram a arrecadação mensal financeira a fim de custear auxílios para os sócios em caso de doença, invalidez, desemprego, funeral, etc. Nas sociedades de socorro mútuos os trabalhadores encontrariam o meio para exercer a “solidariedade” entre seus membros, ou mesmo, poderiam ajudar os trabalhadores a adquirir a capacidade de organização, “civilizando” as classes operárias (Batalha 2010: 21).

Além da ajuda mútua entre os seus sócios, as sociedades de socorro mútuos também poderiam cumprir funções sindicais, ao reivindicar melhores condições de trabalho incluindo salários dignos. Portanto poderiam conviver em um mesmo contexto sociedades ditas sindicalistas e mutualistas, sendo “fenômenos contemporâneos e não excludentes, ainda que nem sempre seja possível demarcar fronteiras claras entre elas” (Batalha 2010: 16-17). Onde, poderiam se unir em prol de uma coletividade, formando redes que pudessem levar a superação dos entraves de grupos, na tentativa de resolver o problema da ação coletiva.

Uma das mais importantes associações classistas surgidas na cidade de Belo Horizonte, no início do século XX, e que possuía características de uma sociedade mutualista, foi a Associação Beneficente Tipográfica, fundada no ano de 1900. A

entidade era formada exclusivamente por tipógrafos e empregados da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais e tinha como principal característica o mútuo socorro, ou seja, zelava pela ajuda mútua, instrução, recreação e educação moral de seus sócios e não tinha partido político, religioso e filosófico específico.

O início da história da Associação Beneficente Tipográfica se deu através de um apelo, feito em forma de crônica, em um dos grandes jornais que circulavam na capital neste período, o *Jornal do Povo*. Os operários que trabalhavam nas oficinas tipográficas de Belo Horizonte, no início dos anos de 1900, eram em sua maioria (neste período não passavam de 100 homens) paupérrimos, mal remunerados e mal instalados, em pequenas casas situadas na zona suburbana da cidade². Quando alguns deles adoeciam ou chegavam ao óbito, era com a ajuda de colegas (quando havia este tipo de auxílio) que conseguiam pagar as despesas com o tratamento médico ou o funeral.

Azevedo Júnior, cronista do *Jornal do Povo* (na época, a folha fazia parte dos três grandes jornais que circulavam na cidade, junto com o *Minas Gerais* – órgão do governo – e o *Diário de Minas*) em um de seus textos, relatou a precária situação dos trabalhadores, na coluna intitulada *Bohemios*³. O noticiário procurou mostrar aos gráficos a situação de precariedade da classe. A partir da reportagem, alguns líderes, se movimentaram e em abril de 1900, resolveram fundar a Associação Beneficente Tipográfica. Em maio do mesmo ano, com a devida autorização do chefe de polícia da época, os tipógrafos conseguiram aprovar o estatuto da associação, que tinha como principais fins:

1º auxiliar pecuniariamente ao sócio que se enfermar gravemente e ficar impossibilitado de trabalhar; 2º concorrer com auxílios para o enterramento de qualquer sócio efetivo que falecer; 3º trabalhar pelo reerguimento e nivelamento social da classe, pela solidariedade entre seus membros e também pelos seus interesses.⁴

2 Característica de uma cidade que se desejava moderna, Belo Horizonte não fugiu ao paradigma de ser um local de segmentação. De acordo com o estilo funcional e progressista de urbanismo que se iniciou na segunda metade do século XIX, a nova Capital de Minas Gerais também possuía espaços classificados e ordenados de acordo com as funções e necessidades sociais. Tal fato é percebido no projeto/planta do engenheiro Aarão Reis, que dividiu Belo Horizonte em três zonas: A zona urbana que constituía o espaço moderno e ordenado reservado para as elites mineiras. Possuía avenidas largas, retas, geométricas, infra-estrutura sanitária e técnica, área que deveria ser espelho das cidades mais modernas do mundo; a zona suburbana, fora dos limites da Avenida do Contorno que funcionava como uma fronteira que separava a vida urbana da suburbana, onde as moradias eram sofríveis e os serviços precários; e, por fim, a zona rural, um cinturão verde, onde se localizariam os núcleos coloniais que abasteceriam a Capital de frutas, legumes, verduras e matéria prima para a sua construção (Oliveira 2004: 34-35).

3 MhAB [Museu Histórico Abílio Barreto], Livro Gráfico Mineiro: edição comemorativa do trigésimo aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1900-1930) - Inventário Geral do Arquivo privado Abílio Barreto.

4 *Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1900.

É importante destacar que desde meados do século XIX, todo grupo de indivíduos que desejasse fundar uma associação para defender seus interesses era obrigado a pedir autorização na delegacia mais próxima do local em que pretendesse instalar sua sede. O chefe de polícia, delegado ou subdelegado, responsáveis pela questão, tomariam as providências para que o encontro ocorresse dentro da ordem estabelecida. Somente depois de autorizado os estatutos das associações, é que as entidades poderiam ser criadas. Quando aprovado, o documento era impresso em uma tipografia, no formato de um livreto. Algumas entidades também pagavam para que o estatuto fosse publicado nos principais jornais da cidade, como forma de obter a adesão de novos sócios (Jesus 2009: 93). No caso de Belo Horizonte, os estatutos eram publicados no jornal *Minas Gerais*.

De acordo com o estatuto da Associação Beneficente Tipográfica, era oferecido aos seus membros pensão mensal ao sócio enfermo, e auxílio funeral, além de empréstimos, em dinheiro, ao associado que tivesse algum membro familiar doente.⁵ O objetivo principal da Associação Beneficente Tipográfica, assim como a maioria das mutuais do país, era oferecer aos seus sócios proteção, no que tange aos mecanismos que hoje conhecemos como previdência pública, já que no período em questão havia uma ausência deste tipo de auxílio.

A Associação Beneficente Tipográfica, foi uma entidade que constituiu-se em torno de uma categoria profissional que possuía certo nível de coesão e de interesses materiais próprios. Tinha como característica principal o mutualismo, mas atuava, também, por vezes, como uma sociedade que admitia práticas políticas sindicais. Procurava agregar e compartilhar identidades e interesses, reforçando “laços de solidariedade” entre seus membros, além de construir espaços de sociabilidade e lazer para seus integrantes e acima de tudo, buscava construir uma identidade coletiva baseada na valorização do ofício (Jesus e Viscardi 2007: 24).

Analisando o caso da Associação Beneficente Tipográfica podemos aludir que os mecanismos de proteção social reforçavam os traços comuns do mutualismo. A ideia de proteção, em situações de enfermidades e moléstias que impossibilitassem os sócios de trabalhar, além do custeio de funerais, remédios e de ajuda nos casos em que os associados estivessem presos, fazia parte do cotidiano das associações (Jesus e Lacerda 2010: 133).

Encontraremos também, especificamente nesta entidade, mais do que uma dimensão mutualista/previdenciária. Para além dos interesses materiais da organização, havia valores culturais que moldavam a formação de identidades sociais, e formas de organização dos trabalhadores cujos aspectos transcendem o mutualismo e que estão presentes nas ações sociais e políticas das associações

5 *Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1900.

(Batalha 2010: 13). Os membros das associações trabalhistas (em especial a Associação Beneficente Tipográfica) procuravam se associar nos centros com características mutuais, a fim de fugir das mazelas que a velhice poderia vir a proporcionar e da pobreza, buscando nas associações proteções assistenciais, até então inexistentes. Mas também, procuravam se reunir no intuito de zelar por salários e condições de trabalho dignos e empreender ações para alcançar suas reivindicações.

Ao compartilhar normas e padrões de comportamentos, as associações trabalhistas, fundadas em Belo Horizonte no início do século XX, destaque aqui para a Associação Beneficente Tipográfica, puderam desenvolver formas de capital social⁶, com o qual pôde ser pensada a construção de arranjos institucionais para a resolução de problemas relacionados aos interesses comuns, neste caso, a busca por melhores condições de trabalho e vida para os operários belorizontinos. À medida que as associações trabalhistas da cidade de Belo Horizonte criaram expectativas de confiança mútua, geradas a partir da capacidade de criar suas próprias regras e estabelecer o modo de vigilância e sanção das regras, acabaram por constituir um fator chave de ajuda aos indivíduos (neste caso os trabalhadores) a resolver o problema da ação coletiva (Ostrom e Ahn 2003: 165).

De acordo com Prates (1986), a existência de um sentimento de pertencimento a uma comunidade, partilhado por trabalhadores, definido como identidade própria, existe juntamente com a orientação instrumental que conduz as atividades sociais e políticas no ambiente de trabalho e fora dele.

Este ‘coletivismo instrumental’ não decorre primeiramente de mudanças ocorridas na estrutura ocupacional, mas de dimensões sociais e culturais mais amplas da história de vida do trabalhador, definindo o seu mapa interpretativo (Prates 1986: 04).

Tal fato reforça o compromisso com organizações sindicais e mutuais, vistas como instrumentos de realização de interesses imediatos de nível individual ou de classe. Vale também ressaltar que a estrutura ocupacional pode ser tida como elemento-chave da formação de uma ‘consciência de classe’, onde o sindicato e as sociedades mutuais, constituiria, pela sua posição estratégica, o canal ‘natural’ de sua expressão” (Prates 1986: 05).

Em se tratando do contexto entre os anos de 1890 a 1930 observa-se o aumento na formação das organizações de caráter trabalhista, refletindo a mobilização inicial da classe trabalhadora como meio de empreender ação coletiva através de

6 De acordo com Ostrom e Ahn (2003: 159) capital social pode se toda a forma compartilhada de saberes comuns e regras de uso, podendo ser um meio para resolver o problema da ação coletiva.

greves e das associações. Tal fato permitiu às elites trabalhadoras mobilizar bases de suporte, através dos quais construíram suas organizações e comprometeram esses recursos organizacionais em uma luta política, no intuito de serem aceitos na *polity*, afim de não terem que se utilizar somente do recurso grevista como meio de pressionar por demandas. Isto refletiu na centralização e na burocratização das organizações de interesses dos trabalhadores o que fez aumentar sua capacidade de mobilização e luta política no âmbito institucional nas sociedades industriais (Prates 1986: 10).

Seguindo a mesma linha de luta, proposta pela Associação Beneficente Tipográfica, podemos citar a Liga Operária. Fundada em 15 de julho de 1900, durante uma reunião composta de 700 operários, presidida pelo italiano Donato Donati⁷ e sediada no teatro Soucassaux⁸, a Liga Operária, tinha por objetivo lutar, reivindicar e propor melhores condições de trabalho para os proletários residentes na cidade capital. Dentre a pauta da sessão estava a de organizar os trabalhadores a fim de motivá-los a defender, através de ações legalistas, os direitos e interesses dos operários. As propostas se resumiam em:

(...) formular, apresentando a quem de direito, um projeto de lei que obrigue os construtores e empreiteiros de obras a apresentarem fiança suficiente para cobrir e indenizar os compromissos por eles assumidos, sob o penhor de procurador idôneo; reclamar continuamente, até conseguir de vez, a extinção de VALES⁹, regularizando-se os pagamentos dos trabalhadores, de modo que sejam pagos integralmente e por quinzenas, ou pelo menos, por mês; defender os direitos e interesses da classe trabalhadora e lutar energicamente pela adoção das leis favoráveis aos operários, a exemplo das nações mais cultas, e pelo fiel cumprimento das que já existem prevenindo e protegendo o trabalhador; da publicidade aos justos reclamos dos trabalhadores e servir de mediador, quando possível entre os mesmos e os patrões (...).¹⁰

Durante a reunião também ficou deliberado à criação e publicação quinzenal do periódico denominado *O Operário*, sendo a folha considerada o órgão oficial da Liga Operária.

7 Donato Donati foi um jornalista italiano nascido na cidade de Florença (Toscana) no ano de 1866, imigrando para o Brasil em 1890. Primeiramente se estabeleceu na cidade de São Paulo, onde fundou o jornal anarquista *Avanti!*. Em Belo Horizonte, Donato Donati também propôs, ao fundar a Liga Operária, criar uma folha que fosse a porta voz oficial da associação, sendo este o primeiro momento que se exporia a ideia de criar e publicar quinzenalmente um jornal de cunho operário.

8 *Minas Gerais*, Belo Horizonte: 16/07/1900.

9 Os vales funcionavam como uma espécie de tickets, que o operário trocava em algum comércio, com o intuito de abastecer sua residência de produtos alimentícios em geral.

10 *Minas Gerais*, Belo Horizonte: 16/07/1900.

Cabe ressaltar que a imprensa operária, atuante nas primeiras décadas do século XX, fazia parte do cotidiano das associações, ligas, sindicatos ou uniões trabalhistas que fossem fundadas. Os jornais tinham por meta expor os problemas das classes operárias e publicar as reivindicações trabalhistas por melhores condições de labuta. Mesmo não sendo produzidas especificamente por operários, as folhas visavam a este público. Os periódicos estavam quase sempre ligados a alguma organização trabalhista e procuravam informar, conscientizar e mobilizar o seu leitor que de alguma forma tinha interesses comuns e participava da mesma associação.

O jornal começou a circular no mês de Julho (29/07/1900), e era dirigido e redigido por Donato Donati e pelos advogados Francisco Diogo de Vasconcelos e Marcelo Rios. O primeiro número trouxe explicito o projeto de estatutos da Liga que tinha como principais fins:

(...) a) unir e organizar os elementos e as energias do operariado; b) manter um jornal de propaganda, ou conseguir publicidade para suas ideias, em algum jornal existente; c) fundar, quanto for possível, uma biblioteca própria para operários e respondente aos fins da Liga Operária; d) organizar conferencias sobre argumentos econômicos e sociais; e) *defender, por todos os meios legais os direitos e interesses das classes operárias*; f) *propor as autoridades competentes as medidas que forem julgadas próprias para proteger e avantajar os trabalhadores*; g) *tomar parte nas eleições de mandatários públicos, sustentando candidatos aderentes aos fins da Liga Operária.*¹¹

Através destes pontos podemos perceber como a Liga Operária buscou estruturar-se, baseando, acima de tudo, em noções reformistas e buscando melhores condições de trabalho através das medidas legais, ao procurar tomar partido em eleições e sustentar candidatos que fossem solícitos com as classes trabalhadoras. O principal intuito da Liga era conseguir a regularidade dos pagamentos salariais. Na cidade capital era comum o atraso do pagamento e quando este “ficava na ordem do dia” era feito em forma de vales.

Os líderes da Liga Operária, principalmente Donato Donati, não concordavam com o pagamento em forma de vales. Segundo a associação para que os salários fossem regularizados e pagos em moeda corrente, era necessário que os trabalhadores buscassem na justiça esta regularidade e para tal a mesma deveria ser eficaz e, sobretudo, gratuita.

A Liga Operária, por meio da sua comissão executiva, tem estudado naturalmente a questão da vida operária e tem chegado a convicção absoluta de que o

¹¹ *O Operário*, Belo Horizonte, 29/07/1900 (grifo nosso).

remédio mais eficaz consiste numa lei que faculte aos operários os meios de obter justiça pronta e gratuita. (...)Todas as nações cultas têm hoje uma legislação que garante justiça aos operários, e o Estado de Minas, que certamente faz parte dos povos cultos, não pode ficar atrás¹²

Seguindo os ideais reformistas, a Liga Operária encaminhou uma petição ao governo estadual solicitando medidas e soluções para a questão salarial dos trabalhadores belorizontinos. O documento referia-se as formas de pagamento, requerendo principalmente a extinção dos vales, o pagamento salarial regular – pelo menos uma vez ao mês – e a justiça gratuita e eficaz para os operários que se sentissem lesados no que se refere a questão salarial¹³.

No ano de 1909, Donato Donati também fundou, na capital mineira, a entidade classista denominada Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais. Com princípios semelhantes ao da Liga Operária a Federação também procurava agir de forma legalista, recorrendo quase sempre ao governo a fim de conquistar melhorias para a vida do operariado belorizontino.

Prova disto esta no documento encaminhado ao poder público estadual especificamente, à Câmara dos Deputados Estaduais, no ano de 1918, sugerindo alguns pontos ditos “essenciais” para que fosse definida uma legislação trabalhista. Entre os tópicos destacaram-se:

(...) 1º Dia de trabalho normal de 8 horas. Descanso semanal de 36 horas consecutivos. Para todos os trabalhadores, operários e empregados, sem exceção, da indústria, da agricultura e do comercio. Liberdade ampla para os patrões de terem abertos os seus estabelecimentos todo o tempo que quiserem com tal que nenhum dos seus dependentes trabalhe mais de 8 horas. 2º Fixação, pelo menos semestral, dos salários mínimos, feita por comissões mista de operários e patrões, de acordo com o custo local da vida e consultadas as condições da indústria. (...) 6º Igualdade de salários, serão igual a produção para os homens e para as mulheres. Proibição do trabalho noturno às mulheres. Proibição do trabalho dos menores de 14 anos, salvo em casos especiais e com o consentimento das comissões mistas já lembradas. 7º Pensões suficientes aos velhos e aos inválidos. Indenização razoável às vítimas dos infortúnios no trabalho ou em relação com o trabalho. 8º Garantia dos meios de vida e completo tratamento medico e farmacêutico aos operários doentes e às suas famílias, até o pleno restabelecimento. (...).¹⁴

12 *O Operário*, Belo Horizonte, 19/08/1900.

13 *O Operário*, Belo Horizonte, 19/08/1900.

14 APM [Arquivo Público Mineiro], Representação encaminhada em nome da Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais à câmara dos Deputados Estaduais sugerindo pontos essenciais para a definição de uma legislação trabalhista: Dossiê: Donato Donati, 22/11/1918.

De acordo com a Federação, era necessário tomar providências legislativas que fossem capazes de melhorar consideravelmente as condições do proletariado em geral, pois somente com garantias legais os trabalhadores poderiam ter uma vida tranquila e serem pacientes e calmos, sabendo aguardar pacificamente pela “evolução da sociedade”

(...) é indispensável adaptar desde já providencias legislativas audazes, capazes de melhorar consideravelmente as condições do proletariado e dar-lhe assim a tranquilidade da existência e a calma suficiente para aguardar, sem bruscas impaciências, a realização de ideais mais altos pela evolução lenta e pacífica da sociedade humana.¹⁵

A princípio, tendo por base as ações empreendidas pela Liga Operária e pela Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais, podemos concluir que quando algum órgão público era questionado pelos trabalhadores belorizontinos (ou suas lideranças) era feito na forma de assembleias, petições governamentais ou mesmo por noticiários de imprensa. Deduzimos que as reivindicações se davam de forma legalista, recorrendo, quase sempre, ao Estado em busca de medidas que os beneficiassem.

A esse respeito, de acordo com Prates (1986: 11) as organizações trabalhistas, colocadas na arena institucional-corporativa, seriam vistas como um reflexo da capacidade das bases trabalhadoras para utilizar eficientemente suas organizações como instrumentos políticos na busca de seus interesses gerais na sociedade. A organização social, tendo como base a confiança, normas e redes, pode melhorar a eficiência de uma sociedade e facilitar a ação coordenada.

Em face dessa contingência, outra entidade, fundada na capital, como o intuito de unir os trabalhadores belorizontinos em prol dos ideais de luta e reivindicações em busca de melhores condições de vida e trabalho foi a Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. A reunião de fundação ocorreu na casa de um dos sócios, Joaquim Magalhães, em 12 de março de 1905, ao qual compareceram outros dez fundadores. A ideia de criar a entidade partiu do também fundador José Maria Pereira. O objetivo era instituir uma sociedade operária para “socorrer” os trabalhadores. O primeiro presidente da Confederação foi José Modestino Leão¹⁶.

De acordo com Abílio Barreto, a Confederação iniciou suas atividades com um capital de cinco mil contos de réis. O dinheiro foi obtido através de subscrições

15 APM [Arquivo Público Mineiro], Representação encaminhada em nome da Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais à câmara dos Deputados Estaduais sugerindo pontos essenciais para a definição de uma legislação trabalhista: Dossiê: Donato Donati, 22/11/1918.

16 MhAb [Museu Histórico Abílio Barreto], Coleção ordem dos pioneiros: curral d’ El Rey: 12/12/1964.

de 250 ações de vinte mil réis cada. O capital foi utilizado na compra de uma tipografia, onde era editado o jornal *O Labor*, o periódico da Confederação. O então governador Wenceslau Braz e o secretário do interior, Delfim Moreira, contribuíram para a construção da sede da Confederação. Ambos autorizaram a construção, por conta do Estado de várias dependências da sede, entre elas, a sede própria (um prédio de três andares) situada à Rua Tupinambás 933, na área urbana da capital¹⁷.

A Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais foi uma associação extremamente diversificada em sua motivação, clientela e objetivos. Sua finalidade era agregar todo e qualquer operário. Seus princípios eram a filantropia, a sociabilidade e a instrução, e dentre seus objetivos constava os de cuidar dos enterros dos associados e dispor de fundos financeiros para criar pensões aos órfãos e uma comissão de beneficência.

No que se refere à instrução dos operários, a Confederação Auxiliadora teve um importante papel. A associação foi à primeira entidade classista da capital a criar uma escola primária pública para os trabalhadores e seus filhos, no ano de 1910 (Nogueira 2009). E em 1917 foi à primeira associação a criar uma escola com cursos noturnos exclusivos para operários, como noticiado no jornal *Minas Gerais*:

Fica deste já, aberta a matrícula para os operários adultos e menores que quiserem frequentar a escola primária pública desta confederação que funcionará no edifício próprio, sito à Rua Tupinambás em frente ao 2º grupo escolar. Os pretendentes deverão procurar o abaixo assinado encarregado do serviço de matrícula que se encerrará no dia 31 do corrente, em sua residência, à Praça da Estação nº 150¹⁸.

Os cursos tinham duração de quatro anos; contavam com subsídios do governo para mantê-los regulares. O espaço escolar era destinado exclusivamente à instrução, sendo proibido qualquer tipo de palestra com fins reivindicatórios, ficando as lutas trabalhistas apenas para as assembleias que ocorriam na sede da Confederação (Nogueira 2009).

Sobre esse assunto E.P. Thompson afirma que, se os operários conseguissem obter instrução escolar poderiam ver suas próprias vidas “como parte de uma história geral”. Através do saber escolar, os trabalhadores poderiam formar um quadro político de organização dentro da sociedade em que viviam e poderiam tentar amadurecer uma consciência de classe e provavelmente estariam cada vez mais cientes do seu papel em lutas e reivindicações por melhores condições de trabalho (Thompson 1989: 304).

17 MhAb [Museu Histórico Abílio Barreto], Coleção ordem dos pioneiros: curral d’ El Rey: 12/12/1964.

18 *Minas Gerais*, Belo Horizonte: 15/10/1910.

Sob ótica semelhante Ostrom e Ahn (2003: 159), citando Hanifan (1920: 80-90) salientam que a criação de capital social, baseado na boa vontade, companheirismo, empatia e relações sociais entre os indivíduos e famílias que compõem uma unidade social podem, na maioria dos casos, estarem relacionados às escolas. Tal fato sinaliza que as instituições escolares podem não só melhorar a qualidade de vida nas comunidades (neste caso, associações trabalhistas), mas que também podem treinar estudantes para lidarem, mais tarde na vida, com situações de natureza pública.

A respeito das falas apresentadas, verifica-se que os líderes da Confederação Auxiliadora acreditavam que o que poderia dar força moral aos trabalhadores seria a instrução, pois através do saber escolar, os filhos de operários não empunhariam a “gazua” e a “dinamite” nas grandes mineradoras. Através do saber escolar os trabalhadores poderiam se “salvar na arca santa das letras”, tendo instrução suficiente para cobrar “amparo legal do Estado” e garantias de um futuro digno para eles e seus familiares.¹⁹

O jornal que representava a associação era o periódico, *O Labor*, que teve o primeiro número publicado em junho de 1905. A direção da redação era de responsabilidade de José Modestino Leão (um dos sócios fundadores). A folha teve um total de 12 números publicados, o último jornal datando de 31 de março de 1906. Em cada número, a redação dizia-se sujeita a apreciação de qualquer artigo, de qualquer pessoa, sendo das classes operárias ou não, desde que os textos fossem em prol dos trabalhadores²⁰.

Na edição de 18 de junho de 1906, a Confederação publicou um artigo no qual alegava ser favorável a “tutela”, por parte do Estado, para com os trabalhadores belorizontinos. Considerava que as classes operárias não tinham a possibilidade de se “auto gerirem” sem a presença do Estado para “instruí-las”:

Não há quem não perceba que as constituições, por mais liberais que sejam, não dão remédio ao mal estar, ao descontentamento que reina entre as classes operárias, vexadas pelas amarguras do presente e pelas apreensões do futuro. Mas o que as constituições não podem fazer, realizará ate certo ponto o Estado, cuidando de tornar seguros e respeitados os direitos de todos, distribuindo prodigamente a instrução e favorecendo a atividade dos cidadãos, desconhecidos os privilégios que corrompem e estragam o organismo social. (...) ²¹

19 *O Labor*, Belo Horizonte: 02/08/1905.

20 *O Labor*, Belo Horizonte: 11/02/1905.

21 *O Labor*, Belo Horizonte: 18/07/1905.

O jornal também foi enfático, em várias folhas²², ao relatar a necessidade de união dos operários, a fim de conquistarem melhores condições de trabalho. Pregavam a adesão dos trabalhadores via associações ou centros confederativos, alegando que somente assim os operários conseguiriam alcançar seus direitos; para a Confederação se “os operários estivessem todos unidos pelo vínculo sacrossanto da associação, teriam galgado o ponto culminante da vida”²³, podendo então ter condições de trabalho dignas.

E, segundo os líderes da Confederação, esta união não precisava ser conflitante e provocadora, ou seja, a entidade dizia aceitar “todo o tipo de operário que estivesse prestes a se alistar nas fileiras de luta” por melhores condições, porém era clara que concordava com protestos apenas pacíficos, visando à paz e procurando os meios legais de fazer valer os direitos da classe.²⁴

A Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais continuou atuando até meados da década de 1920, em prol dos trabalhadores junto ao poder público da época. Cabe ressaltar que a intervenção do governo na construção e no planejamento da cidade de Belo Horizonte, foi fundamental para influenciar a formação da ideologia reformista da classe trabalhista belorizontina.

Em se tratando das associações trabalhistas, abordadas neste artigo, identificando-as enquanto organizações institucionais, de acordo com Elster (1994: 177), elas poderiam afetar o comportamento alterando o contexto das negociações para os indivíduos. Os resultados das negociações seriam, neste caso, determinado pelo conjunto de acordos exequíveis e pelo resultado da discordância, onde as partes teriam um incentivo para agir estrategicamente sobre os elementos da situação. Partes externas, tais como o Estado, neste caso, também poderiam querer modificar a situação, em favor da eficiência. No caso belorizontino, a eficiência estaria em manter a ordem e a disciplina, tão preconizada pelo governo da época, quanto da construção da nova capital mineira.

No que tange a Confederação Auxiliadora dos Operários, de acordo com Maria Auxiliadora Faria e Ione Grossi (1982: 189), a entidade, cuidaria de conseguir a harmonia do “corpo social” da cidade de Belo Horizonte, isto a partir de uma visão positivista e influenciada pela perspectiva racional do modelo de cidade “disciplinada”, com conceitos, condutas e traçados que se expusessem tudo e ensinassem como as relações entre coisas e pessoas deveriam ser (ideais pregados pela Comissão Construtora da cidade de Belo Horizonte), ao desempenhar

22 *O Labor*, Belo Horizonte: 07/07/1905; 18/07/1905; 09/11/1905.

23 *O Labor*, Belo Horizonte: 07/07/1905.

24 *O Labor*, Belo Horizonte: 31/03/1906.

uma relação amistosa com o poder público. Atuando através dos meios legais a fim de consolidarem diretos trabalhistas, a Confederação (assim como as outras associações trabalhistas) desenvolveram práticas voltadas para a elaboração e o envio de petições ao Congresso ou mesmo através dos apelos e reclamações publicados nos jornais operários da época. Também tinham por meta, a instrução dos proletários através da criação de escolas operárias, ou mesmo por meio de palestras e conferências.

Diante desse cenário, no ano de 1907, outra associação surgia na cidade de Belo Horizonte, com o objetivo de unificar e organizar os operários mineiros: o Centro Confederativo dos Operários de Minas Gerais. A criação do Centro aconteceu durante o 1º Congresso Operário Mineiro, na cidade de Sabará, e tinha como proposta o apoio à representação política, em todas as esferas públicas, de pessoas adeptas as causas trabalhistas, a fim de influir diretamente na administração do Estado, com vistas a alcançar as reformas necessárias para efetivação dos direitos operários.

É importante destacar que no ano anterior (1906), a cidade do Rio de Janeiro havia sediado o 1º Congresso Operário do país, sendo o encontro um acontecimento significativo no que se refere à ascensão do ideário anarquista entre os meio trabalhistas das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro²⁵. Em Minas Gerais, aconteceu o contrário. Os operários se reuniram, durante cinco dias (02/04 a 06/04) no ano de 1907, na cidade de Sabará, para a realização de um congresso que tinha como objetivo difundir os ideais reformistas.

O Congresso teve como principal proposta a criação do Partido Operário Mineiro Independente, com a finalidade de tentar eleger representantes nas assembleias parlamentares, que poderiam vir a validar os direitos trabalhistas. A arrematamento do partido político independente, de acordo com a entidade, estava:

(...) perfeitamente dentro das normas das leis fundadas no mais justo e são dos direitos – o direito de personalidade. Está dentro das leis, porque temos o direito de representação e queremos ter quem o exercite em nosso nome, e é fundada no direito de personalidade, porque, só por meio dela, poderemos fazer com que o operariado compreenda o seu valor e saiba ser cidadão. E, não fazer política quando se é cidadão, diz Eugenio Veron, é falar ao primeiro, ao mais absoluto de seus deveres, por isso que a política representa os interesses mais elevados e mais gerais da sociedade, por que: a política, escreve Thulié, não é um direito, mas um dever. O operariado até hoje, leão insciente de suas forças, ainda não compreendeu o valor de

25 (...) “O Congresso Operário aconselha o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral” (Pinheiro e Hall 1979: 46).

sua ação, como força eleitoral, atuando conjunta, pacífica e ativamente nos pleitos eleitorais; o operário ainda não compreendeu que precisamos tomar parte saliente e direta na administração municipal, estadual e federal, fazendo-se ouvir pelas vozes de seus legítimos representantes.²⁶

Termos representantes, fazermo-nos ouvir, pelas classes dirigente, é iniciar gloriosamente a larga, vasta e escabrosa trilha da nossa emancipação.(...)²⁷

O Congresso Operário Mineiro também tinha por objetivo organizar as classes operárias do Estado, através da criação de uma confederação que reunisse as entidades classistas da capital: o Centro Confederativo dos operários de Minas Gerais, cuja sede seria na cidade de Belo Horizonte.

Entre as associações filiadas ao Centro estavam: da capital, a Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais, o Centro Operário, a Liga de Resistência Operária e a Associação Beneficente Tipográfica; da cidade de Sabará, o Club Operário Sabarense; de Maria Custódia, o Grupo de Lavradores; de Nova Lima e Honório Bicalho, o Grupo de Obreiros; da cidade de Curvelo, a União Operária Beneficente; de Diamantina, a União Operária Beneficente; do município de Montes Claros, a Liga Operária; de Ouro Preto, a Sociedade Beneficente Operária; do distrito de Passagem de Mariana, a União Operária Beneficente; e por fim da cidade de Barbacena, a Agremiação Socialista.²⁸

Durante o Congresso Operário Mineiro, foi redigida ainda uma resolução na qual estavam expostos os princípios de luta do Centro Confederativo e propostas que visavam melhores condições de trabalho aos operários do Estado. Entre os itens conclusivos constava o de fundar uma “imprensa livre” para “preparar o operariado do Estado para a luta profícua pelos seus direitos”. O jornal, porta voz do Centro ficou conhecido como o *Confederal*²⁹.

O periódico teve o primeiro número lançado em 02 de maio de 1907, iniciando a publicação no dia 1º do mês seguinte (01/06/1907), e sua última edição finalizou em 07 de agosto de 1907. O principal redator foi o advogado Alcides Batista Ferreira, que também havia sido um dos sócios fundadores da Associação Beneficente Tipográfica, fez parte ainda do Centro Operário de Minas Gerais e no ano de 1906 havia fundado a Confederação Auxiliadora dos Operários de Minas Gerais, que por já existir uma entidade com o mesmo nome (sobre a presidência de José Modestino Leão) mudou sua titularidade para Liga de Resistência Operária, no ano de 1907.

²⁶ O *Confederal*, Belo Horizonte: 02/05/1907.

²⁷ O *Confederal*, Belo Horizonte: 02/05/1907.

²⁸ O *Confederal*, Belo Horizonte: 02/05/1907.

²⁹ O *Confederal*, Belo Horizonte: 02/05/1907.

O Centro Confederativo tinha por orientação o reformismo e lutava por dois principais pontos. O primeiro seria a instrução dos trabalhadores, por meio de propostas a serem encaminhadas para o governo sobre a necessidade de fundação de escolas noturnas nos centros fabris e industriais, de escolas profissionais e de belas-artistas, além da concessão de auxílios às escolas fundadas pelas associações³⁰.

O segundo ponto seria a participação dos trabalhadores nos sistemas parlamentares, através da eleição de representantes nas esferas do poder, sejam elas municipais, estaduais e/ou federais, para a defesa dos direitos trabalhistas. Para tanto, caberia às associações, que faziam parte do Centro Confederativo, apoiar e concorrer às eleições através do Partido Operário Mineiro Independente, que deveria ser criado.³¹

De imediato, o Centro Confederativo apoiaria o Partido Operário Independente de Juiz de Fora, como meio de fazer representar-se nas assembleias públicas em prol das questões classistas que fossem benéficas para os trabalhadores em geral, até que o partido único fosse criado.

É importante salientar que os partidos operários brasileiros, do período da Primeira República, por mais que se multiplicassem (entre os anos de 1890 a 1920 foram criados, em torno, de vinte partidos de cunho social, em todo o território nacional) não permaneciam muito tempo em atividade. De acordo com Francisco Iglésia (1993: 14), ao serem criados viviam meses, no máximo entre um a dois anos, e logo desapareciam. Os mesmos representariam mais desejos utópicos, ou uma simples influência do que estava acontecendo na Europa, do que a realidade vivida dentro do contexto nacional. Assim, por não terem muito haver com o “real” vivido, não conseguiriam ter adeptos que se interessassem em se filiar aos mesmos.

Cláudio Batalha também nos traz uma ideia de como podemos entender ou identificar os partidos operários nacionais, criados no contexto da República Velha:

“Por partidos operários devem ser entendidos tanto as múltiplas organizações socialistas que surgem e desaparecem durante toda a Primeira República, quase sempre em função de alguma disputa eleitoral, como o conjunto dos socialistas que se situam no terreno da luta política. É até plausível que a própria instabilidade e vida curta das organizações criadas contribuíssem para que a designação de “partido operário” seja empregada frequentemente para um campo político ao invés de remeter a uma organização específica; mesmo na França de fins de século XIX, o termo “partido operário designava o conjunto das correntes socialistas divididas em várias organizações e grupos” (Batalha 1995:15-17).

³⁰ *O Confederado*, Belo Horizonte: 02/05/1907.

³¹ *O Confederado*, Belo Horizonte: 02/05/1907.

A ideia da formação de um Partido Operário Mineiro se fazia presente no Centro Confederativo porque os líderes da associação acreditavam que a luta operária deveria acontecer de forma legalista, buscando apoio no poder público, e acreditavam que:

(...) do Estado dependem: a diminuição e fixação das horas do trabalho; a regulamentação do salário; a criação das corporações de arte e ofícios; o estabelecimento de caixas de socorro para os inválidos, viúvas e órfãos de operários; a educação física, moral e intelectual dos filhos de operários; a fundação de sociedades cooperativas de produção e de consumo, auxiliadas pelo Estado; o imposto progressivo sobre a herança e a renda; um imposto mais pesado e quase proibitivos sobre o luxo; a supressão do trabalho das crianças e mulheres casadas, que sem a intervenção do Estado dificilmente se realizaria.³²

Com o apoio do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais o Partido Operário Independente de Juiz de Fora lançou, no ano de 1907, como candidato a deputado federal Francisco Bernardino. O candidato teria servido também de intermediário entre o Centro Confederativo e o Congresso Nacional, encaminhando uma petição, ao parlamento – formulada pelo Centro Confederativo e embasada no que ficou deliberado no 1º Congresso Operário Mineiro –, exigindo medidas em benefício dos trabalhadores em geral.³³

Entre as medidas constavam a fundação de escolas noturnas nas associações fabris e agrícolas, a proibição do trabalho infantil e de mulheres em minas ou mesmo em oficinas e fábricas, criação de uma lei indenizatória aos operários inválidos por acidentes de trabalho e por fim, uma lei que regulasse a jornada de trabalho para oito horas diárias³⁴.

Do que estava na pauta da petição, apenas a jornada de trabalho, para oito horas e a criação de uma lei indenizatória para acidentes de trabalho, foram atendidas. Mesmo assim, somente nos anos de 1912 e 1919 respectivamente, e sob a ação de outras manifestações. Em maio 1912, após a agitação grevista, ocorrida na capital, conseguiu-se chegar a um acordo quanto à diminuição das horas trabalhadas (de nove para oito horas); e em março de 1919 entrava em vigor o decreto número 3.724 de 15 de janeiro regularizando as indenizações no que se refere aos acidentes de trabalho.

Assim, a proposta do Centro Confederativo (e das demais associações descritas) de organizar os operários mineiros, propondo a participação dos mesmos

³² *O Confederado*, Belo Horizonte: 15/07/1907.

³³ *O Confederado*, Belo Horizonte: 04/06/1907.

³⁴ *O Confederado*, Belo Horizonte: 01/07/1907.

na arena político-partidária, com o intuito de alcançar reformas que melhorassem a situação de trabalho e a vida dos proletários, e a instrução dos trabalhadores através da fundação de escolas profissionais, vem de encontro com os escritos da Ostrom e Ahn (2003: 167) de que as redes de compromissos sociais, tais como associações e partidos baseados nas massas, são uma forma particularmente importante de capital social. Isto porque representa uma interação horizontal intensa, podendo ser fundamental para compreender e promover maneiras mais efetivas para solucionar o problema da ação coletiva.

No ano de 1912 o Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais mudou sua denominação para Confederação Operária Mineira, participando, no mesmo ano, do IV Congresso Operário Nacional. O Centro continuou atuando até a década de 1920, sendo que em 1921 contava com 500 (quinhentos) membros filiados ao Centro.

Na mesma década, surgiu na cidade de Belo Horizonte outra entidade que pressupunha a participação conjunta de diferentes categorias profissionais, em torno de um sindicato: a Confederação Católica do Trabalho. No que se refere à formação dos sindicatos, de acordo com Eliana Dutra, seria entre os anos de 1916 a 1920 que surgiria o maior número de sindicatos no Estado mineiro, podendo ser identificados como:

(...) categorias, em sua maioria, profissionalmente indiferenciados, ou seja, abrangiam trabalhadores de todos os ofícios e não necessariamente do mesmo ofício, trabalhando no mesmo local e no mesmo ramo. No caso mineiro, abrangiam trabalhadores de ofícios vários cuja característica comum, além de serem assalariados, era viverem na mesma localidade (...). Em menor número, surgiram também os sindicatos profissionalmente diferenciados, formados por trabalhadores de acordo com a ocupação e ofício (Dutra 1988: 73).

Contudo, o termo somente seria mencionado em Belo Horizonte no ano de 1920, por meio da Confederação Católica do Trabalho, através do periódico da Confederação, *O Operário*:

Urge que cada sindicato trabalhe ativamente na defesa econômica dos trabalhadores. O primeiro passo a dar é a fixação do mínimo salário para cada ofício. (...) Quando um sindicato houver organizado a sua tabela deverá transmiti-la à diretoria da Confederação e esta notificará aos patrões com o prazo de 15 dias para resposta, (...) recusando os patrões a executar a tabela, a diretoria os convidará para escolherem uma comissão de 3 membros; estes com 3 membros escolhidos pela Confederação, sendo 2 dentro do sindicato, estudando o assunto em comum e o resultado deste estudo será submetido a deliberação de um juiz, que será de preferência do Sr. Presidente do Estado ou quem este nomear. A resolução do juiz é obrigatória para

patrões e empregados. Este é o caminho para evitar greve e violências.³⁵

Mesmo sendo caracterizada como uma confederação, a Confederação Católica do Trabalho, não tinha filiados fora do Estado de Minas Gerais, sendo que a maioria das entidades ligadas à associação se concentrava em Belo Horizonte (Amaral 2007: 50). De forma geral, podemos conceituá-la como uma “espécie de central de sindicatos católicos”, ou seja, uma associação intersindical fundada com o objetivo de buscar soluções favoráveis aos conflitos trabalhistas, embasada na educação moral e religiosa (Batalha 2000: 28). Neste caso, a Confederação Católica do Trabalho, considerada enquanto uma associação institucional, tinha como finalidade proporcionar os trabalhadores, filiados a ela, em uma situação melhor, propondo (assim como as demais associações descritas) resolver o problema da ação coletiva.

Entre os sindicatos filiados à Confederação Católica do Trabalho, no ano de 1925, existiam 18 entidades, sendo elas: Sindicato dos Carpinteiros, Sindicato dos Marceneiros, Sindicato dos Barbeiros, Sindicato dos Pintores, Sindicato Misto, Sindicato dos Ferroviários, Sindicato dos Condutores e Motorneiros, Sindicato dos Bombeiros, Sindicato dos Mecânicos e Eletricistas, Sindicato dos Empregados em Fábrica de Tecidos, Sindicato das Guardas e demais Empregados da Central, Sindicato dos Pedreiros, Sindicato dos Empregados dos Correios, Sindicato dos Carroceiros, Sindicato dos Padeiros Sindicato dos Retalhistas e mais Empregados em Açougue, Sindicato das Empregadas Domésticas e Sindicato dos Alfaiates.³⁶ Ainda no ano de 1925 a Confederação possuía 890 sócios e em fins de 1929, esse número chegou a 1.000.

A Confederação Católica do Trabalho foi um marco no movimento sindical em Belo Horizonte, impulsionando a formação dos sindicatos e estipulando:

(...) regras e fixou pontos a serem observados quando da constituição de sindicatos, tendo desenvolvido intensa campanha entre os operários no sentido de estas se organizarem em associações futuras, componentes seguros da Confederação. Desse modo, a Igreja, através da Confederação Católica do Trabalho, surge como agente organizador da classe operária de Belo Horizonte. As condições estruturais da indústria e da economia belorizontina, tais como o parque industrial incipiente, posição minoritária dos operários dentro do total da população, a força do estado e da prefeitura como empregadores e, particularmente, a utilização intensiva de capital pelas indústrias existentes, foram condições necessárias para a sua atuação (Dutra 1988: 160-161).

³⁵ *O operário*, Belo Horizonte: 10/07/1920.

³⁶ *O operário*, Belo Horizonte: 10/05/1925.

Além dos sindicatos profissionais e mistos, a Confederação também contava com a adesão de outras associações operárias existentes na capital mineira, no que se refere à união para que juntas assinassem petições e requerimentos, para serem encaminhadas ao Conselho Deliberativo do Estado e à prefeitura. Entre as associações estavam a Associação Beneficente Tipográfica, a União dos operários em calçados, o Centro dos *Chauffeurs*, a Liga Operária Mineira e a Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais.

A Confederação Católica do Trabalho era “típica representante do sindicalismo cristão”, e tinha por objetivos principais divulgar a educação católica ao operário e organizar um sindicato, inspirado na Encíclica Papal *Rerum Novarum*, criada no ano de 1891 pelo Papa Leão XIII. A encíclica procurava mostrar o caráter estadista proposto pela Igreja, que era contra as ideias liberais e a ausência de uma política social mais humana para os trabalhadores. Ela aponta para uma prática de ação católica que pudesse regenerar a sociedade civil.³⁷

De acordo com a *Rerum Novarum*, caberia aos sindicatos o “aperfeiçoamento moral, espiritual e religioso” dos seus sócios, além de ser ele o responsável pela luta junto ao Estado no que se refere a melhoria das condições do trabalho, reivindicando a implantação de uma legislação trabalhista e melhores salários. Porém, mesmo condenando o capitalismo moderno, a Encíclica era clara ao pregar a harmonia e o fim dos conflitos entre empregados e patrões, o respeito à ordem, ao poder instituído e a propriedade privada.

Assim como as demais associações analisadas, a Confederação Católica do Trabalho também tinha um periódico que publicava os ideais, manifestos e ações empreendidas pela Confederação: *O Operário*. De acordo com Joaquim Nabuco Linhares, este seria o terceiro e último jornal com este nome publicado na capital. O primeiro número foi lançado em 19 de junho de 1920 e o último em 20 de setembro de 1925. O jornal teve publicação quinzenal até o número 16 (dezesseis) e semanal (as quintas-feiras) a partir do número 17 (dezesete) de 03 de março de 1921. A partir 10 de março de 1924 o periódico passou a ser publicado três vezes por mês, nos dias 10 (dez), 20 (vinte) e 30 (trinta). E a partir de 1938 *O Operário* teve como seu continuador o periódico *Vida Nova* (Linhares 1995: 201-202).

No primeiro número o jornal publicou os princípios que norteavam o programa de ação da Confederação, que eram os de:

- a) tornar conhecida e forte a Confederação Católica do Trabalho;
- b) defender os legítimos interesses e os direitos dos trabalhadores, como indivíduos e como classe;
- c) pleitear a vitória das reivindicações operárias baseadas na justiça;
- d) promover

³⁷ Leão XIII, Papa. Encíclica *Rerum Novarum*. 1978: 36.

a defesa dos trabalhadores sindicalizados quando forem perseguidos ou processados, desde que não seja por falta infame; e) promover a educação profissional, moral e cívica dos trabalhadores; f) promover a fundação de confederações idênticas em todas as localidades mineiras onde isso seja possível e fazendo de todas uma única confederação no Estado; g) fidelidade do homem para com Deus, como indivíduo, como família, como sociedade; h) toda a ação operária não deve excluir Cristo e a Igreja; i) toda ação operária tem de desenvolver-se em harmonia com todas as classes sociais, que a solução da questão operária não é incompatível com os direitos e legítimos interesses de qualquer classe, mesmo das chamadas classes capitalistas; toda ação operária tem de desenvolver-se dentro do respeito ao princípio de autoridade, sem violência, sem atentar contra a ordem social e política.³⁸

Por meio do envio de petições aos poderes públicos, de fiscalização e/ou denúncia de empresas que não cumpriam os acordos trabalhistas (denúncias estas realizadas através do periódico *O Operário*) e através da mediação, quando possível, nas soluções para os conflitos entre patrões e empregados, a Confederação Católica do Trabalho buscava fazer valer os direitos trabalhistas, em forma de reivindicações que, em geral, aconteciam através dos meios legais ou em artigos publicados no jornal.

Os três documentos mais importantes elaborados pela Confederação e encaminhados ao poder público foram: um ofício ao presidente do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte e às Câmaras Municipais de Palmira e Juiz de Fora pedindo-lhes medidas para solucionar o problema das habitações populares, principalmente nos centros industriais; um ofício ao então governador do Estado, Antônio Carlos, pedindo providências no sentido de serem criados carros de segunda classe, por preços populares, para serem rebocados pelos bondes comuns com o intuito de beneficiar os trabalhadores operários, e por último, um ofício ao presidente Getúlio Vargas em novembro de 1931 em que a Confederação se posiciona contrariamente à dispensa de 1002 (mil e dois) trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Em meio as principais demandas exigidas pela Confederação encontraremos as reivindicações relacionadas a diminuição da jornada de trabalho (para oito horas), para todos os setores trabalhistas, a conquista de habitações populares e o descanso dominical.

Ao ser mediadora das negociações trabalhistas, a Confederação Católica do Trabalho construía uma forma de ação que considerava ser o caminho para se evitar greves e violências. Tal procedimento é perceptível por meio dos ofícios citados acima, e no que se refere à tentativa de regularização do salário mínimo fixo por

³⁸ *O operário*, Belo Horizonte: 19/06/1920.

categoria, que de acordo com Deivison Amaral:

Para o encaminhamento das reivindicações salariais, a Confederação Católica do Trabalho instituiu um procedimento que acarretaria na definição de um salário mínimo justo por categoria. Para tanto, os sindicatos deveriam organizar uma tabela dos salários e encaminhá-las à diretoria da Confederação Católica do Trabalho, que, por sua vez, a encaminharia aos empregadores, fixando prazo de quinze dias para uma resposta. Ambas as partes teriam que aprovar as tabelas. Uma vez estabelecido o valor do salário mínimo por ofício, a confederação fixava o prazo de trinta dias para sua implementação. Se a tabela não fosse cumprida, a entidade instituiria uma comissão para discutir a questão e, posteriormente, submeteria os argumentos ao arbítrio do presidente do estado ou de alguém por ele indicado. Patrões e empregados deveriam obrigatoriamente aceitar a decisão do presidente do estado (Amaral 2007:92).

Percebemos que o meio de agir em favor da classe obreira da capital, fazia com que a Confederação Católica do Trabalho (assim como as outras associações analisadas) garantisse a harmonia social tão preconizada pelo governo belorizontino, concretizando assim a “ordem e o progresso”, almejados pelos construtores da cidade capital. Para exemplificar, Belo Horizonte teve apenas 03 (três) movimentos grevistas no período de 1917 a 1930 (contexto de atuação da Confederação Católica do Trabalho), sendo elas, a greve de 1919 dos trabalhadores do ramal da Estrada de Ferro; a de 1926 dos Barbeiros e a manifestação de 1922 dos *Chauffeurs* (Dutra 1988: 128).

A partir da década de 1930 a Confederação teria sua influência reduzida, isto porque novas associações, de caráter religioso (principalmente católicas), surgiram dentro dos meios trabalhistas. Os *Círculos Operários* e a *Juventude Católica (JOC)* seriam algumas entidades que iniciariam uma nova etapa no sindicalismo cristão.

É bom lembrar que a anuência do Estado, no contexto da década de 1920, foi um fator importante para que a Confederação Católica do Trabalho conseguisse agir com competência e dentro dos meios legais para exigir os direitos da classe trabalhadora.

Nas décadas de 1920 e de 1930, de acordo com Boris Fausto, a questão social tornou-se foco de discussões entre o Estado e a sociedade civil em geral. A preocupação do governo com problema social teria se corporificado através do padrão repressivo³⁹, do aperfeiçoamento legislativo e da ampliação de medidas legais (Fausto 1983: 159).

39 Lei Adolfo Gordo, ou Lei de Expulsão de Estrangeiros (Decreto nº 4.247 de 6.1.1921) o projeto aprovado considerava o anarquismo crime e permitia legalmente à deportação de estrangeiros envolvidos em associações e “distúrbios” que fossem considerados prejudiciais a “ordem pública”. As associações operárias passaram a ser invadidas por policiais; comícios anarquistas foram proibidos e agentes policiais começaram a encontrar bombas espalhadas no centro da cidade do Rio de Janeiro e a atribuí-las a atos anarquistas (Gomes 2005: 68).

Dentro deste contexto houve um “amadurecimento” do conjunto de alianças que reuniu polícia, patrões, elite política e intelectual e a Igreja. Houve também a concorrência com associações profissionais, patrocinada pelos empresários e governo. Segundo Kazumi Munakata (1981: 22), os sindicatos passaram a manter serviços regulares de beneficência com a participação do Estado. Eram prestados serviços médicos, auxílios farmacêuticos e pensão para os inválidos (a modelo das mutuais); e em 1919 alguns empregadores privados anunciavam a concessão “espontânea” da jornada de trabalho para oito horas.

Os líderes governistas também já vinham fazendo uma mudança no discurso, reconhecendo que era preciso “aperfeiçoar” a legislação social de forma a harmonizar os interesses do capital e do trabalho (Maram 1979: 139). A intervenção estatal passou a ser solicitada com mais ênfase, ou seja, as reivindicações como a diminuição da jornada de trabalho de oito horas, a regulamentação do trabalho feminino e infantil, entre outras, apontam para a elaboração de leis sobre o assunto.

De acordo com Prates, neste cenário o movimento sindical

(...) passou a pautar suas ações por um lógica de tipo “calculista instrumental” onde, procurou participar diretamente na arena institucional da formulação de políticas públicas e a se despolitizar no sentido de desvincular-se de um projeto político ideológico de classe (Prates 1986:09).

Portanto, no contexto das décadas de 1920 e 1930, os operários belorizontinos (assim como a massa de trabalhadores do restante do país) passaram a ser influenciados por uma tendência que visava incorporar a classe proletária aos meios institucionais oficiais. Tendo o Estado uma participação ainda maior na formulação legal dos direitos e deveres do operariado estabelecendo, inclusive, suas formas de organização.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se constituiu em uma tentativa de compreendermos a atuação de algumas associações classistas, que surgiram na capital mineira, no decorrer de seu processo de construção, tendo por base uma abordagem institucional. O objetivo foi o de tentar pensar as associações trabalhistas enquanto organizações institucionais, que na medida em que conseguiam assegurar um consenso nos ideais de seus membros, concretizavam valores básicos que davam suporte a estes centros de lutar em busca de melhores condições de trabalho e vida para os proletários à elas associados. Neste sentido, tais organizações poderiam ser consideradas como as principais articuladoras de demandas e interesses da classe

trabalhadora, tentando solucionar o problema da ação coletiva.

Para atingir o objetivo pretendido, realizou-se um estudo qualitativo do material produzido por algumas associações trabalhistas específicas: *Associação Beneficente Tipográfica*, *Liga Operária*, da *Confederação Auxiliadora do Estado de Minas Gerais*, do *Centro Confederativo do Estado de Minas Gerais*, da *Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais* e da *Confederação Católica do Trabalho*.

A apreciação do discurso partiu do princípio que as entidades possuíam em comum características de sociedades mutuais, que tinham por objetivo a cobrança de mensalidades de seus sócios a fim de propiciar aos membros auxílios, como os relacionados à doença, invalidez, funeral, desemprego e principalmente por zelar pelos interesses classistas. Além de agir em prol dos direitos trabalhistas, empenhando ações de cunho político – sindical, cujas práticas e ações visavam defender os interesses trabalhistas e conquistar os direitos dos operários belorizontinos em geral, através de atuações político/partidárias (tentativa de fundar partidos operários ou mesmo lançando candidatos próprios - ou personalidades políticas que fossem comprometidas com o interesse dos trabalhadores em geral - às eleições parlamentares) e da formação de sindicatos.

As associações procuravam concretizar os métodos de ações através de questionamentos perante o poder público que se caracterizava pelo envio frequente de petições ao congresso (tanto municipal quanto estadual) ou mesmo no apelo visionado nos noticiários de imprensa.

A partir dessas considerações, este estudo buscou examinar a união dos operários belorizontinos em associações trabalhistas (fundada no início do século XX) que tinham por características arranjos institucionais, cujos métodos giravam em torno da resolução dos problemas relacionados aos interesses comuns, neste caso, a busca por melhores condições de trabalho e vida para os proletários da cidade de Belo Horizonte.

APM [Arquivo Público Mineiro], Representação encaminhada em nome da Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais à câmara dos Deputados Estaduais sugerindo pontos essenciais para a definição de uma legislação trabalhista: Dossiê: Donato Donati, 22/11/1918

Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1900.

MhAb [Museu Histórico Abílio Barreto], Associações: 1898-1946. Inventário Geral do

Arquivo privado Abílio Barreto.

MhAb [Museu Histórico Abílio Barreto], Coleção ordem dos pioneiros: curral d'El Rey: 12/12/1964.

MhAB [Museu Histórico Abílio Barreto], Livro Gráfico Mineiro: edição comemorativa do trigésimo aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1900-1930) - Inventário Geral do Arquivo privado Abílio Barreto.

Minas Gerais. Ouro Preto, 28 out. 1891. In: Imprensa Oficial, 1927 (edição especial).

Minas Gerais. Ouro Preto, 17 dez. 1893. In: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Minas Gerais Belo Horizonte, 16 de jul. de 1900, In: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Minas Gerais, Belo Horizonte 15 out. 1910. In: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

O Confederal, Órgão do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, Belo Horizonte: 02 mai.1907. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Confederal, Órgão do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte: 04 jun.1907. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Confederal, Órgão do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte: 01 jul.1907. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Confederal, Órgão do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 15 jul. 1907 In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Labor, Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte Belo Horizonte: 11 fev.1905. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Labor, Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte 07 jul.1905. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Labor, Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte 09 jul. 1905. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Labor, Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte 18 jul.1905. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Labor, Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte 02 ago. 1905 In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Labor, Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte Belo Horizonte: 31 mar.1906. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O OPERÁRIO, órgão da Confederação Católica do Trabalho, Belo Horizonte, 19 jun. 1920. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O OPERÁRIO, órgão da Confederação Católica do Trabalho, Belo Horizonte, 10 jul. 1920 In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O OPERÁRIO, órgão da Confederação Católica do Trabalho, Belo Horizonte, 10 mai. 1925. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Operário, órgão da Liga Operária, Belo Horizonte, 29 jul. 1900. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O OPERÁRIO, órgão da Liga Operária. Belo Horizonte, 19 ago. 1900. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Operário, órgão da Liga Operária, Belo Horizonte, 02 set. 1900. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Deivison Gonçalves. 2007. *Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS), Belo Horizonte.
- BATALHA, Cláudio H. M. 2000. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor.
- _____. 1995. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”. In: MORAES, João Quartim (Org.). *História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. v.2: 11-44.
- _____. 2010. “Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente”. *Revista Mundos do Trabalho*. vol. 2, n. 4, agosto-dezembro: 12-22 Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/revista.htm> > acesso em 15/04/2011.
- DUTRA, Eliana de Freitas. 1988. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na 1ª República*. São Paulo. HUCITEC.
- ELSTER, Jon. 1994. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro. Relume-Dumará. Parte Três: Instituições sociais: 174-186.
- FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. 1892. “A classe operária de Belo Horizonte: 1897-1929”. SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS: a República Velha em Minas. Belo Horizonte. V Seminário de estudos mineiros: a República Velha em Minas. Belo Horizonte: UFMG/PROED: 165-199.
- FAUSTO, Boris. 1983. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 3ªed. São Paulo. Difel.
- GOMES, Ângela de Castro. 2005. *A invenção do trabalhismo*. 3.ed. Rio de Janeiro. Fundação Getulio Vargas. Primeira parte: A hora e a vez dos trabalhadores.
- IGLÉSIAS, Francisco. 1993. *Trajatória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo. Cia das Letras. Parte IV: República: 1889-1964: 193-295.
- JESUS, Ronaldo Pereira. 2009. *Visões da Monarquia: escravos, operários e abolicionismo na Corte*. Belo Horizonte. Argvmentvm.
- _____; VISCARDI, Cláudia M. R. 2007. “A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil”. In: Ferreira, Jorge; Reis Filho,

- Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)*, volume I. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: 21-52.
- _____; LACERDA, David P. 2010. “Dinâmica associativa no século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro Imperial”. *Revista Mundos do Trabalho*. vol. 2, n. 4, agosto-dezembro: 126-142. Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/revista.htm> > acesso em 15/04/2011.
- Leão XIII, Papa. 1978. *Encíclica Rerum Novarum*. Petrópolis. Vozes
- LINHARES, Joaquim Nabuco. 1995. *Itinerários da imprensa de Belo Horizonte, 1895/1954; estudo crítico e nota biográfica de Maria Céres Pimenta S. Castro*. Ed: UFMG. Belo Horizonte.
- MARAM, Sheldon L. 1979. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro: 1880-1920*. Rio de Janeiro; São Paulo. Paz e terra. v.6.
- MUNAKATA, Kazumi. 1981. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo. Brasiliense.
- NOGUEIRA, Vera Lúcia. 2009. *A escola primária noturna na política educacional mineira 1891/1924*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte.
- NORTH, D. C. 1991. “Institutions”. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, Winter, p. 97-112.
- OLIVEIRA, Éder Aguiar Mendes de. 2004. *A imigração italiana e a organização operária em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX*. 93f. Monografia (Especialização em História) – Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Centro de Pós Graduação, Pedro Leopoldo.
- OSTROM, Elinor; AHN, T.K. 2003. “Una perspectiva del capital social desde las ciencias sociales y acción colectiva”. *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 65, n.1: 155-233.
- PINHEIRO, Paulo Sergio de M. S.; HALL, Michael M. 1979. *A classe operária no Brasil: documentos (1889-1930)*. São Paulo. Alfa Omega, v.6.
- PRATES, Antônio Augusto Pereira. “Sindicato: organização e interesses na sociedade capitalista avançada”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1986. Vol. 1, n. 2: 1-17.
- THOMPSON, Edward Palmer. 1989. *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

A CONSTRUÇÃO DAS AMEAÇAS E DO INIMIGO NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS NORTE-AMERICANOS (1993-2013)

ERICA SIMONE ALMEIDA RESENDE
LUCAS AMARAL BATISTA LEITE

RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender de que forma reações a eventos como o 11 de Setembro e a crise de pronunciamentos presidenciais constroem ameaças e inimigos em política externa. Tomando como base uma coleção de pronunciamentos do “Estado da União” que cobrem os governos Bill Clinton (1993-2001), George W. Bush (2001-2009) e Barack Obama (2009-2013), empregaremos técnicas discursivas para identificar as lógicas presentes na articulação de narrativas e representações de ameaças e inimigos em política externa norte-americana no pós-Guerra Fria. A análise dos discursos presidenciais permitiu não apenas compreender como são construídos os significados da identidade nacional norte-americana, como também perceber deslocamentos discursivos em reação a eventos como o 11 de Setembro e a crise de 2008. Em comum, todos os presidentes tentaram construir discursivamente a representação de um mundo em transformação, precário e sob constante situação de perigo, razão de serem sempre períodos excepcionais, nos quais o futuro da humanidade estaria diretamente ligado a como os Estados Unidos atuariam no mundo. Simultaneamente, o artigo faz um contributo ao debate sobre o nexos identidade/alteridade nas Relações Internacionais ao explorar como os discursos de construção de inimigos e de ameaças se prestam à legitimação de opções políticas em política externa norte-americana no pós-Guerra Fria.

PALAVRAS - CHAVE

Estados Unidos; política externa; análise de discursos; identidades; alteridade.

THREAT AND ENEMY CONSTRUCTION IN US PRESIDENTIAL DISCOURSES (1993-2013)

ABSTRACT

The aim of this article is to understand how US presidential speeches discursively construct threats and enemies in foreign relations. Looking into a set of State of the Unions addresses covering Bill Clinton's (1993-2001), George W. Bush's (2001-2009), and Barack Obama's (2009-2013) administrations, we employ two techniques of discourse analysis in order to identify the logics of articulation of narratives and representation of threats and enemies in US foreign policy after the Cold War. The analysis allowed us to understand not only how the meanings of American national identity are constructed but as well as to identify shifts in discourse as a response to important events such as 9-11 and the 2008 economic crisis. In common, all three presidents tried to discursively construct the representation of a changing world under constant danger, which justified the framing of current times as exceptional. As such, the future of mankind would be directly linked to how the United States would act in the world. At the same time, this article wishes to contribute to the identity/alterity nexus in International Relations by highlighting how discourses of threat and enemy construction serve to the legitimation of political options in US foreign policy in the post-Cold War period.

KEYWORDS

United States; foreign policy; discourse analysis; identities; alterity.

SOBRE OS AUTORES

ERICA SIMONE ALMEIDA RESENDE

Doutora em Ciência Política pela USP, Professora de Relações Internacionais da Universidade de Oklahoma (EUA) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ/UCAM). Pesquisadora-bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ).

Contato: esa@infolink.com.br.

LUCAS AMARAL BATISTA LEITE

Doutorando em Relações Internacionais pelo Programa "San Tiago Dantas" (UNESP, UNICAMP, PUCSP), Pesquisador Visitante na Georgetown University (EUA) e Professor na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) em São Paulo.

Contato: leite.ri@gmail.com.

SUBMETIDO EM

Outubro de 2015.

APROVADO EM

Outubro de 2015.

Não vemos as coisas como são: vemos as coisas como somos.

Anais Nin

1 - INTRODUÇÃO

A relação de amizade e inimizade entre os povos e os indivíduos possivelmente não tem um ponto de surgimento detectável ou reconhecível. Nesse sentido, Murray e Meyers (1999) afirmam que a construção de ameaças e de inimigos é uma constante da política internacional. Os autores sugerem que o desaparecimento de um ator que se configura como ameaça não significa a garantia da paz ou a eliminação do discurso que permitisse a construção de um possível inimigo anterior, mas que as narrativas se adaptam ao ambiente e às demandas de cada época.

Referindo-se aos Estados Unidos, Edwards (2008: 831) recorda que o presidente tem papel essencial na mudança de significados no que se refere à prática discursiva: “[...] a construção presidencial do inimigo é um dos componentes centrais do vocabulário de política externa de um presidente, e torna-se um guia central para compreender a política externa norte-americana.” Com efeito, uma das funções da retórica presidencial é didática. Se a distância geográfica, a baixa sofisticação intelectual para a reflexão, a falta de contato direto com temas internacionais e o fluxo grande de informações sempre contraditórias dificultam o entendimento sobre as questões de política externa para o público comum, o discurso do presidente ensina o que é certo ou errado, e quem são os amigos e quem são os inimigos. Os discursos presidenciais fornecem explicações, citam exemplos, fazem referências à memória coletiva da nação e dão sentido a opções de política externa.

O objetivo deste artigo é entender de que forma os discursos presidenciais articulam a narrativa e a representação de ameaças e inimigos no plano discursivo. Para tanto, tomaremos como base uma coleção de pronunciamentos do “Estado da União” que cobrem os governos Bill Clinton (1993-2001), George W. Bush (2001-2009) e Barack Obama (2009-2013)¹. Para tanto, aplicaremos duas técnicas de análise de discursos que, combinadas, fornecerão elementos para perceber como a diferenciação entre o “Eu” e o “Outro” é construída por meio do discurso presidencial. O presente artigo é dividido em três partes. Na primeira, exploraremos o conceito de identidade e sua relação com a construção de ameaças e inimigos nas práticas discursivas da política externa. Em seguida, apresentaremos os resultados

1 Pronunciamento ao Congresso no qual o presidente apresenta um relatório com os principais temas da agenda política para o ano. O pronunciamento atende ao artigo 2º, seção 3, da Constituição dos EUA.

de pesquisa empírica aplicada em um corpus discursivo formado por 21 textos produzidos entre 1993 e 2013, totalizando cerca de 135 mil palavras. Finalmente, faremos considerações sobre os padrões dominantes encontrados na análise do corpus discursivo selecionado.

2 - A IMPORTÂNCIA DO NEXO IDENTIDADE/DIFERENÇA PARA A LEGITIMAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA

Provavelmente devido a debates sobre multiculturalismo e sobre a globalização, os estudos de identidades – coletivas, individuais, étnicas, nacionais, ou de gênero – parecem ter capturado as Ciências Sociais nos últimos tempos². Na área de RI, o conceito foi aplicado na compreensão de fenômenos como formação de alianças (Leff 1997; Stokes 1995; Rouhana 1997), criação de comunidades e culturas de segurança (Adler e Barnett 1998; Katzenstein 1996), adesão a instituições internacionais (Johnston 2007) ou conflitos étnicos (Fitzpatrick 1993; Hutchinson e Smith 1996). Todavia, o conceito de identidade ainda permanece relativamente enigmático ou, pelo menos, “complicado”, conforme avalia Gleason (1983).

Fearon (1999), por exemplo, cita 14 definições distintas empregadas em diferentes áreas das Ciências Humanas. A primeira reação a esse oceano anárquico de definições seria simplesmente a rejeição do conceito de identidade por sua natureza vaga e indefinida. Todavia, alguns elementos nos permitem reconhecer que a noção de identidade parece convergir na direção de duas acepções distintas, porém não muito distantes entre si: identidade coletiva como categoria social e identidade pessoal como distinção individual.

A primeira se refere à identidade coletiva de um grupo de indivíduos – reunidos sob um tipo de rótulo – e que são diferenciados pelas regras, normas, valores, características e atributos que regem seu pertencimento ao grupo. A segunda acepção descreve os atributos, crenças, desejos, qualidades etc. que cada indivíduo entende que o torna único e especial em relação aos demais. Trata-se de identidade pensada como individual e voluntária, e como fonte de distinção. Contudo, em ambos os casos, ela é pensada em termos de “ser sujeito”. Pensar identidade dessa forma seria decorrente da própria evolução dos estudos sobre identidades, que começaram a refletir sobre a questão da identidade atrelada à questão da construção do “projeto do ‘Eu’” (Benwell e Stokoe 2006: 18). Para as autoras, os ideais característicos do racionalismo e do idealismo Iluministas, fizeram com que a identidade, primeiro, fosse pensada com foco no indivíduo.

2 Para um panorama da recente literatura sobre identidades, ver Brubacker e Cooper (2000).

Com efeito, Charles Taylor (1989) destaca a relação entre a identidade e a noção de indivíduo como “sujeito de autointerpretação” (*self-interpreting subject*), que devemos atribuir a Descartes e a Locke. O indivíduo passou a ser concebido como um sujeito de ação autossuficiente dotado de racionalidade instrumental, cujo “Eu” seria criado com base na acumulação de experiência e de conhecimento em seu intelecto no contexto do Iluminismo. Enquanto que a separação feita por Descartes entre mente e corpo abriu caminho para uma subjetividade independente de influência externa, a ênfase dada por Locke à capacidade reflexiva da mente facilitou a construção da noção de “sujeito soberano”. Taylor advoga que, ao conceberem um “agente humano capaz de se refazer por meio da ação disciplinada e metodológica” (Taylor 1989: 159), Descartes e Locke formularam uma concepção específica de identidade: identidade como instrumento da execução do “projeto do ‘Eu’”, conforme assinalado por Benwell e Stokoe (2006).

A partir de contribuições da psicanálise, o estudo sobre a identidade toma nova direção. Freud entendia que a mente de cada indivíduo seria o elemento definidor de sua identidade, o que significava que o sujeito deixa de ser soberano de si para se tornar sujeito de sua *psique*. Apesar de sua preocupação em compreender os mecanismos da *psique* e suas consequências para a subjetividade humana, Freud reconhecia a importância dos processos de socialização dos indivíduos, especialmente aqueles ligados à família.

No entanto, a ruptura definitiva com o paradigma Iluminista sobre a identidade parte de Jacques Lacan, que tentou perceber como os indivíduos se reconheciam, ou identificavam-se, como pertencentes a uma determinada coletividade, ou grupo. Lacan (1977) buscou compreender como o inconsciente fluido e caótico da criança é submetido e dominado pela ilusão de uma identidade unificada e coerente. Ao conceber o inconsciente como linguagem estruturada, na tradição do pensamento estruturalista de Saussure, Lacan postula que o “Eu” tenha algum tipo de ponto de referência original, ao qual possa retornar após um trauma, ou uma crise. Tal concepção implica a rejeição de uma identidade *a priori*, essencial, ou pré-social. Por nascer sem referências, o “Eu” somente se estabiliza por meio da ilusão de unidade, possível de ser construída apenas no plano discursivo.

Usando a metáfora do espelho, Lacan descreve como a criança, emocionalmente ainda imatura e inacabada, é capaz de identificar uma imagem exterior e nela se reconhecer. A criança somente distingue seu reflexo do reflexo de terceiros porque compreende a diferença entre imagem e representação: a imagem que ela vê no espelho é apenas sua representação e não ela própria. E o momento de identificação é confortável porque gera sensação de domínio, unicidade e completude do “Eu”, apesar de falso e ilusório. Os indivíduos, portanto, encontram-se cativos de processos de produção de subjetividade. Já que não dispomos de uma identidade

essencial *a priori*, somos crianças que buscam no espelho a representação do “Eu” para que possamos experimentar o conforto produzido pela ilusão de uma identidade individual una, completa e acabada.

A proposta de Lacan tem importantes implicações para a questão da identidade. Ao destacar a instabilidade, incompletude e precariedade das identidades, Lacan rejeita totalmente a noção de uma identidade essencial e *a priori*. A subjetividade não nasce dada; ela é construída por processos históricos específicos e, portanto, instável, precária, em constante transformação. Daí a necessidade de reafirmação contínua.

Além disso, tendo em vista que o processo de construção do “Eu” se dá pela identificação da representação do “Eu” no espelho, os significantes que são excluídos da identificação do “Eu” são atribuídos a um “Outro” imaginado (ao ver-me representado em X, defino-me como X. Logo, todos os elementos não-X somente podem se referir ao meu não-Eu). Para Lacan, se os significantes atribuídos ao “Outro” forem positivos, tornando-o digno de mérito, o “Eu” estabelece uma relação de amor com o “Outro”. Se, ao contrário, eles são negativos, o “Eu” constrói o “Outro” como indigno, indesejável e sem valor.

Com base em Lacan, somos agora capazes de compreender o conceito de identidade em uma perspectiva crítica que rejeita sua reificação. A tradição do conhecimento ocidental tem representado as identidades como objetos amarrados ao mundo natural. Entender que as identidades são socialmente construídas ao invés de serem naturais, imutáveis e fixas; que são contestáveis e polimorfas, ao invés de unitárias e singulares; que são interativas e processuais ao invés de estáticas e essenciais, representa uma importante ruptura teórica.

Nesse sentido, a principal contribuição de abordar o conceito de identidade de uma perspectiva crítica consistiria em sua vontade e seu compromisso em problematizar as práticas políticas que procuram dar estabilidade a seu conteúdo. Dito de outra forma, haveria uma questão de poder nos processos de construção social das identidades, e ela deve, necessariamente, ser submetida à crítica e à problematização. Tal caminho nos será aberto primeiro por William Connolly, que destaca a natureza relacional do conceito de identidade.

Ao definir identidade como um processo relacional entre duas, ou mais, entidades de forma a expressar igualdade, unidade e uniformidade em oposição àquilo que não é igual. Connolly entende que a identidade é estabelecida em relação a uma série de diferenças socialmente reconhecidas.

“[A] manutenção de uma identidade (ou campos de identidade) requer a conversão de algumas diferenças no Outro, no mal, ou em um de seus substitutos. Identidade requer diferença para que possa existir, e a converte em Outro a fim de assegurar sua própria certeza”, postula (Connolly 1991: 64).

Eis, então, a ideia de identidade como fruto de uma relação contínua de produção de “Outricidade”: a identidade que procura fixar-se, inscrever-se como única e verdadeira, imprimindo a tudo aquilo que lhe é diferente a marca de estranho, mau, irracional, anormal, doente, primitivo, louco e perigoso, enquanto reclama para si as características de bom, coerente, completo, racional, são, civilizado, pacífico, natural e verdadeiro. Porém, ao converter diferença em “Outricidade”, a identidade se articula como natural em busca de estabilização, apresentando-se como legítima e verdadeira e reprimindo as demais pela força. Em tempos de crise e incertezas, o “Eu” se sente acuado e passa a experimentar “incerteza, contingência e fragilidade acerca do status, poder e oportunidades que lhe são outorgados” (Connolly 1991: 22). A sensação de incerteza e ansiedade, potencializada e exacerbada na modernidade tardia, acaba gerando um ressentimento generalizado que se expressa por uma hostilidade direcionada em relação ao “Outro” e pela tentativa de se autorreconhecer como identidade única, verdadeira, autêntica, segura, real e livre da incerteza.

As teorias críticas em RI – principalmente as de abordagem pós-positivistas – tentam avançar na problematização do papel da identidade na formulação e legitimação de opções políticas, sobretudo em política externa. Nesse sentido, tenta-se aos poucos integrar ao tradicional objeto de estudo de RI – o comportamento dos Estados fora de seus limites soberanos – o que Guillaume (2011: 1) chama de ‘nexo identidade/alteridade’. Para o autor, além das tradicionais problemáticas articuladas em torno dos nexos ‘guerra/paz’ e ‘conflito/cooperação’, torna-se agora imprescindível expandir o horizonte de RI de forma a englobar questões em torno do nexo ‘identidade/alteridade’. Nesse sentido, ganhariam especial importância as práticas de construção de outricidade, ou seja, os processos por meio dos quais a diferença é constituída e significada como o outro inferior, sobretudo na racionalização e legitimação das opções política para estabelecer relações com o que estaria de fora dos limites soberanos dos Estados.

A política externa passa, portanto, a ser concebida como prática social e política de construção de fronteiras ao produzir discursivamente diferenças com base em dicotomias do tipo “dentro/fora”, “amigo/inimigo” e “Eu/Outro”, em que o nexo ‘identidade/alteridade’ atua na coconstituição e (re)afirmação de relações sociais entre entes políticos. Sustentadas por marcadores identitários (Mansbach e Rhodes 2007) de conteúdo ideológico específico, cuja função é estabelecer o horizonte do “Eu” em relação ao “Outro” – o que pode ser incluído e o que deve ser excluído devido a sua suposta ‘inferioridade’ – o discurso da política externa converte diferença em “Outricidade” ao criar e naturalizar um “Eu” privilegiado.

Conforme lembra Neumann: se “o ‘Outro’ é aquilo que ‘Eu’ não sou”, ele perturba a ordem pelo mero fato de existir (Neumann 1996: 151). Em outras palavras, a construção do “Outro” como força antagonista assegura e legitima o significado da

identidade com base em estratégias de disseminação de medo e ansiedade quanto ao “Outro” inimigo. Nesse sentido, as fronteiras dos Estados, inventadas para demarcar e legitimar um espaço físico atemporal capaz de delimitar o horizonte da identidade (Walker 1993), reafirmam a superioridade do soberano na contenção de incertezas, ameaças e perigos a essa identidade.

Nesse contexto, a política externa pode ser então concebida como “prática política central para a constituição, produção e manutenção da identidade política”. A identidade passaria a ser entendida pela diferenciação em relação ao que é o “Outro”: “(...) a constituição da identidade é obtida através da inscrição de limites que servem à demarcação de um interior em relação ao exterior; de um ‘self’ em relação ao ‘Outro’, o ‘doméstico’ do ‘estrangeiro’”, prossegue Campbell (1998: 8). Daí a importância de elementos linguísticos dispersos no campo discursivo com os quais significados e representações são produzidos e transformados na articulação de discursos de perigo de forma a construir reflexivamente ameaças e inimigos, (re)produzir identidades coletivas, além de privilegiar o Estado como espaço e ator capaz de gerar segurança e sentimento de pertencimento.

Nesse sentido, as construções negativas de “perigo” e “ameaça” dependem não apenas da exaltação do “Eu”, mas da construção de um espaço ou posição em que o “Outro” possa ser percebido como “mal/mau” ou “inferior”. Fazer política no sistema internacional seria contrapor identidades que se deduzem pela diferenciação e criar filtros de ordenação do “Eu” de dentro em relação ao “Outro” de fora, articulando ambas identidades por meio de discursos de medo quanto a “ameaças e a inimigos identificados no exterior” (Campbell 1998: 75). O resultado é a construção de fronteiras, a demarcação de espaços, a reafirmação de autoridades, o privilegiamento de histórias e a marginalização de discursos alternativos.

Para fins deste artigo, recorreremos a abordagens discursivas para identificar como ameaças e inimigos são criados nos pronunciamentos presidenciais norte-americanos. O diferencial das abordagens discursivas reside na forma como concebem a realidade como socialmente construída em que todos os objetos, sujeitos e relações possuem significados. Ao reconhecerem a natureza instável e performática das identidades que são atribuídas a esses mesmos objetos, sujeitos e relações, pretendem justamente dar conta daquilo que Foucault (1972: 49) descreveu como “práticas que sistematicamente formam os objetos sobre os quais falam”, ou seja, as práticas de produção e reprodução de significados.

Recorremos então a Richard Jackson (2006: 164) para caracterizar discursos como os “conjuntos de ideias relacionadas que empregam um arranjo específico de vocabulários, regras, símbolos, rótulos, presunções, narrativas e outras formas de ação social”. São eles que determinam o que é possível – ou impossível – de ser dito acerca de um determinado objeto. Eles estabelecem, na esfera do debate público,

os parâmetros, as estruturas e os interesses a serem politicamente articulados na construção do senso comum. Em outras palavras, os discursos criam aquilo que será aceito como ‘conhecimento legítimo’ para um grupo social.

Por tais razões, a análise de discursos fornece, simultaneamente, saber e técnica de forma a possibilitar a identificação e problematização de discursos dominantes, a localização dos mecanismos de sua produção, o mapeamento de sua transformação e adaptação, ou não a crises, seu resgate genealógico, a identificação de contradições, falhas e inconsistências internas, o destaque a articulações que constroem um “Eu” privilegiado em oposição a “Outro” desvalorizado, a perturbação de sua coerência interna, a denúncia do caráter arbitrário da articulação entre significantes e significados e suas implicações políticas, a crítica da falsa correspondência entre forma e conteúdo, a indicação de discursos concorrentes, ou até mesmo a construção de discursos alternativos.

Esse tipo de abordagem não é inédito na área de RI, sobretudo em estudos de política externa.³ Ela se presta particularmente bem a esse fim porque o objetivo dos formuladores de política é articular opções políticas que sejam aceitas como legítimas e fruto de autoridade, e assim tentam construir discursivamente uma ligação entre política e identidade de forma a compatibilizá-las. Para fins deste artigo, recorreremos a duas metodologias distintas. A primeira emprega o modelo proposto por Hansen (2006) para a identificação e diferenciação de identidades (*linking and differentiation*). A segunda, com origem na narratologia⁴, pretende identificar a gramática narrativa que rege os papéis a serem desempenhados pelo Eu e o Outro em sua relação com a realidade.

Para Hansen, compreender identidade como produto de processos de relação e diferenciação “fornece uma reconstituição teórica e metodológica da forma pela qual os discursos tentam estabelecer estabilidade e como esta sempre pode ser desconstruída.” (Hansen 2006: 37). Para tanto, ela primeiro propõe criar uma estrutura capaz de compreender e identificar os processos de ligação de cada uma das identidades (do “Eu” e do “Outro”) dentro de determinado discurso. Em seguida, já na fase de diferenciação, cada uma das identidades é colocada em contraponto à outra de forma a demonstrar como as construções discursivas se relacionam. Essas características remontariam à construção das identidades de cada um dos atores relacionados no modelo. Essas relações específicas de cada ator se relacionam dentro da mesma identidade, mas devem ser desconstruídas em relação ao “Outro”, a fim de que o que pode parecer uma construção “positiva” do “Eu” seja percebido

3 Browning (2002), Hansen e Waever (2002), Lynn-Doty (1993), Nabers (2009) e Waever (1997).

4 A narratologia constitui uma área de conhecimento que estuda as narrativas, seus componentes e estruturas, além de suas implicações para o comportamento e vida social.

da forma como possivelmente é, em uma relação de hierarquia e posição. São identificados os termos que indicam a lógica de construção do Eu e do Outro, visto que a construção da identidade não se limita à designação de um signo para o Eu e o Outro, mas sim pela “localização desse signo dentro de um sistema maior” (Hansen 2006: 41-42).

O segundo método a ser empregado privilegia o papel das narrativas que são constituídas no discurso. Afinal, se identidades e subjetividades são construídas no discurso, elas são construídas por narrativas. Por meio de histórias, descrições são “editadas” com avaliações do “Eu” e do “Outro”, determinados aspectos e relações são destacados mais que outros, oposições são construídas etc. Inspirado na obra de Karl Propp sobre os elementos que constituem as narrativas, A.J. Greimas procurou identificar o padrão das ações que sustentam o enredo presente nas narrativas. “Os atores variam, mas o enunciado-espetáculo permanece o mesmo, visto que sua continuidade seria garantida pela distribuição única de seus papéis” (Greimas 1983: 198).

Greimas identifica um padrão de enredo com três pares de actantes⁵ dicotômicos (sujeito x objeto, emissor x destinatário, ajudante x oponente) que interagem entre si ao longo de três eixos (desejo, comunicação, poder), e que são movidos por desejos e necessidades, fobias e medos, e os generaliza para todos os tipos de narrativas. Seriam os seguintes os actantes: 1) Emissor, em situação de superioridade transcendente ou teológica⁶, que envia o Sujeito em uma busca, ou jornada para cumprir uma missão; 2) Sujeito, aquele que recebe a missão de busca pelo Objeto⁷; 3) Objeto, que é significado por sua ausência, perda, ou falta⁸; 4) Destinatário, que é o principal beneficiário da obtenção do Objeto⁹; 5) Ajudante, aquele que auxilia o Sujeito ao longo da trama¹⁰; 6) Oponente, aquele que coloca

5 Os actantes possuem elasticidade notável, posto que agem, conforme caracterização de De Geest (2003: 3), como funções “vazias”, podendo ser preenchidos por personagens variados e em narrativas igualmente variadas.

6 Devido à sua posição superior ao Sujeito, ele lhe impõe um “contrato” onde estabelece os termos da missão e os valores que comandam a trama. Ao final, julga o Sujeito em relação ao cumprimento do contrato, podendo puni-lo, ou recompensá-lo. Ex.: deuses, rei, sacerdote, profeta etc.

7 Sua motivação advém de seu desejo, ou necessidade, em obter o Objeto e assim cumprir sua missão para que possa ser recompensado pelo Emissor, ou de seu medo de sofrer punição no caso de fracasso. Ex.: príncipe, cavaleiro, plebeu, guerreiro etc.

8 É objeto do desejo do Sujeito, com o qual está em relação de coconstituição. Um não pode ser definido independentemente do outro. Ex.: espada, coroa, amor, fortuna etc.

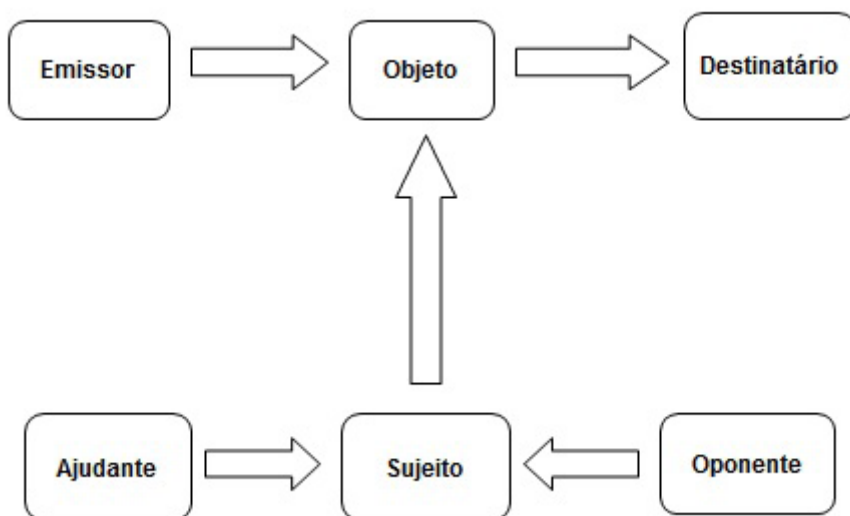
9 O Sujeito pode aceitar a missão em seu nome ou, no caso de um Sujeito excluído de sua esfera, a obtenção do Objeto poderá reconduzi-lo ao convívio do Destinatário (redenção). Ex.: aldeia, reino, comunidade, grupo, ou família.

10 Compartilha os valores do Sujeito e reconhece a legitimidade da missão. Ex.: amigo, escudeiro, empregado, confidente, anjo da guarda, a sorte etc.

obstáculos à missão do Sujeito¹¹.

Greimas formula então um esquema (figura 1) que pode ser generalizado para qualquer narrativa. Assim, ao simplificar ao extremo as narrativas, localiza a estrutura básica das tramas (ou sua “gramática narrativa”, conforme designação por ele empregada) que regem as funções desempenhadas pelo actantes, que “ditam” a estrutura da narrativa. A sua correta identificação permitiria representar a gramática narrativa que rege toda narrativa de forma a dotá-la de sentido e coerência:

Figura 1 - Representação do esquema actancial de A. J. Greimas (1983):



Fonte: elaboração dos próprios autores.

Apesar de partirem de tradições discursivas distintas, entendemos que os modelos de Hensen e Greimas seriam complementares. Enquanto o primeiro privilegia as relações articuladas entre “Eu” e “Outro”, o segundo está preocupado em identificar a narrativa que rege essas relações. Assim, uma análise investida de elementos de ambas as perspectivas forneceria uma imagem mais rica e complexa sobre as lógicas que alimentam os discursos de construção de ameaças e de inimigos na política externa norte-americana. Com relação à amostrada selecionada para

¹¹ Não compartilha os valores do Sujeito nem reconhece a legitimidade de sua missão. Também pode agir por sua oposição direta ao Emissor, ou por desejar o Objeto para si, privando o Destinatário de seus benefícios. Ex.: feiticeiro, bruxo, dragão, exilado, monstro, o azar etc.

a análise, usaremos os pronunciamentos do Estado da União dos presidentes Bill Clinton, George W. Bush e Barack Obama, compreendendo o período de 1993 a 2013, como nosso corpus discursivo.

3 - A CONSTRUÇÃO DO OUTRO AMEAÇADOR NOS DISCURSOS DE POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA DE BILL CLINTON A BARACK OBAMA (1993-2013)

Em 1991, como epitáfio do meio século de bipolaridade, a desintegração da União Soviética suprimiu o polo oriental do sistema internacional vigente até então. O conjunto da geometria do espaço global da Guerra Fria foi radicalmente alterado, e seu fim acabou legando aos Estados Unidos a condição de única superpotência que reunia, simultaneamente, força militar e hegemonia global. No entanto, o fim do conflito que perdurou por mais de 40 anos teve uma implicação fundamental para a política externa norte-americana nos anos que se seguiram. Com o desaparecimento da URSS, quem seriam os novos inimigos e as novas ameaças?

Nesse sentido, a Guerra do Golfo de 1991 ajudou a disseminar que, ao contrário da anunciada “Nova Ordem Mundial” de George H. Bush (1989-93), os Estados Unidos estavam diante de uma situação de “desordem” mundial. O sentimento de crise com relação a entender como o mundo funcionava foi corretamente traduzido por Haas (1995) pela expressão “paradigma perdido”. No cenário de desordem, no qual careciam de uma bússola para dar sentido ao mundo, eram intensos os debates políticos domésticos sobre não apenas que novo cenário era aquele que se desenhava com o fim da Guerra Fria, mas também para dar novo sentido ao próprio país: Quem eram os americanos e como se relacionariam com o mundo não-americano na falta do inimigo conhecido que era a União Soviética?

O slogan adotado por Bill Clinton nas eleições de 1992 – “É a economia, estúpido!” – ecoava a opinião majoritária de que, uma vez enterrada a ameaça soviético-comunista, os Estados Unidos deveriam se concentrar em seus problemas internos e trazer para casa boa parte das tropas aquarteladas no exterior, sobretudo na Europa. Talvez por essa razão não deva ser surpresa a pouca visibilidade conferidas aos temas de política externa durante a campanha eleitoral. Os poucos detalhes perceptíveis, ainda que gerais, limitam-se a descrever o período do pós-Guerra Fria como um “momento histórico”, no qual os Estados Unidos são chamados a assumir o papel de líder.

Com uma plataforma eleitoral de prioridades domésticas, Clinton tomou posse em janeiro de 1993 e passou a valorizar a diplomacia comercial. Ao mesmo tempo, crescia a percepção de que sua política externa sofria de algum tipo de esquizofrenia: em determinados momentos inclinava-se em favor da segurança

cooperativa; em outros, da primazia ou mesmo do neoisolacionismo. O fato é que, a política externa de Clinton sofreu de uma mistura de influências, o que resultou em um período de falta de coerência e uniformidade, segundo alguns críticos. O fim da Guerra Fria havia provocado um deslocamento dos discursos que conferiam sentido à identidade norte-americana. Nesse sentido, é possível perceber ainda que em termos práticos, o governo Clinton precisou se adaptar às pressões a que foi submetido quando o Partido Republicano obteve maioria no Congresso. Se o aspecto principal permanecia de dar ênfase às reformas domésticas, estas buscaram dar coerência à política externa orientada a partir de uma lógica economicista.

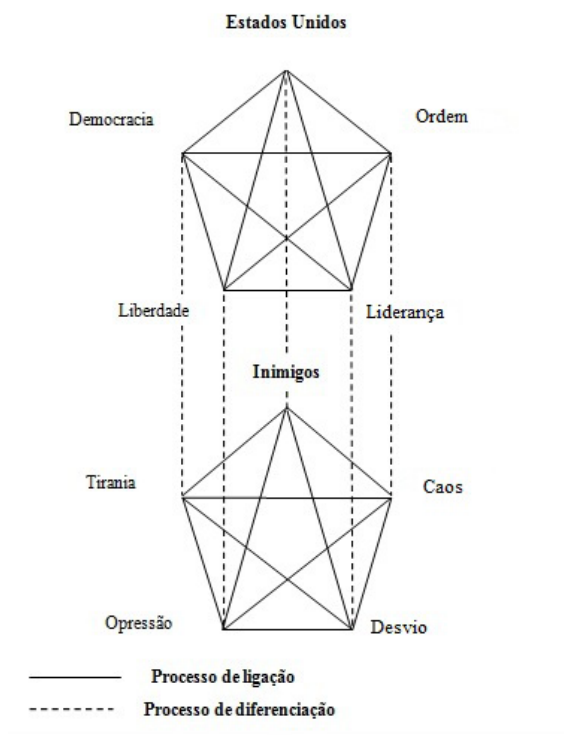
A mudança discursiva pode ser percebida ao mapearmos os termos de maior recorrência, com ênfase nos substantivos¹². Nosso primeiro conjunto de corpus discursivo é formado por oito textos produzidos entre 1993 e 2000, totalizando cerca de 60 mil palavras. Considerando que estudos linguísticos indicam que os substantivos funcionam particularmente bem como significantes flutuantes, levantamos os dez substantivos de maior frequência na amostra com a ajuda da ferramenta *Wordlen*. Na figura 2 abaixo, vemos como a representação visual do discurso sinaliza a centralidade de preocupações domésticas durante o governo Clinton. Os substantivos *jobs, economy, healthcare, community, tax, welfare, families, economy, budget, education, business, opportunity*, entre outros, traduzem tal ênfase.

Para identificar o processo de reinscrição de identidades durante o governo de Bill Clinton segundo o modelo de Hansen, propomos como principais significantes formadores da identidade dos Estados Unidos os termos democracia, ordem, liberdade e liderança. Existe certo pragmatismo nos discursos norte-americanos desse período. A definição dos termos considerados positivos e, portanto, ligados à identidade norte-americana, são voltados para inimigos genéricos e ameaças difusas, por isso a “ordem” aparece como um fator importante para compreensão dessa narrativa.

Em relação à construção oposta, de significantes negativos, percebe-se uma movimentação dos termos “tirania”, “opressão”, “caos” e “desvio” como representantes de uma identidade que possa ser atribuída às ameaças construídas nos discursos dos presidentes norte-americanos. Percebe-se que, apesar da variedade de atributos negativos, existe uma linha condutora na identificação do que se chama de “inimigo”. As tentativas de ocupar o espaço deixado pela União Soviética buscaram ressaltar a noção de que o fim do conflito Leste-Oeste

¹² Para Currie (2004: 4), todo substantivo afirma uma diferença e nega um “universo de diferenças”. Os substantivos – como, por exemplo, cão, comida, árvore, lua, casa etc. – em geral transmitem a ideia de categoria, ou conjunto de entes, o que já indica a naturalização de cadeias associativas de equivalências e diferenças.

Figura 4 - Processo de ligação e diferenciação identitária
- EUA e seus inimigos (1)



Fonte: elaboração dos próprios autores.

A figura 4 demonstra como a identidade norte-americana, e o que se supõe como a identidade do inimigo, baseado na ameaça externa, é construída. Ambos buscam se estabilizar em ligação (nos termos que se relacionam) e o contraponto entre os distintos significados – que marcam a diferenciação. O modelo apresentado nos permite enxergar como os discursos podem ser sintetizados em conjuntos de significados que se relacionam para formar as identidades norte-americanas e a do inimigo.

Com relação à narrativa, foi possível identificar a seguinte relação narrativa que se estabelece entre o Eu “Americano” e o Outro “não-Americano”.

- Emissor: História¹³

Like every individual man and woman, nations must decide whether they are prepared to rise to the occasion history presents them

- Sujeito: Congresso, Governo Federal, eu (o presidente)

This Congress produced a budget that cut the deficit by half a trillion dollars, cut spending, and raised income taxes on only the wealthiest Americans.

This Congress produced tax relief for millions of low-income workers to reward work over welfare.

...we launched a campaign to reinvent Government.

We cut staff, cut perks, even trimmed the fleet of Federal limousines.

I came to this hallowed Chamber 2 years ago on a mission...

I was determined then to tackle the tough problems too long ignored.

- Objeto: uma nova direção, prosperidade, crescimento, emprego, bem-estar social

Our Nation needs a new direction...

For too long we have drifted without a strong sense of purpose or responsibility or community...

Our immediate priority must be to create jobs, create jobs now...

And just as we must transform our unemployment system, so must we also revolutionize our welfare system.

As we enter a new era, we need a new set of understandings, ...

- Destinatário: o povo, as famílias americanas, os filhos, a comunidade

You will be given a chance to give the children of this country, the law-abiding working people of this country...

Many of our initiatives, from job training to welfare reform to health care to national service, will help to rebuild distressed communities, to strengthen families, to provide work.

...let's give our children a future.

...we have to do more to accept responsibility for ourselves and our families, for our communities, ...

- Ajudante: Forças Armadas, economia forte, educação, democracia, livre comércio

Backed by an effective national defense and a stronger economy, our Nation

¹³ No sentido progressivo, evolutivo e linear.

will be prepared to lead a world.

...we know that economic growth depends as never before on opening up new markets overseas and expanding the volume of world trade...

But nothing, nothing is more important to our security than our Nation's Armed Forces.

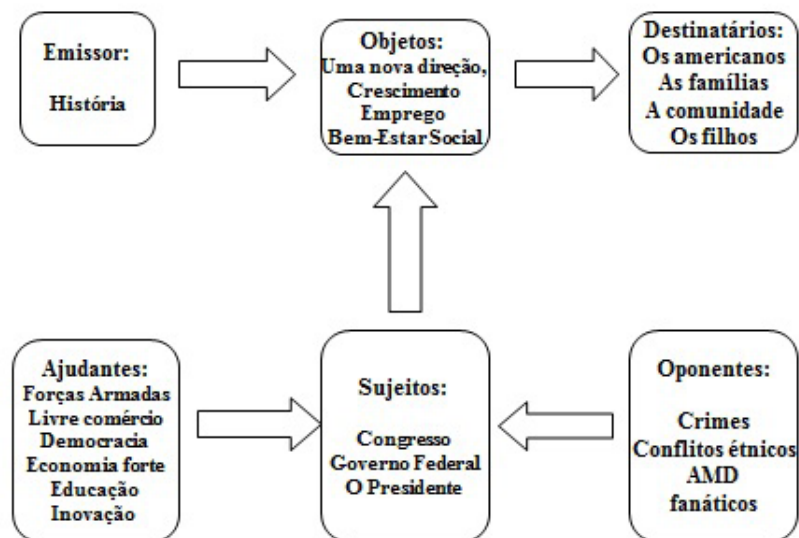
Ultimately, the best strategy to ensure our security and to build a durable peace is to support the advance of democracy elsewhere.

• Oponente: conflitos étnicos, armas de destruição em massa, fanáticos, etc.
...our Nation will be prepared to lead a world challenged as it is everywhere by ethnic conflict, by the proliferation of weapons of mass destruction, by the global democratic revolution, and by challenges to the health of our global environment.

Of course, there are still dangers in the world: rampant arms proliferation, bitter regional conflicts, ethnic and nationalist tensions in many new democracies, severe environmental degradation the world over, and fanatics who seek to cripple the world's cities with terror.

Com base nos dados acima, propomos a seguinte representação para o esquema actancial que define a gramática narrativa do discurso do governo Clinton:

Figura 5 - Representação actancial dos discursos de Bill Clinton:



Fonte: elaboração dos próprios autores.

O esquema acima identifica a gramática narrativa dominante no discurso de ênfase na agenda doméstica articulado por Clinton. O discurso criou uma realidade com atores que assumem papéis definidos que devem seguir determinadas ações a fim de chegar à conclusão da trama. O enredo articulado por Clinton define que, com o fim da Guerra Fria, e após uma era de gastos no período anterior, os Estados Unidos perderam o rumo. Caberá ao presidente e ao governo colocar o país nos trilhos para benefício das famílias e crianças que constituem a América. A narrativa já descreve o que cada um deverá fazer, com quem e como deverá se relacionar, quais as suas motivações e objetivos, a quem deverão se opor etc.

Nesse sentido, o retorno à prosperidade e ao crescimento é diretamente articulado em relação à expansão da democracia e dos livres mercados, que assegurariam, sobretudo, novos empregos e melhores condições sociais nos Estados Unidos. Menções a ameaças externas são marginais, visto que o discurso é dominado por preocupações internas como crescimento da dívida pública, desemprego, criminalidade, alta do endividamento pessoal, consumo de drogas, desagregação familiar, insegurança social etc.

Após oito anos de governo, a Era Clinton chegaria ao final. A eleição de 2000, vencida por George W. Bush em condições controversas, foi marcada por uma forte polarização em termos de valores morais. Com a multiplicação de conflitos étnicos ao longo da década de 1990, o candidato Bush passou a afirmar que a garantia da estabilidade e da segurança do planeta dependeria dos Estados Unidos, que teriam o “dever” de agir para transformar o mundo. As “funções” a serem exercidas eram apresentadas pelos da seguinte forma: defesa e expansão da democracia; liberdade em relação aos organismos internacionais multilaterais; e maior investimento e ampliação das Forças Armadas, que deveriam se manter na vanguarda tecnológica para dissuadir qualquer ameaça ou inimigo. Reitera-se que esse caminho parecia ainda mais lógico quando são explicitadas as opções de George W. Bush: uma aliança com o complexo industrial-militar garantia apoio doméstico e sustentação com parte da elite do país.

Os atentados terroristas de 11 de Setembro mudaram o cenário de forma radical, produzindo um novo deslocamento discursivo relevante. Desaparecem as ameaças estatais, como nos tempos da Guerra Fria, e surge um novo inimigo: o terrorismo transnacional. Trata-se de uma “nova ameaça” que se aproveita da porosidade das fronteiras e de facilidades domésticas que criavam um inimigo de difícil reconhecimento ou assimilação.

O corpus discursivo de nossa análise é composto por 8 pronunciamentos do Estado da União (2001 a 2008), formado por 40.290 palavras. A ilustração abaixo, obtida no *Wordlen*, sinaliza a ruptura discursiva em relação ao padrão anterior de Clinton. Onde havia predomínio de temas domésticos, agora há ênfase no

internacional. Percebe-se a mudança com a emergência de termos como *terrorists*, *security*, *freedom*, *terror*, *Iraq*, *weapons*, *world*, *peace*, *protect*, *life*, entre outros. Dos termos dominantes no discurso de Clinton, somente *tax* permanece, o que poderia ser explicado pela tradicional política republicana a favor de corte de impostos.

Figura 6 - representação de núvem de palavras obtida pelo Wordlen.

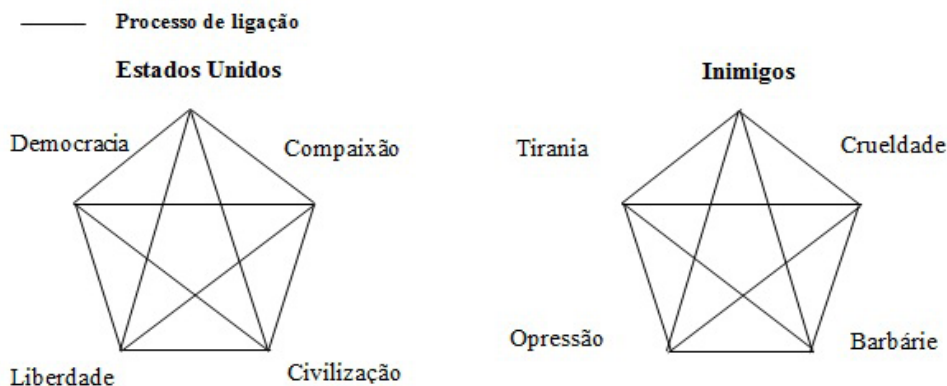


Fonte: elaboração dos próprios autores.

Aplicando-se o modelo de Hansen, percebe-se que determinadas representações seriam colocadas como antônimos diretos, de forma que uma característica norte-americana teria seu antônimo correspondente num processo de características comuns a cada grupo em detrimento às características do outro. No caso dos Estados Unidos, a democracia, a liberdade, a civilização e a compaixão seriam atributos opostos aos de seus inimigos, tirania, opressão, barbárie e crueldade.

A construção negativa do outro é feita pelo contraponto, atribuindo valor às qualidades da civilização. Em seu discurso no ano de 2007, o presidente Bush busca retomar o contraponto entre o *eu* e o *outro*, a fim de marcar bem a necessidade de combater o inimigo. No entanto, dessa vez o discurso é mais enfático nas características do inimigo, como a crueldade e a vontade de matar norte-americanos.

Figura 7 - Processo de ligação identitária - Os Estados Unidos e seus Inimigos (2)



Fonte: elaboração dos próprios autores.

O papel dessa diferenciação foi essencial para que se procurasse convencer a plateia de que os objetivos propostos eram “essenciais” à segurança dos Estados Unidos. Bush não apenas constrói o inimigo, mas o faz num contraponto às características que ele considera positivas no seu povo, aquele que vai receber a mensagem e é o receptor. Essas ideias demarcavam o campo de atuação da política externa norte-americana e pretendia justificar invasões em outros territórios como algo essencial.

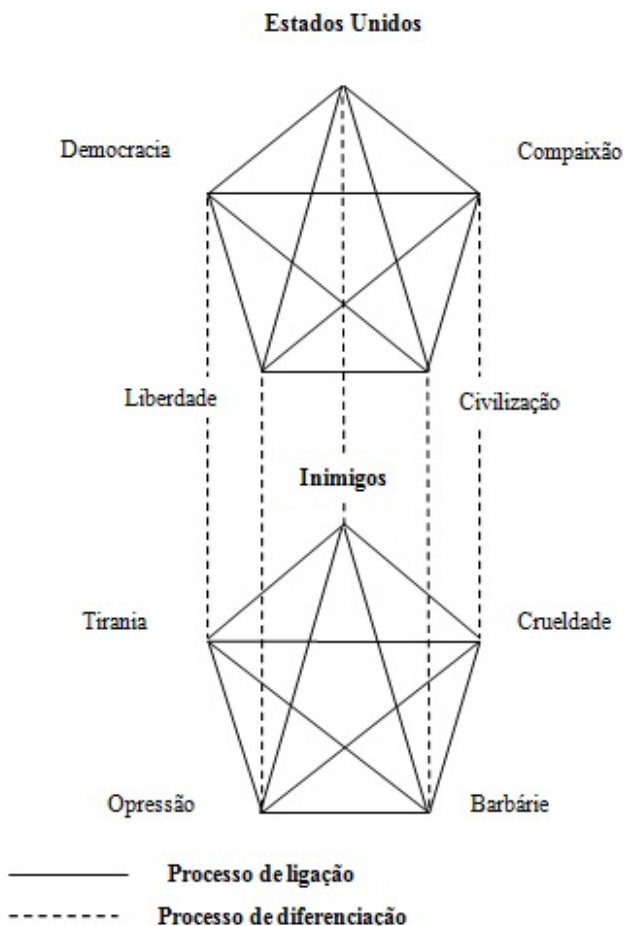
Poderia se afirmar que toda relação política é maniqueísta e que a construção social do “eu” e do “outro” é conflituosa por natureza. Não é o pretendido neste trabalho e comprovar o oposto seria tema para outra pesquisa. O “outro” não é necessariamente o “inimigo”, esse sim objeto de nosso trabalho e estudo.

O bem/mal é caracterizado também como amigo/inimigo, de forma que os aliados são todos aqueles que compartilham dos valores norte-americanos e compreendem a necessidade de intervenção para garantir um mundo melhor e mais pacífico – esses valores seriam compartilhados por todos os homens, e por isso, seriam “certos”. Outra característica recorrente e que remete muito especificamente aos discursos do presidente norte-americano é de adotar a compaixão como atributo intrínseco do povo norte-americano. A presença da compaixão é importante para destacar o caráter bondoso dos Estados Unidos, mesmo quando a demonstração de sua piedade acontece por meio de intervenções militares.

O maniqueísmo também se faz presente como forma de afirmação da oposição americanos x terrorista. O americano seria o povo dotado de compaixão, aquele que tem piedade dos demais por não estarem livres e ainda não serem capazes de

se guiarem sozinhos. Os terroristas representariam a maldade no mundo, o que é construído além do próprio termo numa abrangência capaz de incluir Estados e seus líderes, ou seja, terrorista é todo aquele considerado inimigo e capaz de ameaçar os Estados Unidos e seus amigos/aliados. Essa seria a diferença fundamental entre o mundo “amigo” dos americanos, no qual estariam incluídos seus aliados e os países considerados “democráticos”, e o mundo “opressor”, marcado por outros valores como a “tirania” e a “barbárie”. Considerar, portanto, o maniqueísmo nos discursos

Figura 8 - Processo de ligação e diferenciação identitária
 - EUA e seus inimigos (2)



Fonte: elaboração dos próprios autores.

do presidente norte-americano é essencial não apenas pelo viés político, mas para entender como as ideias constroem e buscam enaltecer determinados conceitos em detrimento de outros – como foi apresentado nesta pesquisa.

Aplicando o esquema greimasiano à nossa amostra de análise, obtemos esta gramática narrativa:

- Emissor: História.

History has called America and our allies to action, and it is both our responsibility and our privilege to fight freedom's fight.

History has also issued its call to your generation.

- Sujeito: EUA, América e americanos.

America has stood down enemies before and will do so this time.

The hour is coming when America will act, and you will make us proud.

We will rally the world to this cause by our efforts, by our courage. We will not tire, we will not falter and we will not fail.

We did not ask for this mission, but we will fulfill it.

We are reminded that we are citizens, with obligations to each other, to our country, and to history.

... we've been called to a unique role in human events.

In keeping with our heritage and principles, we do not use our strength to press for unilateral change.

The United States welcomes our responsibility to lead in this great mission.

- Objeto: o fim da opressão como solução do dilema hegeliano “escravo/mestre”.

... our way of life, our very freedom came under attack.

Tonight, we are a country awakened to danger and called to defend freedom.

... night fell on a different world, a world where freedom itself is under attack.

The advance of human freedom, the great achievement of our time and the great hope of every time,...

So long as training camps operate, so long as nations harbor terrorists, freedom is at risk.

No people on Earth yearn to be oppressed or aspire to servitude, or eagerly await the midnight knock of the secret police.

The great struggles of the twentieth century between liberty and totalitarianism ended with a decisive victory for the forces of freedom – and

in a single sustainable model for national success: freedom, democracy, and free enterprise.

- Destinatário: o mundo e a humanidade.

They understand that if this terror goes unpunished, their own cities, their own citizens may be next.

This will be an age of liberty here and across the world.

We defend not only our precious freedoms, but also the freedom of people everywhere to live and raise their children free from fear.

America will lead by defending liberty and justice because they are right and true and unchanging for all people everywhere.

We will lift this dark threat from our country and from the world.

People everywhere want to be able to speak freely; choose who will govern them; worship as they please;...

These values of freedom are right and true for every person, in every society

...

- Ajudante: progresso, civilização, aliados, alianças, as grandes potências, o Estado-nação e os valores, morais e caráter da sociedade americana.

America and our friends and allies join with all those who want peace and security in the world, and we stand together to win the war against terrorism.

The civilized world is rallying to America's side.

This is the world's fight. This is civilization's fight. This is the fight of all who believe in progress and pluralism, tolerance and freedom.

Given the nature and reach of our enemies, we will win this conflict by the patient accumulation of successes, by meeting a series of challenges with determination and will and purpose.

In the months ahead, our patience will be one of our strengths, ...

Because the war on terror will require resolve and patience, it will also require firm moral purpose.

Today the great powers are also increasingly united by common values, instead of divided by conflicting ideologies.

When the great powers share common values, we are better able to confront serious regional conflicts together, better able to cooperate in preventing the spread of violence or economic chaos.

- Oponente: terroristas, opressores, ditadores, tiranos, regimes totalitários, extremistas, regimes que apoiam terroristas etc.

Our enemy is a radical network of terrorists and every government that supports them.

From this day forward, any nation that continues to harbor or support terrorism will be regarded by the United States as a hostile regime.

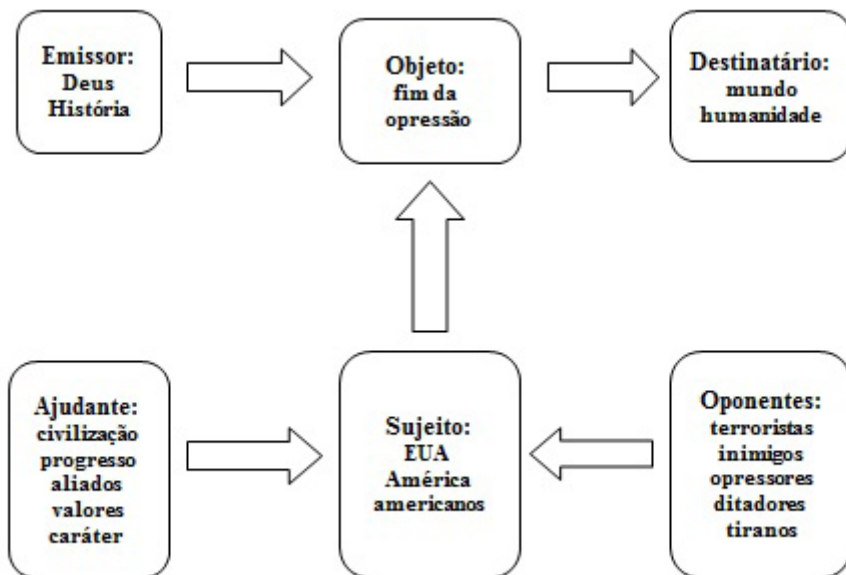
If any government sponsors the outlaws and killers of innocents, they have become outlaws and murderers themselves.

States like these, and their terrorist allies, constitute an axis of evil, arming to threaten the peace of the world.

We will defend the peace by fighting terrorists and tyrants.

Com base nos dados acima, propomos a seguinte representação para o esquema actancial que define a gramática narrativa do discurso de George W. Bush (2001-2008):

Figura 9 - Representação actancial dos discursos de George W. Bush



Fonte: elaboração dos próprios autores.

A eleição de Barack Obama em 2008 representou a tentativa de devolver ao povo norte-americano a ideia de que “sim, eles eram capazes”, transmitida principalmente pelo lema “Yes, we can” – e similar à noção de excepcionalidade americana, no sentido de que seriam capazes de qualquer coisa simplesmente por serem quem são: a América. Obama continuou a abordar essas questões em seus

discursos anuais à nação. Reiteradamente, o ressaltava as qualidades da população com ênfase a sua capacidade de superação. Ressalta-se que Barack Obama assumiu o país em meio a uma crise financeira de escala global, que afetou especialmente o Norte Global. Não à toa, o grande enfoque de seus discursos e da narrativa de superação e de motivação era a questão econômica: a necessidade de criar empregos, recuperar a economia, aumentar a produtividade e equiparar-se com nações que mantêm alto crescimento econômico.

Apesar do maior destaque às questões internas e econômicas, nossa análise aponta algumas mudanças interessantes na forma de construir ameaças externas. Lembramos que algumas questões relacionadas à segurança e defesa já haviam ganhado destaque na campanha presidencial e mantiveram-se dessa forma: o possível fechamento da prisão de Guantánamo e o término das guerras do Iraque e do Afeganistão¹⁴.

O corpus discursivo submetido à análise é formado por cinco pronunciamentos de Obama, entre 2009 a 2013, com cerca de 34 mil palavras. A representação da nuvem de palavras (figura 10) sugere algumas mudanças interessantes com relação ao governo anterior. Apesar do ainda forte caráter autorreferencial do discurso, o que pode ser observado pelo predomínio da articulação em torno de America(no), a ênfase nas ameaças externas declinou bastante. Ao mesmo tempo, nota-se o retorno a uma agenda que também se preocupa com a política doméstica, conforme sinaliza a presença de termos como emprego, crescimento, economia, trabalho, educação, energia, negócios etc. O discurso também sugere tempos de mudança e de esperança. A frase de ordem repetida durante a campanha presidencial ainda tem ressonância: os termos “new” e “change” ganham destaque em Obama.

O debate sobre o fechamento de Guantánamo relaciona-se às denúncias de tortura surgidas na gestão de George W. Bush. Para os democratas, e boa parte da população, a imagem do país teria sido arranhada pelos excessos cometidos durante a “Guerra ao Terror”. Assim, o discurso de Obama constrói a noção de que os americanos devem se livrar desse tipo de acusação retornando aos ideais originais que formam a nação norte-americana. O ideal de liberdade é contraposto ao uso da tortura e da exceção como forma de atuação do Estado para garantir a segurança dos cidadãos.

Quanto aos inimigos *per se*, a narrativa presidencial não sofre grandes modificações. Irã, Síria e Coreia de Norte, muito citados por W. Bush, retornam, apesar de Obama evitar empregar a expressão “eixo do mal”, provavelmente para

¹⁴ Note-se que, mesmo após esses anos, Guantánamo permanece aberta e operando, mas as guerras previamente citadas tiveram seu término estabelecido e boa parte das tropas norte-americanas retornaram ao país – a despeito do uso de empresas militares privadas e a falta de segurança e controle pelas forças de segurança do Iraque e do Afeganistão em garantirem a estabilidade em seus países.

evitar comparações demasiadamente enfáticas no que diz respeito à ideia de “bom x mau”. Ao contrário de Bush, que justificativa a construção desses países como inimigos pela ideia de algo natural, Obama preferiu estabelecer conexões a partir do que considerava necessário mudar: o respeito ao Direito Internacional, a defesa de Direitos Humanos e a opção pela cooperação e a diplomacia. Apesar da preocupação com a ameaça das armas de destruição em massa, narrativa anteriormente estabelecida por Bush, Obama apontava a necessidade de que os Estados sentassem à mesa de negociações para debater aquilo que os Estados Unidos consideravam “certo” e “justo”.

Figura 10 - representação da nuvem de palavras obtida pelo Wordlên com base nos pronunciamentos de Obama entre 2009 e 2013



Fonte: elaboração dos próprios autores.

Por fim, a grande ameaça representada pelo terrorismo e pela Al Qaeda também ganha destaque com Obama. Contudo, é possível perceber um tom menos emotivo e mais focado em resultados e objetivos alcançados. O anúncio de que a ameaça representada por Osama bin Laden havia desaparecido e de que a Al Qaeda não mais teria mais condições de empreender ataques da mesma forma que em 2001 ganhou destaque. No que diz respeito às construções fortemente carregadas de valor negativo por Bush, quando prefere a contraposição entre civilização e barbárie, Obama optou pelo termo “extremismo” para adjetivar as redes terroristas – e procurou não individualizar a ameaça em torno de indivíduos específicos como

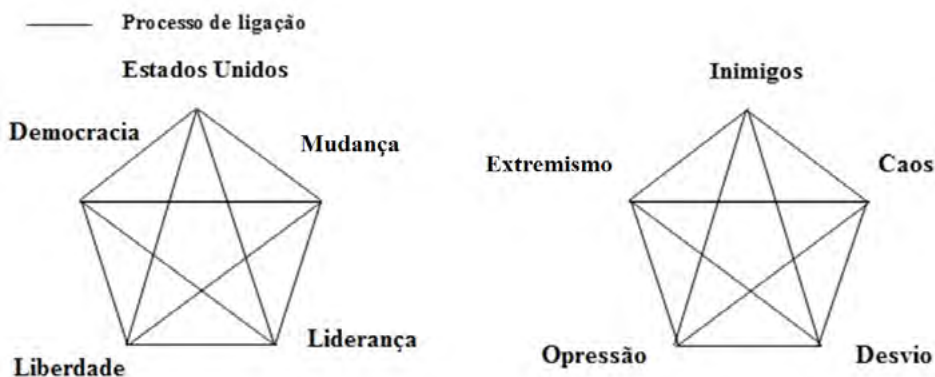
Saddam Hussein.

A construção identitária dos Estados Unidos e dos Inimigos no governo Obama é similar ao do governo Clinton, com algumas diferenças. “Democracia” e “liberdade” são mantidas como significantes importantes para todos os momentos analisados nesse trabalho porque representam valores centrais – e que terão contrapontos que poderão ser mudados, mas com pouca diferença na construção identitária final.

Assim, identificamos que o aspecto da mudança, do novo e da necessidade de estabelecer uma nova relação de confiança tanto entre os próprios americanos quanto entre estes e os demais povos, deveria ser priorizada. Não se trataria apenas de garantir a ordem, pura e simplesmente, mas de estabelecer parâmetros para que ela exista e continue de forma a respeitar o espaço dos Estados Unidos nesse sistema – o que, para Obama, não poderia ser feito sem uma mudança de atitude ou, pelo menos, de discurso.

O significativo da liderança permanece porque sua ligação com a mudança é essencial. Na prática, o discurso quer dizer “mudar para permanecer na mesma posição”, ou seja, para garantir o *status quo* é preciso repensar a inserção norte-americana e a forma como eles se veem e querem ser vistos, coerente com os documentos emitidos pelo governo que privilegiam a multipolaridade.

Figura 11 - Processo de ligação identitária - Os Estados Unidos e seus Inimigos (3)



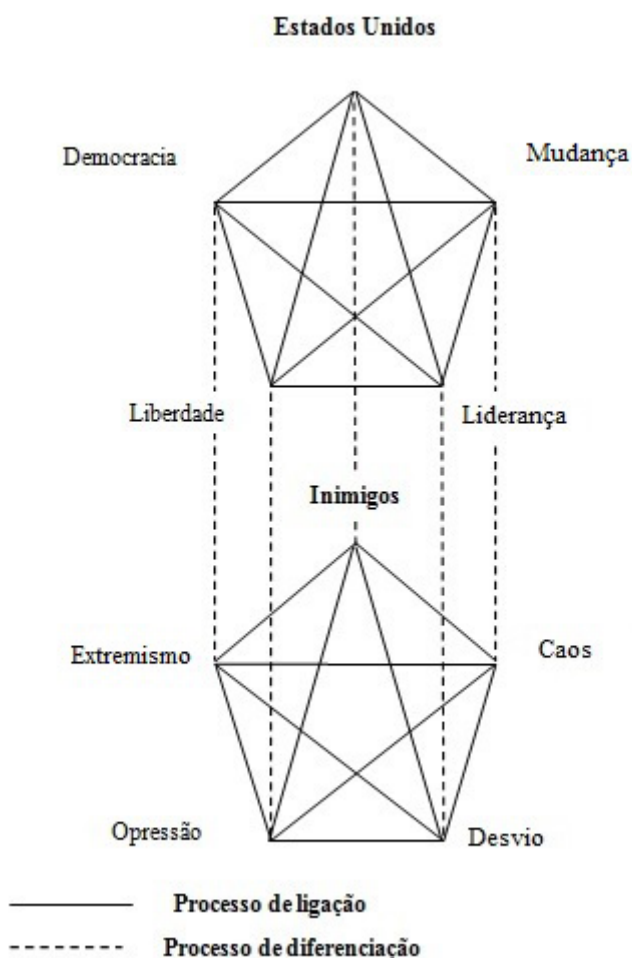
Fonte: elaboração dos próprios autores.

Quanto ao processo de diferenciação, também é possível perceber semelhanças com o desenho do governo Clinton. A ideia de caos pode ser mais referenciada à crise financeira de 2008/2009, em que o discurso de Obama focou-se intensamente na ideia de controle e estabilidade dos mercados e restabelecimento dos padrões de

emprego e renda no país – especialmente em um contexto que comparava essa crise à de 1929 pela gravidade e extensão.

Um aspecto interessante a ser relacionado quanto ao desvio é a possibilidade de estender o significante aos Estados Unidos, que teriam se distanciado dos próprios valores no governo anterior ao abusar de ações de exceção e ao que convém denominar de um unilateralismo intervencionista, em detrimento dos aliados tradicionais. De qualquer forma, o desvio também equivale à ideia de Obama de

Figura 12 - Processo de ligação e diferenciação identitária - EUA e seus inimigos (3)



Fonte: elaboração dos próprios autores.

que o sistema internacional pauta-se por relações construídas via instituições internacionais, negociações diplomáticas e o respeito aos Direitos Humanos, o que, para o presidente americano, seriam institutos violados por países já citados como Irã, Coreia do Norte e Síria.

A mudança na imagem identitária do inimigo diz respeito ao significativo “extremismo”. Uma vez estabelecido, ele busca quebrar com a lógica da civilização vs. barbárie, ou mesmo do binômio bom x mau (contraposições largamente usadas por seu antecessor). Extremismo também pode vir a complementar as construções de tirania, opressão e desvio quando são formas de retratar aqueles que buscam meios de atingir os Estados Unidos não apenas materialmente, mas pela radicalização do discurso e da construção de uma narrativa de ódio, por vezes ligada às redes terroristas e os governos considerados tiranos de países selecionados nessa narrativa.

Com relação ao esquema actancial, observamos a seguinte lógica de construção de narrativa e enredo.

- Emissor: História.

History reminds us that at every moment of economic upheaval and transformation, this Nation has responded with bold action and big ideas.

We are instead called to move forward with the sense of confidence and candor that serious times demand.

Those of us gathered here tonight have been called to govern in extraordinary times...

Again, we are tested. And again, we must answer history's call.

- Sujeito: EUA, América e americanos, o presidente.

We will rebuild, we will recover, and the United States of America will emerge stronger than before.

What is required now is for this country to pull together, confront boldly the challenges we face, and take responsibility for our future once more.

...that day of reckoning has arrived, and the time to take charge of our future is here.

My job--our job is to solve the problem. Our job is to govern with a sense of responsibility.

America takes these actions because our destiny is connected to those beyond our shores.

- Objeto: o fim da crise (financeira, fiscal, de empregos, de energia, da guerra).

...the immediate steps we're taking to revive our economy in the short term.
...confidence will return and our economy will recover.
...to ensure that a crisis of this magnitude never happens again,...
My job--our job is to solve the problem. Our job is to govern with a sense of responsibility.
As a candidate, I promised that I would end this war, and that is what I am doing as President.
This war is ending, and all of our troops are coming home.

- Destinatário: as famílias, os jovens e crianças, os trabalhadores.
It's not about helping banks; it's about helping people.
Because when credit is available again, that young family can finally buy a new home.
...and American families will see their retirement secured once more.
That is a promise we have to make to the children of America.
We were sent here to serve our citizens, not our ambitions.
Stronger families. Stronger communities. A stronger America.

- Ajudante: reformas, responsabilidade, investimentos, aliados.
I ask Congress to move quickly on legislation that will finally reform our outdated regulatory system.
So I ask this Congress to join me in doing whatever proves necessary,...
But the only way to fully restore America's economic strength is to make the long-term investments...
For we know that America cannot meet the threats of this century alone...
To meet the challenges of the 21st century--from terrorism to nuclear proliferation, from pandemic disease to cyber threats to crushing poverty--we will strengthen old alliances, forge new ones, and use all elements of our national power.
We're joined by allies and partners who have increased their own commitments...
In defense of freedom, we'll remain the anchor of strong alliances from the Americas to Africa, from Europe to Asia.

- Oponente: terroristas, inimigos com armas nucleares, ciberterroristas etc.
Since the day I took office, we've renewed our focus on the terrorists who threaten our Nation.
...we're also confronting perhaps the greatest danger to the American people, the threat of nuclear weapons.

...those nations that insist on violating international agreements in pursuit of nuclear weapons.

Of course, as we speak, Al Qaida and their affiliates continue to plan attacks against us.

From Pakistan to Yemen, the Al Qaida operatives who remain are scrambling,... America is determined to prevent Iran from getting a nuclear weapon.

America remains the one indispensable nation in world affairs, and as long as I'm President, I intend to keep it that way.

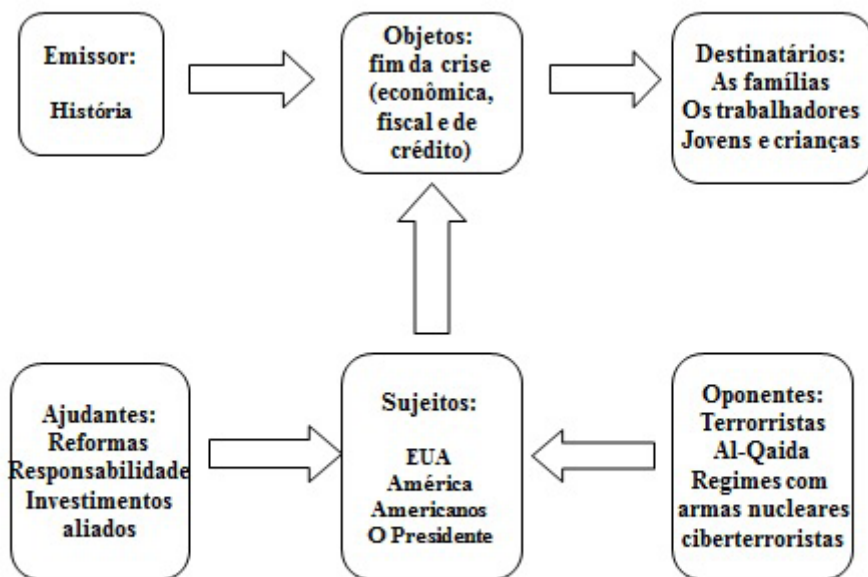
America will continue to lead the effort to prevent the spread of the world's most dangerous weapons.

America must also face the rapidly growing threat from cyber attacks.

We know foreign countries and companies swipe our corporate secrets. Now our enemies are also seeking the ability to sabotage our power grid, our financial institutions, our air traffic control systems.

Com base nos dados acima, propomos a seguinte representação para o esquema actancial que define a gramática narrativa do discurso de Barack Obama (2008-2013):

Figura 13 - Representação actancial dos discursos de Barack Obama



Fonte: elaboração dos próprios autores.

Conforme podemos identificar, o discurso dos presidentes norte-americanos tende a seguir uma mesma linha de raciocínio e construção de narrativas. O fato de se tratar de um período relativamente curto pode ser um dos fatores que ajudam a explicar a perpetuação de certas similaridades discursivas. Todavia, alguns deslocamentos discursivos são percebidos, sobretudo entre Clinton e Bush, em parte devido aos eventos de 2001.

Quando afirmamos que existe uma continuidade nos discursos políticos dos presidentes norte-americanos, não queremos dizer que se trata de narrativas fixas. Pelo contrário, buscamos apresentar justamente que os discursos são fluidos e interpostos por construções e interpretações de outros períodos e presidentes. A busca pelo entendimento passa pela simplificação do que e como é proposta uma ideia ou uma justificativa, por exemplo. Os presidentes norte-americanos usam de “caminhos” pré-estabelecidos a fim de criar um discurso que seja entendível, aceitável e, ao mesmo tempo, permita a identificação com significados próprios da cultura e da linguagem política dos Estados Unidos. Portanto, o papel dos discursos é o de estabelecer limites e fronteiras no que se busca transmitir como a identidade norte-americana – quando o presidente assume para si essa função, ele transmite não apenas ideias já determinadas, mas também seus preconceitos e visões acerca de como o mundo deve ser concebido e, em última instância, moldado.

Por isso, a ideia de estabelecer como marco o pós-Guerra Fria e o período do 11 de Setembro possibilitou a identificação de um mundo que buscava novamente se estabilizar, onde os significados deveriam novamente se estabelecer em pontos que permitissem que o público em geral – e os próprios tomadores de decisão – apreendesse uma “nova realidade”. Colocamos esse termo dentro de aspas justamente por se tratar de uma alusão às construções discursivas que podem ser vistas nos três distintos governos de nossa análise. Clinton, Bush e Obama buscaram demarcar seus períodos de atuação como excepcionais, momentos extraordinários nos quais o futuro da humanidade estaria diretamente ligado a como os Estados Unidos atuariam no mundo.

Não negamos a importância de marcos como o fim da Guerra Fria, a dissolução da União Soviética ou o 11 de Setembro, nem buscamos diminuir a complexidade adquirida pela política internacional com novas técnicas e processos advindos da globalização do capital e as consequências que isso gerou na interação entre os agentes do sistema internacional. No entanto, é preciso reconhecer como tais momentos foram discursivamente construídos de forma a criar significados específicos no imaginário político. Os presidentes buscaram transmitir a ideia de que haveria uma divisão muito clara entre os marcos estabelecidos, como se

o mundo tivesse mudado completamente a partir de então – e que os princípios e valores norte-americanos se tornariam universais automaticamente. A ideia do “novo” busca exaltar a possibilidade de quebra do “velho”, como uma linha evolutiva que passaria por saltos de aprimoramento e deixaria para trás tudo de negativo pré-existente em contraposição a uma era em transformação, mas que já teria seus pressupostos valorativos definidos.

Os atentados do 11 de Setembro permitiram uma radicalização das ameaças externas, com a caracterização de Osama bin Laden e, posteriormente, Saddam Hussein, como sendo as encarnações do mal na Terra. Por isso, os termos antagônicos aos apresentados anteriormente sofrem uma mudança nos modelos adotados nesse trabalho. De “caos” e “desvio”, relacionados especialmente às ideias de ordem e descontinuação do que seria o mundo ideal para os norte-americanos, passa-se a uma construção que coloca “civilização” e “barbárie”, “crueldade” e “compaixão” como pontos focais dos discursos – esses termos transmitem uma ideia de divisão ainda mais forte que os anteriores. Enquanto é possível colocar ordem no caos e ajustar os desvios, a barbárie e a crueldade são construídas como características de atores irracionais e malignos; os Estados Unidos atuam por ordem divina contra o mal que surge na Terra, e por isso não dialogam nem hesitam na hora de atuar, afinal, o contrário significaria a vitória da maldade e a ideia de que não há ninguém que olhe pelos “bons”.

A diferença entre os períodos antes e depois de 2001 é justamente a da percepção em relação às ameaças e ao inimigo. A construção do terrorismo como baseado em uma ação perpetrada contra os Estados Unidos e daí em diante (re) escrita para outros temas de política externa, permitiu direcionar os significados de ameaça a indivíduos, ao contrário dos conflitos anteriores nos quais a participação norte-americana é justificada pela manutenção da ordem e razões humanitárias. Se existem diferenças nos discursos é porque estes também são flexíveis e adaptáveis, buscando construir (novos) significados e reconstruí-los de acordo com interesses e entendimentos dominantes.

Pudemos ver que todos os presidentes do período analisado buscaram exemplos de feitos de outros presidentes e usaram a História para comparar o que buscavam justificar. Além disso, foi recorrente a comparação entre ações de política externa e intervenções em outros países, recorrendo-se a elementos iguais ou similares para o mesmo objetivo, ou a mesma “ameaça”.

A análise dos discursos presidenciais norte-americanos permitiu-nos perceber a atuação dos Estados Unidos de uma forma distinta – como eles se enxergam e como eles transmitem essa visão de si. Para além da construção de uma identidade nacional, pudemos entender como o “Outro” é um sujeito de múltiplas faces e características, que vão desde o amigo que coopera e compartilha valores

e interesses até o pior inimigo “desde sempre” e “desde nunca” – afinal, para ser ameaçado, basta existir, e como nunca, são expostos a desafios que exigirão ainda mais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER, E.; BARNETT, M. 1998. *Security Communities*. Cambridge. Cambridge University Press.
- BENWELL, B; STOKOE, E. 2006. *Discourse and Identity*. Edinburgh. Edinburgh University Press.
- BROWING, C.S. 2002. “Come Home or Moving Home?: “Westernizing” Narratives in Finnish Foreign Policy and the Reinterpretation of Past Identities”. *Cooperation and Conflict*, v. 37, n. 1: 47-72.
- BRUBACKER, R.; COOPER, F. 2000. “Beyond Identity”. *Theory and Society*, v. 29, n. 1: 1-47.
- CAMPBELL, D. 1998. *Writing Security. United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Minneapolis. University of Minnesota Press.
- CONNOLLY, W.E. 1991. *Identity/Difference. Democratic Negotiations of Political Paradox*. Minneapolis. University of Minnesota Press.
- CURRIE, M. 2004. *Difference*. New York: Routledge.
- DE GEEST, D. 2003. “La sémiotique narrative de A.J. Greimas”. *Image & Narrative*, v. 5.
- EDWARDS, Jason A. 2008. “Defining the Enemy for the Post-Cold War World: Bill Clinton’s Foreign Policy Discourse in Somalia and Haiti”. *International Journal of Communication*, v.2: 830-847.
- FEARON, J. 1999. “What is Identity (as We Now Use the Word) ?”. Mimeo, Stanford University, November.
- FITZPATRICK, S. 1993 “Ascribing Class: The Construction of Social Identity in Soviet Russia”. *Journal of Modern History*, v. 65: 745-770.
- FOUCAULT, M. 1972. *The Archaeology of Knowledge & The Discourse on Language*. New York. Pantheon Books.
- GLEASON, P. 1983. “Identifying Identity: A Semantic History”. *Journal of American History*, v. 6: 910-931.
- GREIMAS, A.J. 1983. *Structural Semantics*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- GUILLAUME, Xavier. 2011. *International Relations and Identity. A dialogical approach*. London. Routledge.
- HAAS, R. N. 1995. “Paradigm Lost”. *Foreign Affairs*, v. 74, n. 1: 144-145.
- HANSEN, Lene. 2006. *Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war*. London. Routledge.
- HANSEN, L.; WAEVER, O. (Eds.). 2002. *European Integration and National Identity: The Challenge of the Nordic States*. London: Routledge.
- HUTCHINSON, J.; SMITH, A.D. (Eds.). 1996. *Ethnicity*. Oxford: Oxford University Press.

- JACKSON, R. 2006. "Genealogy, Ideology, and Counter-Terrorism: Writing Wars on Terrorism from Ronald Reagan to George W. Bush Jr". *Studies in Language & Capitalism*, v. 1: 163-193.
- JOHNSTON, A.I. 2007. *Social States: China in International Institutions, 1980-2000*. Princeton. Princeton University Press.
- KATZENSTEIN, P. (Ed.) 1996. *The Culture of National Security. Norms and Identities in World Politics*. New York. Columbia University Press.
- LACAN, J. 1977. *Écrits. A Selection*. New York. W.W. Norton.
- LEFF, C.S. 1997. *The Czech and Slovak Republics: Nation vs. State*. Boulder. Westview Press.
- LYNN-DOTY, R. 1993. "Foreign Policy as Social Construction: A Post-Positivist Analysis of U.S. Counterinsurgency Policy in the Philippines". *International Studies Quarterly*, v. 37, n. 3: 297-320.
- MANSBACH, R.; RHODES, E. 2007. "The National State and Identity Politics: State Institutionalisation and 'Markers' of National Identity". *Geopolitics*, v. 12, n. 3: 426-458.
- MURRAY, S. K.; MEYERS, J. 1999. "Do people need Foreign Policy Enemies? American Leaders' Beliefs after the Soviet Demise". *The Journal of Conflict Resolution*, v. 43, n. 5: 555-569.
- NABERS, D. 2009. "Filling the Void of Meaning: Identity Construction in U.S. Foreign Policy After September 11, 2001". *Foreign Policy Analysis*, v. 5, n. 2: 191-214.
- NEUMANN, I.B. 1996. "Collective Identity Formation: Self and Other in International Relations". *European Journal of International Relations*, v. 2, n. 2: 139-174.
- ROSENBERG, J. 1990. "What's the Matter With Realism?" *Review of International Studies*, v. 16, n. 4: 285-303.
- ROUHANA, N. 1997. *Palestinian Citizens in an Ethnic Jewish State: identities in conflict*. New Haven. Yale University Press.
- STOKES, S. 1995. *Cultures in Conflict: Social Movements and the State in Peru*. Berkeley. Berkeley University Press.
- TAYLOR, C. 1989. *Sources of the Self: The Making of Modern Identity*. Cambridge. Harvard University Pres.
- WAEVER, O. 1997. "Figures of International Thought: Introducing Persons Instead of Paradigms", pp. 7-37. In: NEUMANN, I.B.; WAEVER, O. (Eds.). *The Future of International Relations: masters in the making?* London: Routledge.
- WALKER, R. B. J. 1993. *Inside/outside: international relations as political theory*. Cambridge. Cambridge University Press.

PANORAMA DA ATENÇÃO DOMICILIAR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS): CORRELATIVIDADE COM OS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA

GRAZIELE CAROLINA DE ALMEIDA MARCOLIN
JAMILI VARGAS CONTE MONTENÁRIO
CAROLINA MARQUES BORGES
ALAN RODRIGUES DE SOUZA
AMANDA CONRADO SILVA BARBOSA

RESUMO

Atualmente, é crescente o número de pessoas acometidas por doenças que as restringem ao ambiente domiciliar, fazendo-se necessário o conhecimento acerca dos serviços de saúde existentes para favorecimento do atendimento domiciliar dessa clientela. Diante desse pressuposto, o presente estudo tem como objetivo analisar o panorama da atenção domiciliar do SUS, apresentando definições acerca da internação domiciliar/assistência domiciliar e sua correlatividade com os serviços de Atenção Primária. A pesquisa trata de uma Revisão Integrativa da Literatura, de caráter descritivo. Para tal, optou-se pelo seguimento dos presentes critérios de inclusão: trabalhos completos, versão disponível nos idiomas português e inglês, publicações no período de 2005 a 2014 e adequação ao tema. Como principais dados verifica-se que a atenção domiciliar tem diversas facetas, as quais orientam e possibilitam o atendimento da pessoa restrita ao ambiente domiciliar. Além disso, a atuação conjunta de familiares e cuidadores no ambiente do domicílio pode favorecer o resgate da autonomia e independência da pessoa doente, uma vez que estes agentes atuam diretamente com os indivíduos, conhecendo suas limitações e potencialidades. Foi verificado também que as ações de Atenção Domiciliar 1 (AD1) são as que mais se adequam ao atendimento da pessoa doente no domicílio, uma vez que atua nos cuidados em saúde da pessoa restrita ao domicílio.

PALAVRAS-CHAVE

Atenção domiciliar; atenção primária; saúde da família; serviços de saúde; cuidadores.

OVERVIEW OF HOME CARE OF THE UNIFIED HEALTH SYSTEM (SUS): RELATIONSHIP TO THE PRIMARY ATTENTION HEALTH CARE SERVICES

ABSTRACT

Nowadays, the number of people suffering from diseases that restrict them to the home environment is increasing, thus becoming necessary the knowledge about existing health services for favoring the home care of these clients. Given this assumption, the present study aims to analyze the overview of home care of the SUS and its correlativity with the Primary Attention health care services. The research is an Integrative Literature Review, descriptive. To this end, it was opted for the following criteria: complete works, versions in Portuguese and English languages, publications in the period of 2005 to 2014 and appropriateness to the theme. As the main findings, it was seen that home care has many facets, which guide and enable the care of the person restricted to the home environment. Furthermore, the joint action of family members and caregivers in the home environment may favor the concept of autonomy and independence of the sick person, as these agents work directly with the individuals, knowing their limitations and potentials. It was also found that the actions of Homecare 1 (AD1) are the most adequate to the sick person's service in the household, since it operates under the healthcare of the person restricted to home.

KEYWORDS

Home attention; primary attention; family healthcare; health services; caretakers.

SOBRE OS AUTORES

GRAZIELE CAROLINA DE ALMEIDA MARCOLIN

Terapeuta Ocupacional, APAE Congonhas. Especialista em Desenvolvimento Infantil (UFMG); Gestão Pública de Organização de Saúde (UFJF); Formação Pedagógica para Profissionais de Saúde – CEFPEPS (UFMG); Especializando em Educação Especial e Inclusiva com Ênfase em Deficiência Múltipla e Intelectual (UCAMPROMINAS); Especializando em Planejamento, Implementação e Gestão de Cursos a Distância (UFF).

Contato: graziele_to@yahoo.com.br.

JAMILI VARGAS CONTE MONTENÁRIO

Enfermeira, Pós graduanda do curso de Saúde Coletiva do Instituto de Educação Continuada, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Contato: jamili.conte@gmail.com.

CAROLINA MARQUES BORGES

Doutora em Saúde Coletiva, Mestre em Saúde Pública/Epidemiologia, Odontóloga. Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte – MG.

Contato: carolmborges@yahoo.com.br.

ALAN RODRIGUES DE SOUZA

Enfermeiro. Especialista em Gestão Pública de Organização de Saúde (UFJF); Especialista em Formação Pedagógica para Profissionais da Saúde - CEFPEPS (UFMG). Coordenador e Enfermeiro titular da Estratégia de Saúde da Família – Sebastião de Araújo Teixeira, no Município de Cristiano Ottoni.

Contato: alanrps@gmail.com.

AMANDA CONRADO SILVA BARBOSA

Enfermeira. Especialista em Enfermagem do Trabalho pela Faculdade Redentor –RJ; Especialista em Formação Pedagógica para Profissionais de Saúde – CEFPEPS (UFMG.). Docente na Rede Doctum de Ensino – Leopoldina – MG.

Contato: amandaconradosb@hotmail.com.

SUBMETIDO EM

Fevereiro de 2015.

APROVADO EM

Agosto de 2015.

1 - INTRODUÇÃO

No Brasil, são constantes as transformações nas organizações de atenção à saúde, fato que tem se tornado indispensável para a consolidação e efetiva gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente, a qualificação do cuidado é realizada por meio de inovações na integralidade da gestão, o que tem favorecido a incorporação de diferentes formas de atuar no âmbito da saúde para o atendimento da população (Feuerwerker e Merhy 2008: 183).

Pensando nisso, vê-se que é compromisso dos profissionais da saúde, sobretudo da Enfermagem, atender as necessidades de saúde da população, seja ela nos cuidados básicos, nos ambulatorios especializados e até nos hospitais. A gestão do cuidado deve promover tecnologias de saúde conforme as necessidades dos indivíduos, melhorando seu bem estar, segurança e autonomia. Logo, a fim de se ter uma gestão pertinente, que preconize efetivamente o cuidado em saúde, o aprendizado acerca das diferentes dimensões no cuidado deve ser realizada, oportunizando a integração de ações mais diretivas, pertinentes e bem planejadas no atendimento à população (Pires *et al.* 2013: 650).

Assim, em conformidade com o princípio da integralidade do SUS, o atendimento das peculiaridades da população torna-se indispensável no processo de compromisso para uma boa gestão em saúde. No Brasil, há pelo menos dois tipos de estratégias que vêm sendo implementadas como parte da integralidade. A primeira propõe a transformação do modelo “tecoassistencial” com a implementação da Estratégia de Saúde da Família (ESF) com ênfase sobre a promoção à saúde; e a segunda propõe a transformação da atenção priorizando as necessidades de saúde para a construção de linhas de cuidado que perpassem todos os níveis de atenção, seja ela básica, especializada, hospitalar e de urgência, além de assegurar o acesso e continuidade do cuidado (Feuerwerker e Merhy 2008: 184).

Pires *et al.* (2012: 651) salientam que a Atenção Domiciliar configura-se como um dispositivo substitutivo de organização da atenção, o qual produz cuidados que efetivamente não estão inseridos em um hospital, ambulatório ou instituição. No entanto, este pode ser visto como um terreno no qual o atendimento favorecer efetivamente o cuidado em saúde.

Logo, o serviço domiciliar à saúde pode ser interpretado diante suas muitas vertentes, tornando-se elemento dependente do foco assistencial definido pela rede, e conseqüentemente, das necessidades reais dos sujeitos em todos os ciclos da vida. Além disso, tal prática deve preconizar e favorecer ações preventivas e de promoção à saúde, assim como subsidiar o cuidado em si de muitos pacientes restritos ou não ao leito, que apresentem necessidade de acompanhamento de equipe clínica especializada em sua residência.

Com vistas à análise do estudo, vê-se que existem diversas propostas recentes integrantes das redes de atenção à saúde pública, que incluem a participação das equipes multiprofissionais dos Serviços de Atenção Domiciliar (SAD), sendo os cuidados domiciliares direcionados a este serviço quando necessário. Aos SAD integram-se três agentes básicos no processo de atendimento domiciliar: as Equipes de Atenção Básica (EAB), os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e as Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliária (EMAD), sendo que este último agente é composto pelo médico, enfermeiro e fisioterapeuta (Pires *et al.* 2012: 651).

O autor supracitado afirma que alguns municípios brasileiros não são beneficiados pelos agentes citados anteriormente, fato que se dá pela má disposição dos recursos públicos, assim como pelo despreparo dos gestores de saúde. No entanto, há de se dizer que tais desafios podem ser superados, contudo, muito há que se fazer para que o cuidado em saúde da população seja efetivamente fomentado.

Segundo Kuschinir e Chorny (2010: 2307) o lar das pessoas é dotado de características peculiares, apresentando em sua essência constituições familiares diversificadas, com aspectos culturais, religiosos e socioeconômicos interligados. Entretanto, quando há situação de doença, os anseios e despreparos dos membros da família na atenção daquele que está em um momento de “desequilíbrio”, parece não ser tão significativo para a família. Os familiares projetam nos profissionais da saúde a solução dos problemas que não conseguem enfrentar, desconhecendo até mesmo as formas de conduzi-lo. Tal proceder pode se tornar um facilitador, mas também uma barreira no processo do cuidado à saúde, sendo este um fato que deve ser observável e bem orientado para se evitar possíveis problemas no futuro.

Ao atuar diretamente no cuidado, o profissional de saúde passa por diversas situações e contextos assistenciais, que merecem atuação de uma equipe definida para tal. No entanto, em muitos casos, diante da inexistência dessas equipes, os profissionais de enfermagem acabam assumindo o cuidado isoladamente. Dessa forma, entre curativos de feridas crônicas; assistência ao idoso fragilizado; ao portador de transtorno mental desinstitucionalizado; às vítimas neurológicas por trauma acidental ou resultado de acidente vascular encefálico; aos pacientes portadores de doenças crônicas e degenerativas; aos terminais de neoplasias malignas; a experiência profissional na área de enfermagem é marcada.

Assim, a escolha do tema voltado efetivamente à atuação do profissional de enfermagem se deu, principalmente, pelo fato de que muitos achados científicos no que se concerne ao atendimento domiciliar em atenção básica encontram-se direcionados a esta demanda profissional.

Para tanto, os objetivos da pesquisa voltaram-se à análise da definição de internação domiciliar e assistência domiciliar; verificação da atenção domiciliar como proposta de um novo modelo de atenção em saúde; assim como apresentação

da correlatividade do atendimento domiciliar com vistas à atenção primária.

Com vistas ao exposto, torna-se relevante buscar na literatura recomendações sobre as definições dos papéis dos serviços, bem como analisar possíveis ações que podem subsidiar a melhora do atendimento domiciliar em rede. Além disso, administrar ações de saúde propostas pela Equipe de Saúde da Família (ESF) com as da Atenção Domiciliar requer discernimento, o que sugere que o panorama atual da atenção domiciliar seja construído a fim de que se apresente sua correlatividade com os serviços de Atenção Primária.

Diante desse pressuposto, haja vista as dificuldades inerentes aos procedimentos técnicos realizados em domicílio, bem como a necessidade do bom preparo emocional para lidar com situações conflitantes no processo de adoecimento (levando-se em conta as particularidades de cada lar), o objetivo da presente Revisão Integrativa de Literatura é investigar sobre o atual panorama da Atenção Domiciliar praticada no Sistema Único de Saúde e a sua relação com os serviços da Atenção Primária.

2 - METODOLOGIA

Diante da temática abordada, delineou-se a necessidade de uma pesquisa bibliográfica para dar sustentação aos objetivos que almejavam ser discutidos. Dessa forma, o presente estudo foi desenvolvido a partir da análise crítica da literatura disponível, sob forma de revisão integrativa (Mendes, Silveira e Galvão 2008: 759).

A revisão integrativa da literatura, como salienta Marcolin (2013: 24) “é a mais ampla abordagem metodológica e permite a inclusão de estudos experimentais ou não para compreensão completa do fenômeno analisado”.

A escolha de tal modalidade de pesquisa se deu devido ao entendimento que a mesma dá ao orientar o levantamento de contribuições científicas recentes sobre a temática em questão. Estas normalmente são analisadas e produzidas por outros pesquisadores, os quais agregam em sua metodologia evidências relevantes para a prática clínica.

Segundo Souza, Silva e Carvalho (2010: 102-104) a revisão integrativa é composta por seis fases, a saber: estabelecimento da hipótese, onde a pergunta norteadora é apresentada e o objetivo é definido; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão dos artigos, onde ocorre o processo de seleção da amostra; definição dos dados a serem extraídos dos artigos selecionados; análise dos resultados; apresentação e discussão dos resultados.

Diante desse pressuposto, buscando-se analisar o assunto proposto, foram selecionados e verificados estudos que contemplassem a temática em questão,

respondendo à seguinte pergunta norteadora: “Qual o panorama da Atenção Domiciliar do Sistema Único de Saúde e sua correlatividade com os serviços de Atenção Primária?”.

A definição das palavras-chaves foi feita a partir de análise e contextualização do assunto abordado neste estudo, com posterior consulta das mesmas nos Descritores em Ciências e Saúde (DeCS). A busca dos artigos realizada nas bases de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) – BIREME, *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (Medline) e Scientific Eletronic Library Online (SciELO). O Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas (CAPES) foi acessado a fim de se consultar revistas e para aquisição de alguns artigos.

Das palavras-chaves utilizadas tem-se: “atenção domiciliar”, “atenção primária”, “saúde da família”, “cuidados domiciliares de saúde”, “cuidadores”, “serviços de saúde”, e os termos correspondentes em inglês “*home care*”, “*primary care*”, “*family health*”, “*home health care*”, “*caregivers*”, “*health services*”, usados de maneira combinada.

A busca foi limitada aos idiomas português e inglês e a estudos que investigassem empiricamente o atendimento domiciliar e sua correlatividade com os serviços de atenção primária, publicadas no período de 2005 a 2014.

Logo, para refinamento da pesquisa, teve-se como critérios de inclusão: trabalhos completos, versão disponível nos idiomas português e inglês, publicações no período de 2005 a 2014 e adequação ao tema.

A busca nas bases de dados foi realizada dos dias 20 a 23 de Setembro de 2015, resultando na obtenção de 541 artigos. Após leitura crítica dos resumos, foram selecionados para participação na pesquisa aqueles que contemplavam a questão norteadora e obedeciam aos critérios de inclusão da pesquisa. Foram excluídos do estudo artigos que se repetiam nas bases de dados.

O Quadro 1 apresenta a distribuição dos artigos encontrados segundo as etapas de seleção proposta pelo autor:

Dos 541 artigos encontrados, apenas 59 foram selecionados, no entanto, 34 destes não se encontravam disponíveis na íntegra para leitura e não obedeciam aos critérios de inclusão. Além disso, 10 artigos se repetiam nas bases de dados analisadas, fato que gerou a exclusão deste montante devido à duplicidade, restando um número de 15 artigos para análise.

Assim, após leitura dos textos na íntegra, foram selecionados para participação na presente pesquisa 10 artigos. Para a extração dos dados foram considerados o ano de publicação, titulação dos autores, estado federativo, metodologias empregadas por cada um, contextos (locais) das pesquisas, sujeitos investigados e temáticas pesquisadas.

QUADRO 1- DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS SEGUNDO AS ETAPAS DE SELEÇÃO

ETAPAS	LILACS	BIREME	MEDLINE	SCIELO	TOTAL
1ª seleção: Idioma, período e resumos disponíveis	106	102	38	295	541
2ª seleção: Apropriados para revisão	14	10	7	28	59
3ª seleção: Textos lidos na íntegra que seguiam o instrumento de coleta de dados (APÊNDICE A)	3	1	2	4	10

Fonte: Dados da Pesquisa. 2014.

O Quadro 2 apresenta a distribuição dos artigos encontrados, segundo os descritores e bases de dados:

Quadro 2 - Distribuição dos artigos segundo os descritores e bases de dados. 2014.

FONTE	ESTRATÉGIA DE BUSCA DESCRITORES	POPULAÇÃO GERAL POR BASE DE DADOS	POPULAÇÃO APÓS REFINAMENTO	AMOSTRA FINAL
LILACS	Atenção Domiciliar <i>and</i> Atenção Primária	106	14	3
BIREME	Atenção Domiciliar <i>and</i> Saúde da Família <i>and</i> cuidadores <i>and</i> Atenção Primária	102	10	1
MEDLINE	Atenção Primária <i>and</i> Atendimento Domiciliar <i>and</i> serviços de saúde	38	7	2
SCIELO	Cuidados domiciliares de saúde <i>and</i> Atenção Primária	295	28	4
TOTAL		541	59	10

Fonte: Dados da Pesquisa. 2014.

Seguiu-se com o processo de análise do material, consistindo na leitura na íntegra dos 10 artigos que compuseram a amostra, trazendo como objetivo apreender informações contidas nos mesmos, indispensáveis à discussão do estudo. Logo, a análise e síntese dos artigos foi efetivada, abordando os dados de maneira

descritiva, favorecendo, com isso, a observação, contagem, descrição e classificação dos dados no intuito de reunir o conhecimento produzido sobre o presente tema.

3 - RESULTADOS

Como é de conhecimento, é vasta a literatura existente acerca do processo de transição demográfica que vem passando a população brasileira desde meados de 1940. Como consequência, houve o aumento significativo de doenças crônicas não transmissíveis, o que tem gerado processos infecciosos extremos, que por sua vez precisam ser combatidos de frente no intuito de possibilitar a prevenção do problema (Rodrigues e Almeida 2005: 20-24; Silva et al. 2005: 391-397; Kerber, Kirchof e Cezar-Vaz 2008: 485-493; Feuerwerker e Merhy 2008: 180-188; Gomes e Resck 2009: 496-501; Brondani e Beuter 2009: 206-213; Martelli et al. 2011: 147-157; Fripp, Facchini e Silva 2012: 69-78; Carvalho, Rodrigues e Braz 2013: 455-459; Pires et al. 2013: 648-656).

Diante desse pressuposto, após análise e compilação dos dados obteve-se a catalogação dos artigos, alocando-os em uma tabela na qual foi abordado aspectos como autores, ano de publicação, Título, local de estudo, objetivos, tipo de estudo, amostra, assim como os principais resultados e conclusões de cada artigo incluído na presente pesquisa.

Conforme análise dos artigos selecionados para a presente pesquisa, dos 10 artigos que compuseram a amostra, um foi identificado na base de dados Bireme, dois no Medline, três no Lilacs e o restante dos artigos no Scielo. Em relação ao tipo de periódico, cinco artigos foram publicados em Revistas de Enfermagem e os outros cinco em Revistas de cunho multidisciplinar.

Dos estudos analisados, todos contemplaram o assunto do Atendimento Domiciliar, no entanto, nem todos relacionavam esse tema à abordagem da Atenção Primária. Em relação ao ano de publicação, dos artigos inseridos na tabela acima, dois foram publicados no ano de 2005; dois em 2008; dois em 2009; um em 2011; um em 2012 e um em 2013.

Quanto ao tipo de delineamento da pesquisa, evidenciou-se na amostra: dois estudos definidos como qualitativo do tipo estudo de caso (Rodrigues e Almeida 2005: 20-24; Feuerwerker e Merhy 2008: 180-188); dois exploratórios qualitativos (Brondani e Beuter 2009: 206-213; Carvalho, Rodrigues e Braz 2013: 455-459); dois descritivos exploratórios (Silva et. al. 2005: 391-397; Fripp, Facchini e Silva 2012: 69-78); um descritivo retrospectivo (Martelli et al. 2011: 147-157); um qualitativo fenomenológico (Gomes e Resck 2009: 496-501); um transversal (Pires et al. 2013: 648-656) e um de revisão de literatura (Kerber, Kirchof e Cezar-Vaz 2008: 485-493).

Tabela 1 - Resumos dos artigos selecionados

Autor, ano	Título e Local de estudo (Estado)	Objetivos	Tipo de estudo e Amostra	Resultados	Conclusões
Rodrigues e Almeida (2005)	Papel do responsável pelos cuidados à saúde do paciente no domicílio – um estudo de caso Rio de Janeiro (RJ)	Identificar as dificuldades apresentadas pelos responsáveis pelos cuidados (RC) durante a realização de cuidados específicos ao paciente, e apontar recomendações de apoio ao cuidado do RC ao paciente, visando a melhoria na assistência prestada no domicílio.	Pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso. Amostra: 103 pacientes e 181 RC sob entrevista semiestruturada.	Houve associação entre a qualidade de atenção e a receptividade do RC à orientação e treinamento. Isso demonstra que os RC devem ser preparados e melhor treinados por meio de tecnologias e acesso à informação adequada para efetivação do cuidado à domicílio.	A qualidade do atendimento pode ser melhorada se houver atenção diferenciada às dificuldades e possíveis resolução dos problemas envolvidos ao cuidado no domicílio. Logo, deve haver o treinamento do RC no intuito de melhor atender a clientela que se encontra restrita ao domicílio.
Silva et al. (2005)	Internação domiciliar no Sistema Único de Saúde Belo Horizonte (MG)	Analisar o funcionamento dos programas de Internação Domiciliar implantados em três municípios, identificando elementos que sinalizam a inserção desses programas na mudança da atenção à saúde.	Estudo descritivo-exploratório, com abordagem qualitativa realizado através de entrevista semiestruturadas em Marília, Santos, e Londrina. Amostra: 5 Enfermeiras e 1 Assistente Social que atuam nos serviços de Intervenção Domiciliar	Os achados permitem afirmar a importância do serviço de Internação Domiciliar como estratégia para a desospitalização e humanização do cuidado. Pôde-se constatar avanços na implantação de serviços de Internação Domiciliar, bem como obstáculos para que a mudança do modelo de atenção se processe.	O cuidado com os Programas de Internação Domiciliar representa uma estratégia na reversão da atenção centralizada nos hospitais para a construção de nova lógica com enfoque em promoção e prevenção à saúde, diminuição de riscos e humanização da atenção e, como tal, devem ser engendradas estratégias para permitir sua implantação na rede pública.
Kerber, Kirchhof e Cezar-Vaz (2008)	Considerações sobre a atenção domiciliária e suas aproximações com o mundo do trabalho na saúde Rio de Janeiro (RJ)	Refletir acerca da atenção domiciliária como uma prática em saúde que se apresenta como possibilidade de uma maior resolutividade dos serviços de saúde.	Pesquisa de revisão de literatura, de caráter qualitativo. Amostra: Análise nas bases de dados Lilacs e Medline no período de 1994 a 2004.	Este texto apresenta uma reflexão acerca da atenção domiciliária enquanto um trabalho em saúde, que vem se expandindo no sistema público e privado. Além disso, discute sobre a atenção domiciliária e a possibilidade de se alavancar um impacto significativo na qualidade de vida e na saúde da população.	O estudo apresenta a atenção domiciliária como uma possibilidade estratégica de reorganização do Sistema de Saúde, por meio da integração entre os trabalhadores e as instituições de saúde. Também são consideradas os possíveis impactos políticos, econômicos e técnicos da atenção domiciliária no sistema de saúde, nos trabalhadores e nos usuários desse serviço.

Feuerweker e Merhy (2008)	A contribuição da atenção domiciliar para a configuração de redes substitutivas de saúde: desinstitucionalização e transformação de práticas São Paulo (SP)	Identificar o estado da arte da atenção domiciliar no âmbito do sistema público de saúde no Brasil, analisar o seu potencial de inovação no sentido da integralidade e da humanização da atenção e indicar pistas para a sua ampliação.	Pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, com base em sete experiências de cuidado domiciliar em cinco municípios brasileiros Amostra: 27 casos, analisados sob entrevista semiestruturada.	Foram identificados os seguintes tipos de atendimento domiciliar: cuidado paliativo, cuidado a pacientes com AIDS, cuidado a portadores de feridas e lesões de pele, acompanhamento de bebês prematuros, acompanhamento de acamados crônicos, antibioticoterapia endovenosa como complementação do tratamento para infecções agudas.	As iniciativas examinadas mostraram que a atenção domiciliar é possível até em ambientes economicamente precários e que pode contribuir efetivamente para a produção de integralidade e de continuidade do cuidado, devendo ser ampliada no âmbito do sistema público de saúde.
Gomes e Resck (2009)	A percepção dos cuidados domiciliares no cuidado a clientes com seqüelas neurológicas. Rio de Janeiro (RJ)	Apreender as percepções do cuidador familiar no cuidado a clientes com seqüelas neurológicas, propondo estratégias para o cuidar do cuidado.	Estudo qualitativo fenomenológico, desenvolvido em março/2007 a junho/2008. Amostra: 5 cuidadores regularmente cadastrados no projeto extensionista Renascer desenvolvido pela Universidade Federal de Alfenas – MG.	Após descrição, redução e compreensão das experiências que os sujeitos vivenciaram foram destacadas quatro categorias: sobrecarga (física, mental e financeira); religiosidade/fé; dedicação/ satisfação e solidariedade/ empatia com seus respectivos núcleos de sentido.	A sobrecarga experimentada pelos cuidadores ao exercerem o cuidado foi confirmada, e sugeriu-se a organização de grupos de orientação e apoio às famílias desses clientes crônicos.
Brondani e Beuter (2009)	A vivência do cuidado no contexto da internação domiciliar Porto Alegre (RS)	Descrever e analisar as experiências das cuidadoras familiares de doentes crônicos em internação domiciliar.	Pesquisa exploratória qualitativa, desenvolvida pelo Serviço de Internação Domiciliar do Hospital Universitário de Santa Maria, RS. Amostra: 15 cuidadoras/ familiares.	Os resultados apontaram para a necessidade da valorização das atividades de cuidado realizadas pelas cuidadoras no domicílio e destacaram a internação domiciliar como uma modalidade de atenção humanizadora e inovadora que visa inverter a lógica de atuação dos profissionais de saúde.	Foi evidenciada a importância da valorização do papel da família no processo de cuidar, a qual é representada por uma visão integral e humana do fazer na saúde e na ampliação do conhecimento dos profissionais de saúde acerca das vivências das cuidadoras.

Martelli et al. (2011)	<p>Internação domiciliar: o perfil dos pacientes assistidos pelo Programa HU em Casa.</p> <p>Montes Claros (MG)</p>	<p>Descrever o perfil sociodemográfico e clínico da população assistida pelo Programa de Internação Domiciliar (PID) HU em Casa do Hospital Universitário Clemente Faria da Universidade Estadual de Montes Claros.</p>	<p>Estudo descritivo e retrospectivo por meio da análise de prontuários, realizada de maio de 2005 a maio de 2008.</p> <p>Amostra: Análise de 137 prontuários de pacientes, sendo 75 do gênero feminino e 62 do gênero masculino.</p>	<p>Dos agravos mais comuns na primeira internação, a pneumonia foi prevalente, 22 casos (16,1%). A maioria dos pacientes foi encaminhada ao PID pela clínica médica (84,7%), com intervalo de maior prevalência de duas a três internações (42,4%). Do total de pacientes, 120 (87,6%) permaneceram internados por 16 a 30 dias e 51,8% não necessitaram passar novamente pelo PID para uma segunda internação.</p>	<p>Conclui-se que há relação com a resolutividade clínica, 130 (94,9%) tiveram alta clínica, no PID, na primeira internação. O PID mostrou-se um programa de alta resolutividade, atendendo mais ao público idoso feminino, de baixa renda e com períodos de internação relativamente curtos.</p>
Fripp, Facchini e Silva (2012)	<p>Caracterização de um programa de internação domiciliar e cuidados paliativos no Município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil: uma contribuição à atenção integral aos usuários com câncer no Sistema Único de Saúde, SUS.</p> <p>Pelotas (RS)</p>	<p>Descrever as características do Programa de Intervenção Domiciliar Interdisciplinar (PIDI) para pacientes oncológicos no Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas, no Município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.</p>	<p>Pesquisa descritiva, exploratória, com análise de prontuários e entrevista semiestruturadas com profissionais atuantes.</p> <p>Amostra: análise dos prontuários de 213 pacientes com câncer internados sob sistema domiciliar e entrevista com 5 profissionais de enfermagem.</p>	<p>Os pacientes do PIDI eram atendidos diariamente no domicílio, recebendo insumos necessários ao cuidado e suporte interdisciplinar para identificação e controle de sintomas; o estado avançado da doença com metástases em 92,0% dos pacientes, dos quais 32,0% não hospitalizaram durante o período; os principais motivos de internação no PIDI foram anorexia, dor e astenia; metade dos pacientes evoluiu para óbito no domicílio.</p>	<p>O estudo permitiu a divulgação e conhecimento de estratégias para o cuidado paliativo domiciliar de pacientes com câncer em situação de terminalidade. Além disso, mostrou que a implementação de políticas públicas pode humanizar o atendimento dessa clientela, assim como subsidiar o melhor tratamento das demandas desses clientes.</p>
Carvalho, Rodrigues e Braz (2013)	<p>Estratégias de educação em saúde direcionadas a cuidadores durante a internação</p> <p>Cascavel (PR)</p>	<p>Avaliar a repercussão de estratégias de educação em saúde direcionadas aos cuidadores durante a internação.</p>	<p>Estudo exploratório, do tipo qualitativo.</p> <p>Amostra: 10 cuidadores entrevistados a partir de entrevista semiestruturada aplicada na residência dos cuidadores.</p>	<p>Predomínio das orientações verbais com demonstração prática dos cuidados e entrega de Cartilhas educativas.</p> <p>Identificou-se baixa renda e escolaridade entre os cuidadores, dependência severa dos sujeitos cuidados e dificuldades das equipes de atenção domiciliar no suprimento de recursos materiais.</p>	<p>As estratégias de educação em saúde direcionadas aos cuidadores durante a internação auxiliaram a execução das técnicas de cuidado no domicílio. Ainda assim o cuidado domiciliar apresentou domínios comprometidos pelas condições socioeconômicas dos pacientes.</p>

Pires et al. (2013)	Fatores associados à atenção domiciliária: subsídios à gestão do cuidado no âmbito do SUS Belo Horizonte (MG)	Identificar variáveis associadas ao tipo AD dos usuários em Unidades Básicas de Saúde (UBS) selecionadas de Belo Horizonte.	Estudo transversal em duas UBS de Belo Horizonte – MG. Amostra: 114 usuários de AD da área de abrangência das duas UBS analisadas. Utilização da análise de regressão logística múltipla para seleção de variáveis significativas.	Obteve-se maior comprometimento clínico dos usuários (OR=27,47), estado emocional triste (OR=24,36), risco para úlcera por pressão pela escala de Braden (OR=7,6) e a semidependência para as AVD pelo índice de Katz (OR=63,8) como fortemente associadas ao tipo de AD ($p < 0,05$).	As variáveis fundadas no contexto social, familiar e clínico dos sujeitos subsidiam a abordagem integral e a tomada de decisão da equipe de saúde.
---------------------	--	---	---	--	--

Fonte: Dados da pesquisa. 2014.

Referentes aos sujeitos da pesquisa, um artigo abordou apenas a análise de referenciais teóricos já existentes (Kerber, Kirchof e Cezar-Vaz 2008: 485-493); dois procederam a análise de prontuários (Martelli et al. 2011: 147-157; Carvalho, Rodrigues e Braz 2013: 455-459); três procederam a entrevista com cuidadores (Rodrigues e Almeida 2005: 20-24; Feuerwerker e Merhy 2008: 180-188; Gomes e Resck 2009: 496-501); dois procederam a entrevista com profissionais de saúde (Pires et al. 2013: 648-656; Fripp, Facchini e Silva 2012:69-78); e os demais, configurando um montante de dois artigos procederam entrevista com familiares (Brondani e Beuter 2009: 206-213; Silva et al. 2005: 391-397). Todos analisavam em sua essência questões envoltas ao atendimento domiciliar, no entanto, apenas dois dos artigos apresentaram efetivamente a correlatividade dos atendimentos aos serviços de saúde de Atenção Primária (Silva et al. 2005: 391-397; Pires et al. 2013: 648-656).

No que tange às publicações por Estado, três artigos foram construídos no Estado de Minas Gerais (Silva et al. 2005: 391-397; Martelli et al. 2011: 147-157; Pires et al. 2013: 648-656); três foram no Estado do Rio de Janeiro (Kerber, Kirchof e Cezar-Vaz 2008:485-493; Gomes e Resck 2009: 496-501); dois no Estado do Rio Grande do Sul (Brondani e Beuter 2009: 206-213; Fripp, Facchini e Silva 2013: 69-78); um no Estado de São Paulo (Feuerwerker e Merhy 2008: 180-188) e um no Estado do Paraná (Carvalho, Rodrigues e Braz 2013: 455-459).

Por meio dos artigos selecionados, analisados e compilados através da tabela apresentada, foi possível verificar que o atendimento domiciliar é hoje um recurso de grande utilização dos profissionais da saúde que atuam, principalmente, na atenção primária. No entanto, para que ações pertinentes sejam realizadas no

contexto domiciliar, faz-se necessário conhecer os sujeitos restritos ao domicílio, como também a problemática que os envolve. Além disso, a correlatividade do atendimento domiciliar com os serviços de Atenção Primária devem estar aparentes, uma vez que atuam no intuito de integrar ações de prevenção e promoção da saúde mesmo em ambiente domiciliar.

4 - DISCUSSÃO

Diante da leitura minuciosa e compilação dos dados, a tabela 1 favoreceu o conhecimento e elaboração de três categorias temáticas na abordagem do estudo, a saber: “Definição de internação domiciliar/assistência domiciliar/cuidados”; “Atenção domiciliar como proposta de um novo modelo de atenção à saúde”; “Associação das ações em atendimento domiciliar com os serviços de atenção primária”.

4.1 - DEFINIÇÃO DE INTERNAÇÃO DOMICILIAR/ASSISTÊNCIA DOMICILIAR/ CUIDADOS

Conforme afirmam Brondani e Beuter (2009: 208) a internação domiciliar pode ser vista como um processo de desospitalização precoce do indivíduo, onde o mesmo vê suas reinternações minimizadas, uma vez que tal modalidade de atendimento proporciona um processo terapêutico mais humanizado. Nesse sentido os autores ainda compreendem que: “a internação domiciliar representa uma estratégia na reversão da atenção centrada em hospitais e propicia uma nova lógica na atenção, com enfoque na promoção e prevenção à saúde e na humanização”.

O serviço de internação domiciliar tem como objetivo propiciar suporte técnico e estrutural à família no retorno do doente ao seu lar, fato este que coloca o enfermeiro em posição fundamental no suporte à família no enfrentamento de tal situação.

Silva *et al.* (2005: 393) afirmam que o papel da família, por sua vez, encontra-se envolto ao auxílio na reabilitação do doente, ajudando a equipe de saúde responsável a detectar possíveis problemas e necessidades. Dessa forma, a equipe de saúde deve incluir a família no planejamento do cuidado domiciliar, uma vez que esses atores são os agentes mais participativos da vida e do cuidado da pessoa doente.

Há de se dizer ainda que a integração da família no tratamento do doente favorece o sentimento de segurança por parte do doente, aproximando a família de sua real função nesse momento diferenciado – cuidar (Silva *et al.* 2005: 396).

No entanto, como analisam Brondani e Beuter:

Muitas famílias apresentam dificuldades no processo de cuidar decorrentes do precário conhecimento sobre cuidados domiciliares, o que gera dúvidas e incertezas comprometendo, assim, a realização de cuidados gerais como: o uso correto de medicações, o horário e a dose, entre outros. Cabe salientar que o cuidado domiciliar adequado pode prevenir ou retardar complicações, diminuindo o número de reinternações hospitalares (Brondani e Beuter 2009:207).

Nesse sentido, vê-se que o cuidador familiar torna-se agente responsável pelo cuidado do doente no processo de internação domiciliar e que ele é responsável por auxiliar no processo de cuidados inerentes à doença, mantendo maior contato não somente com a pessoa doente, mas também com os profissionais de saúde responsáveis por esta pessoa.

Carvalho, Rodrigues e Braz (2013: 456) analisam que as tarefas desempenhadas pelo cuidador podem incluir desde tarefas de higiene pessoal à administração de recursos financeiros do doente, uma vez que este busca a melhora da saúde física, mental e social deste indivíduo. Além disso, tal proceder, conforme afirmam os autores, pode subsidiar a melhora na saúde e na qualidade de vida da pessoa cuidada, uma vez que ela tem minimizado problemas envoltos ao gerenciamento de tarefas cotidianas.

Além disso, o cuidado domiciliar exige muito do cuidador, não sendo apenas a boa vontade e a disposição habilidades que caracterizem o bom cuidado. Elementos como o conhecimento também devem ser agregados ao cuidador, capacitando-o para trabalhar com a pessoa doente, uma vez que este elemento é indispensável no cuidado bem feito ao mesmo.

A assistência domiciliária, por sua vez, conforme analisam Rodrigues e Almeida (2005: 20) “visa a promoção, manutenção e/ou restauração da saúde do paciente”. Além disso, este tipo de assistência deve favorecer a adaptação e independência no restabelecimento das funções do indivíduo doente, uma vez que a doença pode acometer significativamente a autonomia do indivíduo.

Nesse sentido, a estrutura hospitalar convencional é utilizada no domicílio do paciente, trazendo toda segurança e comodidade ao ambiente domiciliar. Logo, tais tipos de ações devem ser realizadas por equipe multidisciplinar, adaptando os aspectos segundo a realidade do cliente, considerando suas potencialidades e limitações no ambiente domiciliar (Rodrigues e Almeida 2005: 22).

Martelli *et al.* (2011: 159) salientam que a assistência domiciliar pode se tornar também uma alternativa no cuidado ao doente, beneficiando especialmente a clientela de pessoas idosas que padecem de doenças incapacitantes. Este grupo de pessoas normalmente carece da presença contínua de uma pessoa que se encarregará

de seus cuidados básicos – nesse caso, de um cuidador.

Por sua vez, Rodrigues e Almeida (2005: 20) afirmam que:

A assistência à saúde no domicílio gera dúvidas e ansiedade com relação ao tratamento, necessidade de reorganização dos afazeres domésticos e sobrecarga de trabalho. Estas questões são mais diretamente vivenciadas pelo responsável pelos cuidados, que assume a responsabilidade de cuidar e organizar a estrutura à disposição do paciente (Rodrigues e Almeida 2005: 20).

Logo, é possível observar que a assistência em saúde a domicílio deve reconhecer o importante papel tanto da família quanto do cuidador no cuidado da pessoa doente, favorecendo, assim, o sucesso do plano terapêutico.

4.2 - ATENÇÃO DOMICILIAR COMO PROPOSTA DE UM NOVO MODELO DE ATENÇÃO À SAÚDE

A atenção domiciliar nada mais é que uma modalidade assistencial recente que se integrou ao sistema público de saúde brasileira. Isso se deu pela necessidade de atendimento às pessoas restritas ao leito/domicílio. No entanto, cabe salientar que outras formas de atenção domiciliar já foram utilizadas no Brasil há muitas décadas, mas a atenção domiciliar apresentada no estudo é hoje um modelo de atenção à saúde significativa no âmbito da atenção primária. Este processo envolve diversos profissionais de saúde no atendimento da pessoa doente em seu domicílio, tornando-se elemento indispensável no serviço de saúde atual (Carvalho, Rodrigues e Braz 2013: 459).

Kerber, Kirchhof e Cezar-Vaz (2008: 491) analisam que o sistema de saúde nos últimos anos vem passando por diferentes transformações. Estas advêm da reorganização da economia mundial e da adaptação do mundo do trabalho. Dentre elas encontra-se a inovação tecnológica, elemento que tem se tornado indispensável no cuidado à pessoa doente no domicílio, favorecendo cuidados diferenciados de promoção e prevenção de saúde.

Estudos sobre práticas de educação em saúde evidenciam a importância dessa estratégia e a possibilidade dos profissionais de saúde a utilizarem de forma eficaz na promoção de saúde. No entanto, cuidadores inseridos no contexto da atenção domiciliar expressaram insegurança, despreparo e carência de informações sobre atividades de cuidado no domicílio (Carvalho, Rodrigues e Braz 2013:456).

Tais informações demonstram a fragilidade das práticas educativas no contexto de atuação a domicílio, uma vez que propiciam o distanciamento da perspectiva de capacitação de sujeitos atuantes para a melhoria das condições de

vida da população em suas diferentes esferas de vivência.

Logo, com vistas à utilização do atendimento domiciliar como forma de proposta de novo atendimento para o campo da saúde, pode-se dizer que o governo brasileiro estabeleceu três modalidades de atenção domiciliar, as quais devem orientar as ações das equipes responsáveis pela assistência.

Carvalho, Rodrigues e Braz (2013: 456) afirmam que:

... as equipes responsáveis pela assistência têm como atribuição, identificar e treinar os familiares e/ou cuidadores dos usuários no período pré e pós desospitalização, envolvendo-os na realização de cuidados e respeitando seus limites e potencialidades (Carvalho, Rodrigues e Braz 2013:456).

Dessa maneira, essa nova forma de assistência deve primar pela capacitação e aprimoramento das habilidades de familiares e cuidadores. Além disso, estudos e pesquisas recentes afirmam que para tal proceder os cuidadores devem ter a oportunidade de partilhar seus anseios e incertezas, contribuindo para o fortalecimento da rede no intuito de melhorar a assistência em saúde à pessoa doente, a qual é assistida pela equipe multidisciplinar e pelo próprio cuidador/familiar (Carvalho, Rodrigues e Braz 2013: 456-457; Pires *et al.* 2013: 648-650; Fripp, Facchini e Silva 2012: 69-71).

Nesse sentido, é preciso se considerar a necessidade de ampliação das ações assistenciais, uma vez que tais tipos de assistências não reduzem o tratamento de sinais e sintomas, mas favorecem a minimização de aspectos estressantes vivenciados no ambiente hospitalar.

A despeito do crescimento dos serviços de atenção domiciliária no país, nos setores público e privado, prevalecem as características de programas especiais, pontuais, vinculados a hospitais ou Unidades de Pronto-Atendimento (UPA), centrados na redução de custos, com pouca articulação entre os níveis de atenção e fragilidades no uso da informação para o planejamento das ações. Por outro lado, há indícios nas práticas assistenciais no domicílio, seja pelas inovações das equipes de saúde, seja pela tensão entre as distintas formas de cuidar – dos profissionais e dos projetos terapêuticos das famílias, dos cuidadores e dos usuários (Pires et al. 2013: 650).

Diante desse pressuposto, a gestão do cuidado deve favorecer a organização de ações e a interação entre os sujeitos, orientando e integrando práticas emancipadoras voltadas à liberdade humana.

Portanto, os desafios a serem enfrentados para a construção desse novo modelo de atendimento domiciliar devem considerar o processo de fragmentação de ações, a formação técnica dos profissionais, a escassez de métodos de planejamento

e o pouco uso das informações disponíveis para orientação e planejamento de ações, utilizando-as com o intuito de pautar estratégias pertinentes e diretivas para o melhor atendimento em saúde no âmbito domiciliar.

4.3 - CORRELATIVIDADE DAS AÇÕES EM ATENDIMENTO DOMICILIAR COM OS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA

Conforme analisam Pires *et al.* (2013: 651) a identificação de variáveis no atendimento e cuidado à saúde no âmbito da atenção primária tem a finalidade de contribuir para uma gestão pertinente no cuidado à Rede de Atenção a Saúde (RAS). O atendimento domiciliar nesse contexto deve se tornar agente facilitador do cuidado em casa da pessoa acometida por qualquer tipo de doença crônica ou incapacitante, favorecendo os cuidados em saúde estabelecidos e orientados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Diante desse panorama, o autor supracitado afirma que a recente política nacional de Atenção Domiciliária (AD) no SUS define através da Portaria GM nº2527, de 27 de Outubro de 2011, que a perspectiva de gestão em rede deve ser considerada com o intuito de favorecer a ação conjunta da Atenção Básica aos serviços tecnoassistenciais no ambiente domiciliar.

Assim, segundo Pires e seus colaboradores, conceitua-se a atenção domiciliária como sendo uma modalidade assistencial de cunho “substitutivo ou complementar caracterizada por um conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção, tratamento e reabilitação” prestada exclusivamente em domicílio (Pires *et al.* 2013: 649).

Dentre as ações correlatas aos serviços assistenciais, no âmbito da atenção primária as ações desenvolvidas no contexto domiciliar destacam-se por atividades como visitas, consultas de profissionais diferenciados de nível superior, identificação acerca de quem cuida do usuário, planejamento e realização de procedimentos, assim como acompanhamento sistemático da família (Feuerwerker e Merhy 2008: 185).

Alguns estudos tratam da distinção entre os conceitos de atenção, assistência, atendimento, visita ou internação domiciliária, a depender da complexidade das práticas profissionais, da condição clínica do usuário e do uso de equipamentos hospitalares requeridos, com a intenção de categorizar os diversos tipos de Atenção Domiciliária que podem ser prestadas na residência do cidadão. As modalidades de Atenção Domiciliária em três tipos, ora normatizadas, incorporam essa discussão na perspectiva de RAS, proposto na Portaria GM Nº 4.279 de 30 de dezembro de 2010, razão pela qual o presente estudo adota o termo atenção domiciliária para os distintos níveis do sistema de saúde (Pires *et al.* 2013:649).

Logo, conforme analisam Gomes e Resck (2009: 500-501), atualmente, com base na participação de diferentes elementos na constituição da saúde domiciliar do indivíduo, tem-se três modalidades de atendimentos, a saber:

- AD1: é de responsabilidade das Equipes de Atenção Básica (EAB) e dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). Essa modalidade trata de um conjunto de ações necessárias aos usuários com problemas de saúde controlados e compensados, os quais apresentam dificuldades e/ou impossibilidade física de proceder à locomoção até uma unidade de saúde.

- AD2 e AD3: são elementos pertencentes ao nível secundário de atenção. Estes tipos de atendimento são vinculados a equipes multiprofissionais de atenção domiciliária (EMAD), sendo participantes o médico, enfermeiro e fisioterapeuta. No entanto, no AD3, acrescenta-se à EMAD o suporte da equipe multiprofissional de apoio (EMAP), formada por pelo menos três dos seguintes profissionais – assistente social, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, odontólogo, psicólogo, farmacêutico e terapeuta ocupacional. Assim, recomenda-se para atendimento pela equipe AD2 pessoas com condições mais agudas, com dificuldade de locomoção e que necessitam de maior frequência no cuidado, recursos de saúde e acompanhamento; enquanto ao AD3 atribuem-se pessoas com condições de uso contínuo de equipamentos para oxigenoterapia, suporte ventilatório não invasivo, diálise peritoneal ou paracentese.

Dessa forma, o atendimento domiciliar que apresenta correlatividade com o atendimento básico em saúde deve ser o AD1, que vincula serviços diferenciados aos atendimentos domiciliares.

Além disso, a despeito do crescimento dos serviços de atenção domiciliária no país, tanto nos setores públicos quanto nos setores privados, prevalecem os aspectos de programas especiais e pontuais como as UPA (Unidades de Pronto-Socorro), centradas principalmente na redução de custos, na pouca articulação entre os níveis de atenção e nas fragilidades no uso de informações planejadas. Contudo, há indícios de mudanças assistenciais significativas, as quais primam pelas inovações das equipes de saúde e pelas novas formas de cuidar das pessoas doentes em seus domicílios, favorecendo com isso a melhora na assistência domiciliar.

5 - CONCLUSÕES

Os serviços de saúde atuais têm buscado formas diferenciadas de propiciar a atuação no ambiente domiciliar. No entanto, o conhecimento de ações, assim como o processo de capacitação daqueles que atuam diretamente no âmbito domiciliar, deve favorecer a melhora das condições de vida e de saúde da pessoa que é restrita

ao domicílio.

A conceituação e conhecimentos inerentes à internação domiciliar e a sua assistência no processo de cuidado no domicílio tem se tornado indispensável para atuação de profissionais de saúde, familiares e cuidadores, uma vez que orientam informações acerca dos modos de agir no contexto domiciliar do paciente.

Com vistas aos novos modelos de atenção à saúde, é facilmente verificável que estes apresentam em sua essência ações mais diretivas e pertinentes que subsidiam um bom planejamento e gerenciamento de ações que oportunizam o bom cuidado à saúde da pessoa restrita ao domicílio. Há que se dizer ainda que, além de orientar ações, os novos modelos de atenção domiciliar da pessoa doente favorecem sua participação ativa na construção de ações, pois considera as limitações e potencialidades do indivíduo.

Tão logo, a integração das categorias analisadas e discutidas nos resultados desta pesquisa proporciona um maior entendimento do leitor acerca do processo de internação e assistência domiciliar, como também subsidiam uma observação mais ampla da atenção domiciliar como um modelo significativo no que se concerne à atenção em saúde. Além disso, a correlatividade da atenção primária a serviços domiciliares se dá pela necessidade do atendimento das demandas dos sujeitos no ambiente de domicílio, minimizando custos com internações, assim como subsidiando uma participação mais ativa de familiares no processo de cuidado da pessoa acometida por alguma doença ou incapacidade.

Diante desse pressuposto, é possível afirmar que a melhora da qualidade de vida é subsidiada, uma vez que, através da ação conjunta com familiares e cuidadores, há o resgate da independência e autonomia do indivíduo por meio de adaptações no ambiente de domicílio.

Quanto à questão da correlatividade das ações em AD com a atenção primária, vê-se que a mesma é existente e que, em sua maior parte é contemplada pelo AD1, que atua diretamente nos aspectos preventivos e de promoção da saúde no ambiente domiciliar. Estas são orientadas por programas específicos, como os NASF e EAB que atuam conjuntamente em favor do atendimento em nível básico das pessoas restritas ao ambiente domiciliar.

Enfim, é importante ressaltar que essa revisão integrativa não permitiu extrapolar o conhecimento acerca do processo de atendimento domiciliar da pessoa restrita ao domicílio devido a problemas diferenciados de saúde. Por este fato, faz-se necessário a integração de novos estudos a fim de se embasar empiricamente e esclarecer a efetiva relação existente entre os serviços de atenção primária e o atendimento domiciliar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRONDANI, C. M.; BEUTER, M. 2009. “A vivência do cuidado no contexto da internação domiciliar”. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, v.30, n.2: 206-213.
- CARVALHO, D. P.; RODRIGUES, R. M.; BRAZ, E. 2013. “Estratégias de educação em saúde direcionadas a cuidadores durante a internação”. *Revista Acta Paul de Enfermagem*, Cascavel, v.26, n.5: 455-459.
- FEUERWERKER, L. C. M.; MERHY, E. E. 2008. “A contribuição da atenção domiciliar para a configuração de redes substitutivas de saúde: desinstitucionalização e transformação da prática”. *Revista Panamericana de Salud Publica*, Rio de Janeiro, v.24, n.3: 180-188.
- FRIPP, J. C.; FACCHINI, L. A.; SILVA, S. M. 2012. “Caracterização de um programa de internação domiciliar e cuidados paliativos no Município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil: uma contribuição à atenção integral aos usuários com câncer no Sistema Único de Saúde, SUS”. *Revista Epidemiológica de Saúde*, Brasília, v.21, n.1: 69-78.
- GOMES, W. D.; RESCK, Z. M. R. 2009. “A percepção dos cuidadores domiciliares no cuidado a pacientes com sequelas neurológicas”. *Revista de Enfermagem UERJ*, Rio de Janeiro, v.17, n.4: 496-501.
- KERBER, N. P. C.; KIRCHHOF, A. L. C.; CEZAR-VAZ, M. R. 2008. “Considerações sobre a atenção domiciliária e suas aproximações com o mundo do trabalho na saúde”. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.24, n.3: 485-493.
- KUSCHNIR, R.; CHORNY, A. H. 2010. “Redes de atenção à saúde: contextualizando o debate”. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.15, n.5: 2307-2316.
- MARCOLIN, G. C. A. 2013. Utilização do lúdico no atendimento de crianças hospitalizadas em unidades pediátricas: o papel do Terapeuta Ocupacional. *Revisão Integrativa da Literatura*. Conselheiro Lafaiete: Dissertação de Pós-Graduação em Formação Pedagógica para Profissionais de Saúde, CEFPEPS-UFMG.
- MARTELLI, D. R. B.; SILVA, M. S.; CARNEIRO, J. A.; BONAN, P. R. F.; RODRIGUES, L. H. C.; MARTELLI-JÚNIOR, H. 2011. “Intervenção domiciliar: o perfil dos pacientes assistidos pelo Programa HU em Casa”. *Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.21, n.1: 147-157.
- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. 2008. “Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde na enfermagem”. *Revista Texto e Contexto Enfermagem*, São Paulo, v.17, n.4: 758-764.

- PIRES, M. R. G. M.; DUARTE, E. C.; GÖTTEMS, L. B. D.; FIGUEIREDO, N. V. F.; SPAGNOL, C. A. 2013. “Fatores associados à atenção domiciliária: subsídios à gestão do cuidado no âmbito do SUS”. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v.47, n.3: 648-656.
- RODRIGUES, M. R.; ALMEIDA, R. T. 2005. “O papel do responsável pelos cuidados à saúde do paciente no domicílio – um estudo de caso”. *Revista Acta Paul de Enfermagem*, Rio de Janeiro, v.18, n.1: 20-24.
- SILVA, K. L.; SENA, R.; LEITE, J. C. A.; SEIXAS, C. T.; GONÇALVES, A. M. G. 2005. “Internação domiciliar no Sistema Único de Saúde”. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v.39, n.3: 391-397.
- SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. 2010. “Revisão integrativa: o que é e como fazer”. *Revista Einstein*, São Paulo, v. 8, n. 1: 102-106.

APÊNDICE

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Código do estudo: _____

1 Dados do pesquisador

Nome: _____

Profissão: _____

Titulação: () Mestrado () Doutorado () Especialista () Graduação ()

Outro: _____

2 Dados da publicação

Base de dados: () Scielo () Lilacs () Medline () Outras: _____

Título: _____

Tipo de publicação: () Tese () Dissertação () Artigo () Outro: _____

Ano: _____ **Procedência do autor:** _____

Fonte : _____

Idioma: _____

Delineamento do estudo: () Qualitativo () Quantitativo
() Quanti-qualitativo () Não discriminado () Outros: _____

Instrumento(s) utilizado(s): _____

Local de desenvolvimento da pesquisa: _____

Sujeitos da pesquisa: _____

Objetivos: _____

Recomendações/Conclusões: _____